



**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA  
ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS  
POPULACIONAIS E PESQUISAS SOCIAIS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**A Pobreza no Nordeste Brasileiro: uma abordagem multidimensional  
através dos censos demográficos de 2000 e 2010**

**Marcel Dantas de Quintela**

Rio de Janeiro, RJ

Julho de 2014

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA  
ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS**

**A Pobreza no Nordeste Brasileiro: uma abordagem multidimensional  
através dos censos demográficos de 2000 e 2010**

**Marcel Dantas de Quintela**

**Dissertação**

Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como requisito parcial para a obtenção do título de

**Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais**

Rio de Janeiro, RJ

Julho de 2014

Copyright  
por  
Marcel Dantas de Quintela  
2014

---

Q6p Quintela, Marcel Dantas de

A Pobreza no Nordeste Brasileiro: uma abordagem multidimensional através dos censos demográficos de 2000 e 2010/ Marcel Dantas de Quintela. – Rio de Janeiro, RJ, 2014.

201 f.: il. + 1 CD-Rom.

Inclui referências e apêndices.

Orientador: Prof. Dr. José Eustáquio Diniz Alves.

Coorientador: Profª. Drª. Denise Britz do Nascimento Silva.

Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas

1. Pobreza – Brasil – Região Nordeste. 2. Brasil, Nordeste – Condições sociais. 3. Brasil, Nordeste – Condições econômicas. 4. Pobreza – Metodologia – Pesquisa. I. Alves, José Eustáquio Diniz. II. Silva, Denise Britz do Nascimento. III. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Brasil). IV. IBGE V. Título

---

CDU: 330.564.055.3(812/813)

# **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**

## **ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS**

**Marcel Dantas de Quintela**

### **A Pobreza no Nordeste Brasileiro: uma abordagem multidimensional através dos censos demográficos de 2000 e 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

#### **Banca Examinadora:**

---

**Dr. José Eustáquio Diniz Alves**  
Orientador – ENCE/IBGE

---

**Drª. Denise Britz do Nascimento Silva**  
Coorientadora – ENCE/IBGE

---

**Dr. Miguel Antônio Pinho Bruno**  
ENCE/IBGE

---

**Dr. Kleber Fernandes de Oliveira**  
Universidade Federal de Sergipe

Rio de Janeiro, RJ, 31 de julho de 2014

## **DEDICATÓRIA**

*Aos meus pais, Antônio e Marielze*

## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma doaram um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível:

A Deus, o que seria de mim sem a fé que eu tenho nele.

Aos meus pais, Antônio e Marielze; meu irmão, Marcílio que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegassem até esta etapa de minha vida.

Ao professor Eustáquio, pela orientação e por seu apoio no amadurecimento dos meus conhecimentos e conceitos que me levaram a execução e conclusão desta dissertação.

À professora Denise, pelo valoroso apoio nos conhecimentos estatísticos, pela contagiente energia positiva e incentivadora que recebia a cada reunião e pela paciência, confiança e ótimo censo crítico que me ajudou na construção desta dissertação.

Aos professores da ENCE, por seus ensinamentos e pela dedicação. Em especial à professora Salet, pela amizade e motivação; e aos professores Pedro e Júlia, pelo empenho e maestria no compartilhamento dos conhecimentos nas disciplinas de amostragem e geoprocessamento, que tanto me agregou neste mestrado.

Aos funcionários da ENCE pela grande ajuda, em especial a Sandra da GRC.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior) pela bolsa de estudo concedida.

À Daniele, pela parceria e incentivo, por estar sempre presente, pela paciência, cuidado e carinho.

Aos queridos colegas da Turma de 2012, em especial aos amigos Leandro e Esteban, pelos bons momentos de companheirismo e união, e pela honrosa oportunidade de ter sido escolhido como representante discente desta turma em 2012 e 2013.

Aos colegas da turma de 2011, agradeço pela força e cooperação ao longo de nossa convivência.

*"A preocupação com a identificação de pessoas afetadas pela pobreza e o desejo de medi-la, tem às vezes, obscurecido o fato de que a pobreza é complexa demais para ser reduzida a uma única dimensão de vida humana."*

*(Amartya Sen)*

## **RESUMO**

### **A Pobreza no Nordeste Brasileiro: uma abordagem multidimensional através dos censos demográficos de 2000 e 2010**

Marcel Dantas de Quintela

Escola Nacional de Ciências Estatísticas, IBGE, 2014

Orientador: Dr. José Eustáquio Diniz Alves

Coorientadora: Drª. Denise Britz do Nascimento Silva

A pobreza é um fenômeno social que ao longo do tempo agregou em seu conceito as mudanças sofridas pela sociedade. Na atualidade, a pobreza é considerada um fenômeno complexo, abstrato e de natureza multidimensional, que está ligada a situações de carência dos indivíduos, os quais não têm suas necessidades humanas atendidas de forma adequada. O Brasil é considerado pelo PNUD (2010) um país de elevada desigualdade de renda e pobreza. Mesmo com a acentuada queda desses indicadores, estes permanecem elevados, sobretudo na Região Nordeste, onde sua população é marcada por uma história de contrastes entre as riquezas dos latifúndios açucareiros e concentração de altos índices de pobreza acentuados pela severidade da aridez climática. Para a mensuração da pobreza no Nordeste brasileiro utilizou-se a metodologia proposta por Alkire e Foster (2009) empregada na construção do Índice Multidimensional da Pobreza PNUD/ONU, adaptada aos dados disponibilizados pelo IBGE, através dos censos demográficos de 2000 e 2010. Os resultados apontam para uma redução dos níveis de pobreza multidimensional proporcionado pela redução da maioria das condições de carência medidas pelos indicadores que compuseram o índice. Estes, por sua vez, mostraram transformações das contribuições de seus agrupamentos dimensionais na composição da medida de pobreza. Assim, a dimensão “Educação” mostrou melhor desempenho, reduzindo de, aproximadamente, 22% para 15% seu peso na pobreza multidimensional nos estados do Nordeste. Em sentido

diferente, as dimensões “Trabalho e Rendimento” e “Condições de Saneamento e Habitação” registraram aumento em seus pesos relativos; enquanto as dimensões “Bens de Consumo e Acesso à Informação” e “Condições Sociais” se mantiveram praticamente estáveis no recorte temporal analisado. Dentre os estados nordestinos, o Maranhão e o Piauí apresentaram os maiores níveis de pobreza da região, tanto em 2000 quanto em 2010. Quanto à análise em escala municipal, constatou-se o mesmo comportamento da perspectiva estadual, registrando melhorias significativas captadas pelas medidas de privação sofridas pela população. Contudo, através deste detalhamento geográfico, foi possível concluir que, mesmo com a redução dos níveis de pobreza medidos através de múltiplas dimensões, o fenômeno retratado em 2010 se configura praticamente nas mesmas localidades que em 2000.

**Palavras-chave:** Pobreza. Multidimensional. Nordeste.

## **ABSTRACT**

### **Poverty in Northeast Brazil: a multidimensional approach through the demographic census of 2000 and 2010.**

Marcel Dantas de Quintela

Escola Nacional de Ciências Estatísticas, IBGE, 2014

Orientador: Dr. José Eustáquio Diniz Alves

Coorientadora: Drª. Denise Britz do Nascimento Silva

Poverty is a social phenomenon that over time added in its concept the changes undergone by society. Today, poverty is considered a complex, abstract and multidimensional phenomenon, it is linked to situations of individual capability approach, who do not have their human needs met appropriately. Brazil is considered by UNDP (2010) a country with income inequality and poverty. Even with the large decline of these indicators, they remain high, especially in the Northeast, where the population was marked by a history of contrasts between sugar latifundium's wealth and the high poverty's concentration accentuated by the severity of the arid climate. To measure the poverty in Brazilian's Northeast we applied the methodology proposed by Alkire and Foster (2009) used in the construction of the Multidimensional Poverty Index UNDP / UN, adapted to the data provided by IBGE, through the Demographic Census of 2000 and 2010. The results indicate a multidimensional poverty level reduction. Such fact is provided by the reduction of lack in life conditions measured by the indicators. These indicators shows changes in factor loadings in poverty index composition. Thus, the dimension "Education" showed better performance by reducing approximately 22% to 15% its weight of multidimensional poverty in the Northeast states. In opposite direction, the dimensions "Work and Income" and "Sanitation and Housing Conditions" registered an increase in their relative weights; while the dimensions "Consumer and Access to Information" and "Social conditions" remained virtually stable in the period

analyzed. Among the Northeastern states, Maranhão and Piauí had the highest poverty levels in the region, as 2000 and 2010. Regarding the analysis at the municipal level, the same behavior is found statewide perspective, registering significant improvements captured by measures of deprivation suffered by the population. However, through this geographic breakdown, it has concluded that, even with the reduction of poverty levels measured across multiple dimensions, the phenomenon depicted in 2010 is configured almost in same localities as in 2000.

**Key-words:** Poverty. Multidimensional. Northeast.

# SUMÁRIO

Lista de Gráficos . . . . .	xv
Lista de Ilustrações . . . . .	xvi
Lista de Mapas . . . . .	xvii
Lista de Quadros . . . . .	xviii
Lista de Tabelas . . . . .	xix
Introdução . . . . .	22
Capítulo 1: Evolução do Conceito de Pobreza . . . . .	26
1.1 Subsistência . . . . .	27
1.2 Necessidades Básicas . . . . .	29
1.3 Privação Relativa . . . . .	30
1.4 Privação de Capacidades . . . . .	31
1.5 Perspectiva Multidimensional . . . . .	32
1.6 A Pobreza no Brasil e no Nordeste . . . . .	34
Capítulo 2: Formas de Mensuração da Pobreza . . . . .	38
2.1 Indicadores como Forma de Mensuração . . . . .	40
2.1.1 Classificação dos Indicadores . . . . .	43
2.1.2 Propriedades dos Indicadores . . . . .	48
2.2 Alguns Indicadores . . . . .	49
2.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) . . . . .	50
2.2.2 Índice Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) . . . . .	52
2.2.3 Índice de Pobreza Humana (IPH) . . . . .	54
2.2.4 Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) . . . . .	56

Capítulo 3: Materiais e Métodos . . . . .	58
3.1 O Método Alkire e Foster . . . . .	58
3.1.1 Dimensões, Indicadores e Pesos . . . . .	61
3.1.2 Ponto de Corte de Pobreza ( $k$ ) . . . . .	63
3.2 Bases e Compilação dos Dados . . . . .	65
3.2.1 Bases de Dados . . . . .	65
3.2.2 Compilação dos Dados . . . . .	66
3.2.3 Plano Amostral . . . . .	67
3.3 Representação das Informações . . . . .	68
3.3.1 Exploração Espacial dos Dados . . . . .	69
3.3.2 Correlação Espacial . . . . .	70
Capítulo 4: O Sistema de Indicadores de Pobreza no Nordeste . . . . .	73
4.1 Dimensão 1 - Trabalho e Rendimento . . . . .	74
4.1.1 Renda Domiciliar ( $D_{11}$ ) . . . . .	74
4.1.2 Emprego Formal ( $D_{12}$ ) . . . . .	76
4.1.3 Programas Sociais ( $D_{13}$ ) . . . . .	78
4.1.4 Ocupação ( $D_{14}$ ) . . . . .	81
4.2 Dimensão 2 - Bens de Consumo e Acesso à Informação . . . . .	83
4.2.1 Geladeira ( $D_{21}$ ) . . . . .	84
4.2.2 Máquina de Lavar ( $D_{22}$ ) . . . . .	85
4.2.3 Televisão ( $D_{23}$ ) . . . . .	85
4.2.4 Microcomputador ( $D_{24}$ ) . . . . .	86
4.2.5 Telefone ( $D_{25}$ ) . . . . .	87
4.3 Dimensão 3 - Condições de Saneamento e Habitação . . . . .	88
4.3.1 Água ( $D_{31}$ ) . . . . .	89
4.3.2 Energia Elétrica ( $D_{32}$ ) . . . . .	91
4.3.3 Banheiro ( $D_{33}$ ) . . . . .	93
4.3.4 Esgoto ( $D_{34}$ ) . . . . .	93
4.3.5 Lixo ( $D_{35}$ ) . . . . .	94

4.3.6 Densidade Morador/Dormitório ( $D_{36}$ ) . . . . .	94
4.4 Dimensão 4 - Condições Sociais . . . . .	95
4.4.1 Condições Físicas e Mentais ( $D_{41}$ ) . . . . .	95
4.4.2 Atenção a Idosos e Crianças ( $D_{42}$ ) . . . . .	96
4.4.3 Configuração Domiciliar ( $D_{43}$ ) . . . . .	97
4.4.4 Ocupação de Jovens ( $D_{44}$ ) . . . . .	98
4.5 Dimensão 5 - Educação . . . . .	99
4.5.1 Alfabetização ( $D_{51}$ ) . . . . .	99
4.5.2 Frequência Escolar ( $D_{52}$ ) . . . . .	100
4.5.3 Escolarização ( $D_{53}$ ) . . . . .	100
4.5.4 Relação Idade/Série ( $D_{54}$ ) . . . . .	101
 Capítulo 5: Análise dos Resultados . . . . .	104
5.1 Pobreza Multidimensional nos Estados Nordestinos . . . . .	104
5.1.1 Trabalho e Rendimento – $D_1$ . . . . .	109
5.1.2 Dimensão de Bens de Consumo e Acesso à Informação – $D_2$ . . . . .	110
5.1.3 Dimensão Condições de Saneamento e Habitação – $D_3$ . . . . .	113
5.1.4 Dimensão Condições Sociais – $D_4$ . . . . .	115
5.1.5 Dimensão Educação – $D_5$ . . . . .	117
5.1.6 Comparação das Medidas de Incidência da Pobreza no Nordeste . . . . .	118
5.2 Pobreza Multidimensional nos Municípios Nordestinos . . . . .	120
5.2.1 Perspectiva Regional da Pobreza Multidimensional nos Municípios Nordestinos . . . . .	126
 Considerações Finais . . . . .	134
 Referências . . . . .	137
 APÊNDICE A: Tabelas Completas do Índice Multidimensional de Pobreza dos Estados Nordestinos em 2000 e 2010 . . . . .	144

APÊNDICE B: Gráficos Polares dos Indicadores Simples - Estados 2000/2010 . . . . .	146
APÊNDICE C: Tabelas: Índice Multidimensional de Pobreza dos Municípios Nordestino 2000 . . . . .	156
APÊNDICE D: Tabelas: Índice Multidimensional de Pobreza dos Municípios Nordestinos 2010 . . . . .	166
APÊNDICE E: Gráficos: Índice Multidimensional de Pobreza, Estimativas e Intervalo de Confiança dos Municípios Nordestinos 2000 . . . . .	176
APÊNDICE F: Gráficos: Índice Multidimensional de Pobreza, Estimativas e Intervalo de Confiança dos Municípios Nordestinos 2010 . . . . .	186
APÊNDICE G: Programação: Código Fonte <i>r</i> . . . . .	196
G.1 Indicadores Simples - 2000 . . . . .	196
APÊNDICE H: Relatório Autocorrelação Espacial . . . . .	201

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 5.1: Cargas Dimensionais do Índice Multidimensional da Pobreza por Estado Nordestino – 2000/2010 . . . . .	108
Gráfico 5.2: Diagrama de Dispersão Índice Multidimensional da Pobreza (IMP) 2000/2010 . . . . .	127
Gráfico 5.3: Boxplot da Relação do Índice Multidimensional da Pobreza entre 2010 e 2000 ( $IMP_{2010}/IMP_{2000}$ ) para os Estados Nordestinos . . . . .	128

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Ilustração 2.1: Construção de um sistema de indicadores sociais. . . . .	47
Ilustração 3.1: Sistema de Indicadores de Pobreza no Nordeste . . . . .	62
Ilustração 3.2: Ponto de Corte de Pobreza $k$ . . . . .	64
Ilustração 3.3: Diagrama de Espelhamento de Moran . . . . .	71

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 5.1: Índice Multidimensional da Pobreza – Maranhão 2000/2010. . . . .	121
Mapa 5.2: Cartograma do Índice Multidimensional da Pobreza – Piauí 2000/2010. . . .	122
Mapa 5.3: Cartograma do Índice Multidimensional da Pobreza – Ceará 2000/2010. . .	122
Mapa 5.4: Cartograma do Índice Multidimensional da Pobreza – Rio Grande do Norte 2000/2010. . . . .	123
Mapa 5.5: Cartograma do Índice Multidimensional da Pobreza – Paraíba 2000/2010. .	123
Mapa 5.6: Cartograma do Índice Multidimensional da Pobreza – Pernambuco 2000/2010. . . . .	124
Mapa 5.7: Cartograma do Índice Multidimensional da Pobreza – Alagoas 2000/2010. .	124
Mapa 5.8: Cartograma do Índice Multidimensional da Pobreza - Sergipe 2000/2010. .	125
Mapa 5.9: Cartograma do Índice Multidimensional da Pobreza - Bahia 2000/2010. . .	125
Mapa 5.10:Clusters de Pobreza dos Municípios da Região Nordeste 2000/2010. . . . .	132

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 2.1: Resumo de Classificação dos Indicadores . . . . .	45
Quadro 2.2: Dimensões, Subdimensões e Número de indicadores do IDF . . . . .	57
Quadro 3.1: Dimensões, Indicadores e Pesos do IMP . . . . .	63
Quadro 3.2: Novos Municípios no Nordeste (2000-2010) . . . . .	69
Quadro 4.1: Variáveis que compuseram o indicador de emprego formal ( $D_{12}$ ) . . . . .	76
Quadro 4.2: Condição de formalidade na ocupação do trabalho segundo o Censo 2010	77
Quadro 4.3: Variáveis que compuseram o indicador de ocupação ( $D_{14}$ ) . . . . .	82
Quadro 4.4: Direitos Humanos à Água - “ <i>Water For Life 2005-2015</i> ” ONU . . . . .	90
Quadro 4.5: Variáveis que compuseram o indicador de condições físicas e mentais ( $D_{41}$ )	96
Quadro 4.6: Variáveis que compuseram o indicador de configuração domiciliar ( $D_{43}$ ) .	97
Quadro 4.7: Variáveis que compuseram o indicador de ocupação de jovens ( $D_{44}$ ) . . .	98
Quadro 4.8: Variáveis que compuseram o indicador de escolarização ( $D_{53}$ ) . . . . .	101
Quadro 4.9: Variáveis que compuseram o indicador de defasagem escolar ( $D_{54}$ ) . . . .	102
Quadro 5.1: Municípios Nordestinos com Maiores Variações do Índice Multidimensional da Pobreza (IMP) - 2000/2010 . . . . .	129

## LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1: Evolução dos parâmetros dos valores do Bolsa Família - 2003 – 2011 . . . . .	81
Tabela 4.2: Equivalência serie, ano, idade da educação básica no Brasil . . . . .	103
Tabela 5.1: Índice Multidimensional de Pobreza dos Estados Nordestinos – 2000/2010	105
Tabela 5.2: Cargas Dimensionais do Índice Multidimensional de Pobreza por Estado Nordestino – 2000/2010 . . . . .	106
Tabela 5.3: Indicadores da Dimensão Trabalho e Rendimento dos Estados Nordestinos – 2000/2010 . . . . .	109
Tabela 5.4: Indicadores da Dimensão Bens de Consumo e Acesso à Informação dos Estados Nordestinos – 2000/2010 . . . . .	112
Tabela 5.5: Indicadores da Dimensão Condições de Saneamento e Habitação dos Estados Nordestinos - 2000/2010 . . . . .	114
Tabela 5.6: Indicadores da Dimensão Condições Sociais dos Estados Nordestinos – 2000/2010 . . . . .	116
Tabela 5.7: Indicadores da Dimensão Educação dos Estados Nordestinos – 2000/2010	118
Tabela 5.8: Comparação das Medidas de Incidência da Pobreza nos Estados Nordestinos – 2000/2010 . . . . .	119

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BM	Banco Mundial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADUNICO	Cadastro Único
ECINF	Economia Informal Urbana
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDF	Índice de Desenvolvimento da Família
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMP	Índice Multidimensional da Pobreza
INE	Instituto Nacional de Estatística de Portugal
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSEE	Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos da França
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPH	Índice de Pobreza Humana
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC	Ministério da Educação
MPI	Multidimensional Poverty Index
MS	Ministério da Saúde
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos do Milênio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organizações das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	População Economicamente Ativa
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produtos Internos Bruto
PLPT	Programa Luz para Todos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Paridade do Poder de Compra
RNB	Renda Nacional Bruta
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## INTRODUÇÃO

Dante das múltiplas definições em que a pobreza se apresenta, pode-se assegurar que todas elas convergem para a ideia de que este é um fenômeno social bastante complexo (BARROS; MENDONÇA; DUARTE, 1997; CODES, 2008). Assim, seria mais prudente afirmar, em seu entendimento mais generalista, que a pobreza refere-se a situações de carência dos indivíduos, os quais não têm suas necessidades humanas atendidas de forma adequada (ROCHA, 2006).

Além, tal fenômeno recebe influência de fatores temporais e espaciais de forma que estas necessidades são relativizadas e plenamente mutáveis no que concerne ao contexto histórico e geográfico, devido a elementos importantes de forte influência como o desenvolvimento social e, sobretudo, do ponto de vista das transformações econômicas.

No contexto contemporâneo, o entendimento da pobreza aponta para a percepção de questões multidimensionais, esta situação corrobora a ideia da satisfação das necessidades humanas sob o ponto de viste de diversos fatores e nos quais estes não puderam ser atendidos satisfatoriamente.

Atualmente o debate sobre a temática da pobreza é composto de farto acervo bibliográfico onde a questão é amplamente abordada por inúmeras análises e publicações realizadas por vários pesquisadores, entidades públicas e organismos internacionais (CODES, 2008). Estas discussões buscam basicamente o estudo e formulação de políticas sociais, sejam elas nas perspectivas mundial, nacionais, regionais e locais. É possível inferir, que quanto maior o a perspectiva territorial mais complexa poderá ser a implantação dessas políticas.

Recomenda-se que o desenvolvimento de políticas públicas seja munido de instrumentos de mensuração de sua efetividade, a exemplo do realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) que estabeleceu como uma das metas para o primeiro dos oito Objetivos do Milênio<sup>1</sup> (ODM): a redução pela metade, entre 1990 e 2015 da proporção da

<sup>1</sup> Ver em: <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>

população com renda inferior a um dólar (PPC<sup>2</sup>) por dia. Essa perspectiva abordada pela ONU e seguida pelo Governo Brasileiro, trata das necessidades humanas não supridas devido à escassez de recursos financeiros.

Na história recente do Brasil, ao passo que problemas de ordem econômica tornam-se controláveis, maior atenção foi dada à assistência social. Este quadro começa a se tornar mais evidente entre o final da década de 1990 e a partir da década de 2000. Neste período, a União inicia a federalização de algumas políticas públicas já adotadas em determinados estados voltadas à assistência da população mais carente. O Brasil é considerado um país de elevada desigualdade de renda e pobreza (PNUD, 2010) e mesmo com a acentuada queda desses indicadores, estes permanecem elevados, em especial considerando-se todas as regiões, sendo o Nordeste a região com os maiores índices de pobreza do país (BARROS et al., 2010; ROCHA, 2013).

O Nordeste brasileiro tem em sua população as marcas de uma história de contrastes entre as riquezas dos latifúndios açucareiros e a severidade da aridez climática, como relata (OLIVEIRA, 2009, p. 23):

O problema da pobreza e da desigualdade no Nordeste brasileiro se confunde com sua própria história. O Nordeste das usinas, dos latifúndios, dos senhores de engenhos e dos coronéis sempre contrastou com o Nordeste da fome, dos efeitos das secas, da exploração do trabalhador e a violência física e social imposta a importantes parcelas da população.

Relatórios do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) ratificam a intensidade da pobreza no Nordeste. Segundo o MDS, 13.361.503 famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil até dezembro de 2011, sendo que o montante pago neste mês chegou as cifras de R\$1.605.970.794,00. Destas, 6.825.686 famílias nordestinas recebem o auxílio financeiro do governo federal, ou seja, mais da metade das

<sup>2</sup> Paridade do Poder de Compra (PPC) é um método alternativo à taxa de câmbio, útil para comparações internacionais, mede quanto uma determinada moeda poderia comprar se não fosse influenciada pelas razões de mercado ou de política econômica que determinam a taxa de câmbio. Leva em conta, por exemplo, diferenças de rendimentos e de custo de vida. É necessária para comparações de produtos internos brutos (PIBs). Com relação a 146 países abrangidos no cálculo em dólares PPC feito pelo Banco Mundial com dados de 2005, apenas 19 (todos eles entre os mais desenvolvidos) apresentam taxa inferior à verificada nas transações comerciais. Os Estados Unidos, país padrão do dólar, tem PPC = 1. Todos os demais apresentam ganho no PIB em dólar PPC. (SOUZA, 2012)

famílias brasileiras consideradas em situação de miséria pelo programa são residentes na região Nordeste do Brasil (BRASIL, 2012b).

Visto isto, é justificável que se busque a redução mais acelerada da pobreza nesta região. Sendo assim, esta dissertação analisa a pobreza sob uma perspectiva multidimensional para os municípios do Nordeste brasileiro considerando as especificidades desta região. Desta forma, o trabalho tem como objetivo principal implementar a medida proposta pelo PNUD para mensuração da pobreza multidimensional no Nordeste brasileiro, utilizando informações extraídas dos microdados da amostra dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010 fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para alcançar este objetivo principal, esta dissertação foi realizada com base nos seguintes objetivos específicos:

- Estimar as medidas de pobreza multidimensional para os estados e municípios nordestinos nos anos de 2000 e 2010;
- Analisar o índice multidimensional de pobreza para os estados e municípios do Nordeste brasileiro nos anos de 2000 e 2010;
- Avaliar a contribuição relativa das dimensões propostas na composição do índice de pobreza para o recorte de tempo proposto;
- Explorar as dimensões de pobreza a partir dos indicadores que as compõem;
- Comparar as estimativas de incidência da pobreza multidimensional com medidas de pobreza sob a perspectiva da renda para os estados e municípios nordestinos para o recorte de tempo proposto;
- Identificar os agrupamentos municipais de acordo com a correlação espacial dos índices de pobreza.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, no primeiro capítulo é apresentado a evolução do conceito de pobreza chegando a perspectiva multidimensional e caracterizando o contexto do fenômeno no Brasil e na Região Nordeste. No segundo capítulo são introduzidos algumas formas de mensuração da pobreza, destacando-se métodos para

construção de indicadores sociais e descrevendo alguns índices usados para a medição da pobreza. Os métodos, bases de dados e formas de representação das medidas propostas nesta dissertação são detalhados no terceiro capítulo. As dimensões e indicadores que compõem o sistema multidimensional de pobreza estão descritos no quarto capítulo, enquanto no quinto capítulo estão exibidos as análises dos resultados obtidos. Por fim, são apresentadas as considerações finais acerca das constatações feitas sobre a análise dos resultados.

## CAPÍTULO 1: EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE POBREZA

O conceito da pobreza evoluiu a partir de uma série de transformações ocorridas no capitalismo, que dada sua intrínseca característica desregulatória implicava a proliferação do trabalho precário e do desemprego e, em algumas situações, a desqualificação da mão de obra devido a evoluções tecnológicas frente a não adequação profissional de trabalhadores locais (CODES,2008; MEDEIROS,2001).

No decorrer dos anos, o tema se desenvolveu à guisa da expansão do conceito de pobreza de forma progressiva e gradual. Segundo Codes (2008), o conceito evoluiu até chegar à noção multidimensional.

As formulações recentes não chegaram a desbancar por completo as formas mais antigas de perceber a questão. Por isso, ainda hoje se pode observar a coexistência de diversos modos de compreender o fenômeno [...]. Assim, os vários conceitos de pobreza não devem ser vistos como se competissem entre si. [...] além da possibilidade de coexistência entre eles, as últimas formulações tendem a abarcar contribuições das primeiras, de maneira que as várias dimensões trazidas por cada uma delas sejam incorporadas e articuladas, dando corpo a uma nova elaboração (CODES, 2008, p.28).

No Brasil, a principal forma de definição da pobreza estava voltada para a dimensão da renda. Esta definição alinha-se com a do Banco Mundial, o qual entende que a renda representa o bem estar social e encaram a pobreza e a desigualdade como problemas globais e restritos a questões monetárias. Para Silva (2009), esta abordagem obedece a premissa fundamental de que o mercado livre de intervenções, e com objetivo na eficiência máxima, promove o crescimento econômico que tende a liquidar a pobreza.

Deste modo, a pobreza tornou-se uma grande preocupação das economias capitalistas, considerando que este sistema não foi capaz de propiciar o nivelamento do bem estar social, como postulado pelo Banco Mundial. Ao contrário, a pobreza vista como um problema de ordem monetária levou ao agravamento e perpetuação da pobreza nestas sociedades, sobretudo nas economias não desenvolvidas.

Mesmo que os conceitos de pobreza e desigualdade não sejam considerados sinônimos, eles estão mutuamente relacionados. Segundo Barros, Mendonça e Duarte (1997), reduções nos níveis de desigualdade são instrumentalmente eficazes na redução da pobreza e em algumas circunstâncias é possível entender a pobreza como consequência da desigualdade social no Brasil.

Diante das várias perspectivas que a pobreza pode assumir, apresentar-se-ão a seguir alguns dos conceitos associados à pobreza desenvolvidos ao longo da história até a abordagem multidimensional utilizada nesta dissertação.

## **1.1 Subsistência**

A ideia de subsistência surgiu na Inglaterra durante o reinado de Elizabeth I, em 1601 com a criação da “Lei dos Pobres” (SILVA, 2012). Nesta época, a Inglaterra passava por um forte aumento populacional motivado pelas migrações de trabalhadores rurais para as áreas urbanas em busca de trabalho. No entanto, muitos desses migrantes não eram absorvidos pelo mercado de trabalho, aumentando o número de mendigos pelas ruas (BUENO, 2003).

Conforme Bueno (2003), a “Lei dos Pobres” concedia auxílio financeiro a estes, mas obrigava os homens capazes a prestarem serviços em asilos e albergues. As crianças tinham que frequentar a escola e quem não trabalhava era açoitado, preso e poderia ser até condenado à morte. O salário deveria ser suficiente para garantir apenas a “existência” dessas pessoas. A lei citada consolidou a ideia de que o Governo é responsável pelos pobres e foi o embrião do moderno Estado do Bem-Estar Social.

Segundo Castel (1998), a pobreza ecoa como um problema social ao longo da história econômica e social, o qual ganha força com o desenvolvimento do capitalismo nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental. A massa dos assalariados desprivilegiados e à margem de qualquer estatuto eram os mais vulneráveis e miseráveis do povo, sendo chamados de “Canailles” (ralé ou plebe) por Voltaire, um dos maiores pensadores liberais e progressistas referenciando-os à classe mais baixa da sociedade. Ainda de acordo com Castel (1998, p.145), o pauperismo que florescia na primeira metade do Século XIX motivou

Auguste Comte a citar a classe de trabalhadores como classe perigosa que ameaçava a ordem social, “esses proletários, instalam-se na sociedade sem nela caber”.

Codes (2008) afirma que um segundo momento na elaboração do padrão de subsistência ocorreu após a Segunda Guerra Mundial. Segundo a autora, foi atribuída uma nova interpretação ao conceito motivado pela necessidade de justificativa das baixas taxas de segurança e assistência nacionais existentes. Tal interpretação foi utilizada de forma prática na constituição de medidas estatísticas das condições sociais com abrangência local e posteriormente por parte de organismos internacionais como o Banco Mundial(BM) e o Fundo Monetário Internacional(FMI).

Nesse contexto, em 1941, o Governo Britânico encomendou a William Beveridge<sup>3</sup> (1879 - 1963) um relatório sobre formas de reestruturação na Grã-Bretanha após a Segunda Guerra. Em seu relatório, enviado ao Parlamento Inglês, em 1942, ele recomendou que o governo deveria encontrar formas de combater cinco grandes males: a escassez, a doença, a ignorância, e miséria e a ociosidade.

Beveridge sugere que todas as pessoas em idade de trabalhar pagariam uma contribuição ao Estado, a qual seria posteriormente usada como subsídio para doentes, desempregados, reformados e viúvas. Os subsídios deveriam então tornar-se um direito dos cidadãos, em troca de contribuições, em vez de pensões dadas pelo Estado. Segundo Beveridge, este sistema permitiria um nível de vida mínimo, abaixo do qual ninguém deveria viver.

No contexto da época, o conceito de subsistência atende à perspectiva de pobreza absoluta. Para Rocha (2006, p.11), tal abordagem está estritamente direcionadas às questões de sobrevivência física, ou seja, quando não são atendidas as necessidades vinculadas ao mínimo vital. Para a autora, estas necessidades relacionam-se estritamente a questões nutricionais, que mesmo associado ao conceito absoluto de pobreza envolvem adequações energéticos-proteicas que variam de acordo com características dos indivíduos e suas condições de vida, sendo relativizadas também por condições culturais e geográficas.

---

<sup>3</sup> Ver em: [www.bbc.co.uk/history](http://www.bbc.co.uk/history)

Exemplo disso está na composição da Cesta Básica Nacional do Brasil que foi instituída com base em diferenças culturais geográficas em três agrupamentos regionais distintos. A cesta seria suficiente para o sustento e o bem estar de um trabalhador em idade adulta, sem distinção de sexo, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo (BRASIL, Lei nº 399 de 30 de abril de 1938).

## 1.2 Necessidades Básicas

A abordagem centrada nas necessidades básicas, frequentemente adotada na década de 1970 por organismos internacionais Rocha (2006, p.20), sobretudo por aqueles que integram as Organização das Nações Unidas (ONU), possibilitaram a ampliação da concepção ligada exclusivamente à sobrevivência física dos indivíduos, a patamares dos serviços institucionais e a conceitos mais subjetivos da sociedade.

A adoção dessa abordagem possibilita a incorporação de novas necessidades humanas como educação, habitação e saneamento, por exemplo. Esta visão “permite definir de forma mais ou menos estrita o que sejam as necessidades básicas, de acordo como a situação se apresenta em cada sociedade” Rocha (2006, p.19). Isto posto, há a possibilidade da agregação de valores na definição das necessidades básicas. Logo, a mensuração da pobreza neste contexto propicia a relativização das necessidades considerando ponderações em nível socioeconômico e cultural da sociedade analisada.

Da forma como se apresenta, a abordagem das necessidades básicas constitui-se basicamente da agregação da abordagem de subsistência, em que um mínimo seria garantido (comida, roupas, abrigo) a uma segunda linha de necessidades referentes aos serviços básicos fornecidos a comunidade como: água potável, transporte, saneamento, educação e saúde (ROCHA, 2006).

Segundo Codes (2008, p.13-14), existe uma grande dificuldade de operacionalização desse conceito sob a forma de ações e políticas antipobreza. Estas dificuldades estão altamente relacionadas aos critérios para a escolha e definição dos itens a serem incluídos, já que as necessidades de populações devem ser definidas apenas com base nos aspectos individuais físicos e nas mais evidentes provisões de serviços requeridos pelas comunidades locais.

### **1.3 Privação Relativa**

Do ponto de vista relativo, a pobreza é definida sobre as necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade, ou seja, trata-se das reduções das desigualdades de meios entre os indivíduos como objetivo social Rocha (2006, p.11). Esta nova perspectiva remete à natureza do fenômeno da pobreza nos diferentes cenários de desenvolvimento social e produtivo das nações.

Segundo Crespo e Gurovitz (2002, p.5), a partir de 1980, a pobreza passou a ser entendida como privação relativa, dando ao conceito um enfoque mais abrangente e rigoroso, buscando uma formulação científica e comparações entre estudos internacionais, enfatizando o aspecto social. Para os autores, o indivíduo não seria considerado pobre quando tivesse, paralelamente, as seguintes condições: alimentar-se de forma adequada, obtivesse um certo nível de conforto, possuir um desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequados.

De acordo com Feres e Mancero (2000, p.49):

El sustento para el enfoque relativo radica en que las personas tenderían a percibir su propio bienestar en función de los demás. Una persona con un nivel de ingreso determinado puede no sentirse pobre se vive en una sociedad de recursos limitados, pero si vive en una opulenta, sus ingresos pueden ser insuficientes para permitir que se integre en forma adecuada. A medida que aumenta la riqueza de una sociedad, los estándares sociales son más altos y las restricciones legales más exigentes, y para cumplirlos se requiere de recursos cada vez mayores. Por lo tanto, según este criterio la pobreza de una persona dependería de cuánto tenga su grupo social de referencia, y no tener tanto como él implica una condición de “privación relativa”.

Outra possível abordagem, leva em conta o padrão de consumo da sociedade. Para Lavinas (2002), o conceito de pobreza relativa identifica a posição social do pobre frente ao padrão médio da população, introduzindo a ideia de intensidade da pobreza, de modo que os considerados mais pobres são os mais distantes do padrão de consumo de sua sociedade.

## **1.4 Privação de Capacidades**

Dentro das perspectivas conceituais acerca da pobreza, o economista indiano Amartya Sen traz grandes avanços sobre a discussão. Ele amplia a ideia da pobreza ao pensamento das liberdades humanas como meio norteador ao processo de desenvolvimento. Para Sen, tais liberdades se inter-relacionam com as condições econômicas, sociais e políticas, envolvendo múltiplas instituições e agentes de forma interativa (SEN, 2010, p.11).

Sen (2010) argumenta que, em algumas situações, a privação de liberdades está relacionada diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou de morar adequadamente, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico.

Ele ainda afirma, que em outros casos, a privação de liberdade está ligada à carência de serviços públicos e à assistência social, como a falta de programas epidemiológicos ou de um sistema bem planejado de assistência médica e educação. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente da negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da sociedade (SEN, 2010, p.17).

De acordo com Sen (2010, p.123-124), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. Tanto a noção de pobreza como inadequação de capacidade, quanto a de baixo nível de renda, estão vinculadas, uma vez que a renda é um meio fundamental na obtenção de capacidade. Assim, quanto maior a capacidade, maior o potencial produtivo de uma pessoa, e por conseguinte, maior a chance de se obter uma renda mais elevada. Contudo, uma renda mais elevada não significa necessariamente capacidades maiores.

O autor sintetiza tal entendimento afirmando que a perspectiva da capacidade atua na análise da pobreza para melhorar a compreensão da natureza e das causas da pobreza e privações, desviando a atenção dos “meios” (geralmente a renda recebe atenção exclusiva)

para os “fins” que pessoas têm razão de buscar e, correspondentemente, para a liberdade de poder alcançar esses fins. Dessa forma, a relevância da perspectiva da pobreza de capacidades está no fato de que as privações são vistas em um nível mais fundamental, mais próximo das demandas de justiça social Sen (2010, p.123).

Sen (2010) afirma existir um perigo na contextualização da pobreza sob a ótica exclusiva da carência de renda. Desta forma, justifica-se o investimento em educação, saúde e outros serviços como tática de enfrentamento do fenômeno. Tal argumento é facilmente confundido entre o combate à pobreza em termos financeiros e o enfrentamento da pobreza buscando o aumento das capacidades e liberdades substantivas que os indivíduos possuem.

É importante não perder de vista o fato fundamental de que a redução da pobreza da renda não pode, em si, ser a motivação suprema de políticas de combate à pobreza. É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde etc. com o argumento de que são bons meios para atingir o fim da redução da pobreza de renda. Isso seria confundir os fins com os meios. As questões básicas de fundamentação obrigam-nos, por razões já expostas, a entender a pobreza e a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão de capacidades humanas enquadra-se diretamente nessas considerações básicas. Acontece que o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda (SEN, 2010, p.125-126).

## 1.5 Perspectiva Multidimensional

É possível observar que o desenvolvimento do conceito de pobreza permite uma ampliação da percepção deste fenômeno. Ao passo que se abstrai as subjetividades da pobreza, os novos estudos tendem a investigações mais complexas levando em conta as múltiplas perspectivas sobre o tema. Este movimento em direção à multidimensionalidade pode estar relacionado com a necessidade de aprimorar um grupo restrito de informações e ultrapassar a deficiência da perspectiva unidimensional dos indicadores monetários.

Codes (2008) afirma que atualmente é consensual de que a pobreza se trata de um fenômeno social complexo, referente não apenas a privações em termos de necessidades materiais de bem-estar, mas também à negação de oportunidades de se levar uma vida

dentro de padrões socialmente aceitáveis. A multiplicidade de carências e adversidades impostas aqueles que vivem em situações de pobreza podem fazer com que suas vidas sejam expostas a condições demasiadamente duras e perigosas podendo ser prematuramente encurtadas.

Em suas manifestações subjetivas, o fenômeno provoca nas pessoas um sentimento de impotência diante de seus destinos, de falta de esperança, de vulnerabilidade, de insegurança e de falta de poder político. Além disso, como a pobreza não se esgota nos aspectos materiais e individuais, mas inclui as relações sociais, como o acesso ao trabalho e à assistência, as abordagens multidimensionais abarcam ainda dimensões sociais e mesmo políticas relacionadas a essa questão.

Para Destremau e Salama (1999), as abordagens multidimensionais utilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) focam na satisfação das necessidades humanas básicas ou essenciais à vida, como as relativas à saúde, à educação, à água e ao saneamento.

Segundo os autores, além de medir o nível da satisfação de necessidades básicas pela renda individual, podem ser medidas ao mesmo tempo, a satisfação pelos recursos coletivos. Assim, é possível considerar conjuntamente as condições de vida, além de sinalizar tanto as privações individuais quanto as do agrupamento domiciliar.

Conforme Rocha (2006, p. 26), as dificuldades na abordagem do fenômeno recaem em sua complexidade e nas especificidades de contextos diversos. Assim, a pobreza pode se manifestar distintamente em áreas urbanas e rurais, em cidades com diferentes graus de urbanização, em distintas condições climáticas e socioeconômicas, diferentes formas de acesso à terra e a outros recursos naturais, enfim, em sociedades que apresentam diferentes valores e condições de vida.

Desta forma, as abordagens acerca da multidimensionalidade da pobreza mostram que não existem restrições a uma única formulação. Entretanto, para operacionalização das subjetividades associada à pobreza, faz-se necessária a definição de suas possíveis dimensões e da disponibilidade de dados da população a ser investigada.

## **1.6 A Pobreza no Brasil e no Nordeste**

No Brasil, a origem da pobreza pode ser percebida desde o passado colonial e escravista. Para Codes (2008), a pobreza passou a ser percebida como um problema pela sociedade após a abolição da escravatura e da proclamação da República, no final do século XIX. A autora, acrescenta que no decorrer do século XX, o país passou por grandes mudanças econômicas e sociais o que provocou a formulação de diferentes concepções sobre a pobreza, as quais, algumas dessas mudanças eram influenciados a partir dos debates internacionais sobre o problema.

A situação de pobreza no Brasil estendeu-se ao longo de todo o século passado, com grande parte da população vivendo em condições de carências. Na década de 1980 a intensificação do processo inflacionário impactou diretamente o poder de compra da população corroendo a renda principalmente daqueles menos favorecidos economicamente.

Após o controle inflacionário devido a estabilização econômica de 1994, o panorama da pobreza no Brasil apresenta mudanças significativas, evidenciando que além do caráter econômico outros problemas estão associados ao fenômeno tais como: “informalização no mercado de trabalho; política de salário mínimo; a deficiência na oferta de serviços públicos básicos; desigualdade social; e desequilíbrios regionais, temas que levaram a discussão sobre a pobreza aos diversos setores da sociedade.” (ROCHA, 2006, p.32-35).

Considerando os desequilíbrios regionais provocados pelas desigualdades socioeconômicas no Brasil, ROCHA (2003) afirma que devido ao processo de urbanização, principalmente em torno das grandes metrópoles, a pobreza se apresenta com o caráter regional e de maneira mais acentuada no Nordeste. Esta atribuição se deve ao número de pessoas vivendo em condições adversas na região Nordeste que, segundo Codes (2008), abriga cerca da metade da população pobre do Brasil.

Apesar do desenvolvimento econômico registrado na década de 2000/2010, uma série de outros fatores são associados à situação da pobreza no país, em particular existência de longos períodos de seca no Nordeste o que agrava a situação da pobreza na região.

Com uma extensão aproximada de 882 mil  $km^2$ , cerca de 60% do território do Nordeste sofre com longos períodos de seca do clima semiárido do sertão nordestino. E, mesmo com os altos índices de pobreza registrados nessas áreas, não existe uma relação direta entre o clima semiárido e a pobreza como é frequentemente enfatizado. O fato é que o Nordeste é a região com os piores indicadores socioeconômicos do país segundo estudos de (BARROS et al., 2010; OLIVEIRA, 2009; ROCHA, 2013).

Assim, com os níveis de pobreza no Brasil considerados preocupantes, a situação do Nordeste apresenta-se ainda mais alarmante. Segundo a nova metodologia Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do PNUD reformulada para o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, no ano de 2000 todos os estados nordestinos tinham IDHM em patamar considerado baixo (entre 0,500 e 0,599), sendo os piores resultados registrados na dimensão de educação (entre 0,396 e 0,282);

No ranking dos estados brasileiros, Bahia, Paraíba, Piauí, Maranhão e Alagoas ocuparam respectivamente as posições 23<sup>a</sup> a 27<sup>a</sup>. Em 2010, todos os estados brasileiros registram evoluções significativas do IDHM. Apesar da melhora no índice os estados nordestinos continuaram sendo os de piores resultados dentre os seis piores IDHM, cinco são da região Nordeste.

Neste dois períodos, pode-se constatar que apesar das melhorias do índice geral não existiu maiores alterações quanto a ordem de suas componentes, ou seja, os melhores registros ficaram entorno da Longevidade seguido da Renda, e o que registrou os menores continuou sendo a componente de Educação.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, a região Nordeste abrigava em torno de 47.741.711 habitantes e apresentava uma taxa de crescimento geométrico anual de 1,07%, chegando a 53.081.950 habitantes em 2010. Em termos geográficos, a região ocupa uma área de 1.561.177,8  $km^2$ , o que equivale a 18,3% do território brasileiro, abrangendo um total de 1.793 municípios, distribuídos por nove Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Do ponto de vista econômico, o PIB da região cresceu de R\$2,6 trilhões em 2000, para R\$ 3,7 trilhões em 2010, o que corresponde a um acréscimo de 42,6% no produto nesse período, resultante de uma taxa média de crescimento anual de 3,6% ao ano do PIB nesse período.

No que tange às características que podem influenciar o desenvolvimento regional e a situação de pobreza no Nordeste, o IBGE apresenta quatro zonas ou sub-regiões geográficas, a saber:

- Meio-Norte: localizada entre a Amazônia e o Sertão nordestino, engloba o Maranhão e o oeste do Piauí, de clima equatorial, com elevados índices de chuvas e vegetação típica da floresta amazônica;
- Sertão: maior zona geográfica localizada predominantemente no interior da Região Nordeste. Vai do litoral dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte chegando a divisa da Bahia e Minas Gerais onde, com exceção do Maranhão, os demais estados nordestinos tem alguma parte de seus territórios localizados nessa sub-região. De clima semiárido, as chuvas são irregulares e com constantes períodos de estiagem. A vegetação predominantemente do sertão é a caatinga e em alguns locais se observa a presenças de cerrado.
- Agreste: Por estar em uma faixa de transição entre o Sertão e a Zona da Mata, apresenta as características climáticas e de vegetação dessas duas sub-regiões, se estende do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia. Esta zona está localizada no alto do Planalto da Borborema, um obstáculo natural para a chegada das chuvas ao sertão.
- Zona da Mata: Situa-se entre o planalto da Borborema e o litoral do Atlântico, se estende do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia. De clima tropical úmido, as chuvas são abundantes, a vegetação originária era predominantemente Mata Atlântica. Possui seis das nove capitais nordestinas, é a zona mais urbanizada, industrializada e economicamente desenvolvida da Região Nordeste.

Para ROCHA (2003), a partir de 1996 quando passado o primeiro impacto do Plano Real, o Nordeste diminuiu sua participação na pobreza nacional, sob a perspectiva da renda. Isso ocorreu em virtude de seus estratos urbano e metropolitano serem menos atingidos pela segunda rodada do processo de reestruturação produtiva, que se deu de forma drástica nas áreas centrais. Entretanto, observou-se pequenas melhorias de renda no estrato rural nordestino.

Apresentados os argumentos, avalia-se que a pobreza esteja além do que possa parecer no âmbito da renda. Assim, diante das notáveis melhorias dos indicadores unidimensionais, esta dissertação abordará a pobreza a partir de uma investigação multidimensional da pobreza na região Nordeste do Brasil.

## CAPÍTULO 2: FORMAS DE MENSURAÇÃO DA POBREZA

A definição do conceito de pobreza envolve a escolha dos processos factíveis e a operacionalização de sua mensuração, de modo que seus resultados possam retratar de forma prudente a realidade social da localidade estudada. Neste sentido, faz-se necessário a seleção de bases de dados sólidas que permitam a construção de indicadores mensuráveis e ainda, que tais bases possuam níveis de cobertura e desagregabilidade suficientemente relevante ao que se refere ao fenômeno a ser medido.

Para operacionalizar tamanha amplitude conceitual, é essencial especificar que necessidades são essas e qual o nível de atendimento que pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor de meios para operar adequadamente na sociedade em que se vive. (ROCHA, 2006, p.9-10)

Outras definições objetivas utilizadas para operacionalizar a avaliação da pobreza são utilizadas por órgãos internacionais. Dentre elas, a mais comum é a abordagem da renda, utilizada pelo Banco Mundial e pelo PNUD na definição da meta do ODM-1<sup>4</sup>, para estes órgãos, o limiar da extrema pobreza é fixado em 1,25 dólares por pessoa ao dia e a linha de pobreza em 2,00 dólares por pessoa ao dia. Entretanto, devido a relatividade do valor do dólar diante de demais moedas, o Banco Mundial utiliza taxas de câmbio para converter o valor de determinada moeda face ao dólar, permitindo assim a manutenção da equivalência do poder de compra das populações, conforme mencionado anteriormente na introdução desta dissertação.

Para o Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE), assim como para o Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos da França (INSEE)<sup>5</sup> e demais institutos de estatística dos países membros da União Europeia, a operacionalização da pobreza também é

<sup>4</sup> ODM1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome - [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)

<sup>5</sup> INSEE - sigla do francês: Institut National de la Statistique et des Études Économiques

caracterizada pelo critério econômico. Lastreada pela Comissão Europeia<sup>6</sup> e normatizada pelo EUROSTAT<sup>7</sup>, a população alvo é definida como os indivíduos, famílias e grupos de pessoas cujos recursos (materiais, culturais e sociais) são tão limitados que os excluem do nível de vida mínimo aceitável do Estado Membro a que pertencem. Para tal relativização, é utilizado o limiar de 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente<sup>8</sup> a cada país.

Tais medidas atribuem a renda como *proxy* na obtenção das condições mínimas de sobrevivência. Assim, é possível dizer que o uso frequente de medidas de renda para mensuração de pobreza pode ser atribuído a facilidade do acesso destas informações constantemente obtidas por meio das pesquisas amostrais conduzidas pelos institutos de estatísticas nacionais de cada país.

Contudo, é conveniente destacar que tal variável, no Brasil, pode estar sujeita a problemas de natureza não amostral, como a subdeclaração das informações de renda e problemas de natureza metodológica por não considerar que os ganhos relacionados ao acesso a serviços e bens não-materiais, comuns em áreas rurais, conforme aponta Oliveira (2009):

[...] a renda não considera os ganhos relacionados a outras fontes de bem-estar, tais como ao acesso a serviços e bens não-materiais. [...] informações sobre o nível de rendimentos podem estar sub-declaradas devido a fatores que vão desde o esquecimento do informante, constrangimento em informar o verdadeiro nível de renda ou mesmo receio de reportar alguma ilegalidade existente. (OLIVEIRA, 2009, p.27).

Segundo Hoffmann (1998, p.217), a utilização da renda como mensuração da pobreza é forma bastante imperfeita de medir as condições de vida de uma pessoa (domicílio ou família), embora nas economias de mercado seja a melhor medida isolada dessas condições. Para o autor, outro problema fundamental da obtenção das medidas de pobreza com base em dados

<sup>6</sup> Instituição que representa e defende os interesses da União Européia, além de formular os projetos de legislação europeia e assegurar a execução das políticas e dos fundos - [www.europa.eu](http://www.europa.eu)

<sup>7</sup> Gabinete de Estatísticas da União Europeia - [www.epp.eurostat.ec.europa.eu](http://www.epp.eurostat.ec.europa.eu)

<sup>8</sup> “Adultos equivalentes” é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE. A escala de equivalência modificada da OCDE atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado. Consideram-se adultos para efeito deste cálculo os indivíduos com 14 e mais anos. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados. <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5822>

sobre renda é a ausência de um critério claro para o estabelecimento da linha de pobreza, fazendo com que a escolha desse valor tenha muito de arbitrário.

Mesmo que a condição de pobreza seja medida por um indicador monetário, normalmente a renda acaba deixando de fora efeitos não monetários como os produzidos para uso comum da população ou subsidiados pelo Estado e por outras organizações. Neste sentido, a ampliação do conceito de pobreza direciona tal análise a contextos sociais mais complexos e portanto de difícil observação em única variável.

Assim, além da insuficiência financeira, a inclusão de novos elementos que sejam capazes de auxiliar na mensuração do contexto social é imprescindível para a construção de um novo cenário operacional que aborde as condições de vida de determinada população, e a análise de indicadores sociais pode ser o meio pelo qual permite-se avaliar tais condições.

## **2.1 Indicadores como Forma de Mensuração**

Um indicador pode ser considerado como um instrumento dotado de informações capazes de transmitir confiança e precisão como ferramentas de transformação de critérios subjetivos em objetivos a partir de evidências empíricas ou científicas. Assim, espera-se que um indicador bem construído seja capaz de traduzir, em seu computo, aspectos da realidade, sejam em ambientes controlados ou não, de modo a tornar operacional sua compreensão.

Para Rua (2004), indicadores são medidas dotadas de certas regras, capazes de transmitir aspectos da realidade a partir de métricas simples com o objetivo de acompanhar ou verificar a qualidade, resultados ou impactos de uma determinada ação.

Indicadores não são simplesmente dados, mas uma balança que nos permite “pesar” os dados ou uma régua, que nos permite “aferir” os dados em termos de qualidade, resultado, impacto, etc., dos processos e dos objetivos dos eventos. [...] indicadores são medidas, ou seja, são uma atribuição de números a objetos, acontecimentos ou situações, de acordo com certas regras. [...] Enquanto medidas, os indicadores referem-se às informações que, em termos conceituais, são mensuráveis, independentemente de sua coleta obedecer a técnicas ou abordagens qualitativas ou quantitativas. (RUA, 2004, p.2-3)

O conceito de indicador está presente em farto material bibliográfico, dos quais é possível notar traços similares em sua definição. Para Ferreira, Cassiolato e Gonzalez (2009), um indicador é:

[...] uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado. (FERREIRA; CASSIOLATO; GONZALEZ, 2009, p.24)

De maneira semelhante, Jannuzzi (2012, p.21) acrescenta ao conceito de indicadores fundamentos que abrangem a sua aplicabilidade no contexto da sociedade, a saber:

[...] uma medida, em geral, quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato [...]. É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando da mesma. (JANNUZZI, 2012, p.21).

E ainda, numa redação caracterizada por sutilezas metafóricas, Jannuzzi (2013) atribui ao indicador o conceito de fotografia da realidade social. Assim quanto maior a desagregação dos dados melhor, o detalhamento do objeto retratado, onde tal aproximação é creditada à qualidade e à experiência do pesquisador na tentativa de revelar através do indicador proposto o contexto social estudado.

Indicadores são como fotografias. Reduzem a realidade social a um quadro de tamanho fixo, sem som, cheiro. A abrangência e cobertura dependem da distância ou perspectiva que se coloca o fotógrafo ou analista, mais longe, mais perto, na posição de retratar com a luz, adequada. Mas as melhores fotos dependem da competência do fotógrafo em focar no essencial a ser retratado. (JANNUZZI, 2013, p.5-8)

Sendo assim, é importante registrar que um dos propósitos dessa dissertação é a quantificação do complexo fenômeno social da pobreza por meio de múltiplos indicadores sociais, os quais serão agrupados de maneira que seja possível a análise da realidade observada através destas medidas síntese. Para tanto, é imprescindível que na validação desses indicadores que sejam seguidos critérios e recomendações essenciais propostos por organismos e pesquisadores de referência no âmbito nacional e internacional.

Para Jannuzzi (2012, p.19-21), nas décadas seguintes (1960 e 1970), foram evidenciadas as diferenças, pautadas pelo uso do Produto Interno Bruto (PIB), entre o crescimento econômico e as condições sociais de países não desenvolvidos. O autor, observa que esta situação motivou instituições multilaterais como OCDE<sup>9</sup>, UNICEF<sup>10</sup>, OIT<sup>11</sup>, OMS<sup>12</sup>, FAO<sup>13</sup>, e outros órgãos das Nações Unidas, a demandarem grande atenção conceitual e metodológica em busca do desenvolvimento de instrumentos capazes de mensurar a nova realidade que se configurara.

Desta forma, a utilização da informação como instrumento de interpretação do contexto social requer a produção de mecanismos capazes de qualificar de forma clara, concisa e simplificada, aspectos relevantes da realidade a ser investigada. Assim, para a construção de um indicador com tais requisitos é imprescindível a imposição de rígidos critérios metodológicos.

Buscando atender a esses critérios, a ONU (1989, p.30) propôs cinco etapas fundamentais na construção de indicadores sociais:

1. Estabelecimento de um marco teórico;
2. Estabelecimento de um marco estatístico;
3. Prévia seleção e definição dos indicadores;
4. Compilação das estatísticas em indicadores; e
5. Seleção final e cálculo dos indicadores.

Além do método, as Nações Unidas afirmam existir outras barreiras que podem dificultar a construção de indicadores precisos. Segundo a ONU (1989, p.19-20), a dificuldade na obtenção de dados básicos e a (in)definição, por parte dos usuários, do que é necessário investigar são questões de grande relevância quando se deseja construir indicadores que sejam capazes de evidenciar a real situação social de determinada localidade.

<sup>9</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

<sup>10</sup> Fundo das Nações Unidas para a Infância

<sup>11</sup> Organização Internacional do Trabalho

<sup>12</sup> Organização Mundial da Saúde

<sup>13</sup> Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

Tanto a nivel nacional como a nivel internacional, el manejo de indicadores sociales debe proveerse de una gran cantidad de datos básicos, y estos datos básicos son complejos, detallados y heterogéneos. Así, la preparación de indicadores supone por lo general mucho trabajo, por una parte, para encontrar y analizar las fuentes u extraer de ellas los datos y, por otra, parte, para determinar con los usuarios cuáles son exactamente los indicadores deseados. Juntar y hacer compatibles estas dos tareas ha sido un proceso largo y dificultoso, y si bien la utilización de los datos existentes ha mejorado sim cesas durante el último decenio, a menudo precisamente debido al interés por los indicadores, queda mucho por hacer en lo que representa a un uso eficaz de los datos disponibles para la elaboración de indicadores. (ONU, 1989, p.19-20).

Nesse sentido, entende-se que quanto maior e diversificado forem os territórios e a dimensão social que se deseja investigar, mais complexa e cuidadosa deverá ser a construção de um indicador social devido as dificuldades impostas pelo tratamento e compatibilização das fontes de informações.

### **2.1.1 Classificação dos Indicadores**

Quanto a classificação dos indicadores, é possível elencar na literatura existente várias maneiras de como os indicadores sociais podem ser categorizados, das quais, grande parte podem ser encontradas em Jannuzzi (2012), Rua (2004) e BRASIL (2012c). Contudo, na tentativa de evitar possível confusão entre as interseções conceituais de tais agrupamentos, serão abordados neste trabalho algumas classificações básicas a fim de se introduzir algumas discussões específicas, conforme o resumo de classificação dos indicadores apresentada no Quadro 2.1.

Segundo Jannuzzi (2012), a classificação mais comum é o agrupamento dos indicadores quanto a área temática da realidade social a que se referem. Existindo, portanto, indicadores de educação (anos médio de estudo, crianças de 6 a 9 anos que não frequentam a escola, por exemplo), indicadores de saúde (percentual de fraturas de fêmur registradas pelo SIH<sup>14</sup>, etc), indicadores de mercado de trabalho (índice de pessoas desocupadas, etc), indicadores demográficos (razão de sexo, taxa de mortalidade infantil, etc), entre outros.

É importante destacar que um determinado indicador pode ter mais de uma classificação. Assim, é possível que a taxa de mortalidade infantil classificada como um

<sup>14</sup> Sistema de Informações Hospitalares do SUS

indicador demográfico, também possa ser considerada um indicador de saúde. Logo, a definição de qual tipologia um indicador pertence depende dos objetivos traçados para a investigação do contexto social.

Outra classificação tipicamente utilizada refere-se à objetividade do indicador, que podem ser normalmente categorizados entre qualitativos e quantitativos. Para Jannuzzi (2012), os indicadores qualitativos são medidas subjetivas construídas a partir da avaliação de indivíduos ou especialistas em relação a diversos aspectos da realidade. Elas podem ser obtidas através de grupos de discussão ou em pesquisas de opinião, como a de avaliação de determinado governo. Por meio deste levantamento, seria possível construir, por exemplo, um índice de aceitação ou mesmo de rejeição de um dado governante em determinada época e local.

Referindo-se aos indicadores quantitativos, estes dizem respeito as ocorrências concretas da realidade social. Normalmente são construídos a partir das estatísticas públicas disponíveis, tais como o número de domicílios com energia elétrica, a taxa de incidência de dengue em determinada cidade ou a razão entre o número de homens e o de mulheres de uma população. Segundo Rua (2004), os indicadores quantitativos podem ser subclassificados de acordo com a forma de apresentação de seus valores. Para a autora, são indicadores quantitativos brutos aqueles expressos em valores absolutos (número de matrículas no ensino médio, por exemplo); e indicadores quantitativos são aqueles que expressam uma razão ou proporção, permitindo comparações entre situações no tempo e no espaço (por exemplo, percentual de analfabetos de uma cidade).

Na literatura relacionada a indicadores sociais encontram-se grandes discussões que tratam da capacidade de síntese dos indicadores compostos, apresentando limitações e virtudes quanto a seu uso, exemplo disso pode ser encontrado em Guimarães e Jannuzzi (2011), OCDE (2008), Scandar Neto, Jannuzzi e Silva (2009) e Soligo (2012).

Em meio às discussões, Guimarães e Jannuzzi (2011, p.5) destacam que a busca incondicional da operacionalização de um fenômeno social pode levar à inversão do conceito abstrato pela medida operacional, caracterizando a reificação da medida em detrimento ao conceito.

Quadro 2.1: Resumo de Classificação dos Indicadores

<b>Tipologia</b>	<b>Categorias</b>	<b>Exemplos</b>
<b>Temático</b>	Demográfico	Taxa de natalidade, Razão de sexo
	Saúde	Incidência de gripe, Quantidade de partos por cesariana
	Educação	Taxa de evasão escolar, Última série/ano que cursou com aprovação
	Trabalho	Quantidade de empregados com carteira assinada, Salário médio de mulheres com ensino superior
	Segurança	Taxa de homicídios, Índice de recuperação de carros roubados
	etc...	entre outros...
<b>Objetividade</b>	Qualitativo	Taxa de pessoas favoráveis ao porte de arma, Taxa de aprovação do presidente da Venezuela
	Quantitativo	Idade média de alunos do ensino técnico, Número de mulheres que vivem em Sergipe
<b>Complexidade</b>	Simples	Taxa de desemprego, Taxa de mortalidade por causas indefinidas
	Composto ou Sintético	Índice de desenvolvimento Humano (IDH), Produto Interno Bruto (PIB)

Fonte: Adaptado de Jannuzzi (2012), Rua (2004) e BRASIL (2012c).

Partindo de que a ideia de analisar as especificidades ou generalidades do contexto de uma determinada sociedade tem como principal objetivo o planejamento ou a implantação de ações que visam combater, acompanhar ou melhorar a situação retratada, a OCDE (2008) relacionou alguns argumentos que ponderam o uso desses indicadores, tais como:

- Podem transmitir uma mensagens enganosa do contexto estudado, se mal construídos ou mal interpretadas;
- Podem induzir conclusões políticas simplistas;
- Podem ser mal utilizados, por exemplo, para embasar uma determinada política, caso seu processo de construção não seja transparente e/ou falte com princípios estatísticos conceituais;
- Podem disfarçar falhas graves em alguns dimensões e aumentam a dificuldade de identificação de medidas adequadas de reparação;
- Podem levar à aplicação de políticas inadequadas se dimensões de desempenho que são de difícil mensuração forem ignorados.

Da mesma forma, este mesmo organismo reconhece que a aplicabilidade dos indicadores sintéticos, a saber:

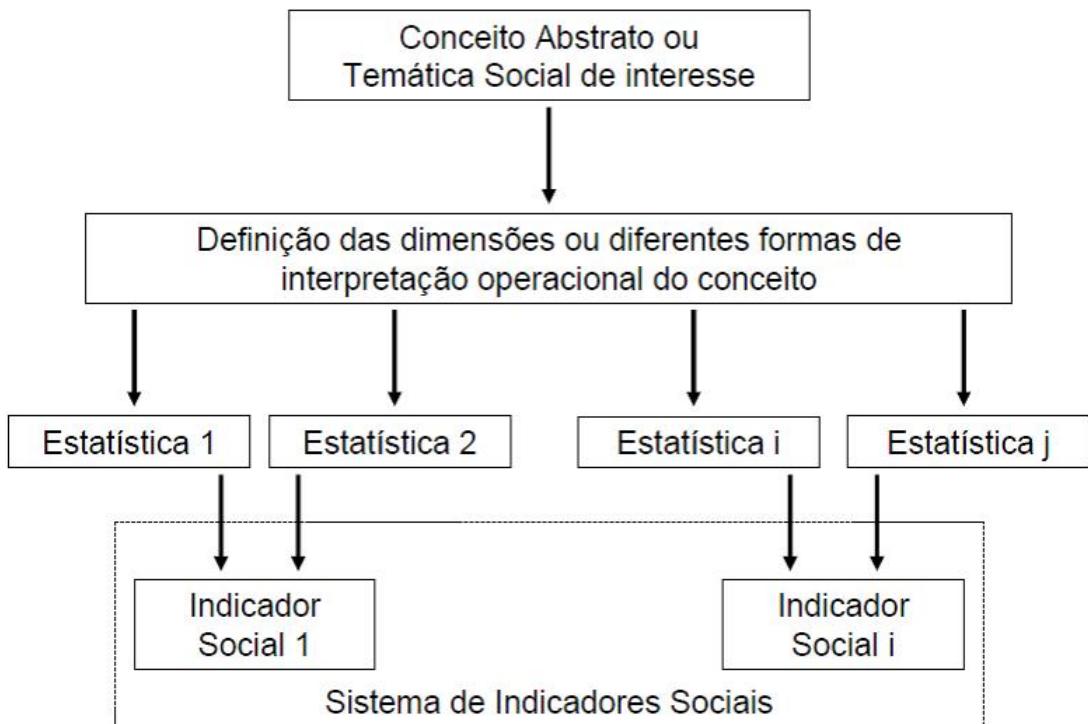
- Capaz de resumir realidades complexas e multidimensionais com objetivo de apoiar gestores;
- São mais fáceis de interpretar do que uma bateria de muitos indicadores separados;
- Permite avaliar o progresso de determinado local ao longo do tempo;
- Tornam possível incluir mais informações nas dimensões existentes;
- Facilitam a comunicação com o público em geral e promovem prestação de contas;
- Permitem que os usuários comparem dimensões complexas.

Uma alternativa proposta por Jannuzzi (2012, p.22-25) para análise de fenômenos sociais seria o uso de um conjunto de indicadores simples relacionados ao contexto de interesse. Segundo o autor, assim como num espaço euclidiano é necessário um conjunto de coordenadas para se definir um objeto, “o espaço social requer um sistema de indicadores, referidos a múltiplas dimensões, para caracterizar um fenômeno social.”

A criação de um sistema de indicadores sociais leva em conta as mesmas etapas fundamentais propostos pela ONU (1989, p.30) para a construção dos indicadores sociais, que Jannuzzi (2012, p.24-25) as resume em quatro passos (Ilustração 2.1):

1. Definição do conceito abstrato ou temática social de interesse;
2. Delimitação de dimensões capazes de operacionalizar e interpretar o conceito;
3. Obtenção das estatísticas públicas; e
4. Combinação das estatísticas em indicadores.

Ilustração 2.1: Construção de um sistema de indicadores sociais.



Fonte: Jannuzzi (2012, p.25).

A partir dessa abordagem, nota-se a possibilidade de que um sistema de indicadores também possa existir indicadores compostos. Assim, as discussões voltam-se para as formas de agrupamento ou aglutinação dos indicadores sintéticos, sejam eles pertencentes a um sistema de indicadores ou como medida resumo de uma abstração social.

Quanto a isso, deve-se tomar alguns “cuidados essenciais para a boa prática na construção e interpretação de índices sintéticos” (SILVA, 2013). Segundo Silva (2013, p.4), muitos indicadores sintéticos usam o método de agregação linear que, apesar de sofrer críticas quanto a possibilidades de componentes que refletem fragilidade sejam compensados por outros, é considerado um bom método.

Outro destaque é dado ao tratamento recebido pelas variáveis. Silva (2013) enfatiza dois métodos: a Normalização, que fixa a escala das variáveis entre 0 e 1, facilita a comparação no tempo e transmite um bom ajuste a distribuições assimétricas; e a Padronização que basicamente mantém as variáveis com mesma média e desvio padrão.

Por fim, Silva (2013) ressalta que quando os indicadores compostos forem estimados com base em dados oriundos de pesquisas amostrais é crucial que seja considerada a margem

de erro das estimativas dos indicadores. Esta informação é de suma importância para que seja possível comparar populações distintas e ao longo do tempo, além de impedir interpretações equivocadas quando esses indicadores são usados para dispor populações em determinada ordem.

As considerações apresentadas até o momento apontam para a preocupação destinada aos processos de construção e aplicação de indicadores sintéticos, que também são chamados de índices pela literatura internacional. Dentro do contexto dos indicadores sociais, além de seguir as recomendações básicas, é de suma importância que o processo de construção sejam claro e livre de desconfianças. Estas condições creditam legitimidade à medida que retratará o fenômeno ou contexto social em questão. Tais recomendações garantem aos indicadores propriedades essenciais para seu reconhecimento como um bom indicador sintético.

### **2.1.2 Propriedades dos Indicadores**

Algumas propriedades são consideradas importantes para um bom indicador. De acordo com as abordagens de autores como Rua (2004), Ferreira, Cassiolato e Gonzalez (2009) e Jannuzzi (2012) foram listadas as seguintes propriedades:

1. Relevância social – importância para as análises e intervenções em processos sociais estruturais;
2. Validade - capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a realidade que se deseja medir e modificar;
3. Confiabilidade - indicadores devem ter origem em fontes de dados confiáveis, que utilizem metodologias reconhecidas e transparentes de coleta, processamento e divulgação;
4. Cobertura - diz respeito à abrangência espacial do indicador, ou seja, a territorialidade que ele cobre;
5. Sensibilidade - capacidade para captar e refletir mudanças significativas conforme alterações nas condições relativas às dimensões analisadas;

6. Especificidade - grau de detalhamento das informações produzidas pelo indicador social;
7. Inteligibilidade - transparência pública das metodologias utilizadas na construção dos indicadores sociais de modo a permitir uma completa compreensão dos seus significados, limites, alcances;
8. Comunicabilidade - capacidade do indicador de produzir informações que sejam de fácil entendimento;
9. Simplicidade - indicadores devem ser de fácil obtenção, construção, manutenção, comunicação e entendimento;
10. Periodicidade - periodicidade com que os indicadores são atualizados;
11. Historicidade – inserção em séries históricas extensas e comparáveis que permitam comparar o presente com o passado, perceber tendências e avaliar efeitos.

Evidentemente que não é esperado que um indicador tenha todas essas propriedades, porém quanto mais propriedades forem encontradas, maior é a chance do indicador produzir informações relevantes sobre os fenômenos existentes na realidade social.

## 2.2 Alguns Indicadores

Existem alguns indicadores consolidados que são usados para medir as condições sociais de países a exemplo do IDH, produzido pelo PNUD/ONU. Outros são reproduzidos em menores escalas territoriais, este é o caso do IDHM que reproduz para os municípios brasileiros o índice global produzido pelo PNUD Brasil em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro. Estes são dois dos exemplos que serão apresentados como indicadores sociais usados para analisar o desenvolvimento social, as condições de vida, desigualdade e pobreza listados a seguir.

## **2.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

O Índice de Desenvolvimento Humano foi elaborado no início da década de 1990 para o PNUD pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998) com a colaboração de outro economista, o indiano Amartya Sen. O IDH foi criado com o intuito de oferecer uma alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o qual considera apenas a dimensão econômica para avaliar o bem estar de uma população, nação ou continente.

Assim, em busca de medidas socioeconômicas mais abrangentes, que incluem também outras dimensões fundamentais da vida e da condição humana, o IDH foi desenvolvido a partir da combinação de três componentes básicos do desenvolvimento humano: Longevidade, Educação e Renda.

Ao longo do tempo as denominações usadas para definir as dimensões do IDH, foram modificadas a saber: Longevidade passou a ser Vida Longa e Saudável; Educação passou a Níveis de Escolaridade e atualmente (2013) denomina-se Conhecimento; e Renda evoluiu para Padrão de Vida e hoje define-se pelo termo Um Padrão de Vida Digno.

O método de cálculo proposto para o IDH em 1990 levava em conta média aritmética das medidas de longevidade (expectativa de vida ao nascer), educação (taxa de alfabetização de adultos) e renda (PIB per capita)(PNUD, 1990, p.119). Estes indicadores passavam por um processo de normalização, para transformá-los em medidas que variam numa escada de 0 a 1.

Nos anos iniciais de publicação, o índice passou por seguidas modificações em sua estrutura de indicadores, sendo a dimensão de longevidade a única a não sofrer alterações nestes vinte três anos de divulgação do IDH (1990 - 2013). Na segunda publicação do IDH, em 1991, a estatística de anos médios de estudos tornou-se parte da componente de educação. Assim, esta dimensão passou a ser aferida pela média aritmética ponderada da taxa de alfabetização de adultos (peso 2) e da média de anos de estudo (peso 1).

Em 1995, a variável de anos médios de estudo foi substituída pela taxa bruta de matrícula nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior). Esta alteração aconteceu devido a não disponibilidade da medida anteriormente utilizada por parte de alguns institutos nacionais. Após estas mudanças, o período entre 1995 e 2009 foi marcado

pela manutenção da metodologia e pelas críticas direcionadas principalmente à estruturação e a forma de agregação dos indicadores.

Quanto à estrutura, a crítica baseia-se principalmente na combinação de variáveis de diferentes estruturas, como a taxa de alfabetização de adultos e expectativa de vida, que são medidas de estoque com indicadores de fluxo como a renda per capita anual e taxa bruta de matrícula. Além desta, o emprego de variáveis de estoque demandam muito tempo para que sejam captados os reflexos de ações de políticas públicas.

Dentre as críticas feitas ao IDH, a que mais abala sua aplicação é a que se refere ao emprego da média aritmética como forma de agregação dos índices dimensionais, dado que a média aritmética está sujeita a grandes variações causadas pela existência de valores extremos. Além disto, seu uso expõe o IDH a efeitos compensatórios de seus componentes, ou seja, o baixo índice registrado em uma dimensão pode ser compensado por outro de melhor desempenho no índice geral. Assim, devido às várias críticas direcionadas ao IDH, em 2010 o PNUD apresenta sua nova metodologia, esta que permaneceu inalterada até a divulgação do Relatório de Desenvolvimento Humano 2013.

Em termos estruturais, a taxa de alfabetização de adultos e os anos de estudo são substituídas pela média de anos de educação de adultos<sup>15</sup> e pela expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de início da vida escolar<sup>16</sup>.

Ainda em relação à estrutura, o PIB per capita foi substituído pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita. Segundo PNUD (2010, p.15), esta nova medida contabiliza a renda conquistada pelos residentes de um país, incluindo fluxos internacionais, como remessas vindas do exterior e ajuda internacional, e excluindo a renda gerada no país, mas repatriada ao exterior.

No que se refere ao cálculo, os valores máximos foram fixados nos valores máximos observados dos indicadores dos países na série cronológica de 1980-2010. Atribui-se os zeros “naturais” aos valores mínimos a fim de se preservar a comparabilidade ao longo do tempo

<sup>15</sup> Média de anos de educação é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos. PNUD(2010).

<sup>16</sup> Expectativa de anos de escolaridade é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança. PNUD(2010).

da progressão dos indicadores. Assim, os valores mínimos foram fixados em 20 anos para a esperança de vida, em 0 anos para ambas as variáveis da educação e US\$163 para o RNB per capita (valor mais baixo atingido por qualquer país registado na história atribuído ao Zimbabué em 2008).

Por fim, a tão criticada média aritmética foi substituída pela média geométrica como processo de agregação. A média geométrica reduz a compensação dos pesos que ocorria no método anterior, assim um valor ruim em um dos subíndices tem impacto maior em todo o índice. Além disso, devido as suas propriedades, a média geométrica permite a comparação mais acurada de variações percentuais. O seu uso normaliza os alcances das dimensões, então nenhum alcance dominará os pesos.

## **2.2.2 Índice Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**

O IDHM é um indicador de desenvolvimento humano calculado para os municípios brasileiros. Este índice segue as mesmas três dimensões propostas pelo IDH - longevidade, educação e renda - adequando a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

Em se tratando de um indicador que usa como base a metodologia do IDH, as mudanças ocorridas em sua metodologia acompanham as do indicador global. Isto, associado ao fato de que sua construção é feita a partir de dados dos Censos Demográficos, atribui a equipe técnica o grande desafio na adaptar das mudanças ocorridas nas metodologias tanto do indicador de referência quanto na de obtenção dos dados censitários.

Com o intuito de garantir a homogeneidade do cálculo dos índices, todos os indicadores do IDHM são extraídos exclusivamente dos Censos Demográficos do IBGE, assegurando assim a segurança de dados que forma definidos, coletados e processados de maneira uniforme para todos os municípios brasileiros.

De acordo com a metodologia do IHDM 2010, a dimensão de longevidade considera a esperança de vida ao nascer como único indicador. Esta medida reflete o número médio de anos que as pessoas dos municípios viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados em cada período.

Segundo o PNUD, este indicador sintetiza as condições sociais, de saúde e de salubridade do município ao considerar as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias daquela localidade. Todas as causas de morte são contempladas para chegar ao indicador, tanto doenças quanto causas externas, tais como violência e acidentes. Para seu cálculo foi adotado 85 anos com parâmetro da máxima idade do brasileiro e 25 anos como a mínima.

A dimensão de renda mede a capacidade média de aquisição de bens e serviços através da renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado município. Em seu cálculo foi usado R\$4.033,00 como valor máximo, referente ao valor da menor renda per capita presente no 9º decil de renda do Distrito Federal (maior renda média por UF do país). O valor mínimo de R\$8,00 equivale a aproximadamente US\$100 PPC, limite adotado para o cálculo do IDH Global.

A Educação é captada através da média geométrica ponderada da taxa de escolaridade da população adulta (peso 1) e do fluxo médio escolar da população entre 5 e 20 anos de idade (peso 2). A taxa de escolaridade da população adulta foi definida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo.

Quanto ao fluxo escolar, analisa se as crianças e os jovens estão frequentando e completando determinados ciclos da escola com a idade adequada. Este indicador é calculado através da média aritmética dos percentuais de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

A média geométrica, assim como no IDH global, é usada como método de agrupamento das dimensões. Seu resultado, o próprio IDHM varia de 0 a 1, o qual foi dividido em 5 classes de definem qualitativamente o desenvolvimento humano municipal:

- 0,000 - 0,499 : Muito Baixo;
- 0,500 - 0,599 : Baixo;
- 0,600 - 0,699 : Médio;
- 0,700 - 0,799 : Alto;

- 0,800 - 1,000 : Muito Alto.

No último relatório divulgado, o PNUD Brasil, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro, reuniu no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 além do IDHM, mais de 180 indicadores socioeconômicos, que dão suporte à análise do índice, ampliando a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal.

O IDHM, assim como todo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, são importantes instrumentos de conhecimento da realidade do contexto social de varias localidades brasileiras. Por meio deles é possível identificar público e/ou a região que será alvo de iniciativas que promovam o desenvolvimento humano.

### **2.2.3 Índice de Pobreza Humana (IPH)**

O Índice de Pobreza Humana (IPH) mede as privações quanto ao desenvolvimento humano básico através de carências refletidas nas mesmas dimensões do IDH. Foi divulgado inicialmente pelo PNUD no Relatório de Desenvolvimento Humano 1997 e foi mantido nos relatórios até 2009.

O IPH foi construído para os países em desenvolvimento (IPH-1) e para os países industrializados (IPH-2). No contexto da época, a privação humana variava de acordo com as condições sociais e econômicas da comunidade. A estratégia de composição de indicadores específicos tenha como objetivo fazer uso da maior disponibilidade de dados característicos aos distintos países.

O IPH-1 e o IPH-2 consideram as mesmas dimensões do IDH em seus cálculos (vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida digno), com o acréscimo de uma quarta dimensão no IPH-2: a exclusão social medida pela taxa de desemprego de longo prazo. O IPH-1 mede a privação nas mesmas dimensões básicas que o desenvolvimento humano, como o IDH. Assim, a dimensão de vida longa e saudável é expressa pela vulnerabilidade a morte em uma idade relativamente precoce, enquanto a dimensão de conhecimento é definida pela exclusão educacional e de comunicações. Quanto à dimensão de padrão de

vida digno, esta é caracterizada pela falta de acessos ao provisionamento econômico global.

Por fim, a de exclusão social refere-se à falta de acesso ao mercado de trabalho.

O cálculo do IPH-1 se apresenta de forma mais simples que o apresentado pelo IDH, uma vez que os indicadores utilizados para medir as privações já estão normalizados entre 0 e 100, por serem expressos em porcentagem, não há necessidade de criação de índices de dimensão como para o IDH. Seu cálculo é dado por (PNUD, 2000, p.272):

$$IPH_1 = [1/3(P_1^3 + P_2^3 + P_3^3)]^{1/3}$$

. Onde:

- $P_1$  - chance de não se viver até aos 40 anos, expressa em percentual;
- $P_2$  - taxa de analfabetismo adulto (%);
- $P_3$  - percentual da população que não utiliza fontes de água potável e pelo percentual de crianças menores de cinco anos que está abaixo do peso;

Devido a constantes dificuldades na obtenção de informações de saúde, em algumas ocasiões o IPH-1 foi calculado em função de duas ao invés de três dimensões.

Como dito anteriormente, o IPH-2 objetiva as privações nas mesmas dimensões que o IPH-1 e com cálculo expresso por (PNUD, 2000, p.273):

$$IPH_2 = [1/4(P_1^3 + P_2^3 + P_3^3 + P_4^3)]^{1/3}$$

Seguindo as dimensões e indicadores abaixo:

- $P_1$  - percentual de pessoas nascidas no ano de referência que não deverão ultrapassar os 60 anos;
- $P_2$  - percentual de pessoas cuja capacidade para ler e escrever não é suficiente para ser funcional;
- $P_3$  - percentual de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, definida por 50% da mediana do rendimento disponível das famílias;
- $P_4$  - taxa de desemprego de longa duração, 12 meses ou mais.

## **2.2.4 Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**

Indicador sintético proposto por Barros, Carvalho e Franco (2003) ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com o objetivo de medir o grau de desenvolvimento das famílias brasileiras. Em sua proposta inicial, usava como base de informações o Cadastro Único (CADUNICO). Entretanto, o artigo proposto por seus idealizadores, Barros, Carvalho e Franco (2003), apresenta o cálculo do índice usando como base as informações coletadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Nesta proposta, o IDF se ajusta a uma única base de dados, tendo assim um denominador comum a todos os indicadores que geram o índice de bem estar. Considerando as propriedades dos métodos de agregação e a natureza de seus indicadores, sua aplicação aos dados do Censo Demográfico permitiriam a formação do índice a qualquer grupo socioeconômico ou demográfico. Porém, independentemente da base utilizada, o IDF possibilita apurar o grau de vulnerabilidade de cada família, um grupo de famílias ou mesmo o total de famílias do município. Sua estrutura é apresentada conforme o Quadro 2.2.

Nesta, os 63 indicadores simples são agrupados por médias aritméticas sucessivas em 28 subdimensões dentro de 6 dimensões, e estas últimas agregam-se através da média geométrica formando o IFD. Desta forma, como outros índices sociais, variando de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 maior o grau de desenvolvimento da família.

As considerações apresentadas neste capítulo expõem o compromisso desta dissertação em seguir as normas técnicas propostas pelos organismos internacionais e as recomendações e experiências dos pesquisadores que analisam o contexto social por meio de indicadores. Fazendo uso dessas normas, a explanação do contexto histórico-conceitual apresentado nos capítulos anteriores definem o marco conceitual que será considerado para construir os indicadores que serão utilizados para mensurar a pobreza em nível multidimensional no Nordeste brasileiro nos anos de 2000 e 2010.

Da mesma forma, a contextualização da importância na definição das bases de dados usada para a operacionalização do conceito de pobreza considerada por Rocha (2006, p.9-10), e observada na aplicação do índice proposto por Barros, Carvalho e Franco (2003),

Quadro 2.2: Dimensões, Subdimensões e Número de indicadores do IDF

Dimensão	Subdimensão	Número de Indicadores
<b>Vulnerabilidade</b>	1 - Fecundidade; 2 - Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens; 3 - Atenção e cuidados especiais com idosos e deficientes; 4 - Dependência econômica; 5 - Convivência familiar e migração; 6 - Mortalidade.	20
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	1 - Analfabetismo; 2 - Escolaridade; 3 - Informação e comunicação.	9
<b>Acesso ao Trabalho</b>	1 - Disponibilidade de trabalho; 2 - Qualidade do posto de trabalho; 3 - Remuneração; 4 - Localização.	7
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	1 - Extrema pobreza; 2 - Pobreza; 3 - Capacidade e geração de renda; 4 - Posse de bens duráveis; 5 - Transporte.	6
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	1 - Trabalho precoce; 2 - Acesso à escola; 3 - Progresso escolar.	8
<b>Condições Habitacionais</b>	1 - Propriedade; 2 - Durabilidade e qualidade; 3 - Déficit habitacional; 4 - Acesso a abastecimento de água; 5 - Acesso a saneamento; 6 - Acesso a coleta de lixo; 4 - Acesso a energia elétrica.	6

Fonte: Barros, Carvalho e Franco (2003, p.8-13).

potencializam o interesse na aplicação do sistema ou indicador sintético na análise deste fenômeno social de grande incidência na sociedade brasileira.

Assim, a construção de instrumentos capazes de nortear ações que possibilitem melhorias na qualidade de vida da população de determinada região devem apresentar em seus mecanismos metodológicos a confiabilidade, robustez e transparência da compilação das estatísticas em indicadores a fim de legitimar a construção do índice proposto. Este mecanismo será apresentado no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 3: MATERIAIS E MÉTODOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia usada na obtenção do Índice Multidimensional da Pobreza no Nordeste. Sendo exibidas ainda, as bases de dados, ferramentas e o plano amostral aplicado na obtenção das estimativas de pobreza, assim como, técnicas geográficas utilizadas para a representação dos agrupamentos municipais do fenômeno social estudado.

### 3.1 O Método Alkire e Foster

A metodologia usada nesta dissertação segue o método de cálculo proposto por Alkire e Foster (2009) na construção do Índice Multidimensional da Pobreza (MPI)<sup>17</sup>. Este índice apresenta um modelo diferente das medidas de pobreza baseada em critérios monetários, ele busca refletir as privações humanas relativas aos serviços básicos e às funcionalidades humanas.

Segundo Alkire e Santos (2010, p.9), o MPI possui uma estrutura matemática capaz de medir a pobreza em nível multidimensional de cada membro de uma determinada família. Esta medição é feita por meio da agregação de indivíduos que possuem uma série de características previamente definidas como carências, as quais são determinadas por níveis mínimos aceitáveis a cada característica considerada.

O método denominado “*dual cutoff*”, identifica as pessoas em situação de pobreza através do uso sequencial de duas linhas de cortes: uma para os níveis de carência dos indicadores e a outra para o nível de pobreza. Para conhecer este método, apresentar-se-ão a seguir algumas definições e propriedades importantes ao seu entendimento.

Seja  $n$  o número de pessoas e  $d \geq 2$  o número de indicadores considerados. Seja  $y = [y_{ij}]$  a representação  $n \times d$  da matriz de capacidades, onde  $y_{ij} \geq 0$  é a capacidade do indivíduo  $i = 1, 2, \dots, n$  nos indicadores  $j = 1, 2, \dots, d$ . Cada linha de vetores  $y_i$  lista as realizações

<sup>17</sup> MPI - sigla do inglês *Multidimensional Poverty Index*

de cada pessoa  $i$ , enquanto cada coluna de vetores  $y_j$  apresenta uma distribuição de cada indicador  $j$  através dos indivíduos.

Isto posto, pode-se afirmar que  $d$  é fixo e determinado, enquanto  $n$  pode variar em todos inteiros positivos, isso permite fazer comparações da pobreza entre as populações de diferentes tamanhos.

Define-se também o elemento  $w_j$  que representa os pesos aplicados aos indicadores  $j$ . Os pesos indicam a importância relativa das diferentes privações, se cada privação tiver a mesma importância, então a soma dos pesos será igual ao número total de indicadores ( $\sum_{j=1}^d w_j = d$ ).

O processo de identificação das pessoas em situação de pobreza é dividido em duas etapas, uma para cada tipo de linha de corte definida. Primeiramente identifica-se as privações com base nos indicadores. Desta forma, toma-se  $z_j > 0$  como o limiar de privação no indicador  $j$ , onde  $z$  é o vetor de linhas de privação de cada indicador de pobreza multidimensional. Seja  $g^0 = [g_{ij}^0]$  a matriz de privações, onde  $g_{ij}^0$  é definido por:  $g_{ij}^0 = w_{ij}$  se  $y_{ij} < z_j$ ; e  $g_{ij}^0 = 0$  se  $y_{ij} \geq z_j$ .

Isso significa que se nível de realização da pessoa em um determinado indicador  $j$  ficar aquém a seu respectivo ponto de corte  $z_j$ , a pessoa é considerada carente nessa dimensão. Por outro lado, se o nível de realização desta pessoa está além da linha de privação, esta pessoa não é classificada como privada da capacidade analisada. A partir de  $g^0$  constrói-se o vetor de escores de privações que cada pessoa possui ( $c_i = \sum_{j=1}^d g_{ij}^0$ ).

A segunda etapa de identificação consiste em verificar o ponto de corte da pobreza  $[k, \text{com } 0 < k \geq d]$ , e assim verificar se uma pessoa tem privações suficientes para ser considerado em situação de pobreza. Se um pessoa tem número de privação  $c_i$  menor que  $k$ , ela não é considerada pobre. Porém, se  $c_i \geq k$ , a pessoa é identificada como sendo pobre.

O MPI –  $M_0$  notação de Alkire e Foster (2009) – é a média da matriz  $g^0(k)$ , denotado por  $M_0 = \mu(g^0(k))$ . Em outras palavras, o MPI é o valor médio dos escores de privação  $c_i$  na população.

O MPI também pode ser expresso como o produto de duas medidas: ( $H$ ) o *índice de incidência de pobreza multidimensional* e ( $A$ ) a *intensidade da pobreza*. Determinando assim, a proporção de pobres ajustado pela intensidade de sua pobreza, onde, quanto maior este índice, maior a pobreza da localidade analisada, dado por:

$$MPI = H \times A \quad (3.1)$$

A Incidência ( $H$ ), representa a proporção de pessoas que são multidimensionalmente pobres, onde  $q$  é o número de pessoas que estão multidimensionalmente pobres e  $n$  representa a população total investigada:

$$H = \frac{q}{n} \quad (3.2)$$

Quanto à Intensidade da Pobreza ( $A$ ), reflete a proporção dos indicadores sob os quais as pessoas pobres estão sofrendo privação. Sua formalização matemática é indicada pela fração de indicadores ponderados em que a pessoa pobre tem privação.

$$A = \frac{\sum_{i=1}^q c_i}{q} \quad (3.3)$$

onde  $c_i$  é o vetor de escores de privação.

Dadas as representações acima, o MPI pode ser reescrito em termos dos escores de privação, a saber:

$$MPI = \frac{\sum_{i=1}^q c_i}{n} \quad (3.4)$$

Uma propriedade interessante do MPI é a capacidade de ser decomposto em subpopulações. Dado duas distribuições de  $x$  e  $y$ , correspondente a dois subgrupos da população de tamanhos  $n(x)$  e  $n(y)$ , o MPI é igual ao nível geral de pobreza obtido quando os dois subgrupos são mescladas, denotado por:

$$M_0(x, y; z) = \frac{n(x)}{n(x, y)} M_0(x, z) + \frac{n(y)}{n(x, y)} M_0(y, z) \quad (3.5)$$

Além desta, Alkire e Foster (2009, p.17-21) apresenta uma série de axiomas e propriedades que validam o método de criação do índice de pobreza multidimensional. Segundo as autoras, suas propriedades são suficientes para garantir a robustez da medida sintética de modo a permitir sua aplicabilidade em qualquer tipo de agregado populacional.

De forma pária, a contribuição da dimensão  $j$  na pobreza multidimensional pode ser expresso como:

$$Contr_j = \frac{(\sum_{i=1}^q c_j/n)}{MPI} \quad (3.6)$$

O cálculo da contribuição de cada dimensão para pobreza pode ser útil na observação das configurações de carência em um determinado grupo ou região, permitindo assim uma análise mais específica do contexto social existente, possibilitando o desenvolvimento de ações direcionadas para a melhoria direta da qualidade de vida da população em questão.

### 3.1.1 Dimensões, Indicadores e Pesos

A metodologia proposta por Alkire e Foster (2009) possibilita que a medição da pobreza multidimensional possa ser realizada de maneiras diferentes, sendo possível reconfigurar o índice através de variações em seus indicadores ( $j$ ), pontos de corte ( $z_i$ ) e pesos ( $w_j$ ), assim como no ponto de corte da pobreza ( $k$ ).

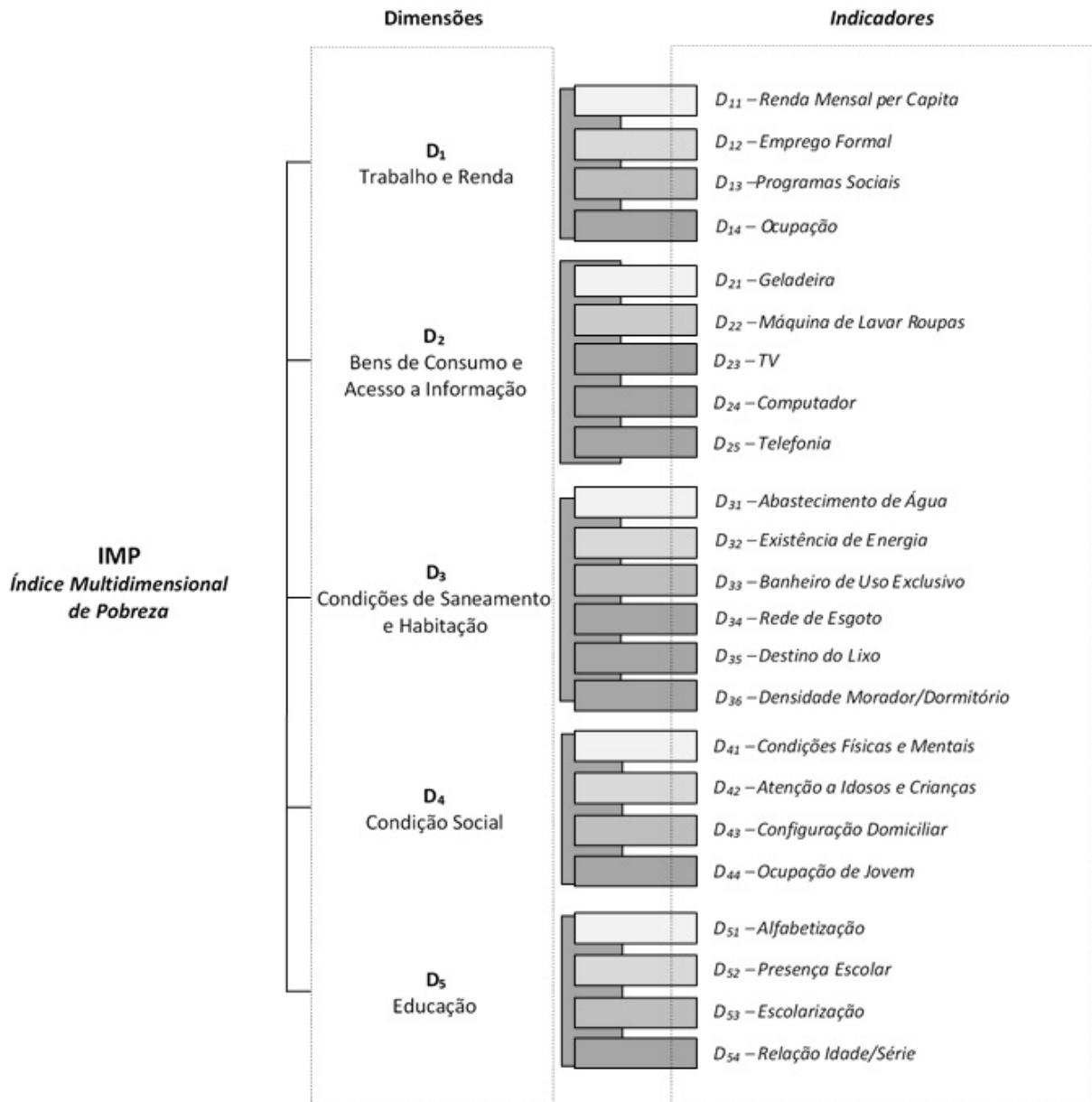
Em suma, esta metodologia possui uma estrutura flexível, que pode dar origem a algumas aplicações, cujas formas dependem da finalidade para a qual foram concebidos. Logo, a definição dos parâmetros do índice de pobreza multidimensional segue a definição aplicada ao contexto da sociedade brasileira, em especial ao da região Nordeste.

Neste sentido, o Índice de Pobreza Multidimensional no Nordeste (IPM) foi proposto tomando como base 23 (vinte e três) indicadores, os quais foram organizados em 5 (cinco) dimensões temáticas, a saber: 4 indicadores na dimensão de Trabalho e Renda ( $D_1$ ); 5 em Bens de Consumo e Acesso a Informação ( $D_2$ ); 6 na dimensão de Condições de Saneamento e Habitação ( $D_3$ ); 4 em Condição Social ( $D_4$ ); e 4 na dimensão de Educação ( $D_5$ ).

Para uma melhor disposição e visualização, a estrutura de informações foi organizada em forma de sistema de indicadores, conforme apresentado na Ilustração 3.1.

Os pontos de corte ou limiares da condição de carência individual em cada indicador serão devidamente apresentados e debatidos no Capítulo 4 - O Sistema de Indicadores de Pobreza no Nordeste logo em sequência. Quanto aos pesos, adotou-se as mesmas orientações propostas por Alkire e Santos (2010) ao PNUD na obtenção do MPI, desta forma, atribuiu-se pesos iguais às cinco dimensões.

Ilustração 3.1: Sistema de Indicadores de Pobreza no Nordeste



Atkinson et al (2002, *apud* ALKIRE; FOSTER, 2009, p.18) recomenda que a interpretação do conjunto de indicadores é bastante facilitado quando se dá o mesmo grau de importância a todos os componentes do índice.

Assim, temos  $w_j = n(j)^{-1}$ , onde  $n(j)$  é o total de dimensões. Nesta dissertação, a dimensão  $D_j$  com  $j = 1, 2, 3, 4, 5$  tem seus pesos expressos por  $w_j = (\frac{1}{5}, \frac{1}{5}, \frac{1}{5}, \frac{1}{5}, \frac{1}{5})$ . Quanto a subdimensões ou indicadores dimensionais, também aplica-se pesos iguais, porém relativizados de acordo com a dimensão que pertence.

Logo, o peso de cada indicador na dimensão é dado por:  $w_{j'} = n(j')^{-1}$ , onde  $n(j')$  representa o total de indicadores da dimensão  $D_j$ . Portanto, os pesos relativos de cada indicador, considerando todo o sistema, pode ser expresso como:  $w_{j''} = n(j')^{-1} \times n(j)^{-1}$ .

Tomando como exemplo o MPI de Alkire e Foster (2009, p.17), o indicador proposto pelo PNUD possui 3 dimensões (com pesos iguais) as quais são distribuídos 10 indicadores (mesmos pesos relativos). Considerando a dimensão de “Padrão de Vida” do MPI, com 6 indicadores estes apresentam os pesos  $w_{j''} = 3^{-1} \times 6^{-1}$ , para  $j'' = (1, 2, 3, 4, 5, 6)$ .

Isto posto, apresenta-se no Quadro 3.1, as dimensões, indicadores e os pesos do IMP propostos para esta dissertação.

Quadro 3.1: Dimensões, Indicadores e Pesos do IMP

Dimensão		Indicador		
Nome	Peso	Nome	Peso Relativo	Peso Geral
Trabalho e Renda	1/5	Renda Mensal per Capita	1/4	1/20
		Emprego Formal	1/4	1/20
		Programas Sociais	1/4	1/20
		Ocupação	1/4	1/20
Bens de Consumo e Acesso a Informação	1/5	Geladeira	1/5	1/25
		Máquina de Lavar Roupas	1/5	1/25
		Tv	1/5	1/25
		Computador	1/5	1/25
		Telefonia	1/5	1/25
Condições de Saneamento e Habitação	1/5	Abastecimento de Água	1/6	1/30
		Energia Elétrica	1/6	1/30
		Banheiro de Uso Exclusivo	1/6	1/30
		Rede de Esgoto	1/6	1/30
		Destino do Lixo	1/6	1/30
		Densidade Morador/Dormitório	1/6	1/30
Condição Social	1/5	Condições Físicas e Mentais	1/4	1/20
		Atenção a Idosos e Crianças	1/4	1/20
		Configuração Domiciliar	1/4	1/20
		Ocupação de Jovens	1/4	1/20
Educação	1/5	Alfabetização	1/4	1/20
		Presença Escolar	1/4	1/20
		Escolarização	1/4	1/20
		Relação Idade/Série	1/4	1/20

### 3.1.2 Ponto de Corte de Pobreza ( $k$ )

Os pontos de corte de pobreza definidos para a construção do índice multidimensional no Nordeste foram definidos conforme as orientações de Alkire e Santos (2010, p.19-20). Essas considerações determinam as condições em que um indivíduo ou domicílio são considerados

pobres em função do número de privações nas quais foram considerados carentes em cada indicador simples.

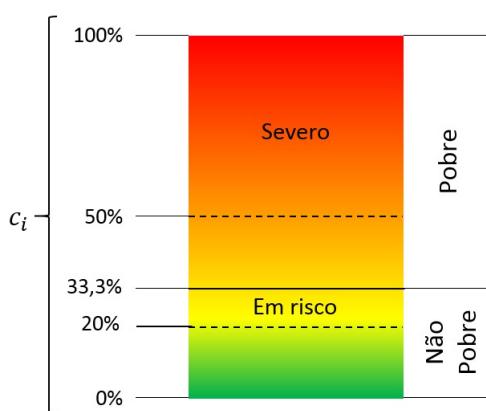
Deste modo, caso seja determinado  $k = 5$  significa que se um determinado indivíduo tenha mais do que 5 privações sinalizadas num conjunto definido de indicadores simples ele será considerado multidimensionalmente pobre. Neste sentido, considerando um conjunto de 20 indicadores simples, este ponto de corte ( $k = 5$ ) representará 40%.

Assim, o ponto de corte definido para identificar os indivíduos multidimensionalmente pobres no Nordeste brasileiro foi definido em 33,3%, equivalente a um terço dos 23 indicadores ponderados do sistema de indicadores apresentado na sessão anterior.

Apesar de um dos objetivos desta dissertação ser o de definir e analisar o fenômeno da pobreza, outros níveis de corte serão considerados no estudo. Estes níveis são ilustrados na Ilustração 3.2, conforme PNUD (2013, p.167) , a saber:

- $20\% \geq c_i(k) \leq 33,3\%$ — são considerados vulneráveis ou em risco de se tornarem multidimensionalmente pobres;
- $c_i(k) \geq 33,3\%$ — são considerados em condição de pobreza multidimensional; e
- $c_i(k) \geq 50\%$ — são considerados em estado de pobreza multidimensional grave.

Ilustração 3.2: Ponto de Corte de Pobreza  $k$



## **3.2 Bases e Compilação dos Dados**

### **3.2.1 Bases de Dados**

As bases de dados utilizadas nesta dissertação foram selecionadas conforme condições necessárias para a construção de uma medida capaz de mensurar o fenômeno da pobreza multidimensional do Nordeste brasileiro. O principal critério na escolha foi pautado na obtenção de dados capazes de serem processados nas escalas geográfica e populacional.

Considerando a aplicação do método de construção do índice, a unidade básica de investigação dever estar disposta em uma fração mínima, ou seja, em nível de pessoas ou domicílio em uma determinada referência geográfica capaz de permitir agregações municipais. Em função disso, optou-se pela construção de um banco de dados a partir dos microdados da amostra para os domicílios particulares permanentes segundo os Censos Demográficos de 2000 e 2010, disponibilizados<sup>18</sup> pelo IBGE.

Segundo IBGE (2012, p.15-16), domicílio particular é o domicílio onde o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência<sup>19</sup>. Sua condição de permanência se dá quando este foi construído para servir, exclusivamente, à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.

A escolha dos microdados da amostra dos censos possibilitou a construção de medidas populacionais em escala de área de ponderação<sup>20</sup>, o que cria a oportunidade de maior detalhamento do pobreza em múltiplas dimensões. Os arquivos de microdados de uso público dos Censos Demográficos são disponibilizados em grupos de informações de domicílios, emigração, mortalidade e pessoas; detalhadas em nível de área de ponderação para cada estado.

<sup>18</sup> Disponíveis em <ftp://ftp.ibge.gov.br/censos>

<sup>19</sup> "Entendeu-se como dependência doméstica a situação de subordinação dos empregados domésticos e agregados em relação à pessoa responsável pelo domicílio e por normas de convivência as regras estabelecidas para convivência de pessoas que residiam no mesmo domicílio e não estavam ligadas por laços de parentesco nem de dependência doméstica" (IBGE, 2012, p.15).

<sup>20</sup> "Área de ponderação é uma unidade geográfica, formada por um agrupamento de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo" (IBGE, 2012, p.23).

### **3.2.2 Compilação dos Dados**

Foram criados 18 bancos de dados distintos a partir da junção dos microdados de domicílios e de pessoas, usando o software estatístico SPSS *v20 Trail*, de modo a elaborar um banco de dados para cada estado nordestino em cada ano estudado. A junção dos microdados de domicílios e de pessoas foi feita usando uma chave composta pelas variáveis de controle e do código da área de ponderação. Este processo agrupa todas as variáveis dos referidos grupos de dados de forma a replicar as informações do domicílio em todos os moradores, gerando assim um novo banco de dados.

Quanto a compilação dos dados, foi realizado através do software R *v3.0.2* (R Core Team, 2013), consistiu basicamente na construção do indicadores individuais de acordo com seus respectivos pontos de corte e na estimação das medidas de pobreza através do limiar de pobreza  $k$  definido. Cada um destes dois procedimentos foram sistematizados sob a forma de estruturas de repetição, assim na primeira sequência foram processados os indicadores para cada um dos estados e em seguida eram calculadas as medidas de pobreza para cada um dos estados nordestinos. Estes dois procedimentos foram repetidos para a construção de todas estas medidas para os anos de 2000 e 2010.

Na criação dos indicadores simples foram consideradas características ora domiciliares, ora de seus residentes. Inicialmente a pobreza multidimensional foi definida em nível domiciliar, deste modo se um domicílio for declarado como multidimensionalmente pobre todos os seu moradores também serão. Para que isso tenha sido possível, todos indicadores simples das características de pessoas foram representados de acordo com critérios intradomiciliares pela pessoa de referência do domicílio. Estes critérios formam um novo ponto de corte dentro do domicílio, que serão descritos nas delimitações dos indicadores simples no capítulo seguinte.

Dito isto, a pobreza multidimensional no Nordeste brasileiro pode ser estimada tanto para domicílios quanto para a população. Uma vez obtidas estimativas dos indicadores para o domicílio a estimativa para pessoas será obtida a partir da quantidade de pessoas residentes em cada unidade domiciliar utilizada na amostra.

### **3.2.3 Plano Amostral**

Apesar deste trabalho utilizar como fonte de dados os Censos Demográficos de 2000 e 2010, não se fará uso de informações do universo dos censos na construção de seus indicadores. Para esclarecermos, o Censo Demográfico realizado pelo IBGE é composto por dois tipos de levantamento, um censitário e outro de natureza amostral.

O levantamento censitário foi feito através da aplicação do questionário básico contendo 37 quesitos aplicados em 100% da população (IBGE, 2013, p.206-208). Já o amostral, entrevistou todos os residentes dos domicílios selecionados na amostra. Seu inquérito (180 questões) inclui, além dos quesitos do questionário básico, acrescidos de outros mais detalhados sobre características do domicílio e de seus moradores, bem como questões sobre temas específicos como educação, deficiência e nupcialidade e fecundidade. (IBGE, 2013, p.289-290).

Dada a natureza amostral dos dados utilizados para a composição dos indicadores propostos nessa dissertação, torna-se “fundamental ter ideia da margem de erro das estimativas dos indicadores” (SILVA, 2013, p.14). Segundo Silva (2013) estas informações são essenciais em comparações ao longo do tempo e em populações distintas. Além destes, a apresentação das estimativas dentro de um intervalo de confiança pode evitar leituras equivocadas baseadas no ranqueamento das populações com base nos índices estimados.

Estas considerações são expostas de maneira direta no fragmento abaixo:

As conclusões de uma pesquisa por amostra devem ser apoiadas nas estimativas produzidas. Essas, por sua vez, embutem um erro amostral que deve situar-se dentro de um nível de confiança fixado para a tomada de decisão. Assim, a avaliação dos erros amostrais é um ponto fundamental, pois dele decorre o grau de confiança nas conclusões analíticas que subsidiam a tomada de decisão. (IBGE, 2013, p.642).

Considerando o plano amostral<sup>21</sup> da amostra do Censos Demográficos, estes são definidos como plano de amostragem estratificada, no qual os estratos são os setores censitários e os domicílios são selecionados com igual probabilidade nesses estratos.

---

<sup>21</sup> “nunca foi encontrada nenhuma justificativa para alterar o desenho definido em 1960”(IBGE, 2013, p.443).

Por questões de confidencialidade, as informações suficientes à reprodução deste plano na integra não são disponibilizadas para a amostra de uso público. Assim o por considerar que o tamanho da amostra suficientemente grande e pela disposição aleatória dos domicílios dentro de cada setor censitário (COCHRAN,1977 *apud* (IBGE, 2013, p.624), o IBGE orienta a adoção de um plano por amostra aleatória simples por este oferecer uma boa aproximação do erro padrão das estimativas.

Entretanto considerações feitas por Pessoa (2013, p.24), sugerem para o cálculo das precisões das estimativas a adoção do plano amostral estratificado, com mesma estrutura adotada pelo censo, porém utilizando a área de ponderação como estrato. Seu trabalho consistiu na avaliação de planos amostrais alternativos ao da amostra aleatória simples utilizado pelo IBGE. O autor, fazendo uso das informações dos setores censitários (devidamente autorizado pelo instituto), obteve estimativas através do plano original comparando-as com estimativas feitas com base em outros planos a partir dos microdados de uso público, Os resultados obtidos concordam com a boa aproximação já utilizada pelo IBGE, mas o autor sugere a adoção do plano amostral estratificado por área de ponderação com uma melhor alternativa.

Dada as considerações sobre o plano amostral, esta dissertação adotará um plano amostral estratificado por área de ponderação para calcular as estimativas de seus indicadores e seus respectivos erros padrão. A implementação deste método foi realizada através do uso do pacote *survey* do programa estatístico R (LUMLEY,2004; 2012).

### **3.3 Representação das Informações**

As formas de apresentação dos indicadores propostos neste trabalho têm como objetivo comunicar de maneira clara e eficaz os resultados retratados do contexto social da pobreza no Nordeste brasileiro nos anos de 2000 e 2010.

Assim, as estimativas calculadas para estados e municípios nordestinos serão apresentadas por meio de tabelas, gráficos e mapas, onde estes elementos de visualização de dados serão construídos seguindo recomendações de importantes órgãos de estatísticas, descritas em (IBGE, 1993), (UNECE, 2009) e (ONU, 2009).

### 3.3.1 Exploração Espacial dos Dados

Considerando as representações cartográficas que serão apresentadas a partir dos resultados dos indicadores de pobreza no Nordeste, é imprescindível que algumas considerações sejam feitas quanto à disposição territorial e abordagem geográfica usadas para espacialização das informações.

Destaca-se inicialmente que todos os mapas e cartogramas propostos serão construídos com auxílio do software ArcGis v10 e utilizando as malhas digitais dos Censos Demográficos de 2000 e de 2010 disponibilizados pelo IBGE<sup>22</sup>. No que tange as transformações territoriais ocorridas entre os anos de 2000 e 2010, registrou-se o surgimento de sete novos municípios em todo território nordestino conforme descrito no Quadro 3.2.

Quadro 3.2: Novos Municípios no Nordeste (2000-2010)

UF	Município(s)	
	Novo	Origem
Piauí	Aroeiras do Itaim Nazária Pau D'Arco do Piauí	Picos Teresina Altos
Rio Grande do Norte	Jundiá	Várzea
Alagoas	Jequiá da Praia	São Miguel dos Campos Coruripe
Bahia	Barrocas Luís Eduardo Magalhães	Serrinha Barreiras

Fonte: IBGE (2011a), Evolução da Divisão Territorial do Brasil 1872-2010.

Entende-se que o registro das transformações dos limites geográficos dos municípios nordestinos no período é de suma importância para o esclarecimento de possíveis dúvidas quanto às análises dos mapas temáticos que serão construídos.

As análises serão realizadas no âmbito exploratório das mudanças contextuais da pobreza medida nos anos 2000 e 2010, considerando-se a unidade municipal como componente da dimensão territorial estadual ou da região como um todo e não como um objeto de análise individualizada. Assim, as transformações listadas acima terão o caráter informativo de forma que os ajustes temporais foram contemplados na construção dos indicadores.

<sup>22</sup> Bases cartográficas disponíveis em: [geoftp.ibge.gov.br/malhas\\_digitais](http://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais)

### 3.3.2 Correlação Espacial

Uma das representações analíticas que será utilizada para os resultados deste trabalho consiste na formação de agrupamentos por similaridade espacial do Índice de Pobreza Multidimensional nordestino. Para que isto seja possível, faz-se uso de técnicas da Estatística Espacial que subsidiaram a formação de mapas de *cluster*. O método de formação dos *clusters* consiste no uso da autocorrelação espacial, o qual leva em conta o nível de proximidade, similaridade, correlação e aleatoriedade dos índices amostrais representados.

Estes agrupamentos utilizam medidas de associação espacial que consideram a intensidade da dependência entre as áreas para calcular medidas de autocorrelação espacial correspondentes a cada fração do território estudado, comparando-a entre seus vizinhos, a fim de identificar os agrupamentos municipais com características semelhantes de pobreza (ABREU; OLIVEIRA; MEIRA, 2010; ALVES, 2008; CÂMARA et al., 2004; MEDEIROS JÚNIOR; GRAND JÚNIOR, 2011).

O processo leva em conta a correlação espacial obtida da estatística *I* de Moran, que fornece o grau de associação linear entre todos os valores observados em um dado momento e a média ponderada dos valores da vizinhança. O Índice Global de Moran, varia de -1 a 1, onde valores próximos a zero indicam ausência de autocorrelação, valores positivos indicam autocorrelação positiva apontando semelhança do valor observado entre os vizinhos, e valores negativos designam autocorrelação negativa, ou seja, distinção entre os vizinhos (ABREU; OLIVEIRA; MEIRA, 2010; ALVES, 2008).

Segundo Alves (2008, p.89), o índice possui uma estrutura similar ao coeficiente de correlação linear de Pearson<sup>23</sup>, porém ponderado pela matriz de vizinhança, sendo calculado da seguinte forma:

$$I = \frac{n}{S} \times \frac{\sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n w_{ij}(z_i - \bar{z})(z_j - \bar{z})}{\sum_{i=1}^n (z_i - \bar{z})^2} \quad (3.7)$$

<sup>23</sup> medida do grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas. Este coeficiente varia entre os valores -1 e 1. O valor 0 (zero) significa que não há relação linear, o valor 1 indica uma relação linear perfeita e o valor -1 também indica uma relação linear perfeita mas inversa, ou seja quando uma das variáveis aumenta a outra diminui. Quanto mais próximo estiver de 1 ou -1, mais forte é a associação linear entre as duas variáveis.

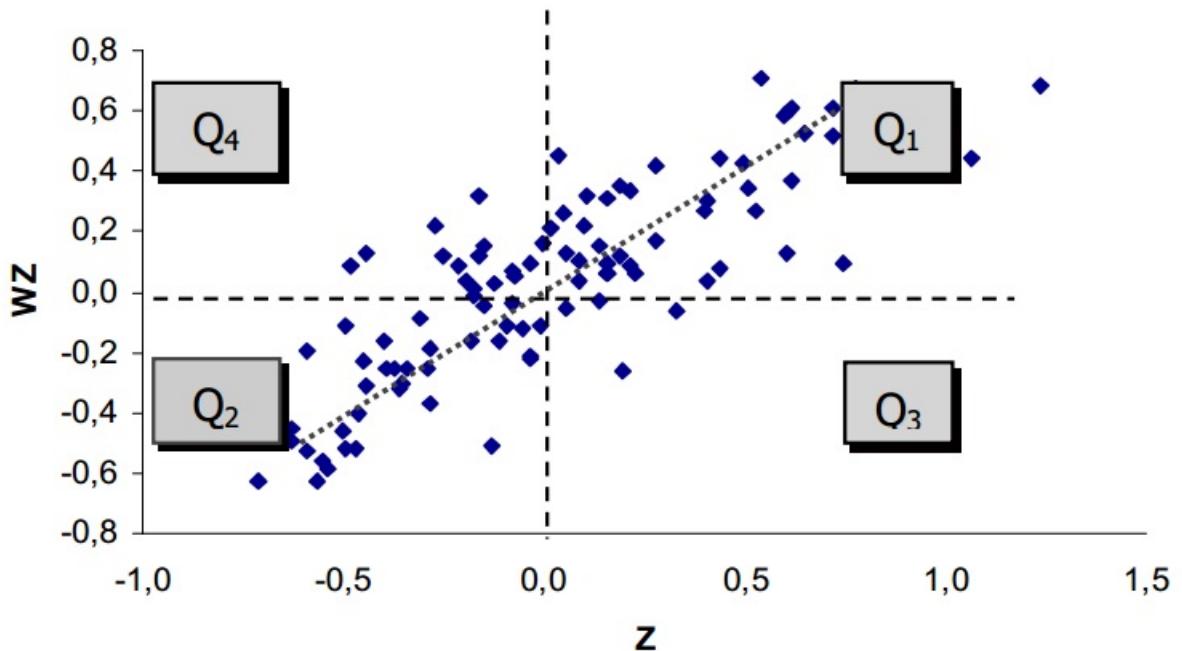
em que  $n$  é número de frações territoriais, neste caso os municípios nordestinos;  $z_i$  é o valor do atributo no  $i$ -ésimo município,  $z_j$  é o valor do atributo no  $j$ -ésimo município,  $z$  é o valor médio do atributo estudado,  $w_{ij}$  é o peso da matriz de proximidade espacial e  $S$  o somatório dos pesos  $w_{ij}$ .

Por ser uma medida global, o  $I$  de Moran não revela os padrões locais de associação espacial. Para isso, a metodologia proposta nos Índices Locais de Autocorrelação Espacial (LISA) avalia a significância dos conglomerados espaciais locais no entorno de uma localização específica, permitindo que o Índice Geral de Moram  $I$  seja reescrito para criar o Índice Local de Moran  $I'$  descrito pela equação:

$$I' = \frac{z_i \sum_{j=1}^n w_{ij} z_j}{\sum_{i=1}^n z_i^2} \quad (3.8)$$

A significância estatística de  $I'$  é representada graficamente pelo Diagrama de Espelhamento de Moram, ilustrado na Ilustração 3.3. O diagrama é construído através do vetor composto pelo valor do desvio dos atributos dos objetos em relação à média (valores normalizados:  $z$ ), e pelo o valor da média ponderada dos atributos de seus vizinhos (médias locais normalizadas:  $Wz$ ).

Ilustração 3.3: Diagrama de Espelhamento de Moran



Fonte: (CÂMARA et al., 2004, p.20).

Esta representação será ilustrada em mapas temáticos (*BoxMap ou MoranMap*) dos índices de pobreza multidimensional para todos os municípios nordestinos, indicando as áreas de concentração onde o IMP tem valores semelhantes.

Estes mapas temáticos apresentam agrupamentos com características semelhantes e que são descritas de acordo com os quadrantes do diagrama de espelhamento da seguinte maneira:

- $Q_1$  – municípios com altos índices de pobreza (acima da média) cercados por municípios de característica semelhante;
- $Q_2$  – municípios com baixos índices de pobreza cercados por outros de padrão semelhante;
- $Q_3$  – municípios com baixos índices de pobreza cercados por outros de altos índices;
- $Q_4$  – municípios com altos índices de pobreza cercados por outros de baixos índices.

Neste capítulo foi apresentada a metodologia, ferramentas e técnicas utilizadas na composição do Índice Multidimensional da Pobreza no Nordeste (IMP), seguindo as recomendações listadas em ONU (1989) e Jannuzzi (2012), no que tange à transparência do método utilizado na construção de instrumento com as propriedades que o caracteriza como um bom indicador, capaz de transmitir o contexto social nordestino nos anos de 2000 e 2010.

Assim, segue-se com a apresentação da seleção e definição dos indicadores que compõem o sistema de indicadores que formará o índice sintético proposto.

## CAPÍTULO 4: O SISTEMA DE INDICADORES DE POBREZA NO NORDESTE

Seguindo as recomendações descritas nos dois capítulos anteriores, o desenvolvimento do sistema de indicadores de pobreza no Nordeste se apoiará na construção do Índice Multidimensional de Pobreza no Nordeste (IMP). Uma vez definidos o marco conceitual, o método utilizado e as bases de dados, o sistema de indicadores reforçará o processo de construção das medidas capazes de representar o fenômeno estudado, permitindo ampliar o conhecimento da realidade social através da aplicação de seus indicadores a escala geográfica analisada.

O sistema de indicadores proposto para a construção do índice sintético apresentará considerações importantes quanto ao cumprimento das etapas fundamentais para a construção de indicadores conforme recomendado pela ONU (1989, p.30) no que diz respeito a sua definição, compilação e cálculo. Assim, neste capítulo serão apresentados os indicadores simples selecionados para compor o sistema que apoiará o IMP, bem como as definições e reflexões sobre os respectivos pontos de corte ( $z_i$ ).

Considerando a definição dos indicadores e suas respectivas dimensões, estes foram escolhidos preliminarmente com o intuito de adaptar as propostas feitas pelo PNUD na formulação do MPI para analisar a pobreza nos municípios nordestinos. A escolha por estudar a pobreza em nível municipal levou à definição do uso dos dados do Censo Demográfico, uma vez que esta base de dados dispõe de informações sobre vários temas para todos os municípios do país.

Definidas estas intenções, encontrou-se dificuldade na definição de indicadores de saúde capazes de manter as propostas do índice de referência, levando à inclusão de novas dimensões a fim de expandir o contexto multidimensional da pobreza, na busca de captar as condições sociais e as capacidades individuais inseridas nesta realidade.

De acordo com os conceitos fundamentados por Sen (2010), uma pessoa privada de suas capacidades pode ser considerada tolhida de suas liberdades, uma vez que a capacidade de uma pessoa é a liberdade que ela tem de alcançar alternativas às funcionalidades

essenciais que a permitam fazer escolhas de como viver. Apoiado na operacionalização funcional das informações propostas por Rocha (2006) e em exemplos de índices consolidados como: IHD, IDHM, IPH e IDF, formulou-se o sistema de indicadores visualizado na Ilustração 2.1 apresentado no Capítulo 3 - Materiais e Métodos cujo detalhamento será apresentado na sequência.

## **4.1 Dimensão 1 - Trabalho e Rendimento**

Esta dimensão tem como objetivo analisar o quanto as condições de trabalho e renda são importantes para a definição da pobreza no nordeste brasileiro. Para tanto, além da renda média domiciliar per capita mensal, analisou-se também a condição de formalização do emprego, o recebimento de auxílio social oriundos do Programa Bolsa Família ou do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, e a condição de ocupação da população economicamente ativa.

### **4.1.1 Renda Domiciliar ( $D_{11}$ )**

O indicador de Renda Domiciliar indica se a renda média per capita mensal do domicílio é igual ou inferior de linha da pobreza de R\$140,00, utilizada na definição dos programas sociais no Brasil em 2010.

As variáveis utilizadas na elaboração do indicador de renda familiar foram: em 2000, o rendimento mensal domiciliar, representado pelo código dos microdados por V7617 e o número de moradores (V7100); em 2010, o rendimento domiciliar per capita em julho deste mesmo ano (V6531).

Para o ano de 2000, obteve-se o indicador através da soma das rendas de todos habitantes do domicílio (incluindo salários, pensões, aposentadorias e transferências governamentais, dentre outros), dividida pelo número total de pessoas residentes no domicílio (inclusive crianças e pessoas com renda nula). Para o censo 2010, não foi necessário tal procedimento por existir uma variável específica para este indicador.

Discutiu-se nos capítulos anteriores que a renda é forma mais usual de mensurar a pobreza. E se tratando de renda, pensou-se inicialmente em utilizar a medida de 1/2 salário mínimo como *proxy* na definição da linha de pobreza absoluta.

Tal escolha seria devido a facilidade com que a informação se encontra disponível nos microdados dos censos de 2000 e 2010. Contudo, em função dos aumentos sistemáticos no valor do salário mínimo no período corrente deste estudo, sua utilização como medida de corte para carência monetária criaria distorções que impossibilitariam a comparação real nos dois momentos em questão. Corroborando com esta situação, Hoffmann (1998) afirma que é comum no Brasil cometer o erro de comparar as medidas de pobreza calculadas em diferentes períodos usando o salário mínimo corrente como linha de pobreza em cada período.

Esta comparação não reflete as mudanças no grau de pobreza absoluta da população devido aos ganhos reais do salário mínimo. Caso a ideia inicial do indicador de renda domiciliar fosse utilizada, poderia ocorrer uma subestimação do número de pobres no ano de 2000 com base no salário mínimo de 2010.

Pensando nisso, optou-se pelo uso do limiar de pobreza estabelecido pelo Decreto Nº 6.917 de 30 de julho de 2009, (BRASIL, 2009), determinando como família em situação de pobreza aquela que tem renda per capita mensal de até R\$140,00 (cento e quarenta reais) e famílias que tem renda per capita em até R\$70,00 mensais são caracterizadas em situação de extrema pobreza. Para o ano de 2010, o indicador contemplará o teto da linha de pobreza de R\$140,00 e, seguindo as considerações de Hoffmann (1998), para o ano de 2000 utilizou-se o valor de R\$70,72 como linha de pobreza, obtido através do deflacionamento pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)<sup>24</sup>, do limite estabelecido para 2010.

A escolha pelo INPC face ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é coletado para famílias com renda entre um e 40 salários mínimos, ocorreu principalmente por sua metodologia englobar as famílias com renda familiar na faixa de um a 6 salários mínimos, logo por “ser mais relevante utilizar um índice que mede com maior precisão o poder de compra das famílias mais pobres, para as quais a renda real é mais sensível a ajustes” (CORSEUIL; FOGUEL, 2002, p.2).

<sup>24</sup> Disponibilizado pelo IBGE em [http://www.ibge.gov.br/home/.../inpc\\_ipca](http://www.ibge.gov.br/home/.../inpc_ipca)

#### **4.1.2 Emprego Formal ( $D_{12}$ )**

O indicador de Emprego Formal visa indicar se a capacidade laborativa dos moradores de um domicílio está sendo atendida dentro dos padrões de formalidade trabalhista do Brasil. Assim se algum morador do domicílio que esteja em idade ativa (15 anos ou mais) não esteja trabalhando em condição de formalidade, será considerado carente.

As variáveis utilizadas para constituir o indicador de emprego formal são descritas no Quadro 4.1 abaixo:

Quadro 4.1: Variáveis que compuseram o indicador de emprego formal ( $D_{12}$ )

Descrição	Código do microdados do Censo	
	2000	2010
Idade calculada em anos	V4752	V0636
Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	V0447	
Empregado pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos ou como militar	V0448	V6930
Contribuinte de instituto de previdência oficial	V0450	V0650

Fonte: IBGE (2003; 2013).

Grandes debates acerca das definições de trabalho informal são realizados entre os estudiosos do tema, dentre eles Neri, Camargo e Reis (2000), Dedecca e Rosandiski (2006) e Ulssea (2006).

Tamanha discussão foi desencadeada provavelmente após a divulgação, em meados de 2005, dos resultados da pesquisa Economia Informal Urbana (ECINF)<sup>25</sup> de 2003, que apresentou resultados importantes sobre a informalidade no Brasil captadas no ano de 2003.

Por considerar a inexistência de um consenso quanto a definição do setor informal, o IBGE segue recomendações feitas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para operacionalizar tal conceito:

A magnitude, natureza e composição do setor informal variam entre diferentes regiões e países de acordo com o nível de desenvolvimento e a estrutura de suas economias. Com base nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, em janeiro de 1993 [...] (IBGE, 2005, p.15).

<sup>25</sup> Pesquisa realizada pelo IBGE, disponível em: [www.ibge.gov.br/.../economia/ecinf/2003](http://www.ibge.gov.br/.../economia/ecinf/2003)

Para Cardoso Júnior (2007), as definições do trabalho formal no Brasil são postuladas basicamente entre duas perspectivas. A primeira é analisada pela visão do mercado de trabalho, criando assim uma relação de formalidade e legalidade do trabalho. Nesta visão, a informalidade é definida como qualquer situação ilegal de trabalho, assim qualquer trabalhador assalariado com relação laboral sem carteira assinada seria considerado ilegal e informal.

Conforme esta definição, trabalhadores por conta própria e autônomos são considerados informais, devido a separação entre capital e trabalho. Na segunda perspectiva, Cardoso Júnior (2007) amplia o argumento apresentado de forma a estender a formalidade aos trabalhadores que mesmo considerados informais contribuem voluntariamente para o sistema previdenciário. Nesta dissertação, assim como em Borges, Silva e Barros<sup>2</sup> (2009), será considerado como emprego informal aqueles trabalhadores que não gozam de alguma forma de proteção social previdenciária como auxílio-doença, salário-maternidade, contribuição para aposentadoria, entre outros.

Para evidenciar a relação entre as variáveis dos Censos e o conceito de emprego informal, o BRASIL (2012a, p.5) apresentou, de forma prática, as combinações entre as variáveis do censo 2010 quanto à formalização perante a ocupação do trabalho e contribuição para a previdência, conforme apresentada no Quadro 4.2.

Quadro 4.2: Condição de formalidade na ocupação do trabalho segundo o Censo 2010

<b>Posição na Ocupação (V6930)</b>	<b>Contribuição Previdenciária Oficial (V0650)</b>	<b>Condição</b>
1 – Empregados com carteira de trabalho assinada	-	Formal
2 – Militares e funcionários públicos estatutários	-	Formal
3 – Empregados sem carteira de trabalho assinada	1 – Sim, no trabalho principal 2 – Sim, em outro trabalho 3 – Não	Formal Formal Informal
4 – Conta própria	1 – Sim, no trabalho principal 2 – Sim, em outro trabalho 3 – Não	Formal Formal Informal
5 – Empregadores	1 – Sim, no trabalho principal 2 – Sim, em outro trabalho 3 – Não	Formal Formal Informal
6 – Não remunerados	-	Informal
7 – Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-	Informal

Fonte: Adaptado do MDS – BRASIL (2012a, p.5).

#### **4.1.3 Programas Sociais ( $D_{13}$ )**

O indicador de Auxílio Social indica a existência de algum morador que seja beneficiário de programas sociais ou transferências de renda no domicílio. Tais políticas sociais tem como objetivo conceder, por meio de auxílio econômico, as mínimas condições de vida aos seus beneficiários. Entretanto, indiretamente, elas contribuem para o desenvolvimento de liberdades essenciais, conforme (SEN, 2010), por meio da condicionalidades de incremento educacional e de manutenção da saúde.

As variáveis utilizadas na elaboração do indicador de renda familiar no censo 2000 foram: possuía rendimentos em julho de 2000 provenientes de programas oficiais de auxílio como Renda Mínima, Bolsa Escola, Seguro Desemprego ou outros ( $V4603$ ). E no Censo 2010, se em julho de 2010 a pessoa tinha rendimento mensal habitual de Programa Social Bolsa Família ou Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI ( $V0657$ ), e se em julho de 2010 tinha rendimento mensal habitual de outros programas sociais ou transferências ( $V0658$ ).

Os principais benefícios federais concedidos em 2000 eram o Bolsa Escola, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Em particular o Bolsa Escola, em sua concepção inicial, tinha sua gestão feita pelo Ministério da Educação (MEC) e tinha como público-alvo famílias com crianças na faixa etária entre 7 e 14 anos com frequência escolar mínima de 80% e cuja renda per capita estivesse abaixo de meio salário mínimo, à época R\$120,00 (ROCHA, 2013, p.48).

No ano 2000, segundo a Lei 9.533, de 10 de dezembro de 1997, cerca de 60% dos municípios brasileiros eram atendidos pelo programa, já que a lei obedecia ao modelo de cobertura nacional progressiva em cinco anos com previsão de cobertura total em 2002. Segundo Rocha (2013, p.48), a concessão financeira estava condicionada à iniciativa da gestão municipal que por meio de convênio com o MEC assumia a responsabilidade de seleção das famílias e a contrapartida de 50% do valor dos benefícios concedidos.

Para Rocha (2013, p.48), as fragilidades estruturais no projeto da política associadas ao critério de seleção dos beneficiários, além da relação tênue entre municípios e o governo

federal, a baixa adesão dos municípios ao programa dada a contrapartida financeira a ser assumida, e a alta flexibilidade das normas do programa foram as principais razões que levaram a reformulação do Bolsa Escola com seu relançamento em 2001.

As políticas sociais brasileiras voltadas ao combate a pobreza ganharam notável atenção do governo federal no final do segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso. Em 2001, além do relançamento do Bolsa Escola<sup>26</sup>, e implantou o Bolsa Alimentação<sup>27</sup>. Estes dois programas demandaram a criação do Cadastro Único (CadÚnico), cujo objetivo foi a constituição da base de dados das famílias potencialmente beneficiadas pelos programas focalizados na população pobre, permitindo o acompanhamento das condições de vida dos beneficiários dos programas sociais(ROCHA, 2013, p.64).

De acordo com Rocha (2013, p.65-66), o Bolsa Alimentação estava subordinado ao Ministério da Saúde (MS) e tinha como objetivo a proteção de nutrição e saúde para gestantes, nutrizes e crianças de até 6 anos de famílias de baixa renda. O programa tinha traços comuns ao Bolsa Escola, entre eles famílias com renda per capita abaixo de meio salário mínimo e o critério condicionante para o público-alvo concessão do benefício, sendo que o Bolsa Escola exigia a realização do pré-natal pelas gestantes, acompanhamento nutricional e de doenças crônicas, além da manutenção do calendário de vacinação. Nos dois programas o benefício era de R\$15,00 por beneficiário, tendo como limite máximo a concessão de R\$45,00 por programa.

Outros dois programas devem ser destacados por seu caráter assistencial, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Auxílio Gás. Estes programas de transferência de renda não tinham objetivos centrados no combate a pobreza, apesar de auxiliar em sua mitigação. O PETI objetivava o combate ao trabalho infantil e concedia auxílio de R\$25,00 a R\$40,00 para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos<sup>28</sup> sujeitas ao trabalho penoso e oriundas de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Para isso elas deveriam frequentar regularmente a escola além de ser proporcionada a jornada ampliada em turno

<sup>26</sup> Principais mudanças: sem contrapartida municipal, benefício único de R\$15,00 por criança/mês com limite máximo do benefício de R\$45,00 e ampliação da faixa etária para de 6 a 15 anos.

<sup>27</sup> Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde criado pela Medida Provisória 2206-1, de 6 de setembro de 2001.

<sup>28</sup> atualmente a idade máxima é de 16 anos, segundo o MDS: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>

complementar ao da jornada escolar, a fim de manter as crianças fora do trabalho ao longo do dia.

O Auxílio Gás teve como objetivo a compensação monetária pela suspensão do subsídio ao gás de cozinha. O benefício era de R\$15,00 por família a cada dois meses tinha com fator de elegibilidade renda igual aos demais programas, ou seja, inferior a meio salário mínimo, entretanto sem quaisquer restrições quanto a composição familiar.

Em 2003 inicia-se primeiro mandato do Governo Lula, que ao adotar o aspecto social como umas das prioridades, lança o Programa Fome Zero. Em substituição ao programa Comunidade Solidária<sup>29</sup>, além de objetivar a garantia de segurança alimentar, o programa reunia cerca de 30 ações diversificadas e com foco na pobreza, entre elas o apoio à agricultura familiar, melhoria do saneamento básico e alfabetização. Desta forma, o Estado reconhecia a pobreza como uma questão de múltiplas carências e focava na população pobre como o público-alvo das políticas sociais dada a vulnerabilidade dessa população específica.

O Cartão Alimentação, por meio do Programa Fome Zero, universalizou o benefício atendendo a qualquer família com renda abaixo de meio salário mínimo e concedendo a essas famílias o benefício único de R\$50,00. Manteve-se até outubro do ano de seu lançamento e, mediante problemas na gestão e execução do programa o Governo Federal o abandona, lançando em seguida o Bolsa Família.

O novo programa deixou de utilizar o salário mínimo como critério de elegibilidade para as famílias pobres fixando dois novos limiares de acordo com o nível de renda familiar, a saber:

1. Famílias com renda per capita inferior a R\$50,00 mensais receberiam auxílio de R\$50,00 mensais acrescidos de R\$15,00 por criança de até 15 anos, limitando-se até três crianças de forma que o benefício poderia chegar a R\$95,00 mensais por família;
2. Famílias com renda entre R\$50,00 e R\$100,00 por mês receberiam apenas o benefício variável de R\$15,00 de acordo com o número de crianças sendo R\$45,00 o valor máximo concedido, logo famílias sem crianças de até 15 anos pertencentes a esta faixa de rendimentos não receberiam o benefício do Bolsa Família.

---

<sup>29</sup> Decreto 1.366, de 12 de janeiro de 1995.

A evolução dos parâmetros de elegibilidade e dos valores dos benefícios são apresentados na Tabela 4.1.

Tabela 4.1: Evolução dos parâmetros dos valores do Bolsa Família - 2003 – 2011

Período	Critérios de Renda		Benefícios			
	Mínimo	Máximo	Básico	Variável	Jovens	Máximo
Out. 2003	50	100	50	15	...	95
Abr. 2006	60	120	50	15	...	95
Ago. 2007	60	120	58	18	...	112
Mar. 2008 <sup>a</sup>	60	120	58	18	30	172
Jul. 2008	60	120	62	20	30	182
Jul. 2009	60	120	68	22	33	200
Set. 2009	70	140	68	22	33	200
Mar. 2011	70	140	70	32	38	242
Set. 2011 <sup>b</sup>	70	140	70	32	38	306

Fonte: Adaptado de Rocha (2013, p.130).

Nota:

<sup>a</sup> Ampliação do benefício a domicílios com jovens de 16 e 17 anos frequentando escola, limitados a dois por domicílio.

<sup>b</sup> Ampliação do benefício variável para o máximo de cinco crianças de até 15 anos.

Os benefícios federais concedidos em 2010 era em sua maioria provenientes do Bolsa Família. Ao longo da década, os demais programas deixaram de cadastrar novas famílias, de forma que os beneficiários dos antigos programas de assistência social fossem migrando para o programa vigente. Salvo o BPC e o PETI, o Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio Gás e o Bolsa Alimentação foram aos poucos incorporados ao Bolsa Família.

#### 4.1.4 Ocupação ( $D_{14}$ )

O indicador de ocupação computa a presença no domicílio de pessoas economicamente ativas com 15 anos ou mais que não estão ocupados mas que tomaram providências para que este quadro seja alterado. A desocupação é uma característica que se refere aos moradores de um domicílio, contudo a presença de algum indivíduo nestas condições expõe toda a residência ao risco da insuficiência das necessidades básicas providas pelos resultados do trabalho, sejam financeiros ou não.

A construção do indicador pautou-se nas questões do bloco de trabalho e emprego dos questionários dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, verificando-se a condição de trabalho e se os indivíduos que não estavam trabalhando estavam em busca de trabalho. Neste processo foram usadas as seguintes variáveis descritas no Quadro 4.3.

Quadro 4.3: Variáveis que compuseram o indicador de ocupação ( $D_{14}$ )

Descrição	Código do microdado do Censo	
	2000	2010
Idade calculada em anos	V4752	V6036
Trabalhou ganhando em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios	V0439	-
Tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado(a)	V0440	-
Ajudou sem qualquer pagamento no trabalho remunerado de morador do domicílio, ou como aprendiz ou estagiário	V0441	-
Na semana, ajudou sem remuneração, no trabalho exercido por pessoa moradora do domicílio em atividade de cultivo, extração vegetal...	V0442	-
Trabalhou na plantação, criação de animais ou pesca, somente para alimentação dos moradores do domicílio (Inclusive caça e extração vegetal)	V0443	-
Tomou alguma providência para conseguir trabalho	V0455	-
Condição de ocupação na semana de 25 a 31 de julho de 2010	-	V6910

Fonte: IBGE (2003; 2013).

Fica evidente que a construção do indicador para o ano de 2000 demandou maior esforço que o de 2010 que já fornece a informação processada em uma variável. Contudo, a construção desta medida para o ano de 2000 seguiu o conceito de desocupação, sendo este o mesmo para os dois períodos.

O IBGE (2013, p.328) considerou como desocupado a pessoa sem trabalho na semana de referência mas que estava disponível para assumir um trabalho nessa semana e que tomou alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, sem ter tido qualquer trabalho ou após ter saído do último trabalho que teve nesse período.

Dentro do tema de trabalho e emprego, há um debate que envolve o indicador de ocupação. Kon (2012) salienta a necessidade de interpretar as diferenças dos termos Trabalho e Emprego. Para ela, a definição de desocupação utilizada pelo IBGE está relacionada exclusivamente a pessoas sem trabalho, convergindo com a Organização Mundial do Trabalho (OIT) e possibilitando a comparação internacional dos indicadores de trabalho.

Trabalho é considerado como a atividade econômica do trabalhador em ocupação remunerada em dinheiro, ou outros bens ou benefícios (moradia, alimentação, etc.) no exercício da produção de bens e serviços ou no serviço doméstico, ou ainda ocupação econômica sem remuneração na atividade econômica como membro da unidade domiciliar. (KON, 2012, p.4-5, grifo nosso)

Emprego compreende pessoas acima de certo nível de idade que trabalharam ou que tiveram um emprego durante um determinado período específico, incluindo pessoas assalariadas (ou com uma remuneração em espécie), pessoas temporariamente ausentes do trabalho por razões, tais como, doença, maternidade ou paternidade, férias [...]. (KON, 2012, p.5, grifo nosso)

Kon (2012, p.4) aborda ainda a qualificação do emprego da População Economicamente Ativa (PEA), em três categorias: Emprego, Subemprego e Desemprego. Tal classificação, leva em conta a Condição de Ocupação (Ocupado ou Desocupado) e a Posição na Ocupação (Empregado, Conta própria, Empregador, Não remunerado e Trabalhador na produção para o próprio consumo).

Tendo em vista possíveis conflitos teóricos no cerne da qualificação do emprego, o indicador proposto focará no conceito abordado pelo IBGE na formulação do questionamento pesquisado. Assim, objetivando diretamente a condição de trabalho independentemente de sua forma de remuneração.

## 4.2 Dimensão 2 - Bens de Consumo e Acesso à Informação

Para esta dimensão serão utilizados alguns dos itens usados pelo Critério de Classificação Econômica Brasil<sup>30</sup>, entretanto sem o objetivo de classificação indireta de classes de consumo, mas sim para determinarmos eventuais carências que possam contribuir com a pobreza multidimensional medida por essa dissertação.

<sup>30</sup> Instrumento que secciona em classes de consumo os habitantes das regiões metropolitanas. Ele quantifica em scores baseados na presença de alguns bens de consumo domésticos e da escolaridade do responsável pelo domicílio, este mecanismo é utilizado para estimar indiretamente a renda familiar. Mais informações disponíveis em: <http://www.abep.org>

Mesmo que, em princípio, seja clara a formulação de hipóteses quanto a existência de correlações entre as condições de renda e a posse de bens duráveis, esta dimensão analisará a carência de alguns desses bens nos domicílios assim como a dos meios de acesso a tecnologias de informação.

Para o IPEA (2011), houve uma melhora significativa do poder aquisitivo da população. Num primeiro momento, devido a estabilização da economia em meados da década de 1990, e posteriormente, nos anos 2000, devido a políticas públicas voltadas para a consolidação do mercado interno, por meio da elevação da renda real e da massa salarial, levando ao melhor acesso aos bens duráveis pela população brasileira.

#### **4.2.1 Geladeira ( $D_{21}$ )**

Este indicador sinaliza a ausência de geladeira ou freezer no domicílio, determinando assim a carência quanto a manutenção adequada de vários grupos de alimentos. Utilizou-se para construção deste indicador a variável referente a existência de geladeira ou freezer, (V0215) no censo 2000 e (V0216) para o censo 2010.

Este bem durável é responsável pelo acondicionamento adequado e conservação de grande parte da alimentos que usualmente são consumidos pelas famílias brasileiras. Sua presença pode caracterizar uma melhor conservação dos alimentos, além de protegê-los de agentes externos como animais ou insetos, nocivos a saúde.

Segundo IBGE (2011b), cerca de 95% dos domicílios brasileiros possuem geladeira. Partindo do princípio de que este indicador não mede a presença, mas sim a ausência deste bem, sua construção evidencia uma condição de extrema carência relativa dos domicílios que não possuem geladeira.

Tal situação, define a condição desfavorável para a preservação saudável dos alimentos e consequentemente à saúde dos moradores desses domicílios, o que pode levar a outras privações, temporárias ou permanentes, como a diminuição da capacidade laborativa e por conseguinte a diminuição da renda per capita domiciliar.

#### **4.2.2 Máquina de Lavar ( $D_{22}$ )**

Este indicador expõe a ausência de máquina de lavar roupas no domicílio. Para a construção deste indicador simples foi utilizada a variável que respondeu a questão “Existe de máquina de lavar roupas no domicílio?”, seu código em 2000 foi  $V0217$  enquanto para o censo 2010 em  $V0215$ .

Entre as discussões que existem a respeito da posse da máquina de lavar roupas destacou-se nesta dissertação seu caráter de uso do tempo. Independente de questões de gênero ligados a divisão dos trabalhos domésticos, a máquina de lavar roupas pode proporcionar um importante papel no que concerne a liberação do tempo que seria destinado a uma tarefa, considerada por muitos, demorada e cansativa.

Assim, o tempo antes destinado a lavagem manual das roupas poderá ser destinado a outras atividades mais produtivas do ponto de vista físico, social, intelectual, econômico, entre outras que possam melhorar as capacidades individuais dos moradores do domicílio.

Em estudo realizado por Lavinas, Alves e Nicoll (2006), apoiados por informações da PNAD 2004, que levaram em conta questões de gênero e renda, mostrou o quanto a presença de máquina de lavar roupas poderia contribuir para o aumento da renda deste domicílio. Segundo os autores, dentre as variáveis utilizadas, este bem foi o fator que mais contribuiu para elevação da renda das mulheres pobres ocupadas, aumentando, em média, 42% da renda.

#### **4.2.3 Televisão ( $D_{23}$ )**

Este indicador evidencia a ausência de aparelho de televisão no domicílio. Para a construção deste indicador utilizou-se a variável “Número total de televisores existentes no domicílio, tanto em cores como em preto e branco, desde que em condições de uso” ( $V0221$ ) no Censo 2000 e “Existência de televisores tanto em cores como em preto e branco, plasma e LCD, desde que em condições de uso” ( $V0214$ ) no censo 2010.

A televisão é um dos bens que mais está presente em grande parte dos domicílios brasileiros, segundo resultados do censo 2010 cerca de 95% dos domicílios tem TV no Brasil e 92% no nordeste (IBGE, 2011b).

Mesmo com a disseminação e diversificação das fontes e informação que ocorridas na década 2000-2010 no Brasil a TV continua sendo considerada um das principais devido a sua característica popular de entretenimento e lazer. Desconsiderando questões relativas a qualidade do conteúdo exibido na TV brasileira, a ausência deste bem no domicílio pode representar a carência de uma fonte mínima de informação e entretenimento.

Segundo a União Internacional de Telecomunicações - UIT (2011), em consonância com os objetivos dos direitos humanos, a acessibilidade da televisão pode apoiar a inclusão social de populações imigrantes, atender às necessidades dos mais velhos e melhorar a alfabetização, não apenas para pessoas com deficiência, mas para os grupos não-escolarizados e marginalizados.

#### **4.2.4 Microcomputador ( $D_{24}$ )**

Este indicador será capaz de apontar a falta de microcomputador no domicílio. A variável usada para sua construção foi a existência de microcomputador, sendo o código V0220 responsável pela identificação nos microdados no censo 2000, enquanto para o censo 2010 a variável foi representada por V0216.

Segundo IBGE (2013, p.312), os aparelhos de microcomputador abrange os tipos *desktop* (computador de mesa), laptop (notebook) e netbook. Essa definição não leva em conta as diferenças tecnológicas do dispositivo investigado por este indicador simples. Mesmo com a atemporalidade do indicador, questões concernentes a popularização dos dispositivos relacionados as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) não poderá ser desconsiderada, tendo em vista as realidades de cada momento do censo.

Devido a essa popularização e desenvolvimento das TIC foi necessária a atualização no questionário no censo 2010, tendo neste a necessidade de verificar a condição de acesso a plataforma de comunicação de internet. Esta dissertação tratará exclusivamente da ausência de microcomputadores no domicílio.

#### **4.2.5 Telefone ( $D_{25}$ )**

Indica a ausência de comunicação por meio telefônico independente da tecnologia utilizada. As variáveis utilizadas neste indicador foram:  $V0219$  existência de linha telefônica instalada em 2000, enquanto para o censo 2010 utilizou-se a variável  $V0217$  – existência de telefone celular e a  $V0218$  – existência de telefone fixo.

Assim como para os microcomputadores o desenvolvimento das TIC permitiu uma profunda mudança no padrão convencional de telefonia. Antes o alto custo e o acesso predominantemente por linha fixa restringia o uso de parte majoritária da população, sobretudo a população pobre, que tinha como alternativa o uso de telefones públicos, os conhecidos orelhões.

Porém ao longo da década de 2000 a expansão dos serviços e o barateamento das tecnologias contribuíram para a telefonia sofresse uma intensa mudança em seu papel social, popularizando e massificando o acesso a comunicação telefônica, principalmente após a democratização das tecnologias móvel no Brasil.

Segundo a UNESCO (2014), as tecnologias móveis como celulares ou e-books podem auxiliar no avanço da alfabetização e do aprendizado em comunidades desfavorecidas em todo o mundo.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, existem centenas de milhares de pessoas que atualmente usam a tecnologia móvel para acesso a texto, observando que países onde o analfabetismo é elevado e a disponibilidade de livros impressos é limitada, muitas pessoas aprendem em pequenos aparelhos celulares.

A UNESCO (2014), recomenda que os governos e organizações em países em desenvolvimento busquem melhorias na diversidade e do conteúdo da leitura para atrair grupos específicos, como professores e pais para que sejam as pessoas capazes de transformar celulares em um veículo de materiais de leitura.

#### **4.3 Dimensão 3 - Condições de Saneamento e Habitação**

Nesta dimensão buscou-se avaliar as condições básicas de habitação e saneamento relacionando-as com as condições de bem estar e o quanto estas podem impactar na mensuração da pobreza. Esta dimensão está diretamente relacionada com a saúde e qualidade de vida da população, como afirmam (IBGE, 2010), (IBGE, 2011b) e (IBGE, 2012).

As doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado abrangem diversas patologias, como as diarreias, a febre amarela, a leptospirose, as micoses e outras, que têm diferentes modos de transmissão. [...] A precariedade nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e destino final dos resíduos sólidos, drenagem urbana e higiene inadequada constituem risco para a saúde da população, sobretudo para as pessoas mais pobres que, vivendo em condições insalubres, têm sua dignidade afetada. Ampliar o acesso ao saneamento é fundamental para melhorar a qualidade de vida e reduzir a pobreza, objetivos essenciais do desenvolvimento sustentável. O indicador permite conhecer, monitorar e avaliar a situação de saúde relacionada às condições de saneamento ambiental, subsidiando ações que podem, inclusive, reduzir os gastos com saúde. (IBGE, 2012, p.185)

Boas condições de saneamento não só melhoram a saúde das pessoas como também melhoram as condições do meio ambiente. De acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS doenças relacionadas com os sistemas precários de água e esgoto e a deficiências de higiene são responsáveis por muitas mortes no mundo todo. (IBGE, 2011b, p.66)

Para IBGE (2012), um domicílio tem condições satisfatórias de habitação quando apresenta um padrão mínimo de acesso aos serviços de infraestrutura básica, além de espaço físico suficiente para seus moradores. A moradia adequada pode contribuir para a qualidade ambiental, quando o esgoto e o lixo são coletados e adequadamente dispostos, evitando a proliferação de vetores de doenças. Dessa forma, um domicílio adequado é uma das condições determinantes para a qualidade de vida da população.

### **4.3.1 Água ( $D_{31}$ )**

O indicador apontará os domicílios localizados em zonas urbanas que não podem contar como o serviço de distribuição de água por rede geral e domicílios os localizados nas zonas rurais que além de não terem a distribuição por rede geral, não tenham acesso a água oriunda de poço ou nascente na propriedade.

Utilizou-se a variável que refere-se a forma ou origem do abastecimento de água para os domicílios particulares permanentes (*V0207 em 2000 e V0208 em 2010*), para a construção deste indicador.

Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo 3º dispõem que todas as pessoas tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Por mais tautológica que pareça ser a relação entre direito a vida e a disponibilidade da água, o expresso reconhecimento do acesso à água potável como um direito humano fundamental (Quadro 4.4) somente ocorreu em 28 de julho de 2010, onde a Assembleia Nacional da ONU<sup>31</sup>, resolve:

28 de julio, 2010 — La Asamblea General de la ONU reconoció hoy el acceso al agua potable como un derecho humano básico y urgió a garantizar que los casi 900 millones de personas que carecen del líquido vital puedan ejercer ese derecho. En una resolución adoptada por 122 votos a favor, ninguna en contra y 41 abstenciones, la Asamblea estipuló también que el acceso a los servicios sanitarios básicos es un derecho en vista de que la contaminación del agua es una de las principales causas de mortalidad en los países más pobres (<http://www.un.org/spanish/News/>).

Além da disponibilidade da água potável, existe a preocupação com o acesso ao saneamento básico como meio de garantir a qualidade da água e assim evitar problemas relacionados à saúde da população. Tal apreensão foi manifestada na Meta 3 do ODM-7: Garantir a sustentabilidade ambiental, em reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e esgotamento sanitário.

Quanto a adequação do acesso a água, o IBGE (2012) considera adequado apenas aquele realizado por rede de abastecimento geral, o qual está embasado pela legislação brasileira, onde toda água fornecida a população por rede de abastecimento geral deve ser tratada e de boa qualidade.

<sup>31</sup> Resolução A/RES/64/292 disponível em: <http://www.un.org>

Quadro 4.4: Direitos Humanos à Água - “Water For Life 2005-2015” ONU

CONDIÇÃO	DESCRIÇÃO
<b>Suficiente</b>	O abastecimento de água para cada pessoa deve ser suficiente e contínuo para uso pessoal e doméstico. Estes usos normalmente incluem: beber, lavagem de roupas, preparo de alimentos, higiene pessoal e doméstica. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), são necessários entre 50 e 100 litros de água por pessoa por dia para garantir que a maioria das necessidades básicas sejam atendidas e sem o surgimento de problemas de saúde.
<b>Segura</b>	A água necessária para uso pessoal ou doméstico deve ser segura, portanto, livre de micro-organismos, substâncias químicas e riscos radiológicos que constituem uma ameaça à saúde de uma pessoa. As medidas de segurança de água potável são geralmente definidas por normas nacionais e /ou locais para a qualidade da água potável .
<b>Aceitável</b>	A água deve ser de cor, odor e sabor aceitável para o uso pessoal ou doméstico. [...] Todas as instalações de água e os serviços devem ser <i>culturalmente</i> apropriadas e sensível ao gênero, ciclo de vida e as exigências de privacidade.
<b>Fisicamente Acessível</b>	Toda pessoa tem direito a um serviço de água e saneamento que é fisicamente acessível dentro ou nas imediações da casa, instituição de ensino, local de trabalho ou instituição de saúde. De acordo com a OMS, a fonte de água deverá localizar-se a uma distância máxima de 1.000 metros do lar e o tempo de coleta não deverá ultrapassar 30 minutos.
<b>Preço Acessível</b>	A água, assim como suas instalações e serviços , devem ser acessíveis a todos. O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) sugere que os custos da água não deve exceder 3% do rendimento familiar total.

Fonte: Scanlon, Cassar e Nemes (2004)

Tais considerações utilizam-se das prerrogativas de que outras formas de abastecimento domiciliar de água (poço, nascente, cacimba, carro-pipa, água de chuva etc.) nem sempre apresentam qualidade satisfatória, em especial nas áreas urbanas, onde o risco de contaminação de nascentes, poços, rios e lençóis freáticos é muito grande.

No entanto, ainda de acordo com o IBGE (2012), essa abordagem provoca a subestimação da população adequadamente abastecida, especialmente nas zonas rurais, onde a água de nascentes e poços pode ter qualidade satisfatória em boa parte dos casos.

É evidente que o acesso a água de potável transpõe as discussões *stricto sensu* do direito fundamental adquirido e impõem outras questões que ultrapassam dos objetivos dessa dissertação. Assim, mesmo as variáveis utilizadas não garantam plenamente as recomendações acima citadas, este indicador se reserva a quantificar a presença de água na residência ou propriedade.

### **4.3.2 Energia Elétrica ( $D_{32}$ )**

Indica a ausência de energia elétrica independente da fonte e da forma de medição do consumo no domicílio. As variáveis utilizadas neste indicador foram: V0213 - Existência de Iluminação elétrica pelo censo 2000 e sua equivalente no censo 2010, V0211 – Existência de energia elétrica.

O Programa Nacional de Eletrificação Rural, popularmente denominado “Luz no Campo”, instituído pelo decreto de 02 de Dezembro de 1999, foi um programa de iniciativa governamental sob coordenação do Ministério de Minas e Energias, através das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, com o objetivo de suprir com energia elétrica as áreas rurais não atendidas, promovendo a melhoria das condições socioeconômicas das áreas distantes no interior do País, com atenção diferenciada às regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, em razão de seu baixo índice de eletrificação rural.

Tinha como meta levar energia elétrica a 1 milhão de famílias rurais em 3 anos. Atingiu 42% da meta em junho de 2002, com 419 mil unidades consumidoras atendidas. Segundo dados da PNAD, do IBGE, o Luz no Campo atingiu uma universalização de casas com energia elétrica de 90,8% ao fim de 2002. O programa estava sob coordenação do Ministério de Minas e Energia e pela Eletrobrás e ao final de 2003 foi efetivamente incorporado pelo seu programa sucessor.

O Programa Luz para Todos (PLPT) é um programa do Governo Federal do Brasil que visa levar energia elétrica para a população do meio rural, seja ela com ou sem recursos financeiros, de forma gratuita. Ao contrário do programa Luz no Campo lançado em 2000, que cobrava taxa de instalação para levar a luz até as propriedades rurais, no Luz Para Todos, o Governo Federal, assume as despesas e o incorpora na conta de desenvolvimento econômico.

O PLPT foi lançado em novembro de 2003 com o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país. A meta era levar energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008, tendo sido atingida em maio de 2009 e em agosto de 2013 já soma-se mais de 3 milhões de famílias, em todos os estados, beneficiando cerca de 14,9 milhões de brasileiros, moradores da zona rural.

O programa só tem problemas na região norte, em que cerca de 2,8% dos domicílios não tem energia elétrica e a complexa geografia da Floresta Amazônica impede a rede de ser instalada em pontos remotos de Amazonas e Pará.

Para Trigoso (2004, p.77), a energia elétrica facilita o desenvolvimento socioeconômico tanto individual como comunitário, entretanto, a eletrificação deve vir acompanhada de iniciativas e ações que abranjam a saúde, a educação, a produção e muitos outros setores complementares. Nesse sentido, a energia elétrica se comporta como um agente facilitador de todas essas ações, de modo a ocasionar a mudança social e o bem-estar da população.

Segundo Trigoso (2004, p.78), a eletrificação pode ampliar as oportunidades no sentido de que ela possibilita:

- O uso da iluminação residencial e pública, o que aumenta as horas de trabalho, estudo ou lazer;
- O uso de eletrodomésticos como rádio, televisão, liquidificadores, máquinas de lavar, aparelhos de vídeo e de som, etc.;
- A telefonia e a radiocomunicação, além do uso do fax, computadores e internet;
- A eletrificação de hospitais ou postos de saúde, acompanhada do uso de refrigeradores para vacinas, microscópios ou instrumentos médicos;
- A eletrificação de escolas e o emprego de sistemas audiovisuais;
- A constituição de processos de produção, isto é, a utilização de máquinas com a capacidade de aumentar o nível de renda da população;
- A transição energética por causa da substituição de combustíveis e dispositivos energéticos como lamparinas, velas, pilhas, etc.

#### **4.3.3 Banheiro ( $D_{33}$ )**

Este indicador computa a ausência de banheiros de uso exclusivo dos moradores do domicílio. Utilizou-se na elaboração deste indicador a variável “Número de banheiros de uso exclusivo” expressa por  $V0209$  nos microdados do censo 2000 e por  $V0205$  pelo censo 2010.

O IBGE (2013, p.312) considerou como banheiro o cômodo do domicílio particular permanente que, na data de referência, dispunha de chuveiro ou banheira e aparelho sanitário (ou privada), e era de uso exclusivo dos moradores do domicílio.

#### **4.3.4 Esgoto ( $D_{34}$ )**

Indica a ausência de esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou fossa séptica no domicílio. Para sua construção foram utilizadas as variáveis  $V0211$  – “Esgotamento sanitário, forma” e  $V0207$  – “Esgotamento sanitário, tipo” para os Censos de 2000 e 2010, respectivamente.

Para IBGE (2013, p.316), um domicílio possui rede geral de esgoto ou pluvial quando a canalização das águas servidas e dos dejetos provenientes do banheiro ou sanitário estava ligada a um sistema de coleta que os conduzia a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada.

Enquanto a fossa séptica é quando a canalização do banheiro ou sanitário estava ligada a uma fossa séptica, ou seja, a matéria era esgotada para uma fossa próxima, onde passava por um processo de tratamento ou decantação, sendo, ou não a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área, região ou município;

Segundo o IBGE (2012, p.114), a existência de esgotamento sanitário é fundamental na avaliação das condições de saúde da população, pois o acesso a este serviço é essencial para o controle e a redução de doenças.

Trata-se de um indicador importante tanto para a caracterização da qualidade de vida da população residente em um território quanto para o acompanhamento das políticas públicas de saneamento ambiental.

#### **4.3.5 Lixo ( $D_{35}$ )**

Indicará se o lixo do domicílio está sendo coletado diretamente pelo serviço de limpeza ou colocado em caçambas do serviço de limpeza. Para este indicador utilizou-se a variável "Lixo, destino" como o código V0212 nos microdados do censo 2000 e V0210 para o censo 2010.

De acordo com o IBGE (2013, 314), um domicílio tem seu lixo coletado diretamente por serviço de limpeza quando este era coletado diretamente por serviço de empresa pública ou privada. E, colocado em caçamba de serviço de limpeza quando o lixo do domicílio era depositado em uma caçamba, tanque ou depósito, fora do domicílio, para depois ser coletado por serviço de empresa pública ou privada.

Para o IBGE (2012, p.120), informações sobre a coleta de lixo produzido são de extrema relevância, fornecendo um indicador que pode ser associado tanto à saúde da população quanto à proteção do ambiente, pois resíduos não coletados ou dispostos em locais inadequados favorecem a proliferação de vetores de doenças e podem contaminar o solo e os corpos d'água.

A decomposição da matéria orgânica presente no lixo, por sua vez, origina gases associados ao efeito estufa. O acesso à coleta de lixo domiciliar constitui um indicador de infraestrutura, principalmente para as áreas urbanas.

#### **4.3.6 Densidade Morador/Dormitório ( $D_{36}$ )**

Este indicador é responsável por verificar uma das condições de habitação de um domicílio particular permanente. É medido pela razão entre o total de moradores e números de dormitórios existente na residência onde moram, seu limiar de carência é definido pelo (IBGE, 2012, p.208), sendo esta densidade de até 2 moradores por dormitório.

Ele é obtido diretamente das variáveis V7204 no censo de 2000 e V6204 no censo 2010, ambas com a mesmo nome proposto para este indicador simples.

Segundo o (IBGE, 2003, p.234), foi considerado como dormitório o quarto ou qualquer outra dependência do domicílio particular permanente, que estivesse servindo de dormitório aos moradores, na data de referência dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

#### **4.4 Dimensão 4 - Condições Sociais**

A dimensão de condições sociais leva em conta quatro indicadores que buscam retratar situações domiciliares características de seus membros que podem configurar uma condição de carência, privação ou vulnerabilidade no contexto social e exposição a pobreza.

Este indicadores levam em conta as condições físicas e mentais dos moradores e a condição de ocupação dos jovens residentes num determinado domicílio. Além destes, esta dimensão investigará configuração domiciliar quanto a estrutura estrutura etária e composição familiar os quais serão apresentados detalhadamente a seguir.

##### **4.4.1 Condições Físicas e Mentais( $D_{41}$ )**

Este indicador é responsável por compor a investigação multidimensional da pobreza a partir das capacidades físicas e mentais de uma pessoa quanto ao desenvolvimento de uma vida saudável e apta ao exercício de atividades laborativas livre de cuidados e de atenção individual de terceiros.

As definições de funcionalidade e incapacidade consideram aspectos das funções e estrutura do corpo, da execução e limitações de tarefas individuais e do envolvimento em situações da vida real e suas restrições, além de fatores que constituem o ambiente físico e social em que as pessoas conduzem suas vidas (OMS, 2004).

Seu cálculo consiste em verificar, para cada morador do domicílio, através de questões declaradas ao Censos Demográficos como problemas funcionais ou estruturais do corpo humano. Assim caso um indivíduo se declare com “grande dificuldade” ou “incapaz” nas funcionalidades de visão, audição, locomoção sejam elas exclusivas ou concomitantes.

Além dessas, o indicador de condições físicas e mentais considera em seu cálculo as pessoas que “declarem a existência de deficiência mental permanente que dificultasse a realização de atividades diárias” (IBGE, 2013).

As variáveis usadas na construção do indicador são descritas no Quadro 4.5 a seguir.

Quadro 4.5: Variáveis que compuseram o indicador de condições físicas e mentais ( $D_{41}$ )

Descrição	Código do microdados do Censo	
	2000	2010
Capacidade/Dificuldade permanente de enxergar	V0411	V0614
Capacidade/Dificuldade permanente de ouvir	V0412	V0615
Capacidade/Dificuldade permanente de caminhar/subir escadas	V0413	V0616
Problema/Deficiência mental/intelectual permanente	V0410	V0617

Fonte: IBGE (2003; 2013).

Este indicador não pretende captar qualquer juízo de valor quanto a capacidade individual dessas que serão identificados, mas sim caracterizar a operacionalização de uma condição que possibilita a exposição deles ao risco social e econômico que margeia a condição de pobreza.

#### 4.4.2 Atenção a Idosos e Crianças ( $D_{42}$ )

O indicador de atenção a idosos e crianças é responsável por sinalizar a existência, na constituição domiciliar, de pessoas menores de 15 anos e de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos. Os códigos de microdados utilizado para compilar este indicador referente a idade calculada em anos dos moradores foram V4752 e V6036 para os censos de 2000 e 2010, respectivamente.

Assim, um domicílio é considerado em condição de privação quando este indicador sinalizar a existência de pelo menos uma pessoa na condição definida acima. Esta condição de privação refere-se a atenção demandada pelas pessoas que pertencem a estas faixas de idade. A atenção que este indicador pretende captar não se restringe a dependência econômica desse indivíduos, mas também, a que se refere ao uso do tempo daqueles que são responsáveis pelas pessoas nestas faixas etárias.

Para aqueles com idade inferior a 15 anos, acredita-se que seus responsáveis demandam parte do tempo para o provimento de recursos materiais e imateriais para o

auxílio no desenvolvimento de capacidades individuais destes menores. Estas capacidades normalmente estão relacionadas ao provimento ou desenvolvimento de caráter nutricional e educacional, e, em alguns casos, na formação ética e de civilidade desses indivíduos. Quanto aos idosos, esta atenção volta-se a manutenção de uma vida saudável ou na mitigação de condições que possam impedir tal condição de vida.

#### 4.4.3 Configuração Domiciliar ( $D_{43}$ )

A condição familiar que constitui este indicador, é delimita pela contraposição das capacidades individuais existentes em cada domicílio. Assim, seu ponto de corte foi atribuído a combinação de temas que envolvem questões socioeconômicas, de gênero e de composição familiar. Neste contexto, o indicador mensurará a condição de privação predefinida as famílias monoparentais femininas com crianças.

Assim, fazendo uso das informações sobre os domicílios, como *proxy* do conceito de família, considerou a questões como a responsabilidade pelo domicílio, convivência em companhia de cônjuge ou companheiro e a idade de seus moradores, foi possível calcular o indicador de configuração domiciliar, cujas variáveis são descritas no Quadro 4.6.

Quadro 4.6: Variáveis que compuseram o indicador de configuração domiciliar ( $D_{43}$ )

Descrição	Código do microdados do Censo	
	2000	2010
Sexo	V0401	V0601
Relação com responsável pelo domicílio	V0402	V0502
Companhia de cônjuge ou companheiro	V0436	V0637
Idade calculada em anos	V4752	V6036

Fonte: IBGE (2003; 2013).

Alguns trabalhos científicos debatem as relações entre pobreza desigualdade e gênero, dentre estes, Lavinas, Alves e Nicoll (2006) e Scarpellini e Carlos (2011) destacam as condições sociais existente entre as configurações familiares dos domicílios brasileiros.

Em ambos, são evidenciadas as condições de fragilidade e condição de vulnerabilidade em que as famílias chefiadas por mulheres sem a presença de cônjuge ou companheiro e cuidando de crianças que normalmente são seus filhos, mostra o quanto esta condição pode ser refletida no fenômeno da pobreza estudado.

#### **4.4.4 Ocupação de Jovens ( $D_{44}$ )**

O indicador de ocupação de jovens tem como objetivo mensurar as atividades laborativas e estudantis dos indivíduo com idade entre 15 e 28 anos, de residentes nos domicílios particulares permanentes considerados no Censo Demográfico. O limiar de carência usado como condicionante para retratar as privações nesta delimitação social foi definido como para os jovens, dentro desta faixa etária que não trabalham nem estudam.

Este indicador individual foi calculado, com base em informações disponíveis nos microdados dos censos de 2000 e 2010, levando em consideração informações que sinalizam a presença escolar e a condição de trabalho desses jovens, descritas no Quadro 4.7.

Quadro 4.7: Variáveis que compuseram o indicador de ocupação de jovens ( $D_{44}$ )

Descrição	Código do microdado do Censo	
	2000	2010
Idade calculada em anos	V4752	V6036
Frequenta escola ou creche	V0429	V0628
Trabalhou ganhando em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios	V0439	V0641
Tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado(a)	V0440	V0642
Ajudou sem qualquer pagamento no trabalho remunerado de morador do domicílio, ou como aprendiz ou estagiário	V0441	V0643
Trabalhou na plantação, criação de animais ou pesca, somente para alimentação dos moradores do domicílio (Inclusive caça e extração vegetal)	V0443	V0644
Tomou alguma providência para conseguir trabalho	V0455	V0645

Fonte: IBGE (2003; 2013).

Considerando o regime educacional brasileiro, os jovens com idade de entre 15 e 28 anos, se estivessem estudando, estariam cursando o ensino médio, o ensino superior ou pós-graduação. Quanto à condição de trabalho, a legislação brasileira vigente regulamenta as normas que contemplam o jovem aprendiz de 14 a 24 anos, que estejam cursando regularmente o ensino fundamental ou médio (BRASIL, 2005).

A privação da capacidade por estes aspectos pode levar o jovem a precariedade, informalidade ou mesmo falta de emprego, uma vez que sem conhecimento necessário há a chance deste não possuir qualidade na mão-de-obra, possibilitando a este jovem serem

assolados pela insegurança financeira acumulando assim diversos fatores que o expõe a condições de vulnerabilidade a pobreza.

## 4.5 Dimensão 5 - Educação

A dimensão de educação reuniu quatro indicadores que retratam a realidade das capacidades educacionais de um indivíduo. Considerando a educação um pilar importante no desenvolvimento social por se tratar de um processo de ampliação das capacidades dos indivíduos, os quais tem a possibilidade de escolher dentre as opções que envolvem suas vidas (SEN, 2010).

Esta dimensão investigou as características individuais para o provimento de capacidades educacionais nos aspectos da alfabetização, da frequência escolar, da quantidade anos de estudo e da distorção série e sua requerida idade de curso. Todos estes aspectos são apresentados no detalhamento de seus indicadores sem sequência.

### 4.5.1 Alfabetização ( $D_{51}$ )

O indicador retrata as condições de alfabetização que possui determinada pessoa, representando a condição mínima necessária que ela possa ter para iniciar um processo de desenvolvimento de suas capacidades. Desta forma, atribuiu-se àqueles maiores de 15 anos de idade que não sejam alfabetizados carentes do ponto de vista educacional caracterizando assim todo o domicílio em que reside como suscetíveis ao situação de pobreza.

A condição de alfabetizado medida no Censo Demográfico restringe-se especificamente a capacidade de um indivíduo saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecesse. Por outro lado, considera-se analfabeto a pessoa que aprendeu a ler e escrever, mas que não consolidou o conhecimento adquirido sendo capaz somente de assinar seu próprio nome.

Assim, o indicador pode ser construído através da auto declaração do saber ler e escrever daqueles maiores de 15 anos, representado pelos códigos V0428 e V6027 nos microdados dos censos de 2000 e 2010, respectivamente.

#### **4.5.2 Frequência Escolar ( $D_{52}$ )**

A frequência escolar representa o processo pelo qual um estudante busca em instituições de ensino, o meio de adquirir do conhecimento necessário a possibilita-lo obter seu desenvolvimento individual.

O ponto de corte para pessoas de 5 a 15 anos que frequentavam a escola, seja da rede pública ou privada, aqueles que não apresentavam este quadro eram considerados privados da condição de frequência escolar definindo assim o domicílio em que residem como privados aproximando-o das condições de pobreza relacionadas ao contexto social em estudo. Para o cálculo desse indicador utilizou-se das variáveis V0429 e V5036 dos censos de 2000 e 2010, respectivamente.

Foi considerado quem frequentava escola ou creche a pessoa que estava devidamente matriculada e frequentava curso de educação regular, presencial ou EaD, em estabelecimento de ensino devidamente regulamentado pelo Ministério da Educação. Para o (IBGE, 2013), não foi considerada como estudante a pessoa que estava frequentando: curso rápido profissionalizante ou de extensão cultural; curso superior sequencial, de aperfeiçoamento ou extensão; curso de ensino fundamental ou de ensino médio ministrado por meio de rádio e televisão ou por correspondência; ou curso pré-vestibular.

#### **4.5.3 Escolarização ( $D_{53}$ )**

O indicador de escolarização analisa os moradores dos domicílios particulares permanentes, menores de 15 anos que se declararam alfabetizados, mas não frequentam a escola, porém já estudaram em algum momento e que tenham ao menos 5 anos completos de estudo.

Considerando as mudanças no sistema educacional brasileiro, abordadas na seção seguinte, o indicador de escolarização verifica se o jovem concluiu pelo menos a 6ª série do ensino fundamental, conforme o sistema educacional vigente em 2000. Esta situação equivale a conclusão do primeiro ciclo do ensino fundamental, que a partir de 2010, passou a ser do 1º ao 5º ano.

As variáveis utilizadas para compor o indicador de escolarização são apresentadas no Quadro 4.8 abaixo:

Quadro 4.8: Variáveis que compuseram o indicador de escolarização ( $D_{53}$ )

Descrição	Código do microdados do Censo	
	2000	2010
Idade calculada em anos	V4752	V0636
Sabe ler e escrever	V0428	V0627
Frequenta escola ou creche	V0429	V0628
Anos de estudos	V4300	-
Curso mais elevado que frequentou	-	V0633

Fonte: IBGE (2003; 2013).

A privação sinalizada por este indicador expõe o individuo ao risco de sofrer com limitações ao desenvolvimento de capacidades que necessitam de um nível educacional maior.

Assim, a baixa escolaridade pode impor ao individuo condições de trabalho mais elementares e que não necessitem de maiores níveis educacionais, consequentemente estes postos são menos valorizadas em relação aos que poderiam exercer caso tivessem obtido maiores capacidades educacionais.

#### 4.5.4 Relação Idade/Série ( $D_{54}$ )

A relação entre idade e série é responsável por indicar a defasagem escolar que ocorre quando o estudante cursa uma série inferior distinta da prevista para sua idade. A defasagem, em sua maioria, pode ser decorrente do baixo aproveitamento ou desempenho escolar, do ingresso tardio na escola, ou de matrícula feita em série ou ano diferente da idade do aluno.

Este indicador busca medir qualidade do ensino em que a população em idade escolar no nível básico (de 6 a 17 anos), considerando assim um nível mínimo de escolaridade requerida para uma determinada faixa etária. Assim, para o morador com nível de escolaridade compatível com sua idade, ou nível de escolaridade maior do que o requerido, atribui-se que este não está em defasagem, em caso contrário, o domicílio em que indivíduo reside é considerado em carência no indicador de defasagem escolar.

As variáveis usadas nesse processo são descritas no Quadro 4.9.

Quadro 4.9: Variáveis que compuseram o indicador de defasagem escolar ( $D_{54}$ )

Descrição	Código do microdado do Censo	
	2000	2010
Idade calculada em anos	V4752	V0636
Frequenta escola ou creche	V0429	-
Curso/Ano que frequenta	V0430	V0630
Série que frequenta	V0431	V0631

Fonte: IBGE (2003; 2013).

Considerando as mudanças ocorridas de 2000 a 2010 no sistema educacional brasileiro, este indicador absorveu estas alterações de forma a medir as mesmas condições educacionais existentes em cada período. Desta forma as mudanças estabelecidas pela Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 (BRASIL, 2006), atribui mudanças na duração do ensino básico que antes era de 8 anos passando a ter 9 anos de duração.

Estas mudanças forem contempladas pelo Censo Demográfico 2010, contudo estas estavam em fase de implantação, existindo assim as duas configurações de ensino básico no sistema educacional brasileiro. A nova legislação reduziu idade mínima de matrícula escolar de 7 para 6 anos, assim crianças que em 2000 se matriculavam na 1ª série do primeiro ciclo do ensino fundamental em 2010 se matriculavam no 1º ano deste mesmo ciclo.

A mudança ocorrida contemplou o enquadramento das classes de alfabetização ao ensino fundamental sendo esta equivalente ao 1º ano desta nova configuração. Assim a construção do indicador foi pautada na tabela de organização do ensinos fundamental e médio apresentada na Tabela 4.2.

É importante destacar que apesar de listadas algumas causas da ocorrência de defasagem escolar, este indicador não tem objetivo de atribuir responsabilidade do quadro a qualquer ator envolvido no processo de educação básica brasileira. Mantendo assim seu compromisso em operacionalizar o conceito social atribuído ao indicador educacional em questão.

Considerou-se neste capítulo o detalhamento das dimensões e seus indicadores que compõe o Índice Multidimensional de Pobreza do Nordeste construído nesta dissertação. Cada indicador descrito identifica as condições individuais e domiciliares indicando as capacidades ou falta delas configurada como carência ou privação.

Tabela 4.2: Equivalência serie, ano, idade da educação básica no Brasil

Nível	8 anos de duração	9 anos de duração	Idade requerida no início do ano letivo
Ensino Fundamental	-	1º Ano	6 anos
	1ª Série	2º Ano	7 anos
	2ª Série	3º Ano	8 anos
	3ª Série	4º Ano	9 anos
	4ª Série	5º Ano	10 anos
	5ª Série	6º Ano	11 anos
	6ª Série	7º Ano	12 anos
	7ª Série	8º Ano	13 anos
Ensino Médio	8ª Série	9º Ano	14 anos
Nível	3 anos de duração		Idade requerida no início do ano letivo
		15 anos	
1º Ano	16 anos		
2º Ano	17 anos		
3º Ano			

Fonte: Ministério da Educação — BRASIL (2009, p.11).

Estas dimensões e indicadores foram agrupados de forma a estimar em escalas estaduais e municipais os níveis de carência destes indicadores assim como o índice de pobreza composto por eles para toda a região. Desta forma segue-se com a apresentação dos resultados e suas análises.

## CAPÍTULO 5: ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados do Índice Multidimensional de Pobreza distribuídos para cada estado nordestino e comparando as transformações ocorridas no âmbito do índice geral, de suas dimensões e de seus indicadores para anos de 2000 e 2010, além de apresentar medidas comparativas entre os índice proposto, e os índices de pobreza monetária propostos pelo Banco Mundial e pelo MDS nas orientações ao plano nacional de combate a pobreza.

Serão apresentadas ainda, as disposições geográficas do índice sintético em escala municipal, a fim de se identificar a distribuição espacial da pobreza no Nordeste nos recortes de tempo deste estudo.

### 5.1 Pobreza Multidimensional nos Estados Nordestinos

Considerando a pobreza medida a partir dos níveis de renda, os estados nordestinos figuram entre os de maiores índices de pobreza do Brasil. Desta forma, a análise particular do panorama desses estados terá como objetivo apresentar as transformações nos níveis de pobreza multidimensional, detalhando as dimensões e seus indicadores na investigação das principais influências para as mudanças ocorridas no fenômeno da pobreza no Nordeste.

Nos primeiros resultados, apresentados na Tabela 5.1, é possível observar uma redução do índice multidimensional de pobreza entre 2000 e 2010 para todos os estados da região Nordeste. As reduções mais expressivas foram registrados para os estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Maranhão enquanto as menores reduções se deram em Alagoas e Piauí.

No panorama geral, a incidência da pobreza constatada em 2000 se enquadrava entre 60% e 80% da população aproximadamente. Os níveis mais altos foram registrados nos estados do Maranhão e de Piauí. Nesses mais de 70% de sua população era considerada pobre, dos quais, metade se enquadravam em níveis graves desta condição social. Além disso, mais de 16% das pessoas sofriam o risco de se tornarem pobres, restando cerca de 14% da população fora da condição de pobreza ou vulneráveis a pobreza.

Tabela 5.1: Índice Multidimensional de Pobreza dos Estados Nordestinos – 2000/2010

<b>UF</b>	<b>ANO</b>	<b>População</b>	<b>IMP</b>	<b>H (%)</b>	<b>A (%)</b>	<b>Vulnerável (%)</b>	<b>Pobreza Grave(%)</b>
MA	2000	5.651.475	0,4590 (0,12)	78,07 (1,05)	54,33 (0,06)	16,10 (0,61)	44,55 (0,27)
	2010	6.574.789	0,3134 (0,19)	55,98 (0,61)	47,80 (0,07)	29,10 (0,40)	18,12 (0,47)
PI	2000	2.843.278	0,4112 (0,20)	70,84 (1,18)	52,89 (0,09)	20,94 (0,68)	36,25 (0,41)
	2010	3.118.360	0,2734 (0,31)	49,77 (0,79)	46,91 (0,10)	32,49 (0,50)	14,27 (0,67)
CE	2000	7.430.661	0,3761 (0,14)	65,32 (0,61)	50,95 (0,06)	23,86 (0,40)	28,85 (0,33)
	2010	8.452.381	0,2309 (0,24)	41,58 (0,40)	45,26 (0,07)	34,65 (0,31)	9,577 (0,61)
RN	2000	2.776.782	0,3359 (0,25)	59,15 (0,82)	49,21 (0,10)	27,12 (0,58)	22,03 (0,59)
	2010	3.168.027	0,1894 (0,44)	33,57 (0,51)	44,48 (0,11)	36,54 (0,45)	6,538 (1,12)
PB	2000	3.443.825	0,3572 (0,21)	62,33 (0,85)	49,98 (0,08)	26,42 (0,52)	25,01 (0,49)
	2010	3.766.528	0,2174 (0,33)	38,75 (0,49)	45,37 (0,09)	35,26 (0,40)	8,916 (0,79)
PE	2000	7.918.344	0,3393 (0,15)	57,85 (0,49)	49,81 (0,06)	28,14 (0,35)	22,33 (0,37)
	2010	8.796.448	0,1995 (0,27)	34,36 (0,32)	45,20 (0,07)	35,77 (0,29)	7,563 (0,67)
AL	2000	2.822.621	0,4000 (0,21)	67,85 (1,09)	51,72 (0,10)	22,76 (0,69)	30,95 (0,52)
	2010	3.120.494	0,2628 (0,36)	45,59 (0,74)	46,58 (0,11)	33,43 (0,54)	12,14 (0,89)
SE	2000	1.784.475	0,3516 (0,30)	60,20 (1,08)	50,10 (0,13)	27,16 (0,73)	23,85 (0,73)
	2010	2.068.017	0,2091 (0,52)	36,01 (0,65)	45,44 (0,14)	34,87 (0,60)	8,294 (1,27)
BA	2000	13.070.250	0,3760 (0,11)	62,77 (0,41)	51,73 (0,05)	24,51 (0,29)	27,98 (0,25)
	2010	14.016.906	0,2225 (0,18)	38,24 (0,25)	46,14 (0,05)	33,18 (0,23)	9,588 (0,44)

Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000/2010.

Nota: Coeficiente de Variação entre parêntesis

Em 2010 todos os estados apresentam melhorias significativas nos níveis do IMP.

Constatando uma redução de 23 e 5 pontos percentuais para a incidência e intensidade da pobreza respectivamente. Observa-se uma expressiva redução do percentual de pessoas enquadradas na pobreza grave e um aumento no percentual de pessoas em condições de vulnerabilidade a pobreza.

Estas transformações sugerem um movimento natural entre as condições de pobreza apresentadas provocada por fatos ou ações existentes no período de 2000 a 2010. Assim, infere-se que o nível de carências dessas populações foram reduzidas provocando um encadeamento das melhorias das condições sociais vividas por estas pessoas.

Deste modo, pessoas que estavam em situação de pobreza grave continuaram pobres, porém em níveis melhores que estavam antes, aqueles pobres melhoraram suas privações e saíram da condição de pobreza porém ainda próximo a ela, em situação se vulnerabilidade, e outros que se encontravam em condição de vulnerabilidade se distanciaram do risco de pobreza.

O aumento do percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade a pobreza sugere que as ações de melhoria não foram suficientes para melhorar as condições de toda a população desses estados, dessarte acredita-se que as políticas de melhoria da qualidade de vida priorizavam a população em condição de pobreza.

Contudo, entende-se que priorizar a melhoria das condições sociais daqueles mais carentes não elimina completamente a pobreza, uma vez que se mantêm o risco de algumas dessas melhorias não serem suficientes para o concreto desenvolvimento social da população. Esta situação pode ser notada através da baixa redução da intensidade de privações sofridas pela população multidimensionalmente pobres, onde as pessoa pobres sofrem 5% menos carências relativas aos indicadores estudas em 2010 que em 2000.

Quanto à intensidade da pobreza multidimensional, pode-se examinar as cargas de contribuição de cada dimensão temática tem para com o IMP. As cargas dimensionais do IMP permitem analisar com mais precisão o fenômeno social, possibilitando a desagregação da síntese geral em um foco mais específico, conforme a Tabela 5.2.

**Tabela 5.2: Cargas Dimensionais do Índice Multidimensional de Pobreza por Estado Nordestino – 2000/2010**

UF	ANO	IMP	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)				
			D <sub>1</sub>	D <sub>2</sub>	D <sub>3</sub>	D <sub>4</sub>	D <sub>5</sub>
MA	2000	0,4590 (0,12)	16,17 (0,10)	28,56 (0,07)	18,60 (0,10)	15,26 (0,14)	21,39 (0,10)
	2010	0,3134 (0,19)	21,63 (0,12)	27,27 (0,08)	18,84 (0,12)	17,89 (0,16)	14,34 (0,20)
PI	2000	0,4112 (0,20)	16,36 (0,15)	29,49 (0,09)	17,16 (0,17)	15,48 (0,21)	21,48 (0,14)
	2010	0,2734 (0,31)	22,29 (0,18)	28,68 (0,11)	17,09 (0,20)	17,55 (0,25)	14,36 (0,29)
CE	2000	0,3761 (0,14)	16,68 (0,10)	28,55 (0,06)	16,59 (0,11)	16,30 (0,13)	21,85 (0,09)
	2010	0,2309 (0,24)	23,05 (0,13)	27,99 (0,08)	15,80 (0,17)	19,14 (0,16)	13,99 (0,23)
RN	2000	0,3359 (0,25)	16,60 (0,19)	28,10 (0,11)	15,18 (0,21)	17,56 (0,21)	22,53 (0,15)
	2010	0,1894 (0,44)	22,92 (0,23)	27,11 (0,15)	14,34 (0,30)	20,02 (0,27)	15,58 (0,35)
PB	2000	0,3572 (0,21)	17,00 (0,15)	28,46 (0,09)	15,48 (0,18)	16,86 (0,18)	22,17 (0,13)
	2010	0,2174 (0,33)	23,17 (0,17)	27,56 (0,11)	15,51 (0,24)	18,65 (0,23)	15,08 (0,28)
PE	2000	0,3393 (0,15)	16,80 (0,11)	28,17 (0,07)	14,99 (0,13)	17,53 (0,13)	22,48 (0,09)
	2010	0,1995 (0,27)	22,83 (0,14)	27,67 (0,09)	14,93 (0,19)	19,20 (0,18)	15,36 (0,22)
AL	2000	0,4000 (0,21)	16,38 (0,18)	28,25 (0,10)	15,88 (0,19)	16,71 (0,21)	22,76 (0,15)
	2010	0,2628 (0,36)	22,19 (0,21)	27,39 (0,13)	15,46 (0,24)	19,07 (0,25)	15,86 (0,32)
SE	2000	0,3516 (0,30)	17,24 (0,23)	28,16 (0,13)	14,63 (0,29)	17,05 (0,27)	22,89 (0,18)
	2010	0,2091 (0,52)	23,51 (0,26)	27,31 (0,18)	13,94 (0,39)	18,95 (0,34)	16,25 (0,39)
BA	2000	0,3760 (0,11)	16,81 (0,08)	29,18 (0,05)	15,74 (0,10)	16,03 (0,10)	22,22 (0,07)
	2010	0,2225 (0,18)	22,98 (0,10)	28,80 (0,06)	15,08 (0,13)	17,92 (0,13)	15,21 (0,15)

Fonte: Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000/2010.

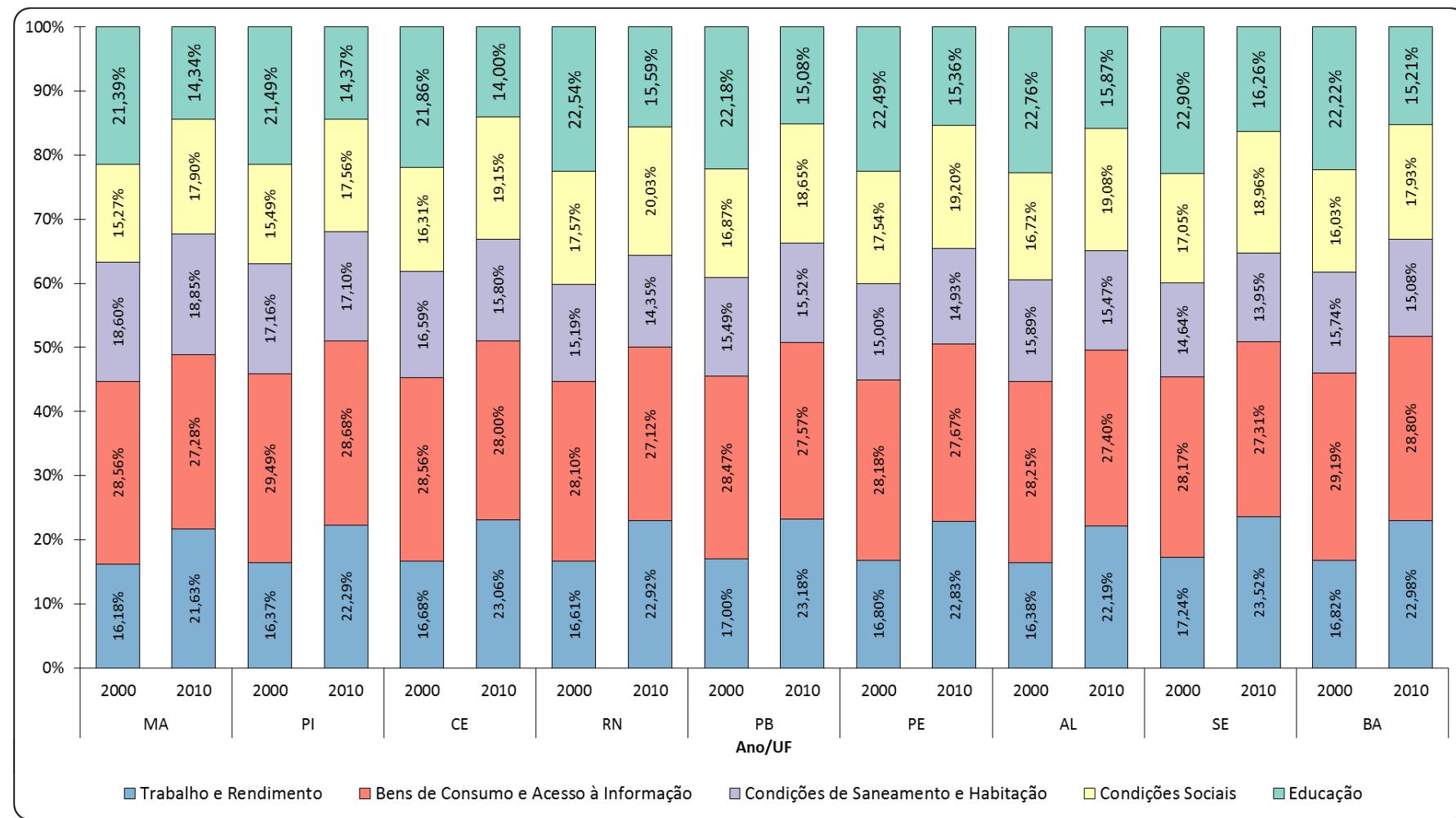
As cargas dimensionais do IMP apresentam mesmas características para todos os estados nordestinos, ou seja, contribuições distribuídas em níveis muito próximos, expressando mudanças de ordem semelhantes em cada estado. É possível constatar claramente as mudanças nas contribuições de cada dimensão no Gráfico 5.1.

Observa-se um aumento nas contribuições as dimensões de Trabalho e Rendimento e a de Condições Sociais, certa estabilidade nas contribuições das dimensões de Bens de Consumo e Acesso à Informação e de Condições de Saneamento e Habitação, e uma redução expressiva na contribuição da dimensão de Educação.

Deste modo, as transferências das contribuições relativas ao IMP entre 2000 e 2010, ocorreram principalmente pela redução registrada pela dimensão de Educação e de forma compensatória pelos aumentos das contribuições das Condições Sociais e do Trabalho e Rendimento, sendo esta última mais expressiva.

Isto não quer dizer que as dimensões Trabalho e Rendimento e de Condições Sociais pioraram em relação a Educação, mas sim que esta última registrou em seus indicadores maiores níveis de redução de carências que as registradas pelos indicadores das outras duas dimensões. Para analisar as variações ocorridas em cada dimensão se faz necessário ajustar o foco para dentro de cada uma delas, e assim verificar quais as mudanças ocorridas em seus indicadores individuais de carência ou privação.

Gráfico 5.1: Cargas Dimensionais do Índice Multidimensional da Pobreza por Estado Nordestino – 2000/2010



Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000/2010.

### 5.1.1 Trabalho e Rendimento – $D_1$

Quanto aos indicadores de Trabalho e Rendimento (Tabela 5.3), com exceção do indicador que mede os auxílios sociais recebidos, os demais apresentaram significativas melhorias na proporção de pessoas expostas a privação entre os anos de 2000 e 2010.

Tabela 5.3: Indicadores da Dimensão Trabalho e Rendimento dos Estados Nordestinos – 2000/2010

UF	Ano	$D_1$ -Trabalho e Rendimento (%) <sup>a</sup>			
		Renda Domiciliar <sup>b</sup> ( $D_{11}$ )	Emprego Formal ( $D_{12}$ )	Auxílio Social ( $D_{13}$ )	Ocupação ( $D_{14}$ )
MA	2000	54,87 [54,62–55,12]	79,19 [78,97–79,41]	1,42 [1,35–1,50]	17,70 [17,46–17,93]
	2010	35,06 [34,84–35,28]	59,68 [59,41–59,95]	51,23 [50,96–51,50]	11,43 [11,23–11,63]
PI	2000	49,58 [49,26–49,91]	77,67 [77,37–77,97]	1,56 [1,46–1,66]	16,26 [15,95–16,57]
	2010	30,54 [30,26–30,82]	58,67 [58,30–59,04]	49,86 [49,49–50,22]	11,17 [10,89–11,45]
CE	2000	44,09 [43,88–44,31]	71,05 [70,84–71,27]	1,79 [1,72–1,86]	20,20 [19,99–20,41]
	2010	27,02 [26,84–27,21]	56,55 [56,30–56,79]	44,06 [43,82–44,31]	11,23 [11,06–11,40]
RN	2000	38,31 [38,00–38,62]	62,47 [62,11–62,83]	2,31 [2,19–2,43]	23,64 [23,30–23,99]
	2010	21,25 [21,00–21,50]	49,15 [48,77–49,53]	39,93 [39,93–40,29]	14,33 [14,04–14,63]
PB	2000	42,10 [41,82–42,39]	68,74 [68,44–69,04]	2,74 [2,63–2,86]	21,13 [20,84–21,43]
	2010	25,64 [25,41–25,87]	54,43 [54,11–54,74]	44,13 [44,13–44,45]	12,18 [11,94–12,42]
PE	2000	38,35 [38,15–38,54]	60,79 [60,57–61,02]	3,47 [3,38–3,57]	26,07 [25,86–26,29]
	2010	24,35 [24,18–24,53]	49,50 [49,27–49,73]	40,53 [40,53–40,76]	15,10 [14,91–15,28]
AL	2000	48,67 [48,32–49,02]	62,56 [62,18–62,94]	2,04 [1,93–2,16]	24,46 [24,09–24,82]
	2010	29,44 [29,13–29,75]	49,90 [49,49–50,31]	48,05 [48,05–48,46]	14,53 [14,21–14,85]
SE	2000	41,24 [40,83–41,65]	63,93 [63,48–64,38]	3,79 [3,59–3,99]	24,62 [24,18–25,07]
	2010	24,73 [24,38–25,07]	52,39 [51,91–52,87]	41,87 [41,87–42,34]	15,06 [14,67–15,44]
BA	2000	41,71 [41,56–41,87]	66,16 [65,99–66,33]	2,87 [2,80–2,93]	27,22 [27,04–27,39]
	2010	25,53 [25,39–25,66]	54,71 [54,54–54,89]	42,20 [42,20–42,37]	15,56 [15,41–15,70]

Fonte: IBGE, Microdados Censo Demográfico 2000/2010.

Notas:

<sup>a</sup> Intervalos de Confiança entre colchetes com  $(1 - \alpha) = 95\%$

<sup>b</sup> Estimado com base no total de domicílios

As melhorias registradas nos indicadores de Renda Domiciliar e de Emprego Formal exibem reduções em suas ordem de grandeza de maneira semelhante para os estados, destes destacam-se o Maranhão e o Piauí apresentando os maiores percentuais de carência em renda domiciliar per capita e em emprego formal para os anos de 2000 e 2010.

Algumas considerações que poderiam explicar as reduções destes dois indicadores nos estados nordestinos podem estar relacionadas a ações que proporcionaram a criação de novas vagas de emprego fazendo com que existisse uma migração da mão-de-obra entre os

estores econômicos num processo de formalização e valorização do trabalho, ou até mesmo na formalização de pequenos empreendedores.

No que tange a Ocupação, a redução da população exposta a privação segue no mesmo patamar apresentado pelos dois indicadores anteriores. Destacando também os estados do Maranhão e Piauí, contudo estes indicam os menores percentuais de carência frente aos demais estados nordestinos.

O indicador de Auxílio Social denota o recebimento de benefício social por algum membro do domicílio. Estes auxílios são concedidos se atendidos seus critérios de elegibilidade que classificam o indivíduo em algumas condições de carência social. Assim, o aumento registrado por este indicador pode ser justificado pela implementação de programas federais de benefícios sociais criados no período entre 2000 e 2010, sendo este com maior abrangência dos existentes no período do censo de 2000.

As causas que elegeram o Maranhão e o Piauí em posições opostas aos demais estados quanto as privações demonstrada por estes indicadores, além de outros fatos motivaram as transformações na temática do trabalho e rendimento ocorridas no Nordeste entre os anos 2000 e 2010, podem estar além das medidas elencadas com o objetivo de medir a condição de carência da população.

Assim, a condução de uma investigação mais detalhada da dinâmica do trabalho e rendimento no Nordeste demandaria além da obtenção de novos indicadores de diversas bases de dados específicas ao tema, a possível aplicação de técnicas capazes de medir as correlações e interações entre estas variáveis, fato que poderia proporcionar uma maior amplitude analítica, contudo estando além dos objetivos desta dissertação.

### **5.1.2 Dimensão de Bens de Consumo e Acesso à Informação – $D_2$**

Os indicadores desta dimensão transmitem um panorama da pobreza relacionada a posse de alguns bens duráveis, permitindo estabelecer condições básicas ao desenvolvimento de capacidades necessárias ao maior bem estar aos moradores do domicílio. Assim, nesta dimensão, a redução das condições de carência da população podem

ser atribuídas a melhoria de ordem econômica que permitiu, facilitou e incentivou o consumo de bens que antes eram de difícil acesso da população mais pobre.

Estas facilidades podem ser associadas ao maior acesso a crédito, assim como a redução dos preços de alguns bens de consumo, sobretudo os de uso doméstico da “linha branca”<sup>32</sup>. Estes bens receberam subsídios do Governo Federal através da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), podendo ter proporcionado mais aquisições por toda parcela da população, sobretudo daqueles que não possuíam tais bens.

Também contemplados por reduções de impostos, os itens relacionados a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), como computadores, notebooks, celulares, tables e smartphones tiveram seu consumo impulsionados pela dinâmica dos avanços tecnológicos característicos desta área que os tornaram mais compactos e portáteis, submetendo a sociedade novos moldes de comportamento os tornando essenciais ao dia a dia da maioria das pessoas.

No que diz respeito a redução dos indicadores desta dimensão, tiveram destaque os que medem a posse de geladeira, televisão e telefone. A expressiva melhoria do indicador de acesso a telefonia pode ser atribuída aos avanços tecnológicos do setor, associados ao surgimento e popularização da telefonia móvel celular. As melhoria de acesso a máquina de lavar e ao microcomputador aconteceram em nível menor que os demais.

Quanto a máquina de lavar roupas a posse desse bem em um domicílio possibilita a liberação de uma tarefa que demandaria tempo e esforço físico, o que possibilitaria o uso dessas condições em atividades como de desenvolvimento intelectual ou laborativo.

Os avanços tecnológicos ocorridos na década (2000-2010) atribuídos principalmente a tendência pela compactação do tamanho e o aumento das funções em único dispositivo, podem ser pautas como condição para a pequena redução dos níveis de carência medidos pela posse de microcomputadores nos domicílios, já que muitas de suas funções foram compactadas em aparelhos que compartilham as funções de telefone celular.

---

<sup>32</sup> “bens eletroeletrônicos de consumo não-portáteis ou duráveis, os quais realizam tarefas de manutenção do lar relacionadas à preservação de alimentos, cozimento e limpeza [...]. O nome linha branca foi atribuído a esses produtos em função da cor que eles costumavam apresentar, notadamente fogões e refrigeradores.” Alcântara e Albuquerque (2008, p.2)

Tabela 5.4: Indicadores da Dimensão Bens de Consumo e Acesso à Informação dos Estados Nordestinos – 2000/2010

UF	Ano	$D_2$ -Bens de Consumo e Acesso à Informação (%) <sup>a,b</sup>				
		Geladeira ( $D_{21}$ )	Máquina de Lavar ( $D_{22}$ )	Televisão ( $D_{23}$ )	Microcomputador ( $D_{24}$ )	Telefone ( $D_{25}$ )
MA	2000	46,16 [45,93–46,39]	94,69 [94,57–94,81]	37,24 [37,02–37,47]	97,87 [97,79–97,94]	84,42 [84,24–84,59]
	2010	15,52 [15,36–15,69]	87,10 [86,92–87,27]	11,65 [11,51–11,79]	86,44 [86,26–86,61]	37,08 [36,87–37,28]
PI	2000	42,90 [42,61–43,20]	95,41 [95,26–95,56]	35,62 [35,34–35,90]	97,30 [97,19–97,41]	79,93 [79,68–80,17]
	2010	16,15 [15,95–16,34]	88,68 [88,43–88,92]	13,39 [13,21–13,56]	84,67 [84,40–84,93]	30,02 [29,78–30,27]
CE	2000	37,18 [36,98–37,38]	92,56 [92,45–92,67]	20,67 [20,51–20,84]	95,30 [95,21–95,39]	73,89 [73,72–74,07]
	2010	12,10 [11,96–12,23]	82,77 [82,59–82,94]	5,95 [5,85–6,04]	80,79 [80,61–80,97]	21,47 [21,31–21,63]
RN	2000	27,75 [27,47–28,03]	86,45 [86,22–86,68]	15,74 [15,51–15,97]	94,60 [94,45–94,76]	76,05 [75,80–76,31]
	2010	7,35 [7,19–7,51]	72,64 [72,33–72,96]	4,55 [4,42–4,67]	74,60 [74,30–74,90]	14,27 [14,06–14,47]
PB	2000	34,82 [34,56–35,09]	91,05 [90,87–91,22]	16,45 [16,24–16,66]	95,60 [95,48–95,73]	77,97 [77,74–78,21]
	2010	11,42 [11,26–11,59]	79,97 [79,73–80,22]	4,70 [4,59–4,81]	78,39 [78,15–78,64]	18,98 [18,79–19,18]
PE	2000	28,93 [28,75–29,10]	86,68 [86,55–86,82]	15,55 [15,41–15,70]	94,41 [94,32–94,50]	79,73 [79,58–79,88]
	2010	10,78 [10,66–10,90]	76,98 [76,80–77,15]	5,01 [4,92–5,10]	75,97 [75,79–76,15]	17,45 [17,31–17,60]
AL	2000	36,78 [36,46–37,10]	92,43 [92,24–92,61]	22,57 [22,28–22,86]	96,17 [96,03–96,30]	80,46 [80,19–80,72]
	2010	14,36 [14,13–14,58]	82,87 [82,57–83,16]	6,56 [6,40–6,73]	79,86 [79,56–80,17]	20,90 [20,64–21,17]
SE	2000	29,06 [28,71–29,42]	90,18 [89,93–90,42]	17,82 [17,51–18,13]	94,87 [94,69–95,06]	80,00 [79,71–80,29]
	2010	9,78 [9,55–10,00]	77,20 [76,83–77,56]	5,58 [5,41–5,76]	75,61 [75,24–75,97]	14,89 [14,61–15,16]
BA	2000	39,47 [39,32–39,61]	89,88 [89,78–89,97]	26,46 [26,33–26,60]	95,14 [95,07–95,20]	76,94 [76,82–77,06]
	2010	16,80 [16,69–16,91]	80,65 [80,52–80,78]	9,74 [9,65–9,82]	76,31 [76,17–76,44]	23,75 [23,63–23,87]

Fonte: IBGE, Microdados Censo Demográfico 2000/2010.

Notas:

<sup>a</sup> Intervalos de Confiança entre colchetes com  $(1 - \alpha) = 95\%$

<sup>b</sup> Estimado com base no total de domicílios

### **5.1.3 Dimensão Condições de Saneamento e Habitação – $D_3$**

Detalhando a dimensão de condições de saneamento e habitação através de seus cinco indicadores (Tabela 5.5) mostra as carências relacionadas a infraestrutura básica domiciliar. Com exceção do indicador que mede a privação quanto ao tipo de esgotamento sanitário do domicílio, os demais indicadores registraram reduções entre 2000 e 2010 em seus níveis de carência. Destes, o indicador de energia elétrica apresentou uma drástica redução. Tal fato pode ser atribuído aos impactos do Programa Luz para Todos (PLPT) do Governo Federal, o qual foi lançado em 2003 e em maio de 2009 tinha atingida a meta de atender mais de 10 milhões de pessoas em todo Brasil.

Quanto ao indicador de abastecimento de água, este registrou pequenas reduções do percentual de domicílios em situação de privação de água potável. No estado de Pernambuco, o indicador se manteve estatisticamente estável. Enquanto no Ceará, foi registrada a maior redução entre os demais estados nordestinos. Os demais estados tiveram uma redução na ordem de 2 pontos percentuais de 2000 a 2010. A partir deste quadro, pode-se inferir que as ações de universalização da água no Nordeste não foram tão efetivas quanto o programa de eletrificação promovidos durante o período de 2000 a 2010.

O indicador de Esgoto merece destaque nesta dimensão por apresentar um comportamento diferente dos demais. Nele foi registrado o aumento da privação de domicílios que não possuem esgotamento sanitário por rede geral ou por fossa séptica. Dentre os Estados do Nordeste, Pernambuco foi o único a registrar leves reduções neste indicador. Entre as causas possíveis, pode-se atribuir esta situação ao melhor conhecimento da estrutura domiciliar por seus moradores ou, a causa mais plausível, a expansão de áreas não assistidas pela estrutura municipal de esgotamento sanitário por rede geral, características de regiões não urbanizadas ou de zonas de aglomerados subnormais.

Tabela 5.5: Indicadores da Dimensão Condições de Saneamento e Habitação dos Estados Nordestinos - 2000/2010

UF	Ano	$D_3$ -Condições de Saneamento e Habitação (%) <sup>a b</sup>					
		Água ( $D_{31}$ )	Energia Elétrica ( $D_{32}$ )	Banheiro ( $D_{33}$ )	Esgoto ( $D_{34}$ )	Lixo ( $D_{35}$ )	Hab/Dorm ( $D_{36}$ )
MA	2000	16,74 [16,56–16,93]	20,26 [20,08–20,44]	66,50 [66,28–66,72]	36,00 [35,76–36,23]	65,51 [65,31–65,71]	43,52 [43,26–43,79]
	2010	18,09 [17,91–18,28]	3,80 [3,72–3,88]	35,33 [35,12–35,53]	59,65 [59,43–59,88]	44,21 [44,02–44,40]	30,01 [29,78–30,24]
PI	2000	20,19 [19,96–20,42]	24,05 [23,81–24,29]	51,71 [51,42–52,01]	18,00 [17,75–18,24]	56,15 [55,89–56,42]	35,49 [35,16–35,82]
	2010	18,42 [18,22–18,61]	6,87 [6,75–6,99]	24,76 [24,54–24,99]	50,90 [50,59–51,21]	38,48 [38,24–38,72]	21,61 [21,33–21,89]
CE	2000	18,29 [18,14–18,45]	10,73 [10,61–10,86]	41,74 [41,56–41,93]	42,02 [41,82–42,22]	38,44 [38,27–38,61]	34,83 [34,62–35,05]
	2010	13,61 [13,48–13,73]	1,04 [1,00–1,08]	15,23 [15,1–15,36]	49,41 [49,22–49,61]	24,61 [24,47–24,75]	23,90 [23,7–24,09]
RN	2000	13,30 [13,11–13,49]	5,63 [5,50–5,77]	27,76 [27,51–28,01]	49,10 [48,81–49,38]	26,28 [26,04–26,52]	31,09 [30,78–31,41]
	2010	11,06 [10,90–11,22]	0,78 [0,72–0,83]	6,21 [6,08–6,33]	52,43 [52,14–52,73]	15,54 [15,37–15,72]	19,79 [19,52–20,06]
PB	2000	20,46 [20,26–20,65]	5,11 [5,00–5,23]	29,37 [29,14–29,61]	42,34 [42,08–42,61]	34,00 [33,76–34,23]	30,72 [30,44–31,00]
	2010	18,22 [18,06–18,38]	0,71 [0,67–0,75]	11,02 [10,88–11,16]	45,14 [44,89–45,39]	22,20 [22,02–22,37]	19,12 [18,89–19,34]
PE	2000	16,65 [16,51–16,79]	3,95 [3,88–4,03]	25,85 [25,68–26,02]	41,11 [40,93–41,30]	30,98 [30,82–31,14]	30,02 [29,83–30,21]
	2010	16,56 [16,43–16,68]	0,57 [0,55–0,6]	9,59 [9,49–9,7]	39,91 [39,72–40,09]	18,35 [18,22–18,48]	19,10 [18,93–19,27]
AL	2000	20,67 [20,41–20,93]	9,09 [8,9–9,28]	33,21 [32,91–33,51]	54,65 [54,32–54,98]	30,80 [30,53–31,08]	35,48 [35,13–35,82]
	2010	22,62 [22,34–22,91]	1,07 [1,00–1,13]	12,95 [12,75–13,16]	61,00 [60,67–61,34]	20,16 [19,94–20,38]	22,61 [22,30–22,92]
SE	2000	13,81 [13,54–14,08]	7,57 [7,37–7,77]	22,65 [22,32–22,99]	43,83 [43,46–44,19]	30,03 [29,70–30,36]	30,76 [30,36–31,16]
	2010	11,06 [10,85–11,28]	0,96 [0,89–1,03]	7,44 [7,25–7,63]	46,68 [46,34–47,02]	17,11 [16,86–17,36]	18,21 [17,88–18,54]
BA	2000	15,75 [15,65–15,86]	17,44 [17,34–17,55]	32,73 [32,59–32,87]	34,47 [34,33–34,61]	38,03 [37,90–38,16]	30,39 [30,23–30,54]
	2010	14,55 [14,46–14,64]	3,55 [3,50–3,60]	12,31 [12,22–12,4]	40,41 [40,28–40,53]	23,79 [23,68–23,89]	17,60 [17,47–17,72]

Fonte: IBGE, Microdados Censo Demográfico 2000/2010.

Notas:

<sup>a</sup> Intervalos de Confiança entre parênteses com  $(1 - \alpha) = 95\%$

<sup>b</sup> Estimado com base no total de domicílios

Com exceção do acesso a energia elétrica, as melhorias mais notáveis na dimensão de condições de saneamento e de habitação são aquela relativas a melhoria direta na estrutura do domicílio nesta dimensão pelo número de dormitórios e de banheiros. A redução destes indicadores pode ser atribuída a ações diretas dos proprietários dos domicílios, os quais podem ter adequado a estrutura das casas onde moram ou mudaram-se para domicílios com estrutura adequada ao tamanho de sua família.

Por outro lado, as ações que subsidiam as melhorias os níveis de carência registrados pelos indicadores de acesso a água, esgoto e lixo que são normalmente relacionadas aos investimentos públicos em infraestrutura e serviços de interesse coletivo são realizados pela administração municipal.

Desta forma, as leves reduções ou elevação da proporção de domicílios em condição de privação, captada nos anos de 2000 e 2010, podem sugerir que a atenção da gestão pública nestes segmentos não foram suficientes para acompanhar o crescimento e a dinâmica da população nos municípios nordestinos. A devida atenção a estas questões podem gerar efeitos indiretos em outras dimensões de grande relevância no bem estar e a qualidade de vida da população, por exemplo, saúde e educação dessas pessoas.

#### **5.1.4 Dimensão Condições Sociais – $D_4$**

Esta dimensão trata de algumas condições sociais retratadas por quatro indicadores, os quais abordam temas que abrangem algumas condicionalidades pessoais. Estes indicadores (Tabela 5.6) analisam as condicionalidades que podem expor um indivíduo a condição de vulnerável a pobreza no âmbito social.

No conjunto de dimensões que formam o IMP, esta dimensão apresentou aumento na contribuição relativa a pobreza multidimensional. Assim como a dimensão de Trabalho e rendimento, as melhorias sinalizadas pelos indicadores desta dimensão não tiveram o mesmo desempenho que os das restantes. Destaca-se entre eles, as condições físicas e mentais, registrando em 2010 um aumento na ordem de 4 a 5 pontos percentuais em relação a 2000.

Este fato pode ser fruto de ações ou eventos que apresentaram as condições físicas ou mentais como uma situação de capacidade real livre de constrangimentos ou descriminação.

Tabela 5.6: Indicadores da Dimensão Condições Sociais dos Estados Nordestinos – 2000/2010

UF	Ano	$D_4$ -Vulnerabilidade (%) <sup>a</sup>			
		Portadores de Necessidades Especiais ( $D_{41}$ )	Atenção a Idosos e Crianças ( $D_{42}$ )	Mulheres sem Companheiros e com Crianças ( $D_{43}$ )	Jovens que não Trabalham nem Estudam ( $D_{44}$ )
MA	2000	16,33 [16,13–16,53]	81,08 [80,87–81,30]	12,45 [12,27–12,63]	35,08 [34,79–35,36]
	2010	22,39 [22,19–22,60]	72,05 [71,82–72,28]	11,81 [11,65–11,98]	28,32 [28,07–28,58]
PI	2000	17,33 [17,07–17,59]	78,43 [78,14–78,71]	10,72 [10,50–10,94]	31,83 [31,46–32,21]
	2010	23,18 [22,90–23,46]	68,75 [68,43–69,08]	9,99 [9,78–10,21]	23,60 [23,26–23,94]
CE	2000	16,77 [16,60–16,94]	78,43 [78,24–78,62]	10,87 [10,73–11,01]	30,73 [30,49–30,97]
	2010	21,85 [21,66–22,03]	68,50 [68,28–68,71]	10,50 [10,36–10,65]	23,87 [23,65–24,09]
RN	2000	16,54 [16,28–16,79]	76,88 [76,59–77,18]	10,42 [10,20–10,63]	34,05 [33,68–34,42]
	2010	21,86 [21,58–22,15]	66,59 [66,26–66,93]	9,89 [9,68–10,11]	23,18 [22,84–23,51]
PB	2000	17,62 [17,39–17,85]	76,92 [76,66–77,18]	10,38 [10,19–10,57]	32,67 [32,34–33,00]
	2010	21,61 [21,37–21,85]	68,05 [67,77–68,33]	9,82 [9,64–10,00]	22,23 [21,95–22,51]
PE	2000	16,57 [16,41–16,73]	73,96 [73,77–74,15]	11,64 [11,51–11,78]	34,47 [34,24–34,70]
	2010	21,32 [21,14–21,50]	65,32 [65,11–65,53]	10,90 [10,76–11,04]	21,21 [21,01–21,41]
AL	2000	16,88 [16,61–17,16]	77,60 [77,29–77,91]	11,82 [11,58–12,07]	36,92 [36,51–37,32]
	2010	24,17 [23,85–24,49]	69,23 [68,87–69,58]	11,36 [11,11–11,61]	25,78 [25,40–26,15]
SE	2000	15,15 [14,83–15,46]	75,07 [74,69–75,46]	12,11 [11,82–12,4]	33,19 [32,71–33,67]
	2010	19,65 [19,31–20,00]	66,16 [65,74–66,59]	11,59 [11,30–11,88]	20,42 [20,00–20,83]
BA	2000	14,71 [14,59–14,82]	74,41 [74,26–74,56]	11,49 [11,39–11,60]	31,70 [31,52–31,89]
	2010	19,17 [19,04–19,29]	64,83 [64,67–64,99]	10,77 [10,66–10,87]	19,70 [19,55–19,86]

Fonte: IBGE, Microdados Censo Demográfico 2000/2010.

Notas:

<sup>a</sup> Intervalos de Confiança entre colchetes com  $(1 - \alpha) = 95\%$

Outra hipótese está relacionada a afirmação de suas reais condições como forma de enquadramento em políticas de assistência social que contemplam o apoio a pessoas portadoras de limitações físicas ou mentais com determinado grau de deficiência funcional.

No que tange ao indicador de atenção a idosos e crianças, o comportamento retrátil do indicador reflete as tendências demográficas da região mostrando uma redução na proporção de jovens e idosos na população. De forma direta a proporção de jovens na população nordestina passou de 32,97% para 26,52%, ao passo que a de pessoas com mais de 60 anos chegou 10,26%, ante 8,42% em 2000 (LEITE; SOUZA, 2013, 37).

Quanto as reduções do indicador de configuração domiciliar e de ocupação de jovens, estes também podem ter sofrido reflexos da menor proporção de jovens na população total, e além disto para este último, outros fatores como a redução do abandono escolar, a permanência na escola e maiores ofertas de trabalho incentivadas por programas de apoio como PETI e Jovem Aprendiz.

### **5.1.5 Dimensão Educação – $D_5$**

A dimensão de educação foi a que mais apresentou melhoras significativas em seus indicadores para período. Seus quatro indicadores expressam os resultados efetivos de melhorias voltadas para o processo de desenvolvimento educacional da população nordestina. Assim, o indicador que mede as carências de alfabetização reflete os impactos imediatos das ações de educação com a população analfabeta, logo seus resultados são percebidas em um intervalo de tempo mais curto que os demais indicadores.

Situação semelhante acontece com o indicador de presença escolar, assim as reduções das carências percebidas por este indicador são consequência do ato de indivíduos em idade escolar estarem matriculados em instituições de ensino regular. Esta condição não garante a permanência ou o efetivo aproveitamento da oportunidade de desenvolvimento intelectual, porém a presença na escola já garante que estes jovem tem o acesso e estão expostos a tal desenvolvimento. Das possíveis causas que levaram a melhorar os índices de presença escolar no nordeste pode ser atribuída a condicionalidade de alguns programas de assistência social existentes no país.

Os indicadores de escolarização e de defasagem escolar são menos sensíveis a mudanças que os dois anteriores, pois estes exprimem uma condição de evolução e efetividade do sistema educacional medidos pelos indicadores de alfabetização e de presença escolar. Assim as melhorias na escolarização exprimem a evolução da população em eliminar a privações de não terem atingido o ciclo básico de educação fundamental.

Da mesma, a redução na defasagem escolar pode contemplar as melhorias da condição de aproveitamento escolar do jovem quanto este dedica-se exclusivamente ao estudo no tempo determinado para seu desenvolvimento intelectual, permitindo que este esteja apto a prosseguir em níveis superiores de educação ou em condições aceitáveis ao mercado de trabalho.

As representações de todos indicadores simples que fazem parte do sistema responsável por compor o IMP são apresentadas para cada um dos estados nordestinos em gráficos polares contendo as série de medidas para recorte de anos estudado no Apêndice B.

Tabela 5.7: Indicadores da Dimensão Educação dos Estados Nordestinos – 2000/2010

UF	Ano	$D_5$ -Educação (%) <sup>a</sup>			
		Analfabetismo ( $D_{51}$ )	Ausência Escolar ( $D_{52}$ )	Escolarização ( $D_{53}$ )	Defasagem Escolar ( $D_{54}$ )
MA	2000	62,50 [62,23–62,77]	15,95 [15,72–16,17]	74,22 [73,98–74,46]	58,02 [57,74–58,3]
	2010	22,85 [22,61–23,08]	5,08 [4,94–5,22]	39,40 [39,13–39,67]	35,15 [34,88–35,42]
PI	2000	56,69 [56,32–57,06]	12,68 [12,4–12,96]	74,26 [73,94–74,58]	55,61 [55,24–55,99]
	2010	17,46 [17,18–17,75]	3,20 [3,05–3,35]	39,60 [39,23–39,98]	33,82 [33,45–34,19]
CE	2000	56,75 [56,50–56,99]	10,3 [10,13–10,47]	72,42 [72,21–72,63]	49,44 [49,19–49,69]
	2010	13,36 [13,18–13,55]	3,70 [3,59–3,81]	38,38 [38,13–38,63]	27,75 [27,52–27,99]
RN	2000	53,23 [52,86–53,60]	10,02 [9,77–10,28]	71,39 [71,07–71,71]	46,53 [46,14–46,91]
	2010	15,86 [15,57–16,16]	3,45 [3,29–3,62]	33,58 [33,22–33,95]	28,61 [28,25–28,98]
PB	2000	51,63 [51,30–51,97]	11,12 [10,88–11,36]	72,48 [72,20–72,77]	49,89 [49,55–50,23]
	2010	14,20 [13,96–14,44]	3,68 [3,53–3,82]	38,20 [37,89–38,51]	29,42 [29,12–29,73]
PE	2000	51,23 [51,00–51,46]	12,68 [12,51–12,85]	70,87 [70,67–71,07]	46,17 [45,93–46,41]
	2010	14,27 [14,09–14,45]	4,35 [4,24–4,46]	36,31 [36,08–36,54]	27,77 [27,54–28,00]
AL	2000	61,31 [60,93–61,69]	18,46 [18,11–18,8]	70,43 [70,08–70,78]	52,57 [52,17–52,97]
	2010	21,67 [21,31–22,02]	6,31 [6,07–6,54]	37,73 [37,33–38,14]	34,48 [34,07–34,89]
SE	2000	55,18 [54,70–55,65]	11,54 [11,19–11,88]	72,14 [71,73–72,54]	51,88 [51,39–52,36]
	2010	15,61 [15,23–15,98]	3,48 [3,28–3,69]	37,34 [36,87–37,81]	34,33 [33,85–34,81]
BA	2000	52,44 [52,26–52,63]	12,84 [12,70–12,98]	75,45 [75,30–75,60]	53,13 [52,94–53,31]
	2010	14,42 [14,28–14,56]	3,91 [3,82–3,99]	39,47 [39,29–39,65]	31,26 [31,08–31,44]

Fonte: IBGE, Microdados Censo Demográfico 2000/2010.

Nota:

<sup>a</sup> Intervalos de Confiança entre colchetes com  $(1 - \alpha) = 95\%$

### 5.1.6 Comparação das Medidas de Incidência da Pobreza no Nordeste

Após o detalhamento dos indicadores dimensionais do Índice Multidimensional da Pobreza no Nordeste, será apresentada uma análise comparativa da incidência de pobreza da perspectiva multidimensional delineada nesta dissertação em relação aos limites das medidas de pobreza do ponto de vista estrito a renda propostas pelo Manco Mundial (USD\$2/dia PPC) e do MDS (R\$140,00 per capita/mês).

Observando as medidas de pobreza apresentadas na Tabela 5.8, estas registram reduções nas taxas de incidência do fenômeno nos recortes de tempo definidos. Entretanto àquelas derivadas do IMP expressam níveis de incidência superiores as outras duas que usam a renda como critério de determinação de pobreza. Isto pode ser atribuído a maior rigidez imposta pelo método que utiliza vários critérios que agregaram a medida maior robustez na definição da complexidade do fenômeno social.

Tabela 5.8: Comparação das Medidas de Incidência da Pobreza nos Estados Nordestinos – 2000/2010

UF	Ano					
	2000			2010		
	H	População abaixo da linha de pobreza (%)		H	População abaixo da linha de pobreza (%)	
		Banco Mundial USD\$2/dia PPC	MDS		Banco Mundial USD\$2/dia PPC	MDS
MA	78,07 (1,05)	54,86 (0,61)	54,85 (0,27)	55,98 (0,61)	28,46 (0,40)	35,06 (0,47)
PI	70,84 (1,18)	49,58 (0,68)	49,57 (0,41)	49,77 (0,79)	24,37 (0,50)	30,54 (0,67)
CE	65,32 (0,61)	44,09 (0,40)	44,08 (0,33)	41,58 (0,40)	20,86 (0,31)	27,02 (0,61)
RN	59,15 (0,82)	38,31 (0,58)	38,29 (0,59)	33,57 (0,51)	15,84 (0,45)	21,24 (1,12)
PB	62,33 (0,85)	42,10 (0,52)	42,09 (0,49)	38,75 (0,49)	19,51 (0,40)	25,64 (0,79)
PE	57,85 (0,49)	38,34 (0,35)	38,34 (0,37)	34,36 (0,32)	18,66 (0,29)	24,35 (0,67)
AL	67,85 (1,09)	48,66 (0,69)	48,65 (0,52)	45,59 (0,74)	22,58 (0,54)	29,44 (0,89)
SE	60,20 (1,08)	41,24 (0,73)	41,23 (0,73)	36,01 (0,65)	18,58 (0,60)	24,72 (1,27)
BA	62,77 (0,41)	41,71 (0,29)	41,70 (0,25)	38,24 (0,25)	19,97 (0,23)	25,52 (0,44)

Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000/2010.

Notas: H - Incidência pobreza multidimensional (%)

Coeficiente de Variação entre parêntesis.

É importante destacar na construção destas medidas foram consideradas questões como a inflação e da economia externa que mantém a atemporalidade econômica permitindo assim a comparação entre elas para os anos estudados. Desta forma no ano de 2000, nota-se que a incidência de pobreza pelo IMP, está aproximadamente 20 pontos percentuais acima das sinalizadas pelo Banco Mundial e pelo MDS. Já em 2010, esta incidência configurou-se três patamares diferentes, sendo estas de maneira progressiva registradas pelo Banco Mundial, MDS e a menor por H - Incidência de pobreza multidimensional.

A dinâmica de redução retratada pelas medidas de incidência de pobreza denotam a concreta diminuição do número de pessoas pobres, sejam elas no âmbito multidimensional ou no exclusivo da renda. Fato que valida o IMP como medida capaz de mensurar as transformações sociais no contexto da pobreza de forma mais complexa.

Entende-se que as medidas de pobreza estritamente monetárias consideram a renda como elemento fundamental para o provimento das necessidades básicas e do bem estar de uma pessoa. E mesmo sob as hipóteses de correlações entre indicadores de carência, estas não seriam suficientes de abranger todos os fatores ou aqueles que independem da renda mas que seu desenvolvimento trariam maiores capacidades de auferi-la.

Desta forma, assumir que a renda é uma medida suficiente para se mensurar pobreza no Brasil, e especificamente no Nordeste, pode levar ao subdimensionamento da realidade social, de forma que as estratégias de combate ou mitigação do fenômeno sejam traçadas de maneira equivocada levando a baixa efetividade das ações voltadas a erradicação da pobreza.

## 5.2 Pobreza Multidimensional nos Municípios Nordestinos

Tendo em vista a relação entre a pobreza e os locais onde ela se configura, apoiados pela disponibilidade de informações e pela capacidade do indicador em ser desagregado em escalas geográficos locais, foi criado o IMP para cada município nordestino a fim de analisar como a pobreza multidimensional se apresenta na perspectiva de cada estado e também de verificar sua distribuição municipal no contexto da região nordestina.

Foi realizado o mesmo procedimento usado para a criação do IMP dos estados, tendo somente ajustado o algorítimo de estimação do índice considerando o agrupamento dos domicílios de acordo com as delimitações municipais. Tanto o Índice Multidimensional de Pobreza como as demais medidas que o acompanha foram estimadas para cada município nordestino e apresentadas em formato tabular para cada estado da região e no recorte de tempo definido por este estudo.

Entretanto considerando o grande número de municípios e o tamanho das tabelas compostas por sua estimativas a forma considerada mais adequada para apresentação de tal contexto foi através de cartogramas, espacializando os IMP municipais de forma e analisar a dinâmica espacial em que a pobreza regional se apresenta em escala municipal. As tabelas podem ser acessadas nos Apêndices C e D, quanto aos cartogramas poderão ser visualizadas na sequência desta seção a partir do Mapa 5.3 até o Mapa 5.9.

Assim, como constatado na perspectiva estadual, o nível da pobreza multidimensional nos municípios nordestinos também sofreu reduções consideráveis, registrando melhorias das condições de carência em todas as unidades analisadas.

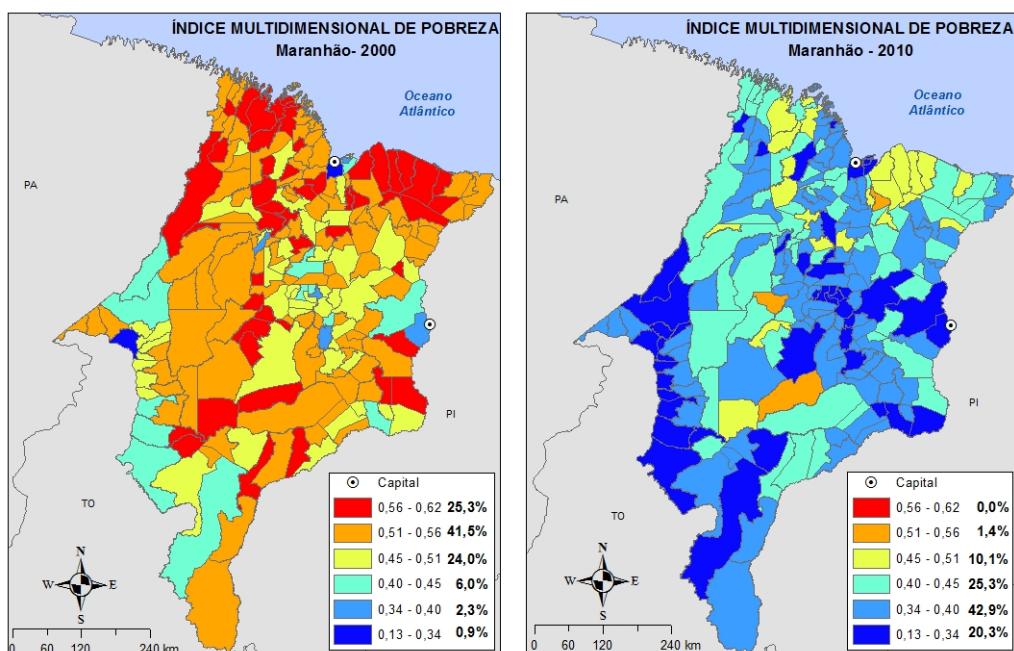
Desta forma, a fim de melhor visualizar tais transformações, foram construídos cartogramas do IMP municipal para cada estado nordestino, mantendo a mesma escala para os dois recortes de tempo retratados a fim de permitir a comparação dos níveis de pobreza

em cada ano. No processo de construção destas escalas foram considerados os valores máximo do IMP para 2000 e os mínimos registrados em 2010, gerando assim uma amplitude que abrange a todos os índices registrados nestes dois anos para cada estado.

No panorama geral houve uma melhora significativa dos níveis de pobreza apresentados pelos municípios em seus respectivos contextos estaduais. Esta redução pode ser percebida através do deslocamento na distribuição dos municípios das faixas mais altas para as mais baixas IMP.

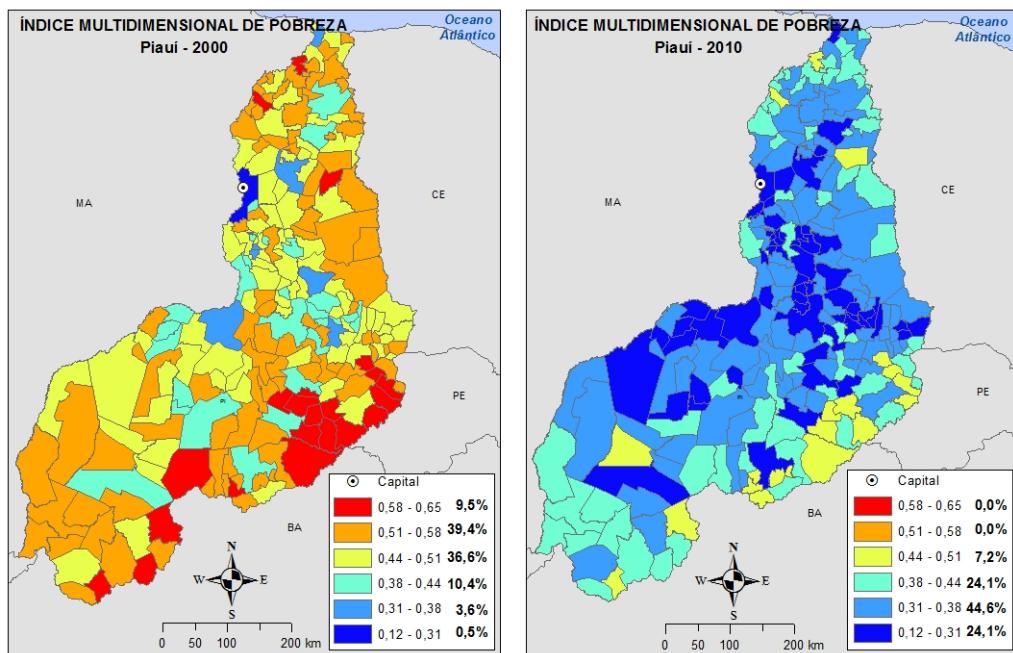
A partir das representações estaduais foi possível observar, sobretudo para aqueles classificados nos extremos mais altos da distribuição da pobreza em 2000, um processo de transição para faixas intermediárias da mesma escala de medida registrada em 2010.

Mapa 5.1: Índice Multidimensional da Pobreza – Maranhão 2000/2010.



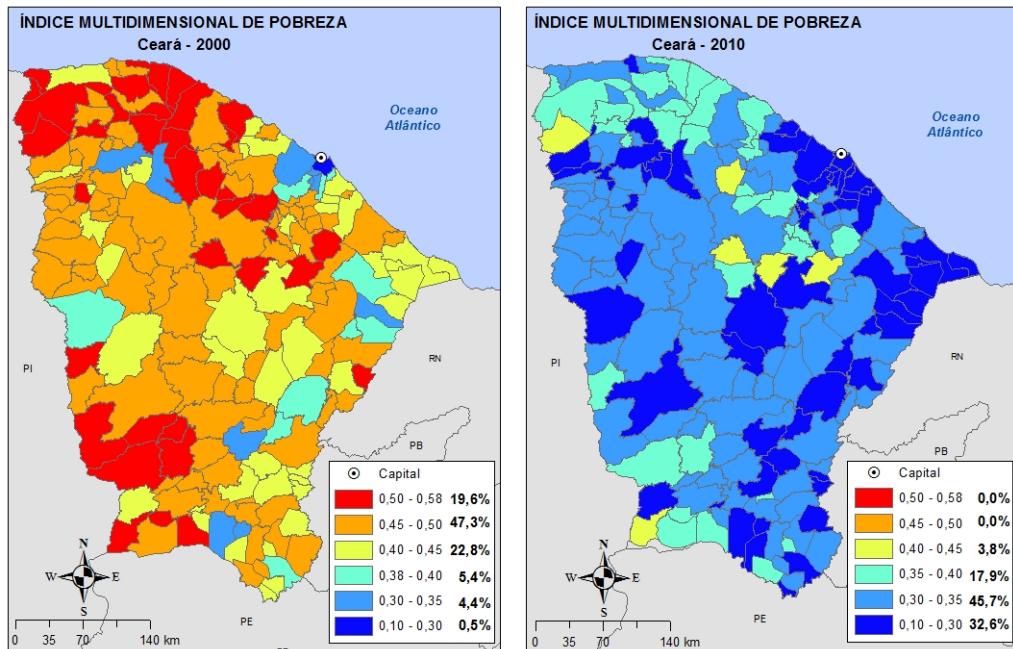
Fonte: IBGE, Microdados e Malha Digital do Censo Demográfico 2000/2010.

Mapa 5.2: Cartograma do Índice Multidimensional da Pobreza – Piauí 2000/2010.



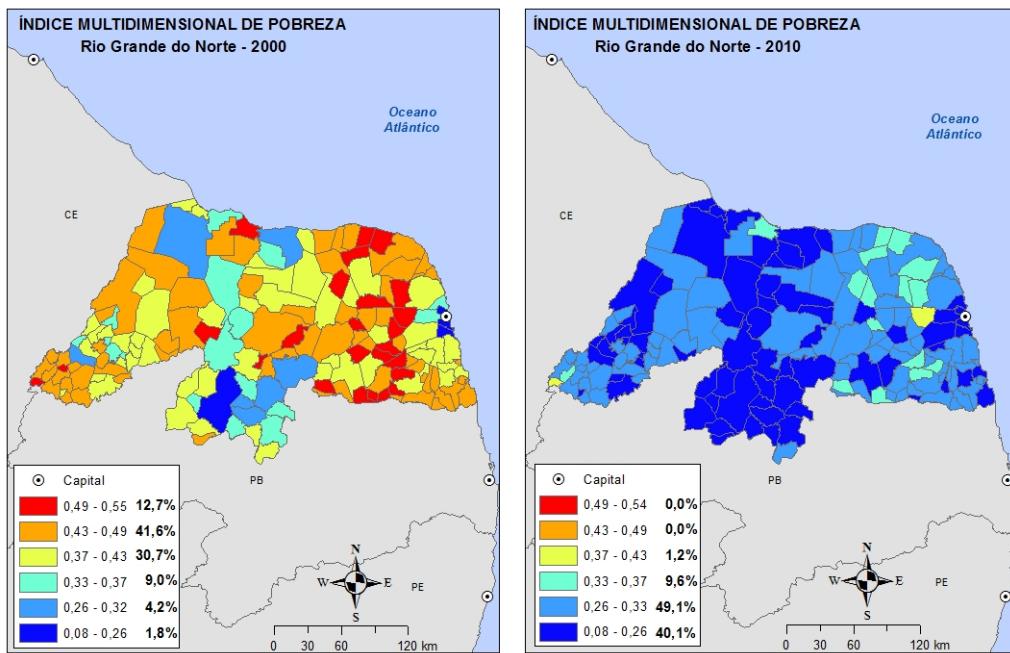
Fonte: IBGE, Microdados e Malha Digital do Censo Demográfico 2000/2010.

Mapa 5.3: Cartograma do Índice Multidimensional da Pobreza – Ceará 2000/2010.



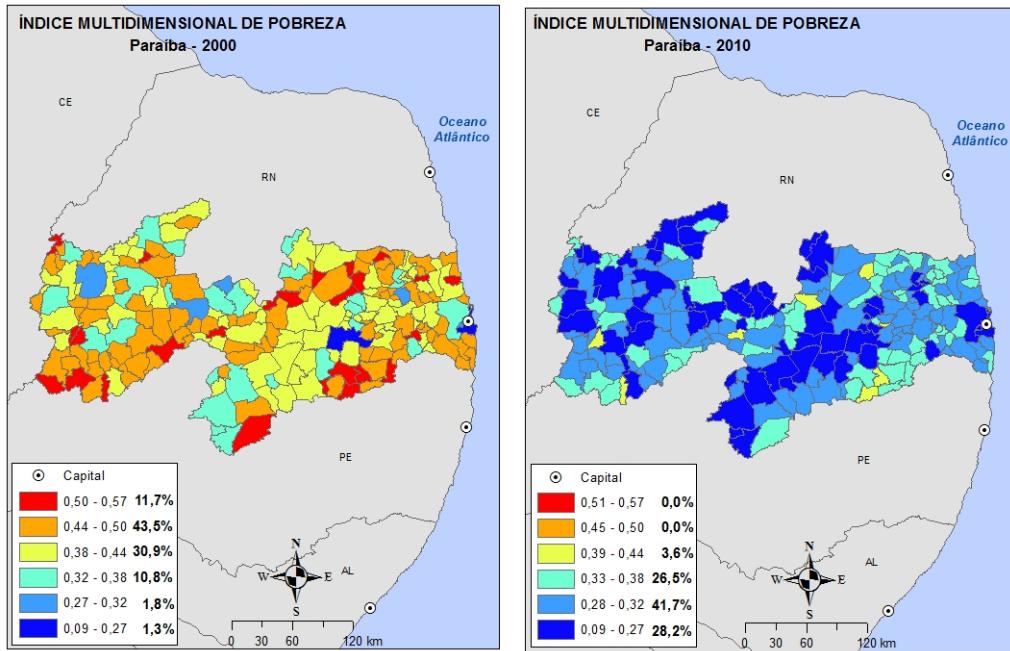
Fonte: IBGE, Microdados e Malha Digital do Censo Demográfico 2000/2010.

Mapa 5.4: Cartograma do Índice Multidimensional da Pobreza – Rio Grande do Norte  
2000/2010.



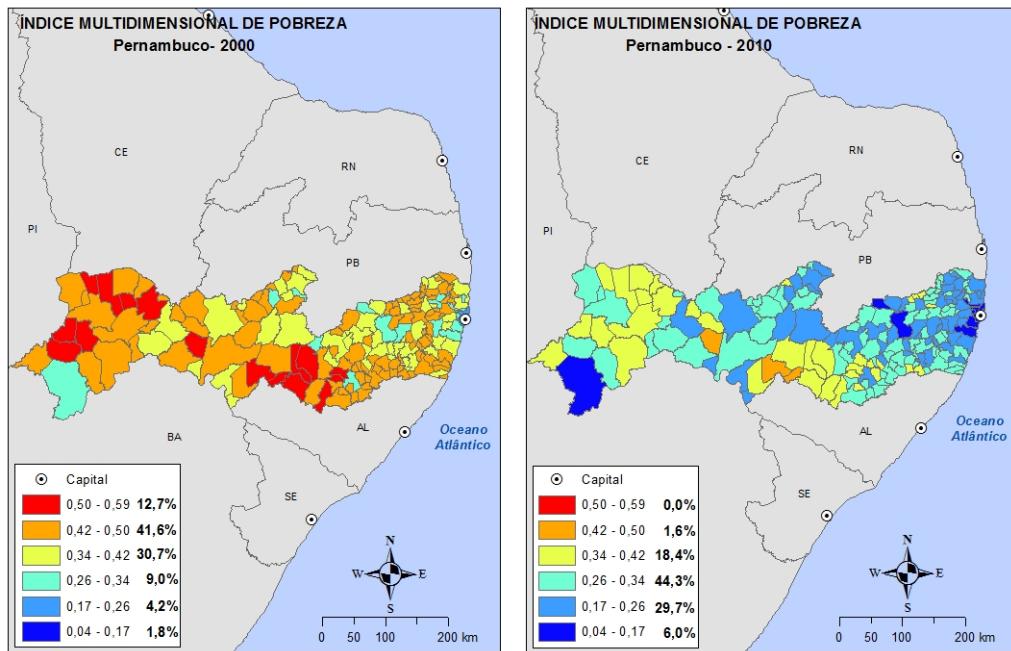
Fonte: IBGE, Microdados e Malha Digital do Censo Demográfico 2000/2010.

Mapa 5.5: Cartograma do Índice Multidimensional da Pobreza – Paraíba 2000/2010.



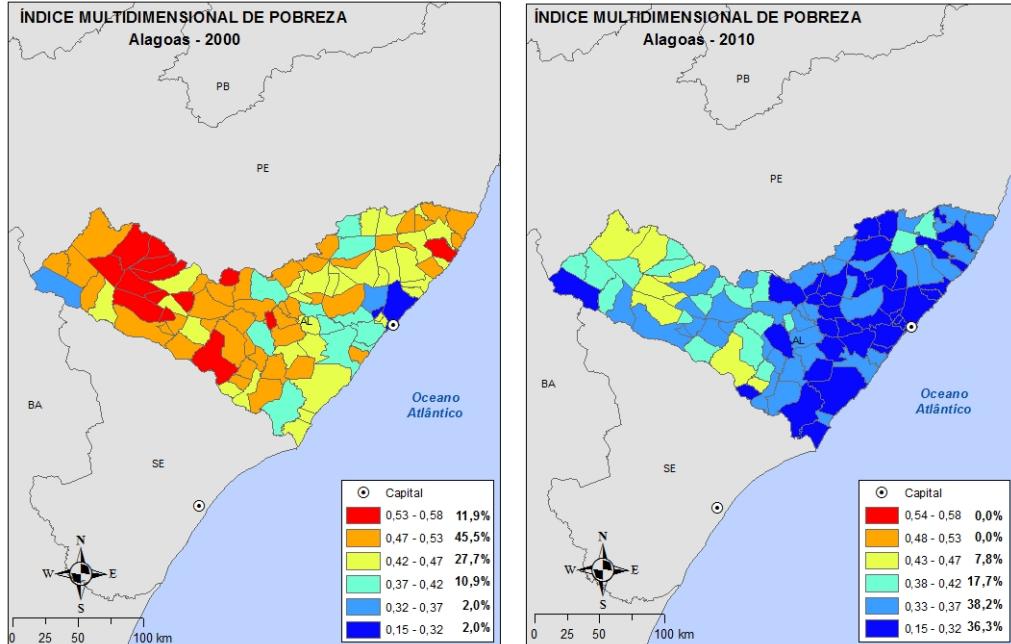
Fonte: IBGE, Microdados e Malha Digital do Censo Demográfico 2000/2010.

Mapa 5.6: Cartograma do Índice Multidimensional da Pobreza – Pernambuco 2000/2010.



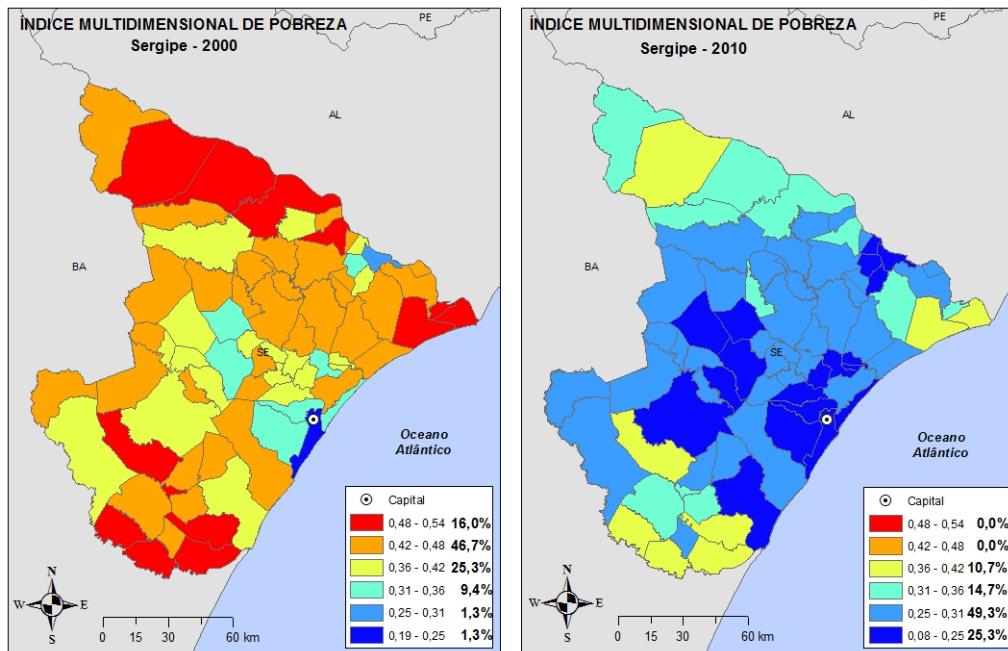
Fonte: IBGE, Microdados e Malha Digital do Censo Demográfico 2000/2010.

Mapa 5.7: Cartograma do Índice Multidimensional da Pobreza – Alagoas 2000/2010.



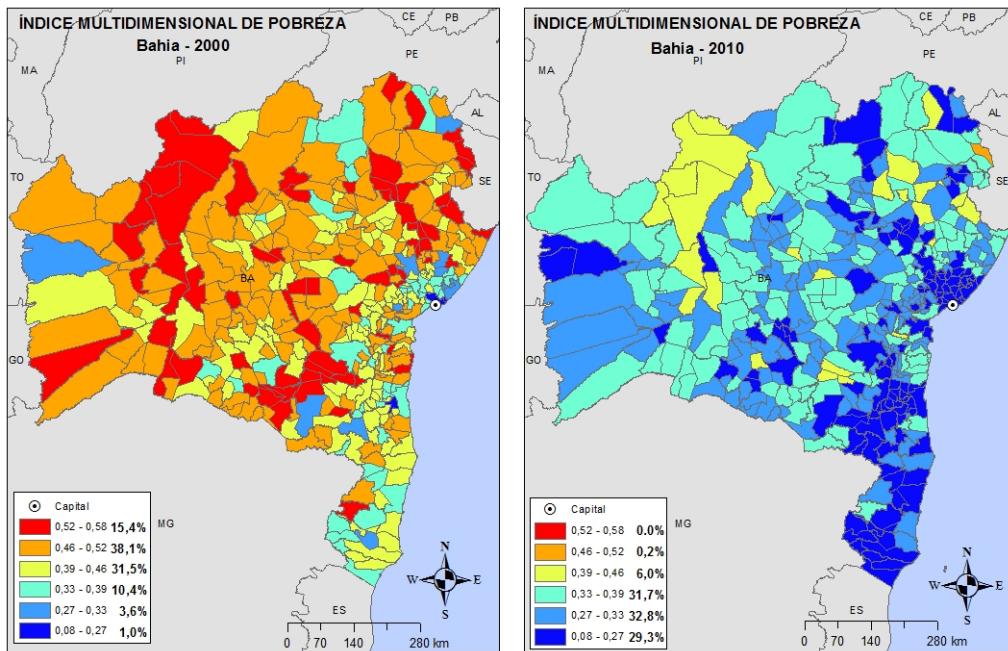
Fonte: IBGE, Microdados e Malha Digital do Censo Demográfico 2000/2010.

Mapa 5.8: Cartograma do Índice Multidimensional da Pobreza - Sergipe 2000/2010.



Fonte: IBGE, Microdados e Malha Digital do Censo Demográfico 2000/2010.

Mapa 5.9: Cartograma do Índice Multidimensional da Pobreza - Bahia 2000/2010.



Fonte: IBGE, Microdados e Malha Digital do Censo Demográfico 2000/2010.

Ao passo que tais constatações são consideradas, pode-se afirmar que entre os anos de 2000 e 2010 houve uma redução na amplitude do Índice Multidimensional de Pobreza dos municípios em cada estado nordestino. Tal fato acompanha a importância da espacialização

da medida, que permitiu a maior compreensão das transformações ocorridas no período, identificando os níveis de pobreza mensurado para cada município em sua escala estadual. Esta identificação relativa ao contexto estadual pode propiciar a gestão pública desta esfera a conhecer a realidade específica do fenômeno, trazendo assim a oportunidade da elaboração de planos de combate a pobreza com ações específicas de acordo com as carências de cada localidade.

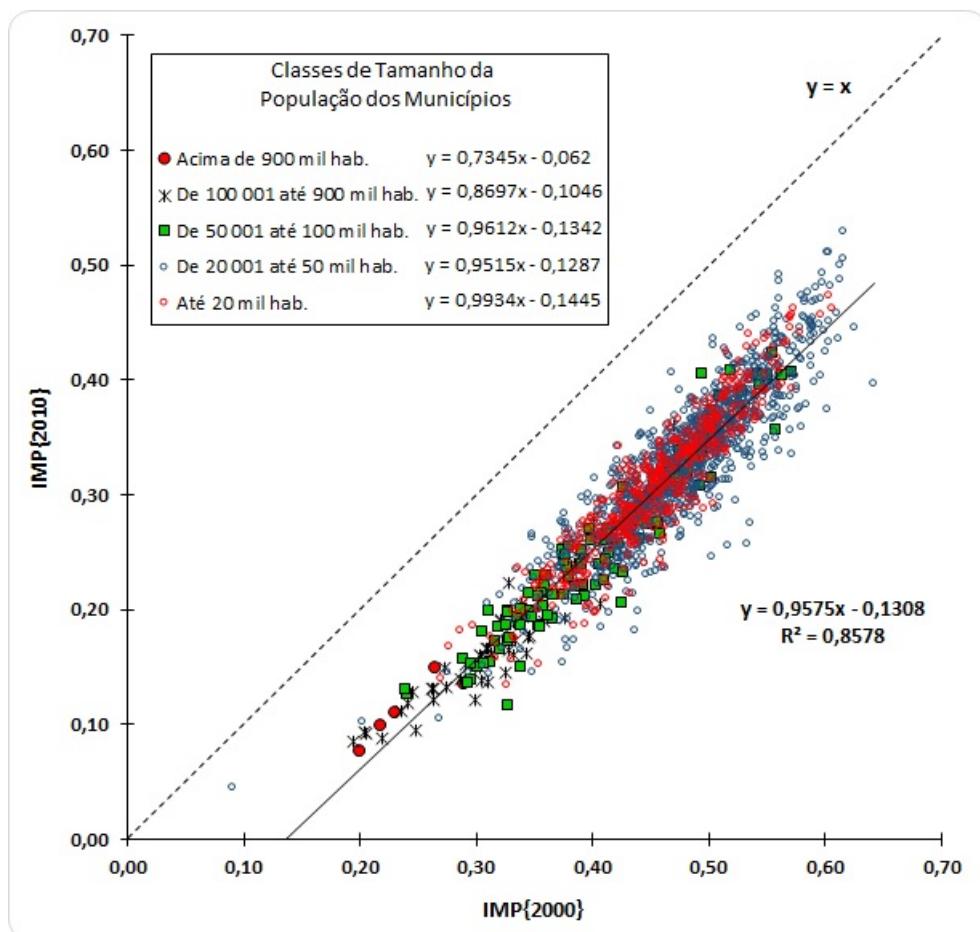
### **5.2.1 Perspectiva Regional da Pobreza Multidimensional nos Municípios Nordestinos**

Considerando uma análise dos municípios numa perspectiva regional, pode-se comprovar a redução dos níveis de pobreza multidimensional registradas no recorte temporal estudado. O Gráfico 5.2 mostra a relação entre os índices de 2000 e 2010 para os municípios nordestinos, de maneira que todos eles são exibidos abaixo da linha  $y = x$ , ou seja, todos apresentaram níveis de pobreza em 2010 abaixo do observado dez anos antes.

A relação entre os índices de pobreza multidimensional em 2000 e 2010 pode ser descrita a partir equação de regressão linear  $y = 0,9575x - 0,1308$ . Por meio desta, nota-se que na referida década, em todos os municípios nordestinos houve, em média, uma redução do índice de pobreza na ordem de 13,08%, com uma medida de ajustamento ( $R^2$ ) de 86% e elasticidade quase 1. Ainda através desta equação é possível estimar que o índice de pobreza de um determinado município teve uma redução média de 4,25% ( $1 - 0,9575$ ) em relação ao valor observado deste mesmo município na década de 2000-2010.

De acordo com a dispersão dos índices de pobreza municipais quanto às classes de tamanho da população, pode-se observar no Gráfico 5.2 que municípios com maior porte populacional, os acima de 900 mil habitantes e aqueles com população de 100.001 até 900 mil habitantes, apresentaram menores níveis de pobreza e maior redução média no IMP entre 2000 e 2010 que as demais classes, conforme evidenciado pelos coeficientes da reta de regressão estruturadas por classe de tamanho do município.

Gráfico 5.2: Diagrama de Dispersão Índice Multidimensional da Pobreza (IMP) 2000/2010

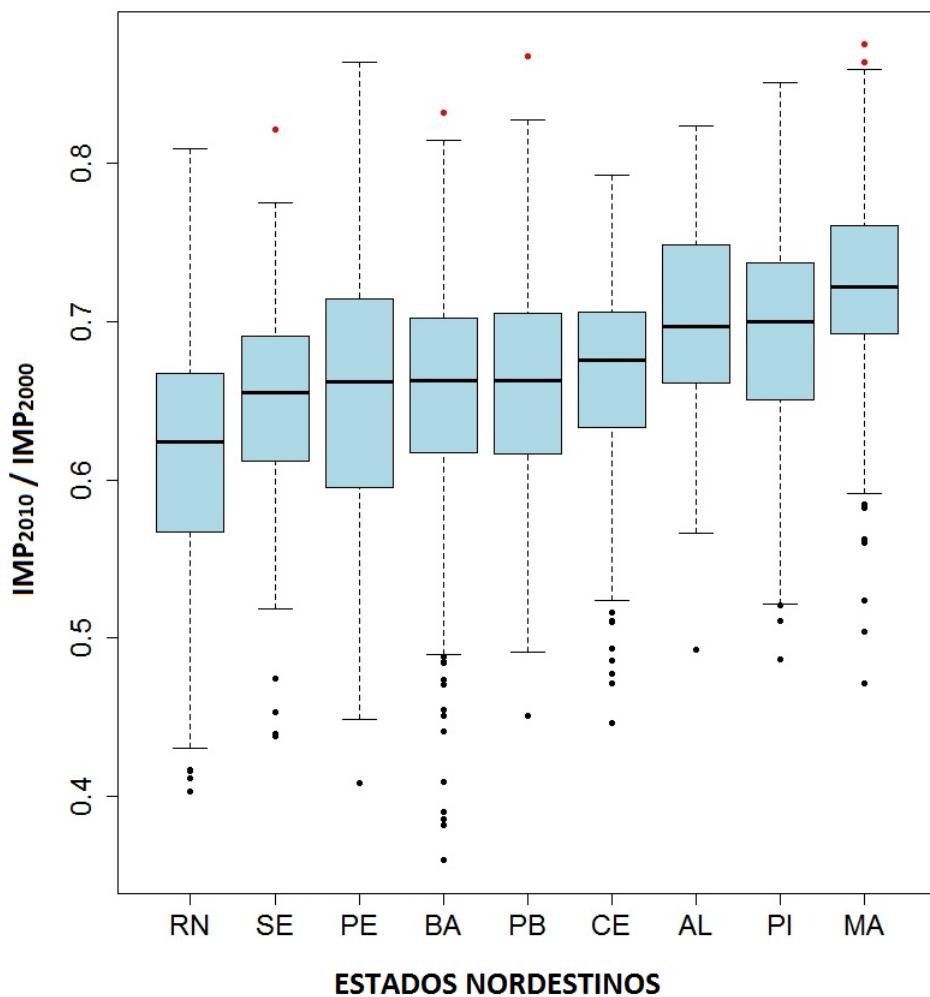


Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000/2010.

Este quadro remete a formulação de hipóteses quanto a relação entre o número de habitantes e o nível de pobreza multidimensional dos municípios nordestinos. Entretanto, inferências acerca deste contexto devem ser explorados com mais precisão a partir de análises mais detalhada e considerando efeitos de confundimento referente ao desenvolvimento econômico dos municípios.

Outra forma de apresentar as evidências sobre as reduções dos níveis de pobreza multidimensional nos município nordestinos pode ser visualizada no Gráfico 5.3. Esta representação exibe os *boxplots* da razão do IMP2010 com base no IMP2000 para os municípios de acordo com seus estados. A razão  $IMP_{2010}/IMP_{2000}$  denota o grau de aproximação dos níveis de pobreza medidos para a década, em uma escala de 0 a 1, assim quanto mais próximo de 1 menor é a redução observada no IMP entre 2000 e 2010.

Gráfico 5.3: Boxplot da Relação do Índice Multidimensional da Pobreza entre 2010 e 2000  
 $(IMP_{2010}/IMP_{2000})$  para os Estados Nordestinos



Fonte: IBGE, Microdados e Malha Digital do Censo Demográfico 2000/2010.

Os *boxplots* acima exibem as distribuições de  $IMP_{2010}/IMP_{2000}$  dos municípios em cada contexto estadual, nos quais podemos identificar os municípios que se destacaram quanto à redução do nível de pobreza. Assim, os *outliers* sinalizados abaixo das caixas são os municípios que apresentaram melhores resultados quanto à redução dos níveis de carência considerados no cálculo do IMP, enquanto os identificados acima da caixas representam os municípios com menores reduções dos níveis de pobreza multidimensional. Estes municípios podem ser identificados no Quadro 5.1.

Quadro 5.1: Municípios Nordestinos com Maiores Variações do Índice Multidimensional da Pobreza (IMP) - 2000/2010

<b>UF</b>	<b>Município</b>	<b>IMP<sub>2000</sub></b>	<b>IMP<sub>2010</sub></b>	<b>IMP<sub>2000</sub>/IMP<sub>2010</sub></b>
Maranhão	São Luís	0.2888	0.1361	0.4711
	São José de Ribamar	0.4061	0.2048	0.5042
	Imperatriz	0.2906	0.1523	0.5241
	Campestre do Maranhão	0.4916	0.2754	0.5602
	Paço do Lumiar	0.3441	0.1937	0.5629
	Açaílândia	0.4129	0.2404	0.5821
	São Pedro dos Crentes	0.5724	0.3348	0.5849
	Primeira Cruz	0.5616	0.4851	0.8639
	Matões do Norte	0.5607	0.4907	0.8751
Piauí	Tanque do Piauí	0.5033	0.2451	0.4870
	Hugo Napoleão	0.4632	0.2366	0.5107
	Picos	0.3190	0.1660	0.5205
	Várzea Grande	0.4312	0.2246	0.5210
Ceará	Pacatuba	0.3380	0.1509	0.4465
	Sobral	0.3435	0.1618	0.4712
	Fortaleza	0.2301	0.1099	0.4776
	Horizonte	0.4241	0.2060	0.4858
	Maracanaú	0.3025	0.1492	0.4933
	Forquilha	0.4115	0.2101	0.5105
	Eusébio	0.3953	0.2021	0.5112
	Jaguaribara	0.4502	0.2323	0.5159
Rio Grande do Norte	Parnamirim	0.2188	0.0881	0.4028
	Alto do Rodrigues	0.3747	0.1541	0.4112
	Ipueira	0.4374	0.1820	0.4160
	Timbaúba dos Batistas	0.3482	0.1450	0.4166
Paraíba	João Pessoa	0.2051	0.0925	0.4512
	Matinhos	0.4686	0.4067	0.8678
Pernambuco	Camaragibe	0.2989	0.1221	0.4084
Alagoas	Satuba	0.3054	0.1504	0.4926
Sergipe	Aracaju	0.1937	0.0849	0.4381
	Carmópolis	0.3791	0.1668	0.4399
	General Maynard	0.4081	0.1850	0.4534
	Telha	0.4146	0.1968	0.4746
	Pacatuba	0.4936	0.4055	0.8216
Bahia	Candeias	0.3269	0.1175	0.3595
	Lauro de Freitas	0.2478	0.0946	0.3819
	Salvador	0.1999	0.0770	0.3853
	Madre de Deus	0.2692	0.1050	0.3900
	Pojuca	0.3266	0.1337	0.4094
	Camaçari	0.3097	0.1365	0.4409
	Lajedão	0.3842	0.1733	0.4511
	Teixeira de Freitas	0.3051	0.1387	0.4545
	Itapetinga	0.2914	0.1372	0.4709
	São Francisco do Conde	0.3938	0.1865	0.4738
	Simões Filho	0.3321	0.1609	0.4845
	Mata de São João	0.3838	0.1862	0.4852
	Conceição do Jacuípe	0.4028	0.1968	0.4884
	Lajedinho	0.5137	0.4275	0.8321

Fonte: IBGE, Microdados Censo Demográfico 2000/2010.

Na construção dos *boxplots* foi considerada a ordenação crescente dos estados segundo a mediana dos índices de pobreza de seus municípios. A partir desta representação, torna-se possível classificar os estados nordestinos segundo a proporção de municípios com maior redução do IMP.

A princípio, é plausível classificar o estado do Rio Grande do Norte como maior proporção de cidades com essa característica enquanto os estados do Piauí e Maranhão apresentam em geral menores reduções do IMP na década. Entretanto, os intervalos de variação delimitados pelos “Whiskers” (bigode) de cada caixa indicam que o ordenamento exato não pode ser definido a partir da classificação apresentada.

A prática de dispor os índices em classificação crescente ou decrescente é uma das aplicações mais comuns dessas medidas. Este ranqueamento normalmente é usado de forma comparativa entre os objetos de estudo a fim de enquadrá-los em uma escala qualitativa. Contudo, quando estas medidas são construídas a partir de estimativas amostrais, deve-se levar em conta os intervalos de confiança das estimativas dos índices.

Desta forma, a estimativa pontual ganha amplitude de comparabilidade evitando assim que municípios classificados em melhor posição quanto ao seu IMP, sejam qualificados como melhores que outros. Estas considerações foram contempladas nas estimativas do Índice Multidimensional de Pobreza dos municípios nordestinos, os quais tem sua apresentação gráfica apresentada nos Apêndices E e F.

Constatada a redução dos níveis de pobreza multidimensional na região Nordeste, buscou-se retratá-la em cada período do estudo, identificando assim a configuração geográfica da pobreza multidimensional nos municípios no âmbito de toda a região Nordeste. Para isso, foram construídos os mapas de *cluster* (Mapa 5.10) que identificam através da correlação espacial, os níveis de pobreza municipal os agrupamentos geográficos semelhantes.

A representação do mapa de *cluster*, permite analisar os agrupamentos municipais que se assemelham de acordo com a correlação espacial dos IMPs considerando a pobreza estimada para cada período estudado. Assim, tanto para o ano 2000 quanto para 2010, os municípios classificados na categoria HH (High-High), se enquadram no Quadrante 1 (Q1) do

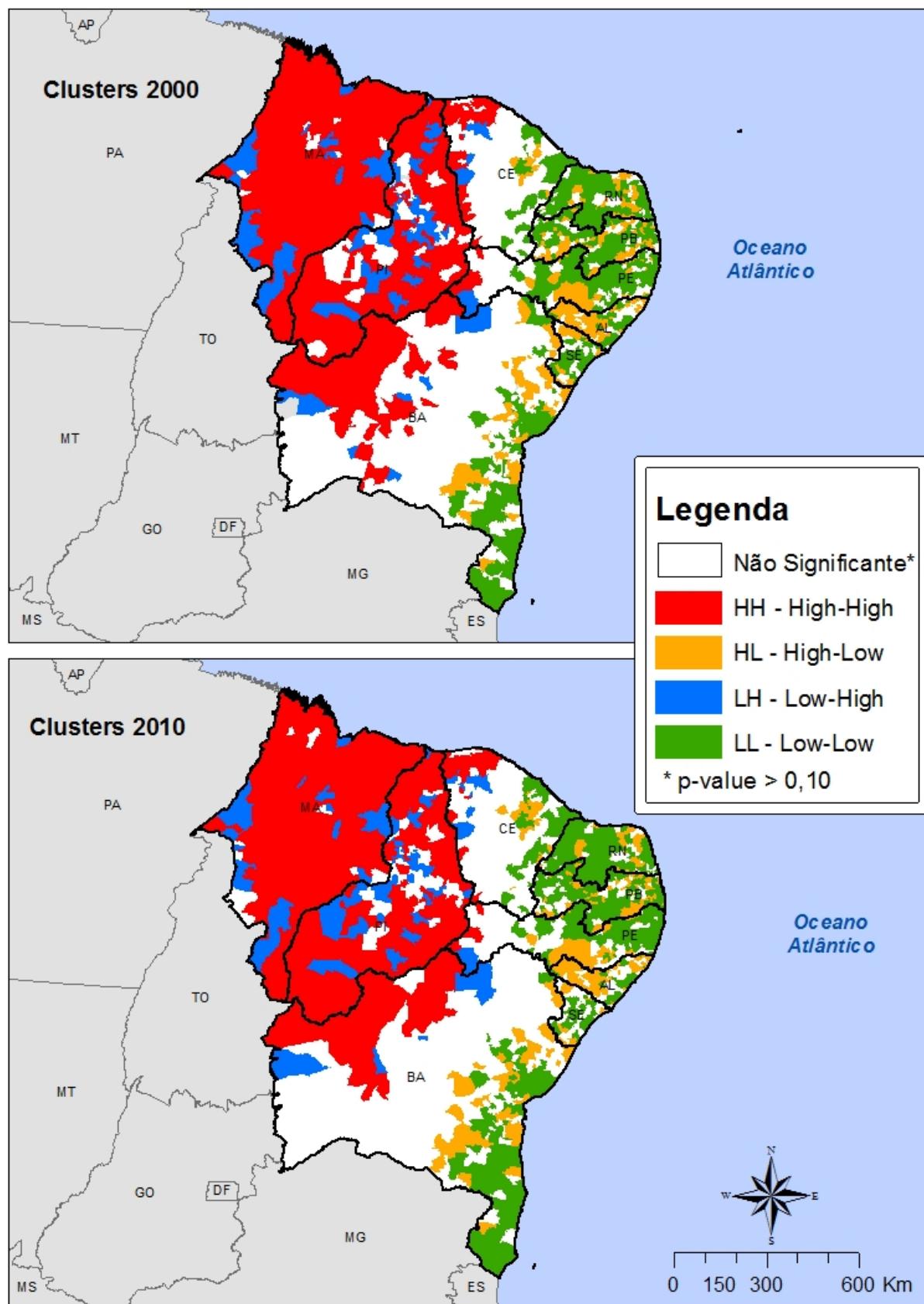
diagrama de espelhamento de Moran (apresentado na Ilustração 3.3), ou seja, são municípios com altos índices de pobreza multidimensional vizinhos de municípios com altos índices de pobreza multidimensional.

Aqueles enquadrados na categoria LL (Low-Low) são municípios com baixo IMP próximo de outros com IMP também baixo, assim como aqueles caracterizados como LH(Low-High) são municípios de IMP baixo próximo a outros de IMP alto. Mais ainda, os municípios pertencentes a categoria HL(High-Low) são aqueles que têm altos níveis de pobreza multidimensional próximos a outros municípios com IMP baixo. E por fim, aqueles não caracterizados nestas categorias são municípios que não apresentam correlação espacial significante (Apêndice H) para enquadrá-los em alguma das categorias acima.

A partir destes mapas, pode-se notar expressiva concentração de municípios caracterizado pelos *clusters* “High-High”. Estes formam uma área que abrange a maioria dos municípios maranhenses e piauienses, se estendendo por algumas cidades limítrofes do oeste cearense e pernambucano, chegando a parte das mesorregiões baianas do Vale do São Francisco e Extremo Oeste. Dispersas sobre área de maior pobreza da região Nordeste, algumas zonas de transição classificadas como “High-Low” são mais evidentes na zona de fronteira entre o Maranhão e o Tocantins; em áreas esparsas ao longo do Piauí e, nestas a capital Teresina aparece exercendo influência em alguns municípios maranhenses; na região de Barreiras-BA; e no Vale do São Francisco região que envolve as cidades de Juazeiro-BA e Petrolina-PE.

Em uma divisão praticamente dicotômica entre Ocidente e Oriente, o Índice Multidimensional de Pobreza aplicado aos municípios da região Nordeste é caracterizado pelo *cluster* “High-High” no extremo Leste da região. Estes *cluster* se estendem da região Metropolitana de Fortaleza, passando pelo Jaquaribe cearense; abrangendo praticamente todo território potiguar e paraibano; seguindo pela mesorregiões Metropolitanas de Recife, Mata Pernambucana e Agreste Pernambucano; avançando pelo Leste de Alagoas, na região Metropolitana de Maceió e nas zonas canavieira de Coururipe e Penedo.

Mapa 5.10: Clusters de Pobreza dos Municípios da Região Nordeste 2000/2010.



Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000/2010.

Além disto, adentra o território sergipano pelos municípios vizinhos da cidade de Propriá, passando pela região Metropolitana de Aracaju e por municípios do agreste sergipano; passa pela Bahia, a partir da região Metropolitana de Salvador, até chegar no extremo Sul Baiano. Próximo aos agrupamentos identificados logo acima, aparecem outras áreas de transição categorizadas como *clusters* “Low-High”, os quais se apresentam de forma dispersa entre os agrupamentos espaciais “High-High” e a zona de não significância de correlação espacial entre os municípios.

Mesmo considerando a análise descritiva dos *clusters* de pobreza multidimensional no Nordeste, pode-se inferir que a caracterização das localidades de pobreza relativa ao ano 2010 são os mesmos em 2010.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando as transformações ocorridas ao longo do tempo na caracterização da pobreza, chegou-se à definição de um conceito abrangente considerando dimensões que contemplam a complexidade social do fenômeno da pobreza no Nordeste brasileiro. Esta caracterização foi feita com base nas definições de Sen (2010), o qual entende que a pobreza pode ser elaborada como privação de capacidades básicas que estão além das condições de renda. Ampliando estas perspectivas, Rocha (2006) acrescenta que a renda não pode ser dispensável na contextualização da pobreza no Brasil.

Assim, levando em conta este debate, ajustou-se o método proposto por Alkire e Foster (2009) ao contexto nordestino e, utilizando informações oriundas dos microdados de uso público dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, elaborou-se o Índice Multidimensional da Pobreza no Nordeste (IMP). Este índice foi composto por cinco dimensões, as quais comportaram vinte e três indicadores estimados para todos os estados e municípios nordestinos nos recortes de tempo definidos.

A partir de seus resultados, pode-se constatar em 2010 a redução dos níveis de pobreza medidos para o ano 2000 para todos os estados e municípios nordestinos. Quanto aos estados, verificou-se que todos mantiveram suas posições relativas ao índice de pobreza multidimensional em 2010, tendo os estados do Maranhão, Piauí e Alagoas, respectivamente, retratado os maiores índices de pobreza multidimensional nos dois anos analisados e os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe, como os de menores níveis do índice nestes recortes de tempo.

Na perspectiva de redução dos índices multidimensionais de pobreza ao longo da década 2000-2010, verificou-se para todos os estados um deslocamento para menores índices de pobreza de um período para o outro. Assim, pessoas antes classificadas em um nível de pobreza grave continuam a ser classificadas como pobres, porém com menores níveis de privação em relação aos registrados em 2000. Da mesma forma, algumas pessoas na condição de pobreza em 2000 passaram para a condição de vulneráveis em 2010 e assim

de forma ascendente, outros em situação de vulnerabilidade da condição de risco de pobreza apresentada em 2000.

Outra medida na qual se constatou redução foi a intensidade da pobreza. A partir desta, foi possível analisar as mudanças nos pesos relativos de cada dimensão. Assim, as dimensões “Bens de consumo e Acesso a Informação” e “Condições de Saneamento e Habitação” mantiveram-se com contribuição praticamente estável para todos os estados nordestinos. Já a dimensão de “Educação” apresentou grande redução em seu peso relativo na pobreza multidimensional. No sentido oposto, as dimensões de “Condições Sociais” e de “Trabalho e Rendimento” tiveram aumento em seus pesos, sendo esta última a de maior aumento relativo. No conjunto das dimensões, a de “Bens de Consumo e Acesso a Informação” manteve-se com maior peso em relação as demais, mantendo um peso próximo de 28% nos dois recortes de tempo.

No que tange aos indicadores de cada dimensão, suas análises foram pautadas principalmente nas variações ocorridas no período de estudo. Verifica-se que as mudanças observadas acontecem num mesmo padrão para todos os estados nordestinos, sugerindo uma série de fatores conjunturais favoráveis às mudanças do cenário da pobreza na região. Desta forma, não se pode inferir sobre as ações que levaram às mudanças ocorridas, visto que estas análises não são contempladas no escopo deste trabalho.

Assim, quaisquer fatores que influenciem as mudanças dos escores destes indicadores serão objetos de pesquisas futuras para que se possa investigar e compreender de forma adequada tais questões. Logo, inferências acerca das causas, motivos ou ações que levaram a variações nos níveis desses indicadores merecem uma atenção mais precisa da situação contextualizada a cada cenário para que se possa averiguar as possíveis causas acerca das mudanças ocorridas.

Analizando os resultados dos agrupamentos municipais a partir das correlações espaciais dos índices de pobreza, constatou-se a formação de áreas de maior índice de pobreza localizadas predominantemente em municípios do Maranhão e Piauí. Enquanto na faixa litorânea partindo da região Metropolitana de Fortaleza até o extremo Sul baiano se constitui um agrupamento de municípios de menores índices de pobreza vizinhos de outros

de mesma característica. Tal padrão de distribuição geográfico foi observado tanto para 2000 quanto para 2010, levando assim à conclusão de que a pobreza no nordeste configura-se nas mesmas áreas neste intervalo de dez anos.

A comparação da incidência da pobreza multidimensional com as medidas de pobreza utilizada pelo Banco Mundial e pelo MDS, comprova a redução da população pobre do Nordeste sob diferentes perspectivas. Validando assim as constatações da redução dos níveis de pobreza já assinalados, garantindo a efetividade do índice proposto destacando sua importância quanto à agregação de informações que contemplem a complexidade do fenômeno social da pobreza.

Considerando todos os debates apresentados nesta dissertação, constata-se que a pobreza no Nordeste brasileiro estudadas a partir da perspectiva multidimensional teve seus níveis reduzidos entre 2000 e 2010. Entretanto, as análises espaciais levam a entender que a distribuição do fenômeno da pobreza se mantém nas mesmas áreas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. V. S.; OLIVEIRA, J. C. D.; MEIRA, A. D. Estatística Espacial Aplicada à Análise de Padrões de Segregação Socioespacial em Viçosa – MG. In: III SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS GEODÉSICAS E TECNOLOGIAS DA GEOINFORMAÇÃO, 2010, Recife. **Anais...** Centro de Tecnologia e Geociências: UFPE, 2010. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/cgtg/SIMGEOIII/IIISIMGEO\\_CD/artigos/CartografiaeSIG/SIG/A\\_118.pdf](http://www.ufpe.br/cgtg/SIMGEOIII/IIISIMGEO_CD/artigos/CartografiaeSIG/SIG/A_118.pdf)>. Acesso em: 12 Mar. 2014. Citado na página 70.

ALCÂNTARA, C. D.; ALBUQUERQUE, D. P. de L. Análise do Potencial da Indústria da Linha Branca no Ceará. **IPECE**, Fortaleza-CE, jan. 2008. Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos\\_discussao/TD\\_42.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_42.pdf)>. Acesso em: 14 mai. 2014. Citado na página 111.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty measurement: (revised and updated). **Oxford Poverty Human Development Initiative (OPHI)**, Oxford, 2009. ISSN 2040-8188. Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-32/>>. Acesso em: 15 Jun. 2012. Citado 7 vezes nas páginas 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 134.

ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Acute multidimensional poverty: A new index for developing countries. **Oxford Poverty Human Development Initiative (OPHI)**, Oxford, 2010. ISSN 2040-8188. Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/acute-multidimensional-poverty-a-new-index-for-developing-countries/>>. Acesso em: 10 Jun. 2012. Citado 3 vezes nas páginas 58, 61 e 63.

ALVES, P. P. **Índices Sintéticos para caracterização dos municípios paulistas na perspectiva da cana-de-açúcar - 2005 a 2009**. 205 f. Dissertação (Mestrado) — Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), Rio de Janeiro, 2008. Citado na página 70.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). **IPEA**, Rio de Janeiro, 2003. ISSN 1415-4765. Citado 2 vezes nas páginas 56 e 57.

BARROS, R. P. de et al. Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil. **IPEA**, Rio de Janeiro, 2010. ISSN 1415-4765. Citado 2 vezes nas páginas 23 e 35.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. S. P. de; DUARTE, R. P. N. Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: Uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais. **IPEA**, Rio de Janeiro, 1997. ISSN 1415-4765. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 27.

BORGES, G. M.; SILVA, M. F. B. da; BARROS, L. F. W. O Emprego Formal no Brasil: uma análise do efeito da composição populacional no período 1996-2006. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2008, Caxambu-MG. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2009. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1788.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1788.pdf)>. Acesso em: 15 Out. 2013. Citado na página 77.

BRASIL. Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938: Aprova o regulamento que institui as comissões de salário mínimo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 mai. 1938. Seção I, p. 8600. Citado na página 29.

\_\_\_\_\_. Pressidencia da República, Decreto-Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000: Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm)>. Acesso em: 20 set, 2013. Citado na página 98.

\_\_\_\_\_. Pressidencia da República, Decreto-Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006: Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, fev. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm)>. Acesso em: 20 fev, 2014. Citado na página 102.

\_\_\_\_\_. Pressidencia da República, Decreto-Lei nº 6.917, de 30 de julho de 2009: Altera os arts. 18, 19 e 28 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 jul. 2009. Seção I, p.2. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=31/07/2009>>. Acesso em: 6 ago, 2013. Citado na página 75.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos: Passo a passo do processo de implantação**. Brasília, 2009. Citado na página 103.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Diferenciais de inserção no mercado de trabalho de beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família segundo o Censo Demográfico 2010**. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/simulacao/estudos\\_tecnicos/pg\\_principal?url=ano\\_new&ativo=sim](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/simulacao/estudos_tecnicos/pg_principal?url=ano_new&ativo=sim)>. Acesso em: 05 Jan. 2014. Citado na página 77.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão do Exercício 2011**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/processodecontas/unidades-do-mds/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/resolveuid/c88582ed9c829c182dff3113329b325c/download>>. Acesso em: 18 Fev. 2013. Citado na página 24.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Indicadores: Orientações básicas aplicadas à gestão pública**. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/121003\\_orient\\_indic\\_triangular.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/121003_orient_indic_triangular.pdf)>. Acesso em: 10 Jan. 2014. Citado 2 vezes nas páginas 43 e 45.

BUENO, E. P. L. Absolutismo na Inglaterra. 2003. Disponível em: <<http://www.usinadeletras.com.br>>. Acesso em: 15 Mai. 2013. Citado na página 27.

CÂMARA, G. et al. Análise Espacial da Áreas. In: DRUCK, S. et al. (Org.). **Análise Espacial de Dados Geográficos**. Brasília: EMBRAPA, 2004. Citado 2 vezes nas páginas 70 e 71.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. De Volta para o Futuro?: As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. **IPEA**, Brasília, 2007. Citado na página 77.

CASTEL, R. As metamorfoses do trabalho. In: **Globalização: o fato e o mito**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. Citado na página 27.

CODES, A. L. M. de. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. **IPEA**, Brasília, 2008. Citado 6 vezes nas páginas 22, 26, 28, 29, 32 e 34.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do ibge. **IPEA**, Rio de Janeiro, jul. 2002. ISSN 1415-4765. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4435](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4435)>. Acesso em: 06 nov. 2013. Citado na página 75.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional. **RAE-Eletrônica**, FGV-EAESP, São Paulo, v. 1, 2002. ISSN 1676-5648. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol1-num2-2002/pobreza-como-fenomeno-multidimensional>>. Acesso em: 19 Set. 2012. Citado na página 30.

DEDECCA, C.; ROSANDISKI, E. Recuperação Econômica e a Geração de Empregos Formais. **Parcerias Estratégicas**, São Paulo, n. 22, p. p. 169–190, jun. 2006. ISSN 1413-9375. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/parcerias/p22.php>>. Acesso em: 12 Jun. 2013. Citado na página 76.

DESTREMAU, B.; SALAMA, P. **O Tamanho da Pobreza**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 1999. ISBN 85-8636-60-0. Citado na página 33.

FERES, J. C.; MANCERO, X. Enfoques para la Mediación de la Pobreza: Breve revisión de la literatura. In: TALLER REGIONAL, 4., 2000, Buenos Aires. **La Mediación de la Pobreza: el Método de las Líneas de Pobreza**. Buenos Aires: BID-BIRD-CEPAL, 2000. p. 521. Ref. 45–80. Citado na página 30.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: O modelo lógico do programa segundo tempo. **IPEA**, Brasília, 2009. ISSN 1415-4765. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1369.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1369.pdf)>. Acesso em: 10 Jan. 2014. Citado 2 vezes nas páginas 41 e 48.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH, Indicadores Sintéticos e suas Aplicações em Políticas Públicas: Uma análise crítica. **Revista Brasileiro de Estudos Urbanos e Regionais**, Salvador, v. 7, n. 1, p. p. 73–90, 2011. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/136>>. Acesso em: 12 Jun. 2013. Citado na página 44.

HOFFMANN, R. **Distribuição de Renda**: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: EDUSP, Editora da Universidade de São Paulo, 1998. 275 p. ISBN 8531404738. Citado 2 vezes nas páginas 39 e 75.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Normas de Apresentação Tabular**. 3<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro, 1993. Citado na página 68.

\_\_\_\_\_. Metodologia do Censo Demográfico 2000. **Relatórios Metodológicos**, IGBE, Rio de Janeiro, v. 25, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/metodologiacenso2000.pdf>>. Acesso em: 01 Fev. 2013. Citado 8 vezes nas páginas 76, 82, 95, 96, 97, 98, 101 e 102.

\_\_\_\_\_. **Economia Informal Urbana 2003**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/ecinf2003.pdf>>. Acesso em: 15 Out. 2013. Citado na página 76.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. IGBE, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB\\_2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf)>. Acesso em: 10 Fev. 2013. Citado na página 88.

\_\_\_\_\_. Evolução da Divisão Territorial do Brasil 1872-2010. **Documentos para Disseminação**, IGBE, Rio de Janeiro, v. 17, 2011. Disponível em: <[ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_territorial](ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial)>. Acesso em: 10 Out. 2013. Citado na página 69.

\_\_\_\_\_. Indicadores Sociais Municipais: Uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010. **Estudos Pesquisas — Informação Geográfica e Socioeconômica**, IGBE, Rio de Janeiro, 2011. ISSN 978-85-240-4215-7. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores\\_sociais\\_municipais/default\\_indicadores\\_sociais\\_municipais.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm)>. Acesso em: 13 Ago. 2012. Citado 3 vezes nas páginas 84, 86 e 88.

\_\_\_\_\_. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2012. **Estudos Pesquisas — Informação Geográfica**, IGBE, Rio de Janeiro, 2012. ISSN 978-85-240-4247-8. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default\\_2012.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2012.shtm)>. Acesso em: 13 Ago. 2012. Citado 6 vezes nas páginas 65, 88, 89, 90, 93 e 94.

\_\_\_\_\_. Metodologia do Censo Demográfico 2010. **Relatórios Metodológicos**, IGBE, Rio de Janeiro, v. 28, 2013. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/metodologia/default\\_metodologia.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/metodologia/default_metodologia.shtm)>. Acesso em: 01 Fev. 2013. Citado 13 vezes nas páginas 67, 68, 76, 82, 86, 93, 94, 96, 97, 98, 100, 101 e 102.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 4. ed. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 01 Mar. 2013. Citado na página 84.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil**. 2. ed. Campinas: Ed. Alínea, 2012. 156 p. Citado 9 vezes nas páginas 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 72.

\_\_\_\_\_. Indicadores Sociais, Índices Sociais e Indicadores de Políticas Públicas: do que precisam pesquisadores, jornalistas e gestores públicos? In: II SEMINÁRIO DE METODOLOGIA DO IBGE, 2013, Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.smi2012.ibge.gov.br/SitePages/principal.aspx>>. Acesso em: 20 Jan. 2014. Citado na página 41.

KON, A. Pleno Emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 8, n. 2, jul/ago 2012. ISSN 2238-1988. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/ret/article/viewArticle/28159>>. Acesso em: 06 jan. 2013. Citado 2 vezes nas páginas 82 e 83.

LAVINAS, L. Pobreza e Exclusão: traduções regionais de duas categorias da pática. **Revista Econômica**, Niterói, v. 4, mai. 2002. ISSN 1517-1302. Ref. 25–59. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomicav4n1/lavinhas.pdf>>. Acesso em: 23 Mai. 2013. Citado na página 30.

LAVINAS, L.; ALVES, J. E. D.; NICOLL, M. Pobreza, Trabalho e Desigualdades de Gênero: conexões diversas. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2006, Caxambu-MG. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2006. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_304.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_304.pdf)>. Acesso em: 16 Set. 2013. Citado 2 vezes nas páginas 85 e 97.

LEITE, J. C. F.; SOUZA, K. L. de. O novo perfil do nordeste brasileiro no censo demográfico 2010. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza-CE, p. p.117, 2013. Disponível em: <[http://www.desenvolvimento.ifal.edu.br/observatorio/sugest\\_leitura/perf\\_ne/at\\_download/file](http://www.desenvolvimento.ifal.edu.br/observatorio/sugest_leitura/perf_ne/at_download/file)>. Acesso em: 06 mai. 2014. Citado na página 116.

LUMLEY, T. Analysis of Complex Survey Samples. **Journal of Statistical Software**, v. 9, n. 1, p. 1–19, 2004. R package version 2.2. Citado na página 68.

\_\_\_\_\_. **Survey: analysis of complex survey samples**. 2012. R package version 3.28-2. Citado na página 68.

MEDEIROS, C. A. de. Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza. In: **Polarização mundial e Crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001. Citado na página 26.

MEDEIROS JÚNIOR, H.; GRAND JÚNIOR, J. Distribuição dos Empregos Formais na Cidade do Rio de Janeiro em 2008: uma análise espacial. **IPP/Prefeitura do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2011. ISSN 1984-7203. Citado na página 70.

NERI, M.; CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. Mercado de Trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações. **IPEA**, Rio de Janeiro, jul. 2000. ISSN 1415-4765. Disponível em: <<http://www.cps.fgv.br/ibre/cps/artigos>>. Acesso em: 14 Out. 2013. Citado na página 76.

OLIVEIRA, K. F. de. **Demografia da Pobreza em Sergipe**: migração, renda e características municipais a partir dos anos 80. 277 f. Tese (Doutorado) — Departamento de Demografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2009. Citado 3 vezes nas páginas 23, 35 e 39.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Reading in the Mobile Era: A study of mobile reading in developing countries**. Paris-França, 2014. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002274/227436e.pdf>>. Acesso em: 10 Fev. 2013. Citado na página 87.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Handbook on Constructing Composite Indicators**: Methodology and user guide. Paris, 2008. Disponível em: <<http://content/book/9789264043466-en>>. Citado 2 vezes nas páginas 44 e 45.

ORGANIZAÇÕES DAS MUNDIAL DE SAUDE (OMS). **CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Amélia Leitão. Lisboa, 2004. Citado na página 95.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Manual de Estudos Sociales**. Nova Iorque, 1989. 4-51 p. Citado 5 vezes nas páginas 42, 43, 46, 72 e 73.

\_\_\_\_\_. **Geospatial Infrastructure in Support of Census Activities**. Nova Iorque, 2009. 273 p. Citado na página 68.

PESSOA, D. Explicação da taxa de omissão da PA e uso de técnicas de estimativa em pequenas áreas em aglomerados subnormais. Rio de Janeiro, ago. 2013. Citado na página 68.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 1990. Nova Iorque, 1990. ISSN 0-19-506481-X. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/global-reports>>. Acesso em: 01 fev. 2013. Citado na página 50.

\_\_\_\_\_. Relatório de Desenvolvimento Humano 2000. Nova Iorque, 2000. ISSN 0-19-521678-4. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/global-reports>>. Acesso em: 01 fev. 2013. Citado na página 55.

\_\_\_\_\_. Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. Nova Iorque, 2010. ISSN 9780230284456 90101. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/global-reports>>. Acesso em: 01 fev. 2013. Citado 2 vezes nas páginas 23 e 51.

\_\_\_\_\_. Relatório de Desenvolvimento Humano 2013. Nova Iorque, 2013. ISSN 978-92-1-126340-4. Disponível em: <<http://www.un.org/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013. Citado na página 64.

R Core Team. **R: A Language and Environment for Statistical Computing**. Vienna, Austria, 2013. Disponível em: <<http://www.R-project.org>>. Citado na página 66.

ROCHA, S. Pobreza no Nordeste: a década de 1990 vista de perto. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 7–41, jan./mar. 2003. Citado 2 vezes nas páginas 34 e 37.

\_\_\_\_\_. **Pobreza no Brasil**: Afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 244 p. ISBN 85-225-0423-7. Citado 10 vezes nas páginas 22, 28, 29, 30, 33, 34, 38, 56, 74 e 134.

\_\_\_\_\_. **Transferências de Renda no Brasil**: O fim da pobreza? Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 216 p. ISBN 978-85-352-7132-4. Citado 5 vezes nas páginas 23, 35, 78, 79 e 81.

RUA, M. G. Desmistificando o problema: uma rápida introdução ao estudo dos indicadores. Escola Nacional de Administração Pública, Brasília-DF, p. p.20, 2004. Disponível em: <<http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fUFAM-MariadasGraEstudoIndicadores-novo.pdf>>. Acesso em: 10 Fev. 2014. Citado 5 vezes nas páginas 40, 43, 44, 45 e 48.

SCANDAR NETO, J. W.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, P. L. N. Sistemas de Indicadores ou Indicadores Sintéticos: do que precisam os gestores de programas sociais? In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2008, Caxambu-MG. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2009. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1511.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1511.pdf)>. Acesso em: 12 Jun. 2013. Citado na página 44.

SCANLON, J.; CASSAR, A.; NEMES, N. Water as a human right? IUCN, Cambridge-UK, p. p.60, 2004. Disponível em: <<http://www.unwater.org/downloads/EPLP-051.pdf>>. Acesso em: 06 Nov. 2013. Citado na página 90.

SCARPELLINI, M.; CARLOS, V. Y. Monoparentalidade Feminina e Vulnerabilidade Social: realidade de mulheres chefes de família no município de Apucarana. In: II SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2011, Londrina-PR. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Estadual de Londrina, 2011. ISSN 2177-8248. Disponível em: <[https://www.unisul.br/wps/wcm/connect/da2d0ef8-4a35-4f01-9ad3-d6d065dad545/mulheres-chefes-familia\\_mulheres-empreendedoras\\_projetos-extensao-tb.pdf?MOD=AJPERES](https://www.unisul.br/wps/wcm/connect/da2d0ef8-4a35-4f01-9ad3-d6d065dad545/mulheres-chefes-familia_mulheres-empreendedoras_projetos-extensao-tb.pdf?MOD=AJPERES)>. Acesso em: 17 Set. 2013. Citado na página 97.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letas, 2010. ISBN 978-85-359-1646-1. Citado 6 vezes nas páginas 31, 32, 73, 78, 99 e 134.

SILVA, A. M. de Rodrigues da. **Um estudo sobre pobreza multidimensional na região nordeste do Brasil.** 193 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2009. Citado na página 26.

SILVA, G. L. J. A Lei dos Pobres 1601: Primeira Lei Assistencialista e Política de Bem Estar Social. 2012. Disponível em: <<http://www.webartigos.com>>. Acesso em: 15 Mai. 2013. Citado na página 27.

SILVA, P. L. N. Índices sintéticos: Cuidados essenciais na construção, uso e interpretação. In: II SEMINÁRIO DE METODOLOGIA DO IBGE, 2013, Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.smi2012.ibge.gov.br/SitePages/principal.aspx>>. Acesso em: 20 Jan. 2014. Citado 2 vezes nas páginas 47 e 67.

SOLIGO, V. Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 53, p. p. 75–25, mai./ago. 2012. ISSN 0103-6831. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1724/1724.pdf>>. Acesso em: 13 Jun. 2013. Citado na página 44.

SOUZA, J. L. de. O que é? Dólar PPC. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, mar. 2012. Citado na página 23.

TRIGOSO, F. B. M. **Demanda de energia elétrica e desenvolvimento socioeconômico:** o caso das comunidades rurais eletrificadas com sistemas fotovoltaicos. 336 f. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <[http://www.iee.usp.br/biblioteca/producao/2004/Teses/Tese\\_Federico.pdf](http://www.iee.usp.br/biblioteca/producao/2004/Teses/Tese_Federico.pdf)>. Citado na página 92.

ULSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. p. 596–618, 2006. ISSN 1809-4538. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/issue.asp?vol=26&mes=4>>. Acesso em: 13 Set. 2013. Citado na página 76.

UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (UIT). **Making Television Accessible**. Genebra-Suiça, 2011. Disponível em: <[https://www.itu.int/ITU-D/sis/PwDs/Documents/ITU-G3ict%20Making\\_TV\\_Accessible\\_Report\\_November\\_2011.pdf](https://www.itu.int/ITU-D/sis/PwDs/Documents/ITU-G3ict%20Making_TV_Accessible_Report_November_2011.pdf)>. Acesso em: 11 Fev. 2013. Citado na página 86.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE (UNECE). **Making Data Meaningful, Part 2: A guide to presenting statistics**. Genova, 2009. Citado na página 68.

**APÊNDICE A – TABELAS COMPLETAS DO ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DE  
POBREZA DOS ESTADOS NORDESTINOS EM 2000 E 2010**

**Tabela A.1 - Índice Multidimensional de Pobreza dos Estados Nordestinos - 2000**

Estado	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)			População abaixo do limiar de Linha de pobreza nacional <sup>b</sup>
							Trabalho e Rendimento	Bens de Consumo e Acesso à Informação	Condições de Saneamento e Habitação	
1 Maranhão	5.651.475	0.4590 (0.12)	78,07 (1.05)	54,33 (0,06)	16,10 (0,61)	44,55 (0,27)	16,17 (0,10)	28,56 (0,07)	18,60 (0,10)	21,39 (0,10)
2 Piauí	2.843.278	0,4112 (0,20)	70,84 (1,18)	52,89 (0,09)	20,94 (0,68)	36,25 (0,41)	16,36 (0,15)	29,49 (0,09)	17,16 (0,17)	21,48 (0,21)
3 Ceará	7.430.661	0,3761 (0,14)	65,32 (0,61)	50,95 (0,06)	23,86 (0,40)	28,85 (0,33)	16,68 (0,10)	28,05 (0,06)	16,59 (0,11)	16,30 (0,13)
4 Rio Grande do Norte	2.776.782	0,3359 (0,25)	59,15 (0,82)	49,21 (0,10)	27,12 (0,58)	22,03 (0,59)	16,60 (0,19)	28,10 (0,11)	15,18 (0,21)	17,56 (0,21)
5 Paraíba	3.443.825	0,3572 (0,21)	62,33 (0,85)	49,98 (0,08)	26,42 (0,52)	25,01 (0,49)	17,00 (0,15)	28,46 (0,09)	15,48 (0,18)	16,86 (0,18)
6 Pernambuco	7.918.344	0,3393 (0,15)	57,85 (0,49)	48,81 (0,06)	28,14 (0,35)	22,33 (0,37)	16,80 (0,11)	28,17 (0,07)	14,99 (0,13)	17,53 (0,13)
7 Alagoas	2.822.621	0,4000 (0,21)	67,85 (1,09)	51,72 (0,10)	22,76 (0,66)	30,95 (0,52)	16,38 (0,18)	28,25 (0,10)	15,88 (0,19)	16,71 (0,21)
8 Sergipe	1.784.475	0,3816 (0,30)	60,20 (1,08)	50,10 (0,13)	27,16 (0,73)	23,85 (0,73)	17,24 (0,23)	28,16 (0,13)	14,63 (0,29)	17,05 (0,27)
9 Bahia	13.070.250	0,3760 (0,11)	62,77 (0,41)	51,73 (0,05)	24,51 (0,29)	27,98 (0,25)	16,81 (0,08)	29,18 (0,05)	15,74 (0,05)	16,03 (0,10)

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2000.

UNSTATS (2014).

Notas:

a Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variação, em %, das estimativas calculadas

b Renda média domiciliar per capita mensal de R\$140,00 vigente em 2010 deflacionada para 2000 (R\$70,72).

**Tabela A.2 - Índice Multidimensional de Pobreza dos Estados Nordestinos - 2010**

Estado	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)			População abaixo do limiar de Linha de pobreza nacional <sup>b</sup>
							Trabalho e Rendimento	Bens de Consumo e Acesso à Informação	Condições de Saneamento e Habitação	
1 Maranhão	6.574.789	0,3134 (0,19)	55,98 (0,61)	47,80 (0,07)	29,10 (0,40)	18,12 (0,47)	21,63 (0,12)	27,27 (0,08)	18,84 (0,12)	17,89 (0,16)
2 Piauí	3.118.360	0,2734 (0,31)	49,77 (0,79)	46,51 (0,10)	32,49 (0,50)	14,27 (0,67)	22,29 (0,18)	28,68 (0,11)	17,09 (0,20)	17,55 (0,25)
3 Ceará	8.452.381	0,2309 (0,24)	41,58 (0,40)	45,26 (0,07)	34,65 (0,31)	9,577 (0,61)	23,05 (0,13)	27,99 (0,08)	15,80 (0,17)	19,14 (0,16)
4 Rio Grande do Norte	3.168.027	0,1894 (0,44)	33,57 (0,51)	44,48 (0,11)	36,54 (0,45)	6,538 (1,12)	22,92 (0,23)	27,11 (0,15)	14,34 (0,30)	20,02 (0,27)
5 Paraíba	3.766.528	0,2174 (0,33)	38,75 (0,49)	45,37 (0,09)	35,26 (0,40)	8,916 (0,79)	23,17 (0,17)	27,56 (0,11)	15,51 (0,24)	18,65 (0,23)
6 Pernambuco	8.796.448	0,1995 (0,27)	34,36 (0,32)	45,20 (0,07)	35,77 (0,29)	7,563 (0,67)	22,83 (0,14)	27,67 (0,09)	14,93 (0,19)	19,20 (0,18)
7 Alagoas	3.120.494	0,2628 (0,36)	45,59 (0,74)	46,58 (0,11)	33,43 (0,54)	12,14 (0,89)	22,19 (0,21)	27,39 (0,13)	15,46 (0,24)	19,07 (0,25)
8 Sergipe	2.068.017	0,2091 (0,52)	36,01 (0,65)	45,44 (0,14)	34,87 (0,60)	8,294 (1,27)	23,51 (0,26)	27,31 (0,18)	13,94 (0,39)	18,95 (0,34)
9 Bahia	14.016.906	0,2225 (0,18)	38,24 (0,25)	46,14 (0,05)	33,18 (0,23)	9,588 (0,44)	22,98 (0,10)	28,80 (0,06)	15,08 (0,13)	17,92 (0,13)

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2010.

UNSTATS (2014).

Notas:

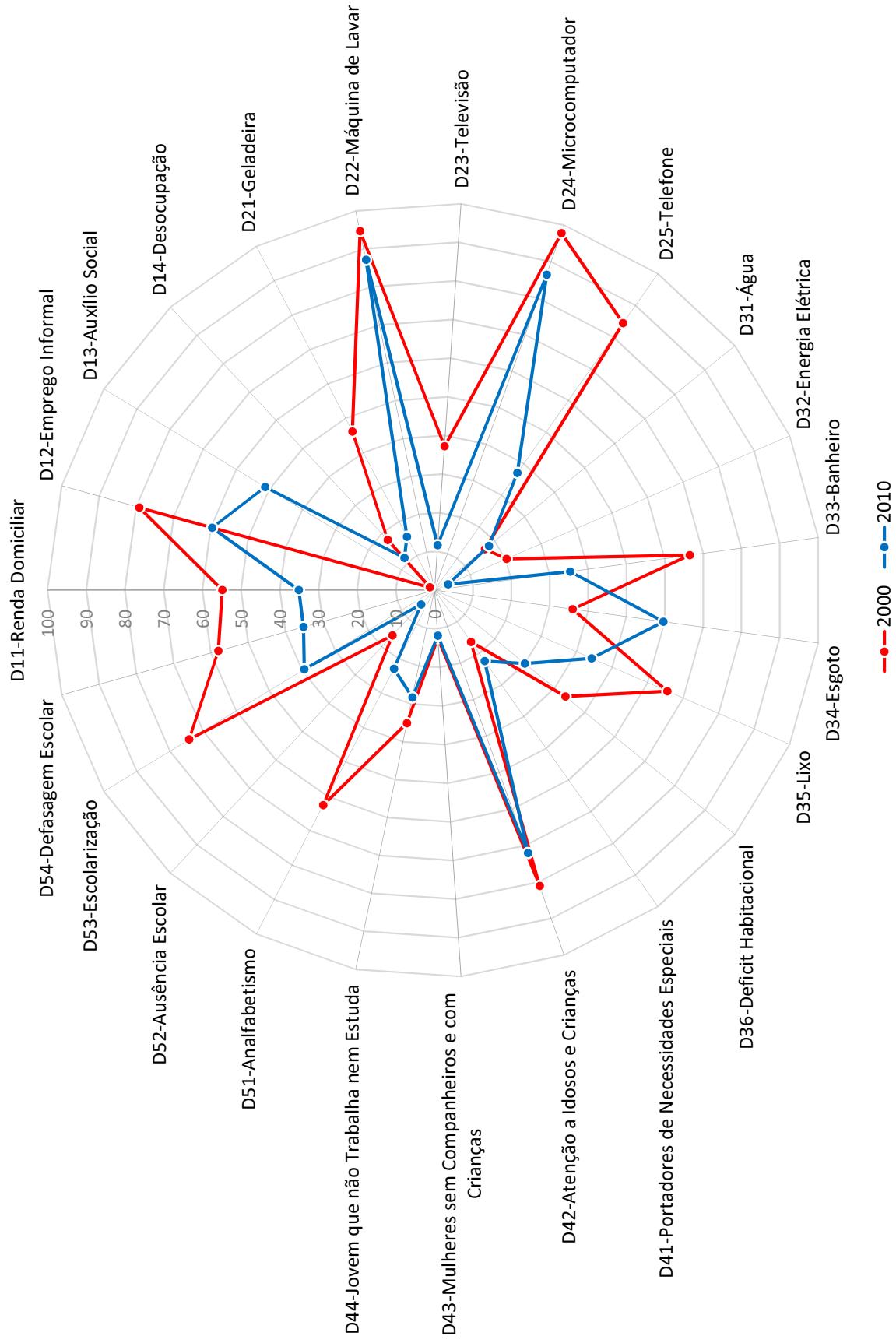
a Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variação, em %, das estimativas calculadas

b Renda média domiciliar per capita mensal de R\$140,00 de acordo com o Decreto Nº 6.917 de 30 de julho de 2009

**APÊNDICE B – GRÁFICOS POLARES DOS INDICADORES SIMPLES - ESTADOS**

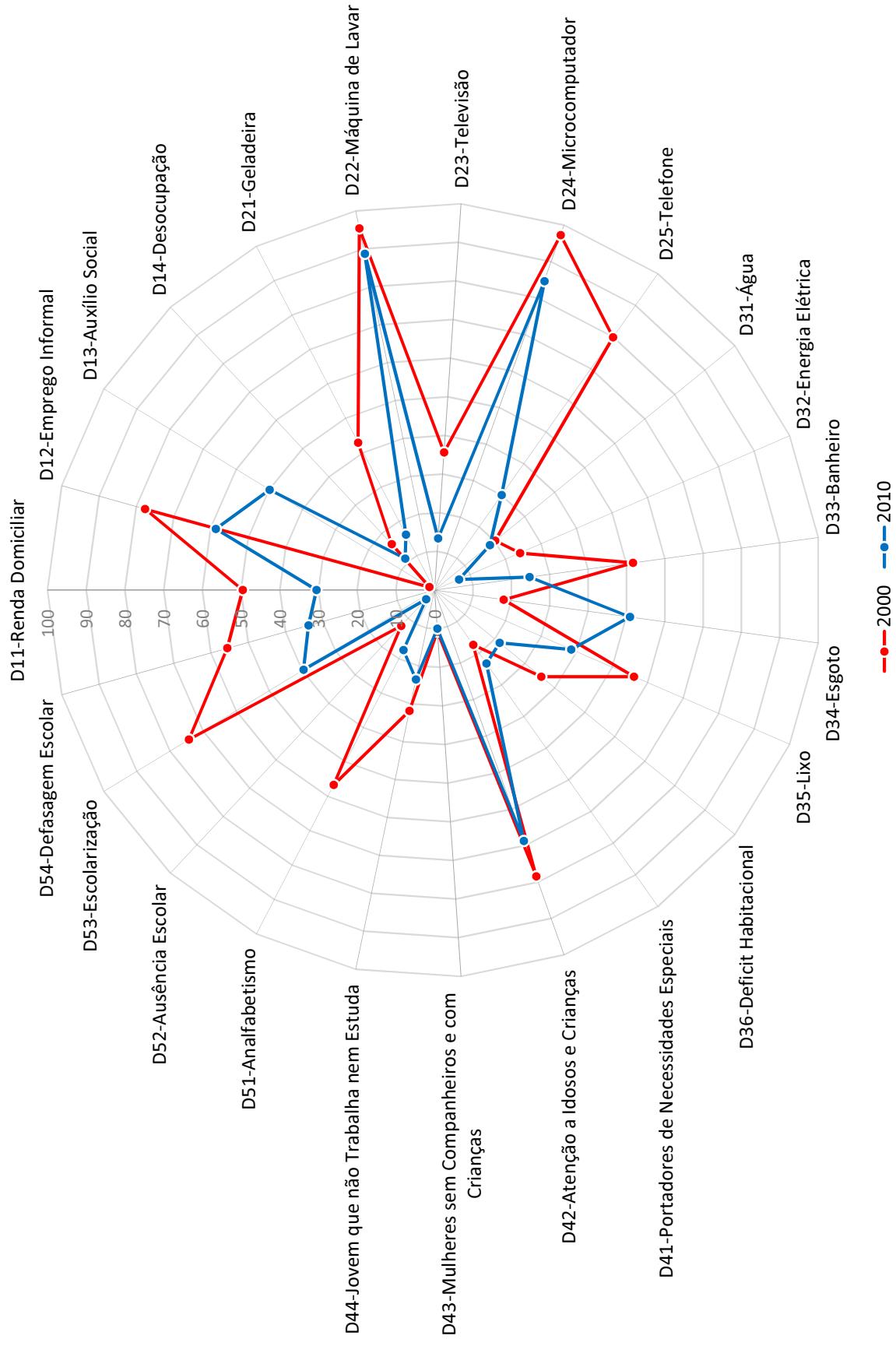
**2000/2010**

**Gráfico B.1 - Indicadores Simples - Maranhão - 2000/2010**



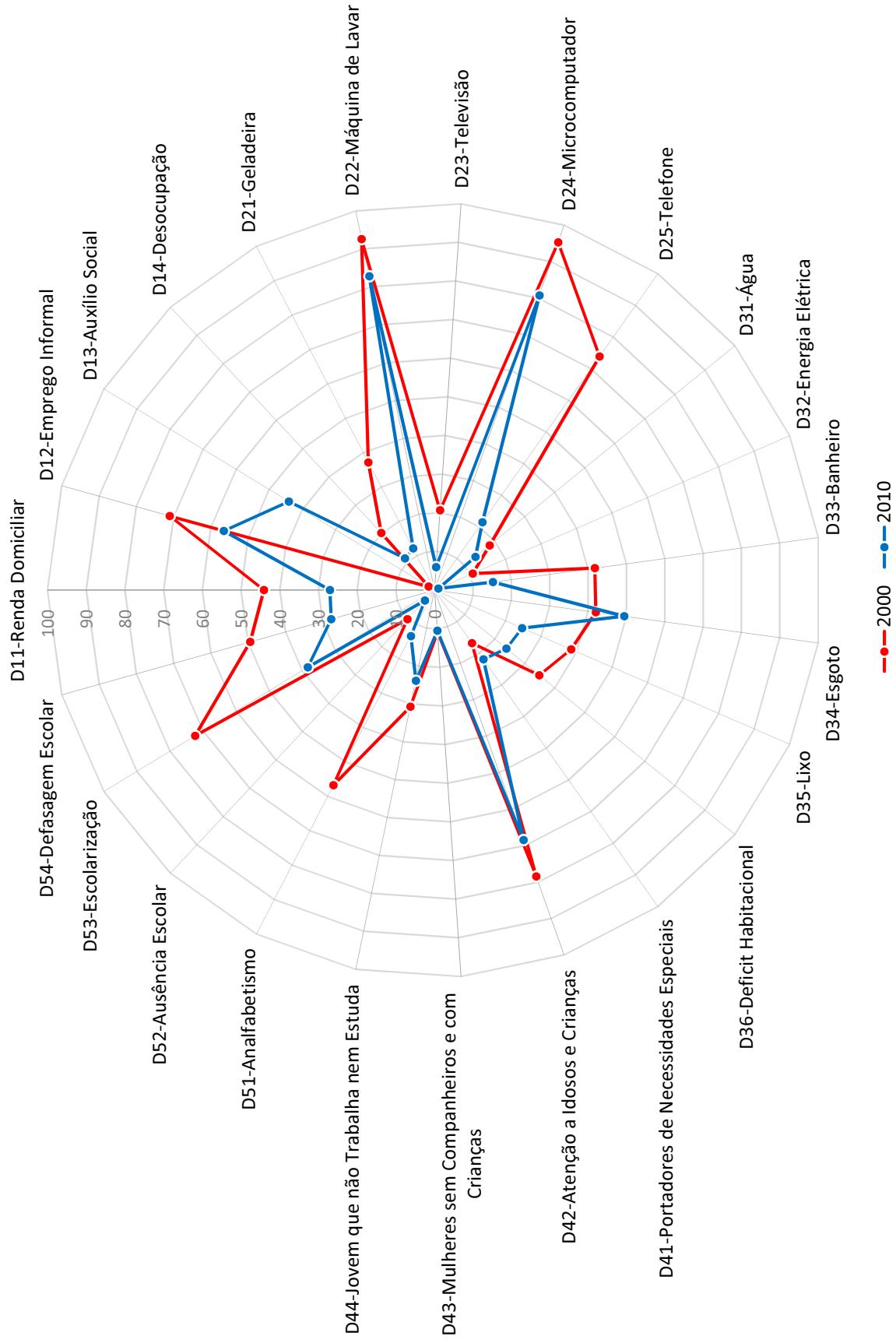
Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000/2010.

**Gráfico B.2 - Indicadores Simples - Piauí - 2000/2010**



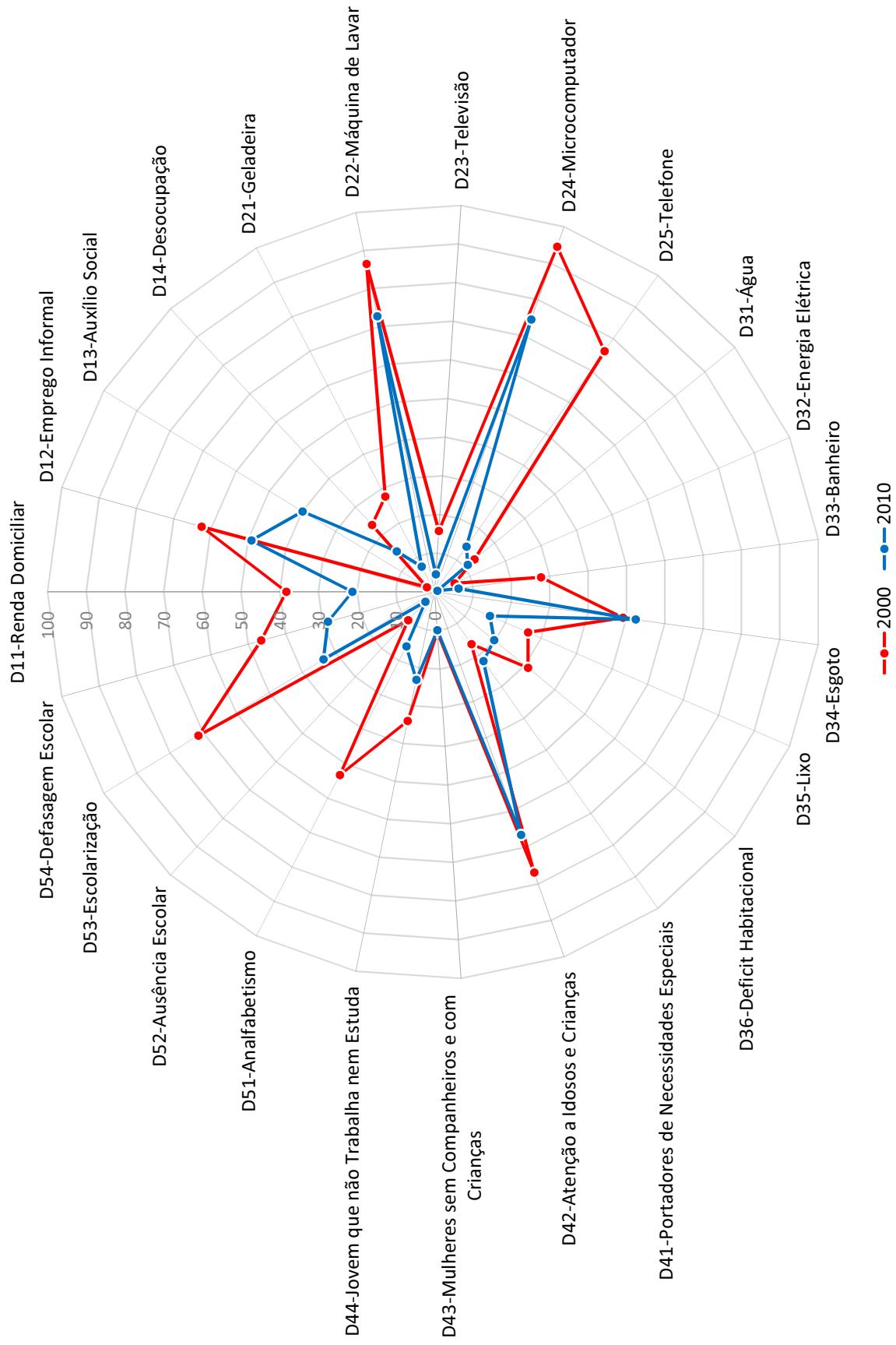
Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000/2010.

**Gráfico B.3 - Indicadores Simples - Ceará - 2000/2010**

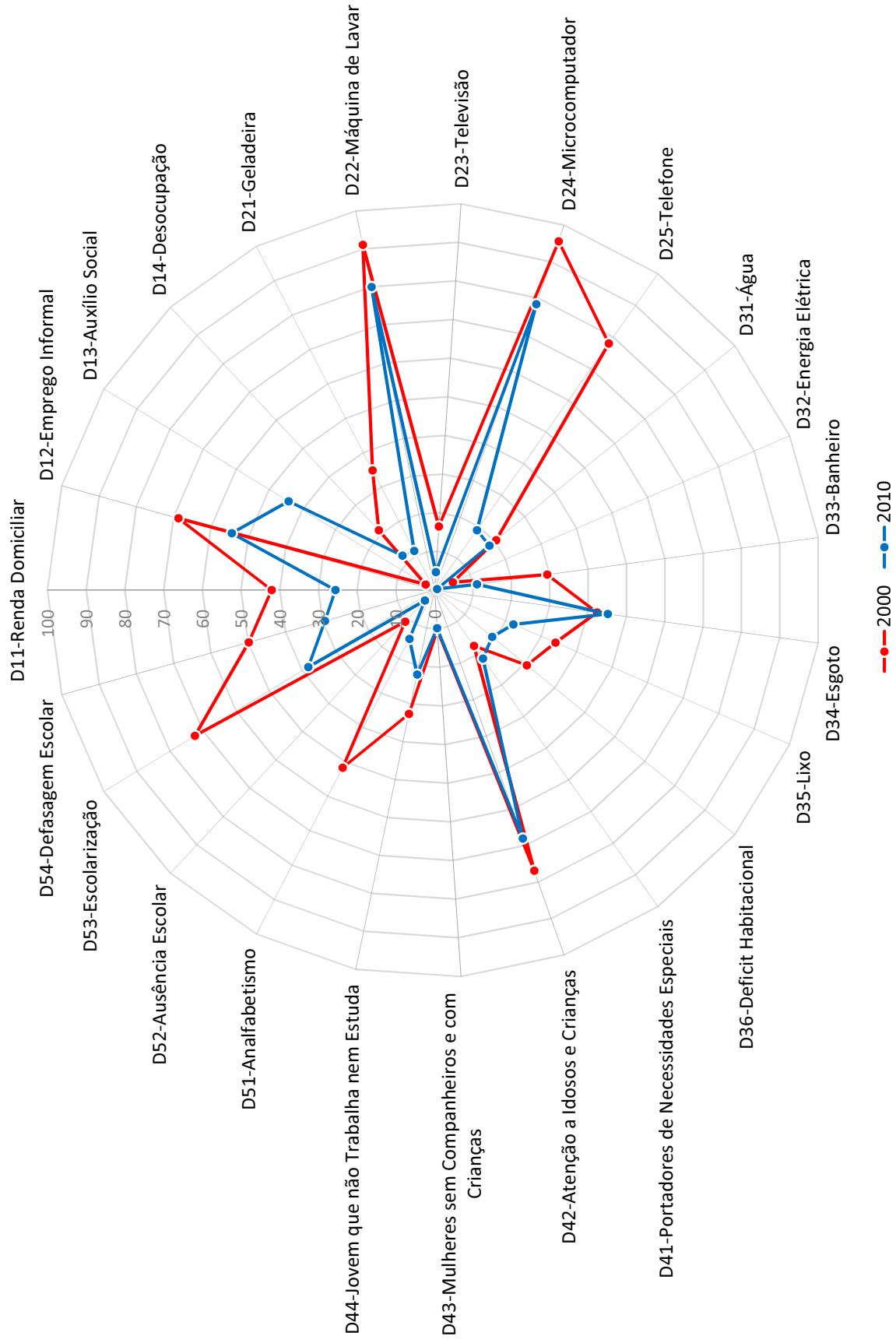


Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000/2010.

**Gráfico B.4 - Indicadores Simples - Rio Grande do Norte - 2000/2010**

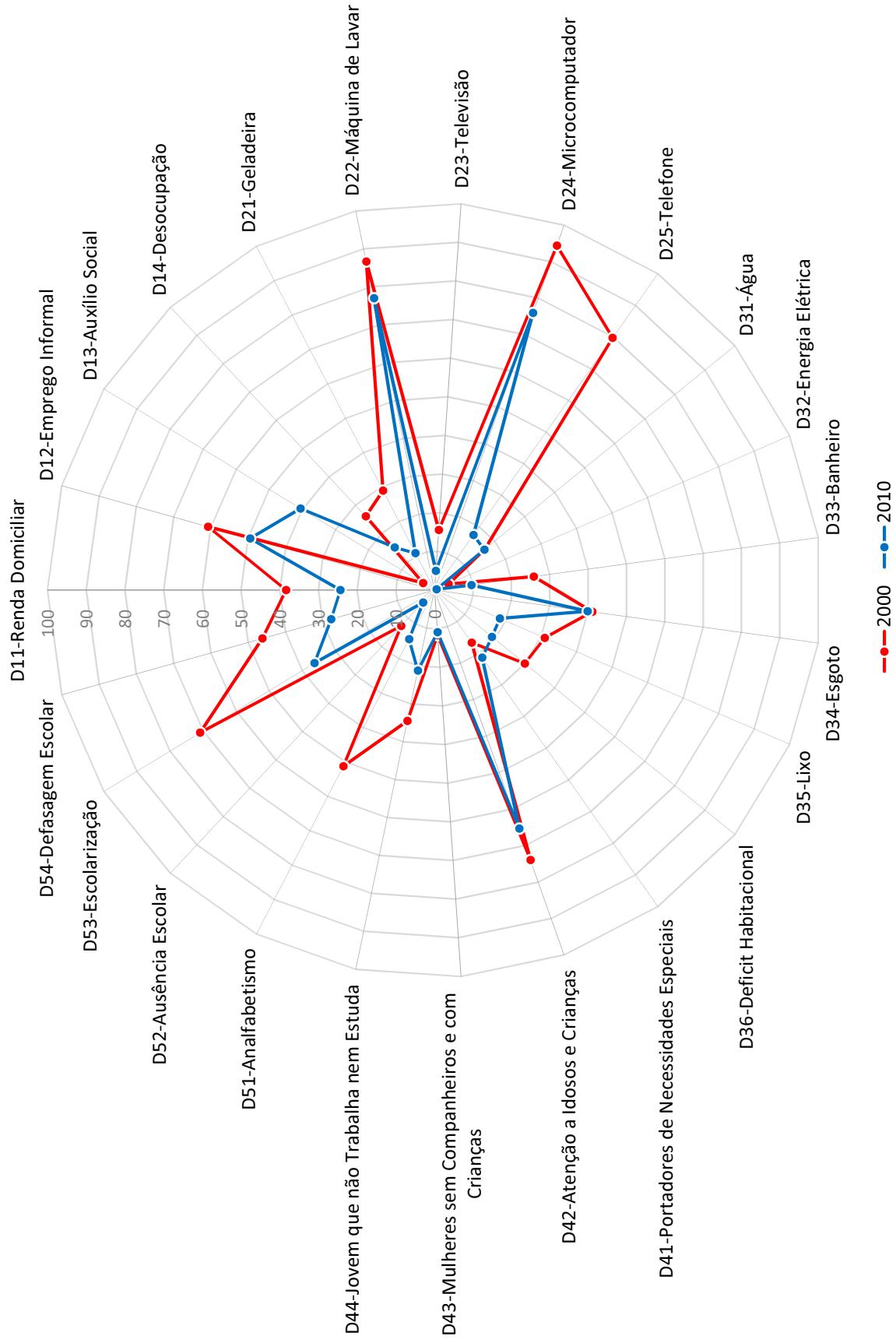


**Gráfico B.5 - Indicadores Simples - Paraíba - 2000/2010**

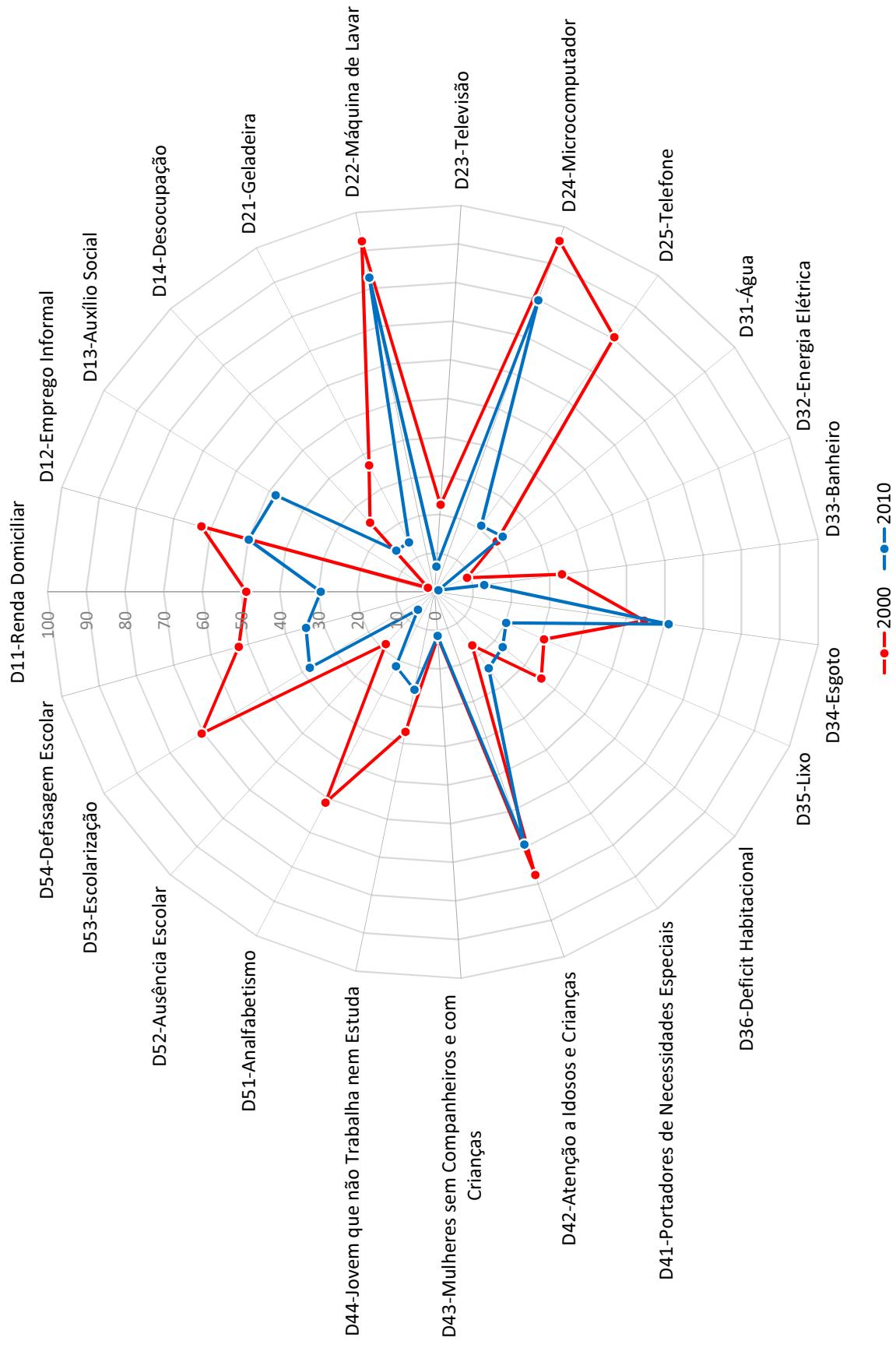


Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000/2010.

**Gráfico B.6 - Indicadores Simples - Pernambuco - 2000/2010**

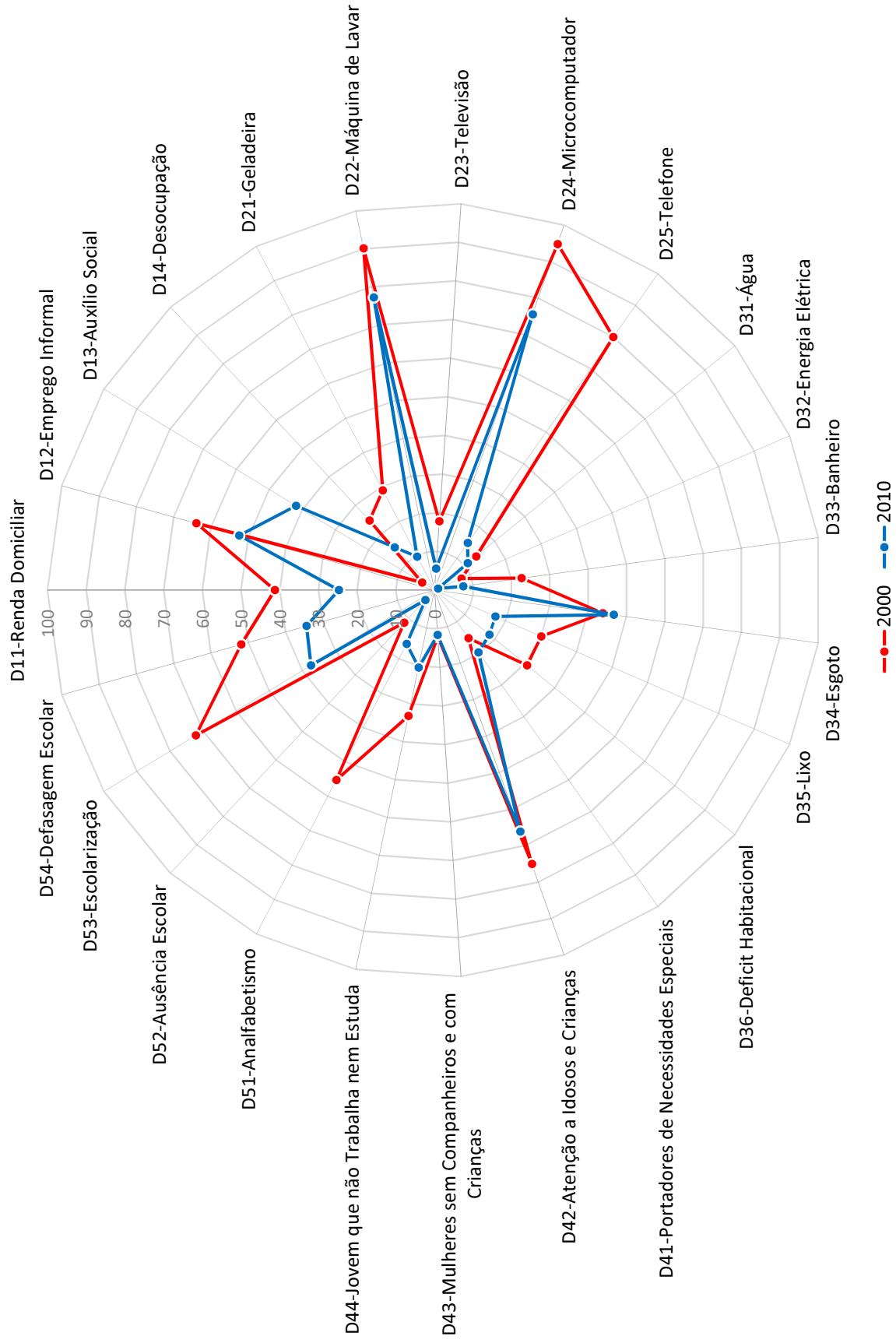


**Gráfico B.7 - Indicadores Simples - Alagoas - 2000/2010**



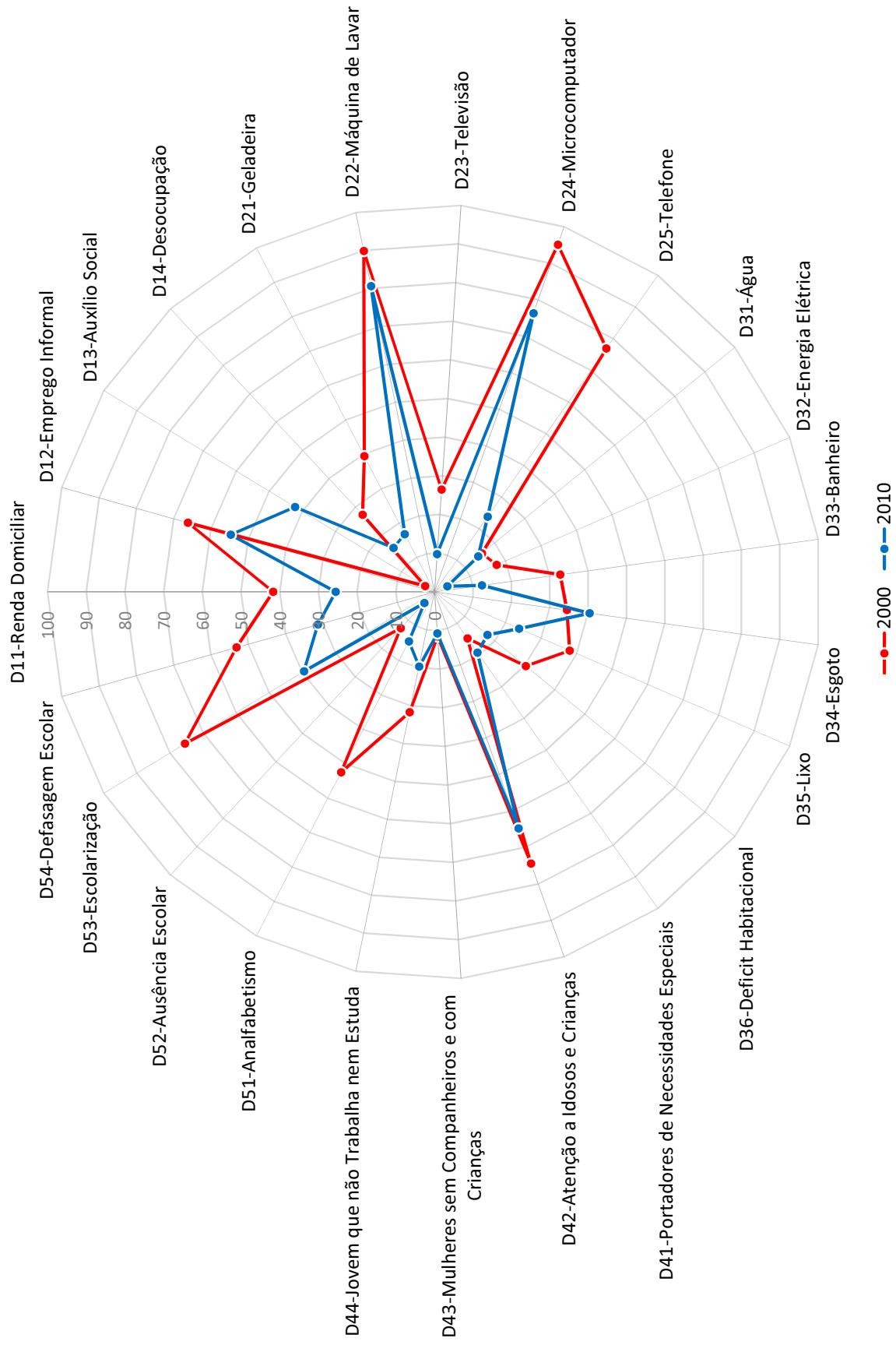
Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000/2010.

**Gráfico B.8 - Indicadores Simples - Sergipe - 2000/2010**



Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000/2010.

**Gráfico B.9 - Indicadores Simples - Bahia - 2000/2010**



Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000/2010.

**APÊNDICE C – TABELAS: ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DE POBREZA DOS  
MUNICÍPIOS NORDESTINO 2000**

**Tabela C.1 - Índice Multidimensional de Pobreza - Maranhão - 2000**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)				População abaixo do limiar de pobreza (%)	
							Rendimento	Trabalho e Rendimento	Bens de Consumo e Acesso à Informação	Condições de Saneamento e Condições Sociais	Educação	2 USD em FPC por dia <sup>a</sup>
1 Açaílândia	88.320	0,4129 (1.22)	81,80 (1,03)	50,47 (0,58)	14,89 (5,31)	42,63 (2,93)	16,08 (0,66)	26,68 (1,10)	16,97 (0,91)	16,91 (1,17)	23,33 (0,82)	50,88 (2,44)
2 Afonso Cunha	4.680	0,5762 (1,77)	97,54 (0,96)	59,07 (1,48)	2,454 (38,5)	80,80 (4,46)	2,25 (1,46)	29,72 (1,91)	20,66 (1,49)	13,94 (3,63)	31,65 (4,46)	81,65 (4,46)
3 Águia Doce do Maranhão	9.703	0,5469 (1,35)	96,29 (0,85)	56,80 (1,00)	3,707 (2,1)	14,27 (1,04)	2,90 (1,14)	19,48 (1,19)	14,74 (2,40)	22,58 (2,65)	79,13 (2,65)	79,13 (2,65)
4 Alcântara	21.291	0,5215 (1,58)	92,56 (1,16)	56,34 (0,99)	6,531 (15,7)	68,98 (3,19)	15,79 (1,09)	29,69 (1,69)	19,81 (1,63)	13,58 (2,47)	21,10 (1,59)	75,58 (2,75)
5 Aideias-Altas	18.827	0,5480 (1,22)	96,84 (0,78)	56,59 (0,92)	2,730 (26,3)	73,20 (3,01)	16,06 (1,03)	31,57 (1,72)	20,21 (1,17)	12,32 (2,44)	19,81 (1,79)	75,51 (2,92)
6 Altamira do Maranhão	8.865	0,5289 (1,40)	95,65 (0,91)	55,30 (1,03)	4,236 (20,4)	69,54 (3,39)	15,91 (1,07)	28,48 (1,53)	20,32 (1,23)	14,86 (2,41)	20,40 (1,72)	74,84 (2,99)
7 Alto Alegre do Maranhão	20.162	0,5173 (1,58)	94,56 (1,04)	54,71 (1,13)	4,997 (18,6)	67,49 (3,77)	16,93 (1,42)	28,94 (1,97)	18,95 (1,71)	13,67 (2,65)	21,48 (1,97)	77,14 (2,88)
8 Alto Alegre do Pindaré	30.177	0,5481 (1,24)	96,32 (0,90)	56,90 (0,80)	3,349 (25,6)	75,33 (2,50)	16,01 (0,97)	29,10 (1,44)	19,54 (1,09)	13,62 (2,23)	21,61 (1,47)	76,41 (2,56)
9 Alto Parnaíba	10.174	0,5160 (2,10)	89,75 (1,52)	57,49 (1,31)	8,253 (14,5)	65,89 (3,89)	15,50 (1,11)	29,59 (2,12)	18,46 (1,75)	12,87 (2,57)	21,87 (1,73)	66,81 (3,87)
10 Amapá do Maranhão	5.431	0,6004 (1,38)	99,26 (0,38)	60,49 (1,31)	0,739 (51,9)	85,89 (2,41)	15,50 (1,41)	28,11 (1,89)	21,73 (1,31)	13,15 (3,06)	21,48 (1,92)	76,92 (3,86)
11 Amarante do Maranhão	31.292	0,5482 (1,08)	95,79 (0,71)	57,23 (0,78)	3,968 (17,0)	74,30 (2,28)	14,87 (0,78)	29,91 (1,30)	20,54 (0,96)	13,92 (1,81)	20,74 (1,22)	74,17 (2,38)
12 Anajatuba	22.978	0,5349 (1,37)	94,48 (0,95)	56,61 (0,93)	5,252 (16,9)	70,47 (3,03)	15,24 (0,94)	31,38 (1,34)	19,66 (1,20)	14,14 (1,62)	19,55 (1,54)	79,06 (2,31)
13 Anapurus	10.280	0,5241 (1,39)	95,10 (0,94)	55,11 (0,98)	4,740 (18,7)	68,70 (3,34)	16,09 (0,95)	30,66 (1,33)	19,97 (1,22)	12,81 (2,40)	20,45 (1,56)	72,59 (3,04)
14 Apicum-Açu	11.099	0,6038 (0,96)	99,17 (0,31)	60,88 (0,90)	0,827 (38,1)	85,92 (1,91)	14,85 (0,88)	28,41 (1,37)	20,94 (0,98)	13,28 (2,16)	22,49 (1,32)	82,32 (2,35)
15 Araguaianã	9.123	0,5485 (1,15)	97,87 (0,58)	56,04 (0,97)	2,123 (26,7)	75,40 (3,17)	16,31 (1,07)	29,61 (1,62)	19,42 (1,50)	13,57 (2,58)	21,06 (1,53)	83,43 (2,50)
16 Araioses	34.906	0,5407 (1,00)	95,07 (0,69)	57,53 (0,70)	4,496 (14,1)	72,52 (2,20)	15,33 (0,75)	29,91 (1,20)	19,32 (0,98)	14,12 (1,62)	21,29 (1,18)	81,81 (1,64)
17 Arame	29.843	0,5598 (1,11)	95,24 (0,77)	58,77 (16,3)	7,454 (2,40)	14,91 (0,75)	30,80 (1,22)	19,85 (1,17)	13,24 (1,97)	12,95 (2,22)	17,77 (2,59)	72,77 (3,04)
18 Arari	26.366	0,4830 (1,79)	88,67 (1,38)	54,47 (1,05)	9,673 (11,7)	57,35 (3,98)	15,97 (1,13)	27,91 (1,91)	19,67 (1,37)	15,56 (2,03)	20,86 (1,55)	59,58 (3,81)
19 Arixá	10.142	0,5468 (1,37)	95,47 (0,89)	57,28 (1,00)	4,145 (20,0)	72,97 (3,07)	16,06 (1,18)	27,20 (1,57)	21,21 (1,22)	15,31 (2,28)	20,21 (1,58)	73,29 (3,17)
20 Bacabal	91.823	0,4014 (1,25)	78,32 (1,08)	51,25 (0,57)	16,43 (4,71)	43,08 (2,67)	17,65 (0,60)	27,95 (0,92)	15,26 (1,15)	17,26 (1,17)	21,85 (0,88)	61,57 (1,77)
21 Bacabeira	10.516	0,5192 (1,18)	95,84 (0,71)	54,17 (0,92)	4,113 (16,6)	65,96 (3,60)	15,86 (1,06)	28,91 (1,77)	18,59 (1,12)	15,13 (2,15)	21,48 (1,45)	76,02 (2,77)
22 Bacuri	15.531	0,5889 (0,89)	98,07 (0,43)	60,05 (0,77)	1,806 (22,8)	80,37 (1,88)	14,62 (0,85)	28,07 (1,30)	23,42 (0,87)	13,93 (1,75)	19,95 (1,35)	77,34 (2,25)
23 Baturité	4.671	0,5523 (1,71)	97,15 (0,93)	56,20 (1,36)	2,842 (32,0)	76,20 (3,83)	15,32 (1,41)	30,37 (2,41)	22,40 (3,67)	19,69 (2,42)	78,39 (3,75)	80,39 (3,75)
24 Balsas	60.163	0,4127 (1,81)	77,29 (1,48)	53,40 (0,86)	16,14 (6,15)	46,49 (3,40)	15,97 (0,78)	27,50 (1,30)	17,27 (1,44)	16,30 (1,57)	22,21 (2,96)	52,21 (2,96)
25 Barão de Grajaú	15.349	0,4628 (2,47)	86,34 (2,10)	53,59 (1,23)	12,78 (13,8)	53,41 (5,12)	15,37 (1,27)	29,54 (1,96)	18,63 (1,53)	15,05 (2,50)	21,38 (1,73)	67,60 (3,75)
26 Barra do Corda	78.147	0,4883 (0,93)	88,58 (0,79)	55,12 (0,55)	9,941 (6,74)	57,64 (2,02)	15,38 (0,53)	28,93 (0,93)	18,46 (0,84)	15,40 (1,16)	21,80 (0,82)	65,80 (1,76)
27 Barreirinhas	39.669	0,5624 (0,96)	96,62 (0,64)	58,20 (0,70)	3,242 (18,7)	75,23 (2,03)	14,81 (0,66)	30,01 (1,04)	20,79 (0,83)	12,77 (1,78)	21,60 (1,00)	78,94 (1,85)
28 Belágua	5.253	0,6160 (1,23)	99,27 (0,34)	62,05 (1,17)	0,728 (47,0)	89,61 (2,35)	15,41 (1,26)	29,33 (1,28)	23,15 (1,48)	11,52 (3,90)	20,57 (2,09)	92,33 (1,65)
29 Bela Vista do Maranhão	9.900	0,5315 (1,25)	96,10 (0,81)	55,30 (1,20)	11,00 (3,12)	5,665 (21,1)	14,68 (1,14)	27,40 (1,83)	20,52 (1,18)	15,44 (2,23)	21,94 (1,48)	75,18 (2,83)
30 Bom Jesus Leite	5.288	0,4999 (2,38)	93,43 (1,66)	53,50 (1,59)	5,977 (24,3)	59,08 (5,92)	13,95 (1,58)	31,17 (3,40)	19,29 (2,17)	14,29 (4,11)	21,28 (2,16)	66,89 (5,08)
31 Bequimão	19.700	0,5420 (1,26)	96,42 (0,74)	56,21 (0,74)	3,452 (20,6)	72,98 (2,97)	14,84 (1,06)	29,66 (1,46)	21,24 (2,36)	19,66 (1,55)	31,92 (2,41)	81,02 (2,41)
32 Bernardo do Mearim	5.239	0,4755 (2,54)	90,99 (1,97)	52,26 (1,48)	9,000 (19,9)	55,38 (6,63)	17,12 (1,72)	29,26 (2,21)	18,41 (1,86)	13,94 (3,62)	21,25 (2,60)	68,28 (4,94)
33 Boa Vista do Gurupi	5.128	0,5402 (2,04)	95,75 (1,24)	56,42 (1,53)	3,858 (29,8)	71,89 (5,07)	15,98 (2,04)	28,22 (2,97)	14,87 (3,24)	22,67 (2,28)	73,56 (4,91)	73,56 (4,91)
34 Bom Jardim	34.474	0,5227 (1,12)	93,80 (0,81)	55,73 (0,73)	5,639 (13,0)	67,76 (2,52)	15,93 (0,77)	30,09 (1,14)	17,57 (1,13)	14,31 (1,70)	22,07 (1,18)	77,44 (1,95)
35 Bom Jesus das Selvas	16.545	0,5416 (1,01)	96,34 (0,62)	56,21 (0,78)	3,552 (16,7)	67,18 (2,77)	15,53 (0,87)	28,76 (1,11)	21,03 (0,88)	13,46 (1,66)	21,19 (1,28)	72,44 (2,42)
36 Bom Lugar	1.5134	0,5110 (1,16)	96,68 (0,66)	52,85 (0,91)	3,272 (19,5)	63,85 (3,76)	16,32 (1,19)	29,20 (1,52)	19,06 (1,11)	14,85 (2,30)	20,56 (1,75)	81,15 (2,26)
37 Brejo	27.513	0,5138 (1,47)	92,43 (1,13)	55,58 (0,92)	7,116 (14,4)	63,66 (3,27)	16,45 (0,92)	29,68 (1,28)	19,37 (1,13)	13,90 (2,07)	20,57 (1,49)	77,92 (2,21)
38 Brejo de Areia	10.418	0,5950 (1,00)	99,07 (0,33)	60,05 (0,93)	0,928 (36,2)	87,92 (1,90)	15,78 (1,06)	29,75 (1,45)	21,55 (1,10)	12,82 (2,57)	20,08 (2,28)	82,70 (2,64)
39 Buriti	24.126	0,5514 (0,97)	97,36 (0,57)	56,63 (0,77)	2,549 (21,6)	75,80 (2,46)	16,11 (0,88)	31,52 (1,20)	12,28 (2,28)	20,28 (1,46)	79,72 (2,15)	79,72 (2,15)
40 Buriti Bravo	21.446	0,5404 (1,20)	95,98 (0,73)	56,30 (0,91)	3,799 (18,3)	71,95 (2,90)	15,14 (0,98)	29,47 (1,41)	20,89 (1,05)	13,56 (2,26)	19,92 (1,60)	77,66 (2,50)

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2000.

UNSTATS (2014).

Notas: Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo.

Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variância, em %, das estimativas calculadas

a Valor ajustado para 2000 a partir do US\$ em Tóde de Paridade de Compra, obtido em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?rid=699>

b Renda média domiciliar per capita mensal de R\$140,00 vigente em 2010 deflationada para 2000 (R\$70,72)

**Tabela C.2 - Índice Multidimensional de Pobreza - Piauí - 2000**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)				População abaixo do limiar de pobreza (%)	
							Rendimento	Bens de Consumo e Acesso à Informação	Condições de Saneamento e Condicionais Sociais	Educação	2 USD em PPC por dia <sup>a</sup>	Linha de pobreza nacional <sup>b</sup>
1 Acauã	5.147	0,55908 (1,42)	99,27 (0,45)	59,51 (1,33)	0,724 (62,8)	81,86 (3,04)	14,56 (1,22)	31,93 (1,73)	21,70 (1,49)	12,02 (3,62)	19,77 (2,29)	86,73 (2,52)
2 Agricolândia	5.340	0,4400 (2,94)	87,05 (2,37)	50,54 (1,54)	12,86 (16,0)	47,12 (7,74)	22,22 (6,89)	34,95 (1,54)	27,91 (2,12)	19,76 (2,29)	14,82 (2,90)	20,08 (2,57)
3 Águia Branca	14,517	0,3626 (2,58)	73,25 (2,23)	49,50 (1,06)	22,22 (5,95)	17,94 (1,08)	28,40 (1,43)	15,13 (2,30)	21,71 (1,49)	16,78 (2,01)	21,71 (3,54)	69,95 (4,43)
4 Alagoa do Piauí	6.868	0,5006 (1,91)	91,22 (1,57)	54,88 (1,05)	61,22 (4,06)	13,22 (0,91)	32,81 (2,04)	22,33 (1,25)	13,44 (2,51)	18,18 (2,00)	54,41 (4,74)	54,41 (4,74)
5 Alegrete do Piauí	4.713	0,4748 (2,73)	88,73 (2,14)	53,51 (1,56)	9,276 (18,7)	56,34 (6,09)	15,71 (1,98)	30,73 (2,54)	17,42 (2,43)	15,51 (3,47)	20,61 (2,56)	52,17 (6,75)
6 Alto Longá	12.000	0,4776 (1,72)	88,36 (1,36)	54,06 (0,93)	10,09 (11,2)	57,75 (3,75)	16,13 (0,96)	31,74 (1,57)	18,19 (1,53)	14,12 (2,29)	19,80 (1,61)	73,34 (2,46)
7 Altos	39.122	0,4566 (1,54)	86,52 (1,25)	52,78 (0,81)	11,82 (8,71)	51,58 (3,55)	15,99 (0,87)	28,56 (1,38)	17,77 (1,21)	16,26 (1,68)	21,39 (1,28)	65,02 (2,59)
8 Alvorada do Gurguéia	4.211	0,5328 (2,47)	94,74 (1,52)	56,24 (1,86)	4,727 (28,6)	65,86 (5,87)	18,34 (1,88)	29,40 (2,22)	17,20 (2,59)	13,88 (3,60)	21,15 (2,44)	75,71 (4,42)
9 Amarante	16.884	0,4182 (2,58)	80,79 (2,28)	51,76 (1,14)	44,49 (5,79)	15,54 (10,8)	15,19 (2,24)	30,21 (1,40)	15,46 (2,67)	20,61 (2,08)	66,24 (3,58)	66,24 (3,58)
10 Anágua do Piauí	6.788	0,3795 (3,31)	76,22 (2,87)	49,79 (1,43)	19,92 (10,3)	37,18 (7,81)	17,78 (1,42)	30,36 (2,09)	15,43 (2,70)	16,25 (2,99)	20,15 (2,61)	66,67 (3,85)
11 Anísio de Abreu	7.166	0,5111 (2,17)	90,16 (1,64)	56,68 (1,34)	8,593 (16,6)	66,64 (4,04)	14,49 (1,10)	29,94 (1,87)	22,41 (1,48)	13,53 (2,94)	19,61 (1,90)	58,40 (5,00)
12 Antônio Almeida	2.851	0,4702 (3,49)	88,75 (2,88)	52,98 (1,87)	11,24 (22,7)	52,62 (8,70)	17,22 (2,00)	30,08 (3,18)	18,84 (2,43)	13,82 (3,77)	20,32 (3,02)	62,43 (6,91)
13 Aroazes	6.025	0,4647 (2,34)	88,05 (1,98)	52,78 (1,14)	11,50 (15,0)	58,86 (5,14)	15,37 (1,33)	29,59 (2,53)	17,85 (1,61)	15,76 (2,81)	21,41 (1,84)	66,15 (4,4)
14 Arraial	4.909	0,501 (2,45)	91,55 (1,87)	55,72 (1,48)	8,071 (21,0)	61,26 (5,48)	15,13 (1,40)	30,48 (2,18)	20,00 (1,88)	14,09 (3,58)	20,28 (2,29)	70,40 (4,38)
15 Assunção do Piauí	6.933	0,5488 (1,54)	96,66 (1,01)	56,77 (1,13)	3,331 (29,3)	72,92 (3,80)	14,09 (1,12)	31,48 (1,89)	21,30 (1,64)	12,92 (2,63)	20,19 (1,99)	59,81 (5,35)
16 Avélio Lopes	9.625	0,5623 (1,63)	92,07 (1,22)	57,17 (1,00)	6,858 (15,3)	67,77 (3,29)	14,96 (1,06)	30,46 (1,56)	19,86 (1,22)	14,26 (2,49)	20,44 (1,89)	74,39 (2,90)
17 Baixa Grande do Ribeiro	7.779	0,5444 (1,63)	95,40 (1,09)	57,07 (1,15)	4,178 (24,3)	72,87 (3,40)	14,87 (1,12)	30,40 (1,59)	18,90 (1,33)	13,59 (2,54)	22,21 (1,76)	76,38 (3,10)
18 Barra D'Alcântara	4.107	0,4873 (2,35)	91,41 (1,86)	53,31 (1,40)	8,342 (20,3)	58,02 (6,00)	15,12 (1,27)	32,18 (2,99)	18,97 (2,61)	13,88 (3,72)	19,83 (2,35)	67,19 (5,02)
19 Barras	40.891	0,4825 (1,31)	88,46 (1,07)	54,54 (0,77)	9,644 (9,26)	61,27 (2,75)	16,96 (0,84)	31,32 (1,20)	17,83 (1,20)	13,26 (1,85)	20,60 (1,31)	73,27 (2,16)
20 Barreiras do Piauí	3.098	0,5403 (3,34)	93,02 (2,40)	58,08 (2,14)	6,820 (32,7)	69,06 (6,24)	16,85 (1,79)	29,33 (4,32)	18,85 (2,21)	12,11 (5,03)	22,83 (2,72)	60,70 (8,16)
21 Barro Duro	6.787	0,4179 (2,67)	85,30 (2,17)	48,99 (1,37)	12,30 (13,9)	37,67 (8,56)	17,14 (1,31)	28,93 (2,35)	14,68 (3,30)	17,86 (2,85)	21,36 (2,37)	57,43 (5,39)
22 Batalha	24.127	0,5287 (1,46)	93,57 (1,03)	56,50 (0,96)	6,115 (15,6)	67,35 (3,19)	16,27 (0,87)	30,50 (1,35)	20,37 (1,34)	12,81 (2,35)	20,03 (1,58)	74,42 (2,67)
23 Bela Vista do Piauí	2.963	0,5424 (2,42)	97,86 (1,28)	59,72 (1,02)	2,139 (54,6)	75,91 (5,31)	15,68 (1,64)	31,52 (2,13)	19,37 (2,65)	13,10 (3,68)	20,30 (2,92)	73,78 (5,74)
24 Belém do Piauí	2.429	0,5709 (2,05)	98,17 (1,01)	58,15 (1,76)	1,823 (5,30)	74,53 (5,30)	15,31 (1,70)	30,86 (2,77)	21,37 (1,92)	14,28 (4,21)	18,16 (3,62)	73,13 (5,61)
25 Beneditinos	9.712	0,4719 (1,90)	89,08 (1,43)	52,97 (1,13)	9,298 (13,0)	55,91 (4,43)	16,66 (1,01)	30,80 (1,53)	17,41 (1,85)	12,76 (2,43)	20,34 (1,82)	66,98 (3,39)
26 Bertolimina	5.117	0,4993 (2,82)	88,32 (2,13)	52,00 (1,72)	10,52 (17,2)	50,24 (7,55)	17,00 (1,57)	28,61 (2,15)	17,26 (1,95)	15,15 (3,50)	21,96 (2,37)	66,42 (5,01)
27 Betânia do Piauí	8.640	0,5574 (1,08)	99,59 (0,24)	59,98 (1,04)	0,403 (60,6)	86,61 (2,10)	13,61 (1,09)	31,94 (1,91)	22,65 (1,06)	12,51 (2,84)	19,26 (2,37)	84,88 (2,36)
28 Boa Hora	5.170	0,5614 (1,86)	97,93 (0,67)	57,32 (1,69)	2,000 (33,0)	74,45 (4,84)	15,38 (1,71)	30,62 (2,23)	20,08 (1,85)	13,71 (3,91)	20,18 (2,70)	73,30 (5,01)
29 Bocaina	4.208	0,3804 (4,19)	72,94 (3,77)	52,15 (1,67)	23,94 (11,0)	40,57 (8,00)	16,80 (1,68)	30,72 (2,77)	18,93 (2,33)	13,77 (3,87)	19,75 (2,69)	46,19 (7,05)
30 Bom Jesus	15.924	0,4420 (2,40)	78,24 (2,05)	52,91 (1,12)	18,39 (8,28)	45,44 (4,82)	17,26 (1,10)	28,91 (1,50)	15,48 (2,20)	16,12 (2,35)	22,00 (1,43)	59,10 (5,53)
31 Bom Príncípido do Piauí	4.625	0,5664 (2,32)	94,56 (1,41)	57,72 (1,22)	4,919 (26,5)	69,15 (5,02)	14,77 (1,44)	30,71 (2,38)	19,50 (1,93)	13,76 (3,73)	21,24 (2,50)	67,53 (5,48)
32 Bonfim do Piauí	4.881	0,5371 (3,35)	92,25 (3,04)	58,22 (1,22)	7,692 (36,5)	75,45 (4,56)	14,40 (1,28)	32,52 (2,24)	23,61 (1,63)	10,93 (4,20)	18,51 (2,28)	64,93 (5,85)
33 Boqueirão do Piauí	5.567	0,5559 (1,58)	97,55 (0,78)	57,00 (1,32)	2,467 (31,1)	71,18 (4,08)	15,02 (1,31)	30,57 (2,07)	18,40 (1,77)	14,30 (3,13)	21,69 (2,09)	78,95 (3,39)
34 Brasileira	7.366	0,4870 (1,97)	91,10 (1,42)	53,45 (1,28)	8,043 (15,2)	55,68 (4,96)	16,25 (1,08)	30,98 (2,07)	17,99 (1,84)	15,26 (2,70)	20,39 (1,81)	66,32 (3,90)
35 Brejo do Piauí	3.986	0,5552 (1,71)	96,82 (0,93)	57,34 (1,41)	3,173 (28,4)	74,09 (4,07)	14,81 (1,57)	31,06 (2,55)	19,39 (2,25)	13,95 (3,26)	20,76 (2,47)	76,19 (3,91)
36 Buriti dos Lopes	18.598	0,4857 (1,93)	90,18 (1,28)	53,86 (1,17)	7,926 (14,6)	59,13 (4,63)	16,42 (1,15)	29,47 (1,71)	17,22 (2,06)	15,18 (2,69)	21,68 (1,73)	70,99 (3,35)
37 Buriti dos Montes	7.284	0,5554 (1,93)	94,35 (1,39)	58,86 (1,24)	4,908 (25,5)	73,44 (3,58)	14,31 (1,11)	30,91 (2,63)	21,22 (1,71)	13,47 (2,60)	20,06 (2,13)	72,20 (3,82)
38 Cabeceiras do Piauí	8.498	0,5419 (1,61)	95,97 (1,19)	56,46 (1,02)	3,758 (30,1)	74,73 (3,28)	16,33 (1,23)	30,60 (1,30)	20,93 (1,28)	11,99 (2,88)	20,13 (1,87)	79,97 (2,78)
39 Cajazeiras do Piauí	2.667	0,5163 (2,38)	95,93 (1,26)	53,82 (1,87)	3,698 (31,9)	63,69 (7,22)	15,68 (2,08)	31,16 (3,13)	19,17 (2,55)	13,43 (6,01)	20,54 (3,70)	73,42 (5,73)
40 Cajueiro da Praia	6.122	0,5098 (1,90)	93,95 (1,33)	54,26 (1,27)	5,851 (21,3)	64,49 (4,88)	15,10 (1,56)	29,53 (2,10)	19,80 (1,63)	14,41 (2,95)	21,14 (2,11)	77,13 (3,42)

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2000.

UNSTATS (2014).

Notas: Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo.

Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variância, em %, das estimativas calculadas

a Valor ajustado para 2000 a partir do US\$ em Tóde de Paridade de Compra, obtido em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?rid=699>

b Renda média domiciliar per capita mensal de R\$140,00 vigente em 2010 deflationada para 2000 (R\$70,72)

**Tabela C.3 - Índice Multidimensional de Pobreza - Ceará - 2000**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)					População abaixo do limiar de pobreza (%)			
							Rendimento	Bens de Consumo e Acesso à Informação		Condições de Saneamento e Habitação		Condições Sociais	Educação	2 USD em PPC por dia <sup>a</sup>	Linha de pobreza nacional <sup>b</sup>
								Trabalho e Rendimento	Bens de Consumo e Acesso à Informação	Saneamento e Habitação	Condições Sociais				
1 Abaiara	8.385	0,4490 (2,18)	37,09 (1,73)	51,55 (1,13)	12,16 (12,1)	51,71 (5,60)	15,54 (1,36)	29,61 (2,35)	19,68 (2,06)	14,83 (3,11)	20,32 (2,16)	68,08 (3,65)	68,08 (3,65)		
2 Acaraípe	12.927	0,4565 (1,86)	38,36 (1,42)	51,66 (1,04)	10,73 (11,3)	48,30 (4,96)	15,71 (1,18)	28,03 (2,06)	19,32 (1,61)	16,56 (1,98)	20,35 (1,66)	60,63 (3,73)	60,63 (3,73)		
3 Acaraí	48.968	0,4563 (1,11)	91,59 (0,83)	54,03 (0,70)	7,141 (0,86)	61,54 (1,59)	15,76 (0,70)	29,61 (1,14)	18,77 (0,94)	14,76 (1,58)	21,07 (1,13)	69,93 (2,13)	69,93 (2,13)		
4 Acopiara	47.137	0,4560 (1,29)	36,05 (1,08)	53,91 (0,67)	12,48 (7,23)	55,25 (2,56)	15,90 (0,64)	29,95 (1,02)	19,91 (1,02)	14,36 (1,50)	19,86 (1,08)	67,99 (1,94)	67,99 (1,94)		
5 Aluába	14.452	0,5408 (1,08)	94,13 (0,80)	57,45 (0,70)	5,437 (13,3)	71,52 (2,20)	15,15 (0,58)	31,72 (1,05)	21,28 (0,84)	12,65 (1,58)	19,18 (1,21)	77,12 (1,87)	77,12 (1,87)		
6 Alcântaras	9.548	0,4787 (1,96)	90,07 (1,44)	53,15 (1,15)	8,6668 (14,1)	56,89 (4,64)	15,23 (1,10)	29,42 (1,88)	21,04 (1,43)	14,61 (2,78)	19,67 (1,93)	66,46 (3,65)	66,46 (3,65)		
7 Altaneira	5.687	0,4478 (2,78)	87,52 (2,26)	51,16 (1,38)	11,69 (16,6)	49,46 (7,27)	17,25 (1,51)	30,29 (1,83)	17,42 (2,34)	14,81 (3,54)	20,21 (2,56)	72,33 (4,01)	72,33 (4,01)		
8 Alto Santo	15.394	0,4569 (1,56)	87,27 (1,32)	52,35 (0,78)	10,85 (9,97)	51,79 (3,68)	14,73 (0,85)	28,79 (1,76)	20,13 (1,35)	15,24 (1,70)	21,08 (1,31)	54,84 (3,46)	54,84 (3,46)		
9 Armontada	32.333	0,5273 (1,22)	93,61 (0,84)	56,32 (0,82)	5,969 (12,9)	69,22 (2,59)	14,83 (0,77)	30,21 (1,49)	19,62 (1,18)	14,90 (1,85)	20,41 (1,30)	75,06 (2,23)	75,06 (2,23)		
10 Antonina do Norte	6.509	0,4558 (2,92)	84,61 (2,37)	53,87 (1,46)	13,48 (14,2)	54,08 (5,99)	15,95 (1,30)	30,72 (2,14)	18,63 (2,75)	15,13 (3,34)	19,55 (2,80)	65,24 (4,53)	65,24 (4,53)		
11 Apuiarés	12.540	0,4977 (1,63)	90,54 (1,19)	54,96 (0,98)	8,543 (12,0)	62,26 (3,41)	17,48 (1,02)	28,13 (1,95)	19,84 (1,52)	14,76 (1,97)	19,76 (1,65)	73,62 (2,44)	73,62 (2,44)		
12 Aquiraz	60.469	0,4050 (1,48)	81,76 (1,24)	49,54 (0,97)	14,65 (6,38)	36,86 (4,11)	16,14 (0,72)	28,41 (1,22)	16,36 (1,27)	16,37 (1,41)	22,69 (1,00)	52,18 (2,84)	52,18 (2,84)		
13 Aracati	61.187	0,4100 (1,46)	80,78 (1,22)	50,76 (0,71)	16,42 (5,73)	40,62 (3,63)	16,29 (0,80)	27,97 (1,37)	17,53 (1,17)	17,54 (1,36)	20,64 (1,10)	52,92 (2,71)	52,92 (2,71)		
14 Araciobáia	24.064	0,4859 (1,60)	89,56 (1,25)	54,25 (0,89)	8,962 (11,6)	60,04 (3,46)	15,57 (1,09)	27,79 (1,48)	21,60 (1,21)	15,32 (2,02)	19,69 (1,61)	68,81 (2,83)	68,81 (2,83)		
15 Ararendá	10.008	0,4722 (1,79)	89,38 (1,43)	52,82 (0,96)	10,05 (12,4)	57,92 (3,98)	17,55 (0,91)	29,80 (1,57)	20,60 (1,47)	12,36 (2,39)	19,66 (1,82)	69,75 (2,96)	69,75 (2,96)		
16 Araripe	19.606	0,4999 (1,69)	90,22 (1,42)	55,40 (0,88)	8,097 (14,6)	63,78 (3,40)	15,53 (0,89)	31,05 (1,50)	19,57 (1,33)	13,43 (2,17)	20,39 (1,77)	72,77 (2,79)	72,77 (2,79)		
17 Aratuba	12.359	0,5073 (1,45)	93,72 (1,01)	54,12 (0,97)	6,002 (15,6)	65,48 (15,6)	17,06 (0,96)	18,72 (1,37)	14,15 (2,26)	20,72 (2,17)	20,72 (2,17)	75,49 (2,71)	75,49 (2,71)		
18 Arneiroz	7.538	0,5183 (2,00)	91,39 (1,56)	56,71 (1,15)	7,913 (17,1)	67,52 (3,84)	15,80 (1,09)	30,23 (1,84)	21,61 (1,43)	13,79 (2,74)	18,54 (2,03)	73,92 (3,26)	73,92 (3,26)		
19 Assaré	20.882	0,4657 (1,81)	87,24 (1,45)	53,38 (1,02)	11,36 (10,6)	53,53 (4,37)	15,76 (0,92)	31,04 (1,68)	18,17 (1,59)	14,56 (2,35)	20,45 (1,83)	73,28 (2,63)	73,28 (2,63)		
20 Aurora	25.207	0,4623 (1,65)	88,43 (1,31)	52,27 (0,93)	10,80 (10,4)	53,10 (3,99)	15,92 (1,01)	29,60 (1,69)	18,16 (1,16)	15,70 (1,97)	20,59 (1,55)	66,05 (2,94)	66,05 (2,94)		
21 Baixio	5.724	0,4283 (2,74)	84,34 (2,32)	50,78 (1,28)	13,43 (13,5)	47,92 (6,36)	18,43 (1,32)	29,28 (1,66)	15,84 (2,02)	14,69 (2,94)	21,74 (1,99)	71,36 (3,56)	71,36 (3,56)		
22 Banabuí	16.173	0,4959 (2,26)	89,82 (1,75)	55,21 (1,34)	9,380 (16,1)	59,42 (4,74)	15,45 (1,19)	28,69 (2,24)	19,71 (1,70)	16,13 (2,42)	19,99 (1,96)	65,78 (4,10)	65,78 (4,10)		
23 Barbalha	47.031	0,4220 (1,68)	82,21 (1,39)	51,33 (0,83)	14,17 (7,24)	44,72 (3,95)	17,90 (0,83)	28,34 (1,31)	16,45 (1,44)	16,07 (1,76)	21,22 (1,13)	58,65 (2,85)	58,65 (2,85)		
24 Barreira	17.024	0,4922 (1,88)	91,82 (1,42)	53,60 (1,13)	7,605 (16,6)	60,26 (4,36)	14,43 (1,17)	28,64 (2,35)	22,50 (1,43)	14,96 (2,64)	19,45 (1,78)	65,08 (3,94)	65,08 (3,94)		
25 Barro	20.007	0,4312 (2,40)	84,64 (1,89)	50,94 (1,30)	14,50 (10,7)	44,77 (6)	16,05 (1,18)	29,15 (1,84)	18,47 (1,53)	15,18 (2,46)	21,13 (1,88)	61,79 (4,05)	61,79 (4,05)		
26 Barroquinha	13.921	0,5290 (1,15)	95,43 (0,73)	55,43 (0,85)	4,498 (15,4)	66,74 (2,89)	15,94 (0,83)	19,18 (1,08)	14,45 (2,02)	20,52 (2,30)	75,52 (2,30)	75,52 (2,30)	75,52 (2,30)		
27 Baturité	29.861	0,4070 (2,19)	77,99 (1,92)	52,19 (0,97)	17,47 (7,84)	44,78 (4,55)	16,34 (1,08)	28,06 (1,49)	17,98 (1,76)	16,28 (2,26)	21,32 (1,51)	59,59 (3,28)	59,59 (3,28)		
28 Beberibe	42.343	0,4729 (1,06)	91,72 (0,79)	51,56 (0,66)	7,758 (9,18)	51,75 (3,26)	15,52 (0,81)	28,86 (1,36)	18,63 (1,15)	16,28 (1,48)	20,68 (1,66)	66,76 (2,29)	66,76 (2,29)		
29 Bela Cruz	28.358	0,5058 (1,56)	90,92 (1,17)	55,64 (0,94)	8,490 (12,0)	63,04 (3,33)	16,20 (0,85)	29,90 (1,33)	18,54 (1,14)	14,07 (2,14)	21,26 (1,41)	73,99 (2,51)	73,99 (2,51)		
30 Boa Viagem	50.306	0,4647 (1,22)	85,87 (1,03)	54,12 (0,62)	11,25 (7,28)	55,95 (2,52)	16,57 (0,61)	29,84 (0,93)	18,03 (1,22)	14,25 (1,46)	21,28 (1,03)	68,60 (1,86)	68,60 (1,86)		
31 Brejo Santo	38.484	0,3985 (2,11)	78,13 (1,79)	51,00 (0,92)	16,86 (7,39)	41,93 (4,54)	17,12 (0,94)	29,50 (1,46)	16,00 (1,78)	16,41 (1,47)	20,95 (1,47)	58,52 (3,07)	58,52 (3,07)		
32 Camocim	55.448	0,4480 (1,32)	85,66 (1,12)	52,30 (0,67)	11,49 (7,67)	48,38 (3,15)	17,22 (0,70)	29,01 (1,14)	16,11 (1,17)	16,27 (1,46)	21,36 (1,03)	66,43 (2,14)	66,43 (2,14)		
33 Campos Sales	25.566	0,4375 (2,23)	81,27 (1,82)	53,83 (1,08)	15,02 (8,98)	50,99 (4,22)	16,26 (0,95)	30,33 (1,62)	18,56 (1,85)	14,48 (2,03)	20,36 (1,65)	59,84 (3,43)	59,84 (3,43)		
34 Canindé	69.601	0,4705 (1,09)	86,41 (0,92)	54,45 (0,57)	11,74 (6,49)	57,04 (2,21)	16,63 (0,59)	29,11 (0,96)	18,62 (1,00)	14,39 (1,33)	21,22 (1,00)	68,24 (1,75)	68,24 (1,75)		
35 Capistrano	15.830	0,4870 (2,09)	90,36 (1,73)	53,89 (1,08)	8,985 (17,0)	61,10 (4,35)	15,58 (1,39)	28,51 (1,96)	19,81 (1,71)	16,00 (2,52)	20,07 (2,07)	73,29 (3,15)	73,29 (3,15)		
36 Caridade	15.604	0,5045 (2,07)	91,55 (1,51)	55,10 (1,25)	16,86 (1,38)	7,934 (17,2)	16,00 (1,38)	27,93 (2,01)	19,72 (1,73)	15,33 (2,73)	20,99 (1,83)	71,92 (3,57)	71,92 (3,57)		
37 Cariri	18.617	0,4849 (1,79)	90,34 (1,35)	53,67 (1,03)	7,882 (13,9)	59,43 (4,09)	16,26 (1,05)	28,90 (1,64)	20,41 (1,42)	14,50 (2,37)	20,41 (1,81)	71,54 (2,98)	71,54 (2,98)		
38 Caririçau	25.733	0,4936 (1,56)	91,15 (1,17)	54,14 (0,93)	8,088 (12,6)	60,23 (3,71)	16,76 (0,97)	29,50 (1,54)	17,74 (1,43)	14,07 (2,30)	21,00 (1,40)	70,82 (2,82)	70,82 (2,82)		
39 Cariús	18.444	0,4785 (1,57)	91,50 (1,26)	52,29 (0,90)	7,702 (14,5)	53,98 (4,08)	15,77 (0,91)	31,31 (1,52)	19,01 (1,52)	14,53 (2,05)	19,35 (1,55)	67,99 (2,94)	67,99 (2,94)		
40 Carnaubal	15.230	0,4647 (2,45)	89,29 (1,98)	52,05 (1,24)	10,21 (17,1)	53,95 (5,95)	16,16 (1,28)	28,74 (2,66)	18,31 (2,05)	15,59 (3,52)	21,17 (1,88)	71,59 (3,80)	71,59 (3,80)		

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2000.

UNSTATS (2014).

Notas:

Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo.

Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variação, em %, das estimativas calculadas

a Valor ajustado para 2000 a partir do US\$ em Pode de Compra, obtido em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srld=99>

b Renda domiciliar per capita mensal de R\$140,00 vigente em 2010 deflacionada para 2000 (R\$70,72)

**Tabela C.4 - Índice Multidimensional de Pobreza - Rio Grande do Norte - 2000**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)						População abaixo do limiar de pobreza (%) Linha de pobreza nacional <sup>b</sup>	
							Trabalho e Rendimento		Bens de Consumo e Acesso à Informação		Saneamento e Habitação			
							Rendimento	Acesso à Informação	Bens de Consumo e Acesso à Informação	Saneamento e Habitação	Condições de Condições Sociais	Acesso à Informação		
1 Acaí	11.189	0.2938 (3,76)	62,90 (3,35)	46,55 (1,34)	31,09 (6,41)	20,20 (10,4)	18,47 (1,48)	30,47 (2,26)	10,10 (4,57)	18,15 (2,85)	22,80 (1,97)	36,59 (6,32)	36,59 (6,32)	
2 Açu	47.904	0.3582 (2,17)	72,36 (1,88)	49,51 (0,88)	20,72 (5,91)	16,98 (5,05)	39,14 (6,90)	16,48 (1,32)	27,63 (1,63)	15,41 (1,84)	18,18 (1,71)	21,77 (1,27)	49,25 (3,34)	
3 Alfonso Bezerra	10.867	0,4057 (2,49)	82,31 (2,10)	49,29 (1,13)	15,45 (10,5)	16,48 (1,32)	29,73 (2,21)	16,58 (2,74)	15,86 (2,60)	21,32 (2,03)	58,92 (4,30)	58,92 (4,30)		
4 Águia Nova	2.678	0,4898 (2,80)	92,76 (2,11)	52,80 (1,79)	5,539 (28,6)	55,35 (8,49)	15,73 (12,12)	28,30 (3,05)	16,10 (2,00)	15,26 (4,69)	20,58 (3,08)	74,08 (5,53)		
5 Alexandria	13.772	0,3813 (2,25)	76,34 (1,99)	49,95 (0,94)	20,36 (7,09)	36,96 (15,27)	17,19 (0,92)	29,47 (1,51)	16,24 (2,16)	16,24 (2,16)	20,97 (1,51)	60,47 (3,10)		
6 Almino Afonso	5.195	0,3740 (4,17)	75,99 (3,51)	49,21 (1,92)	21,11 (12,0)	33,15 (10,4)	16,26 (1,88)	30,90 (3,08)	14,37 (3,89)	17,64 (4,05)	20,81 (2,90)	64,07 (5,12)		
7 Alto do Rodrigues	9.499	0,3746 (2,95)	79,22 (2,34)	47,29 (1,50)	18,00 (9,81)	28,26 (9,43)	14,91 (1,36)	27,84 (2,98)	16,34 (2,72)	18,70 (2,68)	22,18 (1,82)	38,48 (6,67)		
8 Angicos	11.626	0,4038 (2,37)	80,35 (2,05)	50,25 (1,08)	18,25 (8,78)	39,79 (5,71)	16,47 (1,14)	28,31 (1,82)	17,47 (2,01)	16,81 (2,34)	20,92 (1,91)	53,22 (4,23)		
9 Antônio Martins	6.757	0,4387 (2,85)	84,35 (2,24)	52,00 (1,51)	14,16 (12,8)	45,53 (6,76)	17,16 (1,21)	30,94 (2,18)	16,50 (1,82)	15,44 (3,32)	19,93 (2,37)	70,87 (3,58)		
10 Apodi	34.174	0,4339 (1,49)	85,74 (1,35)	50,61 (0,75)	12,20 (8,77)	45,11 (3,69)	16,03 (0,86)	28,89 (1,50)	18,77 (1,74)	16,52 (1,74)	19,77 (1,51)	56,89 (3,03)		
11 Areia Branca	22.530	0,3335 (3,08)	70,81 (2,71)	47,10 (1,22)	23,71 (7,48)	24,61 (6,68)	15,41 (1,52)	28,30 (2,57)	13,52 (2,41)	20,32 (2,44)	22,42 (1,81)	38,67 (5,81)		
12 Arês	11.323	0,3769 (2,69)	77,13 (2,35)	48,87 (1,11)	20,20 (8,54)	33,40 (7,47)	16,49 (1,27)	29,93 (2,34)	10,62 (3,64)	18,14 (2,36)	24,79 (1,76)	60,29 (3,91)		
13 Augusto Severo	9.024	0,4703 (1,99)	88,32 (1,56)	53,24 (1,14)	10,06 (12,8)	52,83 (4,73)	15,10 (1,04)	29,76 (2,11)	20,85 (1,56)	14,49 (2,31)	19,77 (1,77)	64,34 (3,60)		
14 Baía Formosa	7.821	0,4350 (2,55)	86,48 (1,87)	50,29 (1,48)	12,95 (12,3)	42,47 (7,67)	16,00 (1,49)	28,48 (2,55)	13,75 (2,45)	19,51 (2,57)	22,24 (1,92)	66,50 (4,14)		
15 Baraúna	18.922	0,4649 (1,98)	89,42 (1,53)	51,99 (1,11)	10,03 (13,5)	51,97 (5,23)	15,95 (1,38)	28,46 (2,27)	17,34 (1,85)	16,89 (2,49)	21,33 (2,01)	61,82 (4,19)		
16 Barcelona	3.990	0,4842 (3,02)	89,79 (2,16)	53,93 (1,90)	10,05 (19,3)	53,10 (7,51)	14,90 (2,02)	28,47 (3,42)	21,56 (2,27)	14,79 (4,16)	20,25 (2,76)	61,67 (6,09)		
17 Bentão Fernandes	4.709	0,5034 (2,54)	92,26 (1,79)	54,56 (1,60)	7,057 (1,76)	59,20 (6,73)	12,65 (1,76)	28,84 (1,69)	20,15 (2,77)	16,37 (2,26)	21,96 (1,66)	81,13 (3,35)		
18 Bodó	2.775	0,5330 (2,49)	95,34 (1,46)	55,90 (1,95)	3,971 (32,7)	64,05 (7,18)	16,35 (2,27)	28,99 (3,07)	21,84 (3,31)	13,72 (5,14)	19,08 (3,56)	76,22 (5,23)		
19 Bom Jesus	8.608	0,4588 (1,99)	88,34 (1,59)	51,94 (1,09)	11,35 (12,3)	48,91 (5,52)	15,97 (1,33)	27,51 (2,10)	17,97 (2,12)	16,67 (2,45)	21,87 (1,89)	63,15 (3,98)		
20 Brejinho	10.317	0,4295 (2,11)	85,02 (1,71)	50,51 (1,06)	14,55 (9,94)	46,73 (5,27)	16,70 (1,11)	28,17 (1,70)	17,22 (1,97)	15,92 (2,18)	21,95 (1,71)	58,66 (4,00)		
21 Caicara do Norte	5.842	0,4645 (2,73)	89,39 (2,02)	51,97 (1,63)	10,05 (17,4)	48,82 (7,54)	17,81 (1,75)	27,22 (2,73)	16,32 (2,40)	17,32 (3,13)	21,30 (2,24)	61,01 (5,67)		
22 Calçoena do Rio do Vento	2.867	0,4450 (3,85)	84,64 (3,35)	52,57 (1,70)	14,16 (19,3)	54,87 (8,04)	17,05 (2,15)	27,85 (3,28)	15,71 (4,45)	17,08 (4,13)	22,28 (3,12)	71,24 (5,41)		
23 Calçoena	57.002	0,2403 (2,87)	53,31 (2,66)	45,08 (0,88)	32,61 (3,99)	15,14 (7,66)	17,76 (1,08)	27,98 (1,81)	11,32 (3,04)	19,42 (1,83)	23,49 (1,31)	28,86 (4,68)		
24 Campo Redondo	9.201	0,4095 (2,84)	81,05 (2,18)	50,52 (1,42)	17,70 (9,73)	40,47 (7,26)	15,31 (1,20)	31,91 (2,14)	16,67 (2,79)	15,66 (2,83)	20,43 (2,43)	58,72 (4,53)		
25 Canguaretama	27.011	0,4406 (1,99)	86,18 (1,61)	51,12 (1,04)	12,77 (10,6)	45,16 (15,19)	14,70 (1,06)	28,60 (2,04)	16,49 (1,57)	17,13 (1,96)	23,05 (1,58)	68,26 (3,01)		
26 Caraúbas	18.810	0,4303 (2,44)	82,37 (2,07)	52,24 (1,15)	16,28 (10,1)	46,51 (5,29)	15,01 (1,25)	29,12 (2,19)	18,55 (1,95)	16,74 (2,22)	20,54 (1,82)	58,85 (4,01)		
27 Carnaúba dos Dantas	6.572	0,3383 (3,76)	74,21 (3,36)	45,58 (1,46)	23,33 (10,4)	22,58 (12,4)	15,71 (1,78)	28,40 (3,08)	16,51 (2,92)	17,81 (3,58)	21,54 (2,44)	31,49 (9,09)		
28 Carnaubas	8.192	0,4313 (2,42)	85,15 (2,01)	50,66 (1,16)	13,28 (12,2)	45,96 (6,05)	15,29 (1,42)	27,19 (2,49)	20,02 (2,02)	16,22 (2,40)	21,25 (1,81)	64,74 (3,91)		
29 Ceará-Mirim	62.424	0,4406 (1,37)	81,49 (1,16)	51,02 (0,69)	15,13 (5,86)	43,51 (3,33)	16,18 (0,77)	27,22 (1,31)	15,06 (1,16)	17,78 (1,24)	23,78 (0,99)	57,51 (2,41)		
30 Cerro Corá	10.839	0,4699 (1,88)	88,29 (1,61)	53,22 (0,95)	10,41 (13,0)	53,09 (4,23)	16,02 (0,99)	28,18 (1,56)	21,43 (1,42)	14,11 (2,24)	20,23 (1,44)	65,54 (3,25)		
31 Coronel Ezequiel	5.409	0,5034 (2,16)	90,46 (1,71)	55,65 (1,20)	8,568 (16,9)	64,68 (3,35)	14,67 (1,16)	30,92 (2,26)	20,80 (1,93)	13,50 (2,94)	20,10 (2,15)	71,95 (3,62)		
32 Coronel João Pessoa	4.703	0,4414 (2,90)	88,10 (2,34)	50,10 (1,55)	11,21 (18,0)	42,99 (8,56)	18,10 (1,76)	29,06 (2,34)	16,10 (2,47)	14,18 (3,75)	22,54 (2,60)	72,77 (4,19)		
33 Cruzeta	8.138	0,3413 (3,39)	72,33 (3,08)	47,18 (1,25)	22,38 (9,42)	25,44 (9,36)	16,14 (1,38)	29,53 (2,52)	14,97 (3,68)	17,98 (2,53)	21,36 (2,03)	42,00 (6,17)		
34 Currais Novos	40.791	0,2694 (3,33)	56,53 (3,05)	47,66 (1,02)	31,19 (5,02)	22,94 (7,51)	17,94 (1,20)	28,44 (1,86)	10,95 (3,94)	19,52 (2,30)	23,12 (1,58)	41,05 (4,41)		
35 Doutor Severiano	6.552	0,4662 (2,06)	91,62 (1,52)	50,88 (1,25)	7,932 (17,2)	51,79 (5,82)	16,98 (1,51)	29,13 (1,74)	16,70 (2,09)	15,40 (2,82)	21,76 (2,07)	73,78 (3,35)		
36 Parnamirim	124.690	0,2488 (2,14)	48,01 (2,00)	45,57 (0,62)	30,84 (2,90)	14,53 (5,50)	17,38 (0,77)	27,28 (1,33)	10,19 (1,80)	25,43 (2,22)	27,59 (3,30)	27,59 (3,30)		
37 Encanto	4.798	0,4468 (2,90)	88,77 (2,31)	50,33 (1,63)	10,69 (18,8)	43,56 (19,10)	15,87 (1,63)	28,08 (3,09)	19,82 (2,47)	15,35 (3,49)	20,35 (2,79)	61,77 (5,92)		
38 Equador	5.664	0,3896 (3,41)	78,41 (2,99)	49,68 (1,50)	19,77 (11,15)	36,09 (8,98)	16,06 (1,59)	31,53 (2,38)	14,03 (4,72)	16,44 (3,33)	21,92 (2,82)	52,25 (6,23)		
39 Espírito Santo	10.715	0,4733 (1,97)	85,71 (1,43)	52,76 (1,22)	9,401 (12,7)	54,48 (4,67)	15,58 (1,34)	28,46 (2,26)	18,20 (1,91)	16,76 (2,02)	20,97 (1,79)	70,52 (3,07)		
40 Extremoz	19.572	0,3512 (3,11)	71,55 (2,83)	49,08 (1,16)	22,73 (8,26)	32,73 (7,03)	16,44 (1,44)	26,37 (2,35)	16,27 (2,06)	17,62 (2,32)	23,28 (1,71)	46,04 (5,16)		

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2000.

UNSTATS (2014).

Notas: Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo.

Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variação, em %, das estimativas calculadas

a Valor ajustado para 2000 a partir do US\$ em Pode de Compra, obtido em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srld=699>

b Renda domiciliar per capita mensal de R\$140,00 vigente em 2010 deflacionada para 2000 (R\$70,72)

**Tabela C.5 - Índice Multidimensional de Pobreza - Paraíba - 2000**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)						População abaixo do limiar de pobreza (%)			
							Trabalho e Rendimento		Bens de Consumo e Acesso à Informação		Saneamento e Habitação		Condições de Condições Sociais	Educação	2 USD em P/C por dia <sup>a</sup>	Linha de pobreza nacional <sup>b</sup>
							Condições de Rendimento	Bens de Consumo e Acesso à Informação	Saneamento e Habitação	Condições Sociais	Educação	2 USD em P/C por dia <sup>a</sup>	Linha de pobreza (%)	2 USD em P/C por dia <sup>a</sup>	Linha de pobreza (%)	
1 Água Branca	8.377	0,4754 (2,06)	38,43 (1,64)	53,76 (1,12)	10,32 (13,5)	56,63 (4,62)	16,91 (1,10)	30,28 (1,81)	18,23 (2,08)	14,04 (2,79)	20,52 (1,93)	74,19 (2,89)	74,19 (2,89)	69,18 (3,79)		
2 Aguiar	5.638	0,4638 (2,44)	36,92 (1,97)	53,35 (1,35)	11,33 (14,2)	55,48 (5,38)	16,78 (1,29)	30,73 (1,96)	18,37 (2,41)	13,95 (3,17)	20,15 (2,40)	69,18 (3,79)	69,18 (3,79)	59,66 (3,63)	59,66 (3,63)	
3 Alagoa Grande	29.169	0,4101 (2,33)	79,36 (1,97)	51,67 (1,01)	17,06 (8,40)	45,56 (5,14)	16,21 (1,17)	28,96 (1,82)	15,35 (2,72)	16,27 (2,42)	22,76 (2,63)	66,01 (4,11)	66,01 (4,11)	66,01 (4,11)	66,01 (4,11)	
4 Alagoa Nova	18.575	0,4381 (2,60)	35,12 (2,00)	51,47 (1,31)	12,94 (12,3)	49,09 (6,51)	16,65 (1,37)	27,93 (2,27)	16,73 (2,72)	17,40 (2,63)	21,26 (1,94)	63,63 (3,37)	63,63 (3,37)	63,63 (3,37)	63,63 (3,37)	
5 Alagoinha	11.833	0,4398 (1,83)	87,72 (1,40)	50,13 (1,05)	10,92 (10,5)	42,40 (5,65)	17,04 (1,16)	29,54 (1,80)	14,45 (2,27)	16,84 (2,13)	22,11 (1,56)	61,64 (5,70)	61,64 (5,70)	61,64 (5,70)	61,64 (5,70)	
6 Alcantil	4.958	0,4900 (2,41)	92,50 (1,70)	52,91 (1,58)	7,399 (21,2)	56,85 (6,16)	16,74 (1,72)	28,46 (2,96)	20,29 (1,70)	14,34 (3,36)	20,16 (2,16)	61,64 (5,70)	61,64 (5,70)	61,64 (5,70)	61,64 (5,70)	
7 Algodão de Landaíra	2.209	0,5085 (3,28)	94,28 (2,10)	53,93 (2,35)	5,719 (34,7)	62,64 (8,77)	16,10 (2,12)	29,97 (3,83)	18,88 (3,72)	14,68 (4,80)	20,34 (3,81)	67,01 (7,95)	67,01 (7,95)	67,01 (7,95)	67,01 (7,95)	
8 Alhandra	15.914	0,4604 (1,93)	89,81 (1,51)	51,26 (1,10)	9,749 (13,7)	50,41 (5,78)	15,88 (1,34)	29,17 (2,31)	16,68 (2,24)	17,06 (2,45)	21,19 (1,85)	66,17 (4,05)	66,17 (4,05)	66,17 (4,05)	66,17 (4,05)	
9 São João do Rio do Peixe	17.661	0,4386 (2,34)	84,73 (1,96)	51,76 (1,15)	11,90 (12,1)	51,70 (5,25)	17,06 (1,26)	28,10 (2,13)	19,74 (2,25)	15,42 (3,27)	19,66 (1,91)	63,55 (4,03)	63,55 (4,03)	63,55 (4,03)	63,55 (4,03)	
10 Amparo	1.886	0,4607 (4,16)	90,70 (2,73)	50,79 (2,71)	9,299 (26,7)	53,92 (11,4)	16,51 (2,97)	29,70 (3,84)	19,27 (3,80)	13,65 (5,02)	20,85 (4,98)	63,97 (8,64)	63,97 (8,64)	63,97 (8,64)	63,97 (8,64)	
11 Aparecida	5.894	0,4348 (2,94)	86,31 (2,39)	50,37 (1,53)	13,15 (15,5)	45,50 (7,20)	17,91 (1,75)	28,93 (2,36)	17,14 (2,36)	15,19 (3,20)	20,80 (2,36)	65,55 (4,54)	65,55 (4,54)	65,55 (4,54)	65,55 (4,54)	
12 Araçagi	18.095	0,4750 (1,76)	90,48 (1,36)	52,50 (1,03)	9,129 (12,9)	55,02 (4,49)	17,48 (1,21)	28,14 (1,92)	19,30 (2,04)	14,12 (2,69)	20,94 (1,74)	66,31 (3,44)	66,31 (3,44)	66,31 (3,44)	66,31 (3,44)	
13 Arara	11.530	0,3967 (2,41)	79,66 (1,93)	49,79 (1,15)	18,30 (8,07)	37,89 (6,32)	17,06 (1,04)	29,53 (1,63)	15,76 (2,65)	15,68 (2,28)	21,94 (1,79)	59,52 (3,60)	59,52 (3,60)	59,52 (3,60)	59,52 (3,60)	
14 Araruna	16.605	0,4685 (2,08)	88,35 (1,71)	53,02 (1,08)	10,57 (13,8)	53,55 (4,96)	15,64 (1,18)	28,35 (1,99)	20,20 (1,73)	14,94 (2,29)	20,85 (1,82)	66,84 (3,60)	66,84 (3,60)	66,84 (3,60)	66,84 (3,60)	
15 Areia	26.131	0,4326 (2,02)	83,29 (1,72)	51,94 (0,92)	12,37 (10,1)	49,60 (4,55)	17,63 (1,03)	28,87 (1,55)	14,87 (2,24)	16,05 (2,30)	22,56 (1,46)	67,83 (2,96)	67,83 (2,96)	67,83 (2,96)	67,83 (2,96)	
16 Área de Baraúnas	2.104	0,4547 (3,79)	92,08 (2,95)	49,38 (2,14)	7,452 (30,5)	45,30 (14,8)	13,44 (3,24)	27,57 (6,07)	19,18 (4,03)	16,67 (5,46)	23,11 (4,15)	60,91 (10,6)	60,91 (10,6)	60,91 (10,6)	60,91 (10,6)	
17 Areiazinho	6.039	0,4211 (2,72)	84,41 (2,35)	49,89 (1,24)	14,53 (13,3)	51,75 (1,03)	16,79 (1,23)	29,23 (2,06)	18,73 (3,12)	14,55 (3,69)	20,87 (1,92)	60,90 (4,90)	60,90 (4,90)	60,90 (4,90)	60,90 (4,90)	
18 Areópolis	19.520	0,4924 (1,67)	91,36 (1,16)	53,90 (1,09)	7,828 (12,9)	57,90 (4,09)	15,88 (1,01)	28,58 (1,62)	21,31 (1,63)	13,86 (2,34)	20,35 (1,74)	64,51 (3,42)	64,51 (3,42)	64,51 (3,42)	64,51 (3,42)	
19 Assunção	2.960	0,4418 (5,19)	81,53 (4,44)	51,27 (2,29)	17,47 (20,4)	45,26 (12,9)	17,33 (2,32)	29,11 (4,85)	14,98 (5,12)	16,65 (4,71)	21,90 (3,39)	66,73 (7,51)	66,73 (7,51)	66,73 (7,51)	66,73 (7,51)	
20 Baía da Traição	6.483	0,4664 (2,61)	89,54 (1,89)	52,08 (1,56)	9,834 (16,8)	52,10 (6,83)	17,41 (1,68)	29,28 (2,19)	16,16 (2,23)	16,19 (3,78)	20,93 (2,62)	71,11 (4,15)	71,11 (4,15)	71,11 (4,15)	71,11 (4,15)	
21 Bananeiras	21.810	0,4693 (1,93)	88,15 (1,50)	53,24 (1,05)	9,213 (12,6)	54,42 (4,51)	18,07 (1,16)	28,19 (1,76)	17,95 (1,92)	14,63 (2,32)	21,14 (1,73)	69,25 (3,02)	69,25 (3,02)	69,25 (3,02)	69,25 (3,02)	
22 Baraúna	18.922	0,4948 (2,59)	92,29 (1,99)	53,61 (1,56)	7,394 (24,5)	61,44 (6,95)	17,17 (1,55)	30,42 (3,30)	19,10 (2,68)	14,55 (4,08)	18,73 (3,51)	62,88 (6,99)	62,88 (6,99)	62,88 (6,99)	62,88 (6,99)	
23 Barra de Santana	8.311	0,5103 (1,54)	94,91 (0,91)	53,76 (1,13)	5,089 (17,1)	65,45 (4,12)	15,46 (1,33)	28,31 (2,20)	13,64 (2,87)	19,27 (2,37)	67,83 (4,06)	67,83 (4,06)	67,83 (4,06)	67,83 (4,06)	67,83 (4,06)	
24 Barra de Santa Rosa	13.127	0,4549 (1,92)	85,18 (1,49)	53,40 (1,08)	12,52 (9,40)	50,10 (4,36)	18,64 (0,99)	29,76 (1,73)	16,91 (2,58)	14,61 (2,31)	20,06 (1,64)	66,61 (2,92)	66,61 (2,92)	66,61 (2,92)	66,61 (2,92)	
25 Barra de São Miguel	5.162	0,4319 (3,07)	87,94 (2,15)	49,11 (1,87)	11,83 (15,9)	41,12 (10,1)	16,44 (2,40)	29,10 (3,16)	16,63 (3,17)	15,52 (3,34)	22,28 (2,92)	62,64 (5,74)	62,64 (5,74)	62,64 (5,74)	62,64 (5,74)	
26 Bayeux	87.561	0,3152 (1,77)	67,21 (1,57)	46,89 (0,64)	27,16 (3,66)	24,54 (4,88)	17,83 (0,75)	27,59 (1,27)	10,08 (1,73)	20,09 (1,25)	24,38 (0,91)	43,73 (2,78)	43,73 (2,78)	43,73 (2,78)	43,73 (2,78)	
27 Belém	16.605	0,3466 (3,29)	71,89 (2,96)	48,21 (1,13)	24,41 (8,28)	29,83 (8,67)	18,53 (1,27)	30,11 (2,04)	10,81 (5,08)	16,47 (2,79)	24,05 (2,10)	61,17 (4,03)	61,17 (4,03)	61,17 (4,03)	61,17 (4,03)	
28 Belém do Brejo do Cruz	7.011	0,4321 (2,68)	83,08 (2,31)	52,01 (1,29)	15,70 (11,8)	46,82 (6,07)	18,19 (1,31)	30,00 (2,06)	15,79 (2,78)	15,96 (2,94)	20,94 (2,19)	66,72 (3,93)	66,72 (3,93)	66,72 (3,93)	66,72 (3,93)	
29 Bernardino Batista	2.559	0,5282 (2,49)	96,78 (1,33)	54,58 (2,04)	3,219 (40,2)	50,97 (6,45)	16,70 (2,10)	29,66 (3,15)	20,52 (2,55)	12,55 (4,47)	20,55 (3,30)	75,83 (5,75)	75,83 (5,75)	75,83 (5,75)	75,83 (5,75)	
30 Boa Vista	6.588	0,4807 (2,34)	89,70 (1,83)	53,59 (1,36)	10,29 (16,0)	55,51 (5,49)	17,40 (1,30)	29,20 (1,85)	17,53 (2,23)	14,67 (2,71)	21,36 (1,98)	68,96 (3,97)	68,96 (3,97)	68,96 (3,97)	68,96 (3,97)	
31 Boa Vista	4.983	0,4138 (3,00)	85,81 (2,45)	48,21 (1,49)	12,87 (1,49)	36,33 (10,4)	15,45 (1,27)	26,42 (3,32)	20,01 (1,94)	15,90 (3,36)	22,19 (2,74)	45,94 (8,09)	45,94 (8,09)	45,94 (8,09)	45,94 (8,09)	
32 Bom Jesus	8.608	0,4395 (4,54)	87,17 (3,56)	50,42 (2,49)	12,33 (24,9)	47,36 (11,7)	17,42 (2,41)	29,02 (3,76)	18,04 (2,91)	14,46 (5,01)	21,04 (4,05)	66,88 (7,24)	66,88 (7,24)	66,88 (7,24)	66,88 (7,24)	
33 Bom Sucesso	5.285	0,4362 (2,57)	86,73 (2,02)	50,29 (1,43)	12,71 (13,6)	42,72 (7,27)	16,32 (1,31)	30,12 (2,51)	19,46 (2,38)	14,83 (2,92)	19,24 (2,41)	61,14 (4,79)	61,14 (4,79)	61,14 (4,79)	61,14 (4,79)	
34 Bonito de Santa Fé	9.230	0,4405 (2,38)	82,09 (2,06)	53,67 (1,08)	15,00 (10,4)	51,86 (4,83)	18,53 (1,08)	29,18 (1,54)	15,85 (2,78)	13,97 (2,50)	22,46 (1,72)	64,51 (3,56)	64,51 (3,56)	64,51 (3,56)	64,51 (3,56)	
35 Boqueirão	15.867	0,3774 (2,97)	78,28 (2,57)	48,21 (1,29)	30,83 (9,09)	17,77 (1,48)	16,12 (2,86)	29,40 (2,33)	13,03 (4,70)	16,12 (2,86)	23,66 (2,06)	56,10 (4,92)	56,10 (4,92)	56,10 (4,92)	56,10 (4,92)	
36 Igaracy	6.307	0,4421 (2,66)	84,90 (2,20)	52,07 (1,31)	13,73 (13,2)	47,95 (6,42)	17,32 (1,40)	29,30 (1,98)	16,56 (2,61)	14,42 (3,14)	22,37 (2,11)	70,00 (3,71)	70,00 (3,71)	70,00 (3,71)	70,00 (3,71)	
37 Borborema	4.730	0,4052 (3,64)	81,32 (3,05)	49,82 (1,62)	15,88 (14,3)	41,64 (9,75)	17,89 (1,85)	28,81 (2,91)	14,36 (5,23)	16,61 (3,9)	66,02 (5,29)	66,02 (5,29)	66,02 (5,29)	66,02 (5,29)	66,02 (5,29)	
38 Brejo do Cruz	11.868	0,3838 (2,75)	76,87 (2,30)	49,92 (1,23)	19,61 (8,46)	37,16 (6,69)	16,24 (1,18)	28,31 (2,14)	16,45 (2,91)	16,75 (2,59)	22,22 (1,83)	52,40 (4,57)	52,40 (4,57)	52,40 (4,57)	52,40 (4,57)	
39 Brejo dos Santos	5.948	0,44202 (2,94)	83,68 (2,36)	50,21 (1,59)	15,85 (12,4)	40,76 (7,56)	18,05 (1,56)	28,53 (2,50)	17,51 (2,35)	15,51 (3,06)	20,39 (2,40)	60,62 (4,84)	60,62 (4,84)	60,62 (4,84)	60,62 (4,84)	
40 Caaporã	18.441	0,4528 (2,02)	88,11 (1,66)	51,38 (1,10)	10,59 (13,1)	47,78 (5,32)	15,89 (1,16)	28,79 (2,18)	15,26 (2,20)	17,13 (2,06)	22,90 (1,63)	63,35 (3,79)	63,35 (3,79)	63,35 (3,79)	63,35 (3,79)	

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2000.  
UNSTATS (2014).

Notas:  
Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo.  
Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variação, em %, das estimativas calculadas

a Valor ajustado para 2000 a partir do US\$ em Pode de Compra, obtido em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srld=699>

**Tabela C.6 - Índice Multidimensional de Pobreza - Pernambuco - 2000**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)						População abaixo do limiar de pobreza (%)	Linha de pobreza nacional <sup>b</sup>
							Rendimento	Bens de Consumo e Acesso à Informação	Saneamento e Habitação	Condições de Saneamento e Condições Sociais	Educação	2 USD em PPC por dia <sup>a</sup>		
1 Abreu e Lima	89.039	0,2942 (1,82)	63,90 (1,66)	46,04 (0,65)	28,87 (3,47)	20,73 (5,09)	16,50 (0,76)	27,42 (1,39)	13,05 (1,47)	20,06 (1,23)	22,94 (1,05)	37,61 (3,11)	37,61 (3,11)	
2 Afogados da Ingazeira	32.922	0,3314 (2,79)	66,11 (2,53)	50,12 (0,96)	25,98 (5,92)	32,14 (5,68)	18,60 (0,98)	29,27 (1,55)	13,37 (2,92)	16,45 (2,05)	22,29 (1,53)	51,89 (3,53)	51,89 (3,53)	
3 Afrânio	15.014	0,4966 (1,36)	90,89 (1,06)	54,63 (0,80)	8,391 (1,11)	62,36 (2,94)	14,80 (0,97)	30,06 (1,42)	19,94 (1,17)	14,48 (1,93)	20,69 (1,39)	68,49 (2,62)	68,49 (2,62)	
4 Agrestina	20.036	0,3748 (2,88)	75,65 (2,47)	49,54 (1,20)	19,92 (8,54)	36,55 (6,84)	17,00 (1,37)	28,91 (2,11)	14,46 (3,65)	16,94 (2,62)	22,68 (1,84)	56,70 (4,13)	56,70 (4,13)	
5 Águia Preta	28.531	0,4705 (1,76)	86,35 (1,41)	54,11 (0,96)	10,85 (10,85)	54,52 (3,86)	16,74 (1,05)	28,09 (1,87)	15,18 (1,90)	16,74 (2,04)	23,23 (1,42)	71,51 (2,58)	71,51 (2,58)	
6 Águas Belas	36.641	0,4869 (1,24)	89,32 (1,00)	54,51 (0,74)	9,340 (9,10)	59,26 (2,80)	16,48 (0,82)	29,70 (1,29)	17,06 (1,41)	15,33 (1,62)	21,40 (1,34)	71,28 (2,14)	71,28 (2,14)	
7 Alagoainha	12.535	0,4264 (1,92)	83,55 (1,56)	51,04 (0,96)	14,03 (8,74)	45,62 (4,54)	17,28 (0,92)	29,26 (1,41)	18,10 (1,81)	14,65 (2,15)	20,69 (1,44)	59,74 (3,24)	59,74 (3,24)	
8 Aliança	37.189	0,4617 (1,65)	87,12 (1,22)	53,00 (0,99)	11,82 (8,71)	49,39 (4,01)	14,75 (1,04)	28,24 (1,92)	18,40 (1,50)	16,96 (1,72)	21,62 (1,42)	66,31 (2,67)	66,31 (2,67)	
9 Altinho	22.131	0,3996 (2,18)	79,34 (1,87)	50,36 (0,98)	16,40 (8,29)	41,43 (4,91)	16,49 (0,95)	29,87 (1,42)	16,75 (2,13)	16,11 (2,18)	20,75 (1,54)	61,53 (3,07)	61,53 (3,07)	
10 Amaraji	21.309	0,4581 (2,02)	86,33 (1,61)	53,06 (1,11)	11,56 (1,10)	53,00 (4,54)	17,09 (1,21)	28,86 (2,07)	14,59 (2,39)	17,12 (2,10)	22,32 (1,54)	63,65 (3,63)	63,65 (3,63)	
11 Angelim	9.082	0,4199 (1,46)	82,81 (2,00)	50,71 (1,23)	14,00 (10,8)	42,16 (6,41)	18,21 (1,20)	28,81 (1,66)	14,73 (3,03)	16,37 (2,69)	21,85 (1,79)	67,05 (3,44)	67,05 (3,44)	
12 Araçoiaba	15.108	0,4629 (1,58)	89,46 (1,10)	51,73 (1,01)	9,873 (9,71)	49,65 (4,51)	16,32 (1,01)	28,85 (1,84)	15,85 (1,61)	16,93 (2,06)	22,03 (1,50)	66,84 (2,97)	66,84 (2,97)	
13 Araripina	70.898	0,4583 (1,16)	84,01 (0,99)	54,55 (0,57)	12,74 (6,01)	54,01 (2,27)	15,22 (0,53)	29,65 (0,99)	18,55 (1,04)	14,74 (1,20)	21,81 (0,87)	61,88 (1,91)	61,88 (1,91)	
14 Arcos	61.600	0,3045 (2,24)	62,77 (2,01)	48,50 (0,78)	26,12 (4,29)	26,17 (5,08)	18,01 (0,82)	28,40 (1,39)	11,20 (2,50)	18,82 (1,58)	23,54 (1,15)	43,66 (3,17)	43,66 (3,17)	
15 Barra de Guabiraba	10.939	0,4314 (2,05)	83,41 (1,70)	51,72 (1,00)	14,12 (9,37)	48,41 (4,70)	17,05 (0,98)	30,16 (1,67)	13,33 (2,53)	16,43 (1,89)	23,01 (1,53)	65,80 (3,08)	65,80 (3,08)	
16 Barreiros	39.139	0,4175 (1,99)	79,16 (1,66)	52,73 (0,91)	16,97 (7,04)	46,95 (4,14)	18,38 (1,04)	27,34 (1,69)	13,33 (1,96)	15,57 (1,86)	22,37 (1,27)	62,76 (2,82)	62,76 (2,82)	
17 Belém de Maria	10.626	0,4127 (3,20)	81,43 (2,68)	52,15 (1,64)	16,78 (1,64)	47,22 (6,76)	19,50 (1,75)	28,69 (2,58)	13,71 (1,53)	15,97 (2,82)	22,11 (1,21)	70,71 (4,01)	70,71 (4,01)	
18 Belém do São Francisco	20.208	0,4578 (2,19)	85,38 (1,83)	53,62 (1,09)	11,98 (12,1)	54,19 (6,59)	16,27 (1,17)	29,16 (2,03)	17,61 (2,19)	15,56 (2,59)	21,38 (1,79)	60,21 (4,02)	60,21 (4,02)	
19 Belo Jardim	68.698	0,3323 (1,62)	72,00 (1,43)	48,93 (0,65)	22,76 (4,21)	32,34 (3,93)	16,99 (0,66)	30,14 (1,20)	13,23 (1,88)	17,00 (1,20)	22,62 (1,04)	49,80 (2,55)	49,80 (2,55)	
20 Betânia	11.305	0,4819 (1,54)	90,93 (1,18)	52,99 (0,89)	8,156 (12,6)	60,05 (3,56)	17,04 (0,95)	31,09 (1,44)	17,62 (1,40)	14,06 (2,36)	20,17 (1,58)	72,37 (2,61)	72,37 (2,61)	
21 Bezerros	57.371	0,3365 (1,77)	68,29 (1,64)	47,81 (0,64)	26,09 (4,04)	27,75 (4,38)	16,90 (0,71)	30,06 (1,25)	12,52 (1,79)	18,58 (1,38)	21,93 (1,14)	47,55 (2,73)	47,55 (2,73)	
22 Bodocó	31.731	0,5146 (1,36)	91,72 (1,02)	56,10 (0,81)	6,873 (12,7)	65,89 (2,84)	14,80 (0,74)	29,83 (1,61)	19,58 (1,35)	13,96 (1,95)	21,81 (1,36)	69,99 (2,58)	69,99 (2,58)	
23 Bom Conselho	42.085	0,4278 (1,56)	81,06 (1,42)	52,77 (0,72)	15,76 (6,85)	49,17 (3,27)	17,82 (0,76)	29,98 (1,16)	15,39 (1,78)	14,73 (1,61)	22,05 (1,24)	65,99 (2,28)	65,99 (2,28)	
24 Bonito	37.013	0,4402 (1,46)	85,80 (1,20)	51,30 (0,77)	13,17 (7,56)	45,15 (3,80)	16,26 (0,81)	28,28 (1,39)	18,66 (1,21)	15,67 (1,58)	21,10 (1,21)	64,54 (2,44)	64,54 (2,44)	
25 Brejão	37.750	0,3394 (1,87)	76,33 (1,66)	51,92 (0,76)	19,12 (6,23)	44,07 (3,80)	16,70 (0,76)	28,93 (1,38)	13,65 (1,21)	16,85 (1,55)	23,84 (1,10)	65,11 (2,32)	65,11 (2,32)	
26 Brejinho	8.916	0,4595 (1,93)	88,00 (1,50)	52,21 (1,09)	11,41 (11,3)	53,16 (4,79)	17,06 (1,17)	28,74 (1,55)	16,77 (1,98)	15,11 (2,46)	22,29 (1,54)	69,64 (3,14)	69,64 (3,14)	
27 Brejo da Madre de Deus	7.278	0,4468 (2,55)	84,94 (2,12)	52,60 (1,26)	11,56 (13,4)	50,36 (5,84)	16,64 (1,29)	29,61 (1,86)	18,93 (2,76)	14,10 (2,89)	20,70 (2,27)	68,77 (3,72)	68,77 (3,72)	
28 Buíque	38.109	0,3365 (1,80)	80,08 (1,55)	49,51 (0,82)	18,01 (6,65)	38,64 (4,59)	16,63 (0,86)	28,94 (1,31)	15,46 (2,00)	15,61 (1,64)	23,34 (1,36)	52,74 (3,30)	52,74 (3,30)	
29 Buenos Aires	12.007	0,4747 (1,63)	89,50 (1,24)	53,04 (0,97)	9,171 (11,15)	52,36 (4,11)	16,65 (1,09)	28,71 (1,94)	18,27 (1,51)	16,02 (2,02)	20,33 (1,54)	62,09 (3,32)	62,09 (3,32)	
30 Cabo de Santo Agostinho	152.977	0,3247 (1,29)	67,58 (1,14)	48,04 (0,49)	25,30 (2,82)	65,61 (2,23)	15,97 (0,55)	29,69 (1,14)	18,95 (1,17)	14,32 (1,59)	21,04 (1,05)	74,20 (1,81)	74,20 (1,81)	
31 Cabrobó	26.741	0,4189 (2,20)	82,15 (1,85)	50,99 (1,03)	14,08 (9,90)	46,59 (5,03)	17,35 (1,11)	29,35 (1,77)	14,04 (3,03)	16,56 (2,52)	22,69 (1,64)	57,21 (3,92)	57,21 (3,92)	
32 Cachoeirinha	17.042	0,3396 (3,49)	70,05 (3,10)	48,48 (1,40)	25,79 (8,01)	27,94 (8,70)	16,93 (1,28)	29,40 (2,15)	14,52 (3,43)	16,45 (2,98)	22,68 (2,10)	43,85 (5,82)	43,85 (5,82)	
33 Caetés	24.137	0,5138 (1,39)	92,97 (0,99)	55,27 (0,89)	6,549 (13,6)	66,44 (3,07)	16,20 (0,99)	28,36 (1,33)	19,95 (1,35)	13,94 (2,27)	21,53 (1,56)	75,92 (2,36)	75,92 (2,36)	
34 Calçado	11.709	0,4520 (1,73)	88,54 (1,42)	51,05 (0,90)	10,28 (11,7)	50,79 (4,52)	17,17 (0,96)	29,30 (1,47)	19,73 (1,63)	12,83 (2,39)	20,95 (1,52)	64,53 (3,25)	64,53 (3,25)	
35 Calumbi	7.079	0,4516 (1,92)	88,82 (1,57)	50,84 (1,01)	9,902 (13,2)	48,53 (5,26)	16,57 (1,07)	29,77 (1,80)	17,85 (1,67)	14,87 (2,55)	20,92 (1,87)	71,45 (3,02)	71,45 (3,02)	
36 Camaragibe	128.702	0,2988 (1,51)	64,31 (1,34)	46,47 (0,57)	28,29 (2,84)	61,65 (4,21)	16,57 (0,65)	26,83 (1,13)	14,90 (1,08)	18,99 (1,11)	22,68 (0,77)	37,12 (2,59)	37,12 (2,59)	
37 Camocim de São Félix	15.115	0,3387 (2,04)	79,48 (1,69)	48,40 (0,96)	18,44 (6,95)	34,50 (5,97)	16,78 (1,09)	29,43 (1,77)	14,22 (2,26)	17,42 (1,87)	22,12 (1,63)	52,23 (3,83)	52,23 (3,83)	
38 Camutanga	7.844	0,4138 (2,95)	81,25 (2,42)	50,93 (1,41)	17,00 (11,1)	46,41 (6,76)	16,37 (1,32)	27,81 (2,98)	17,54 (2,87)	17,20 (2,71)	21,04 (2,46)	65,54 (4,17)	65,54 (4,17)	
39 Canhotinho	24.920	0,4239 (2,19)	82,97 (1,79)	51,09 (1,08)	14,88 (9,51)	44,84 (5,22)	17,22 (1,08)	29,94 (1,71)	15,52 (2,43)	15,28 (2,23)	22,01 (1,73)	64,87 (3,21)	64,87 (3,21)	

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2000.

UNSTATS (2014).

Notas:  
Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo.  
Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variação, em %, das estimativas calculadas

a Valor ajustado para 2000 a partir do US\$ em Pode de Compra, obtido em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srld=699>  
b Renda média domiciliar per capita mensal de R\$140,00 vigente em 2010 deflacionada para 2000 (R\$70,72)

**Tabela C.7 - Índice Multidimensional de Pobreza - Alagoas - 2000**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)				População abaixo do limiar de pobreza (%)	
							Rendimento	Bens de Consumo e Acesso à Informação	Saneamento e Habitação	Condições Sociais	Educação	2 USD em PPC por dia <sup>a</sup>
1 Água Branca	18.660	0,4839 (1,93)	88,45 (1,58)	54,70 (1,02)	59,91 (4,00)	16,46 (1,08)	28,62 (1,66)	17,18 (1,88)	14,89 (2,54)	22,81 (1,67)	72,51 (2,96)	72,51 (2,96)
2 Anadia	17.849	0,4387 (2,34)	84,46 (1,95)	51,94 (1,12)	13,48 (1,16)	49,97 (5,42)	15,92 (1,22)	28,96 (2,22)	17,03 (1,87)	22,02 (2,68)	67,46 (3,47)	67,46 (3,47)
3 Arapiraca	186.466	0,3801 (0,91)	76,97 (0,80)	49,38 (0,4)	18,93 (3,03)	35,06 (2,24)	17,33 (0,43)	28,28 (0,67)	14,35 (0,71)	22,08 (0,81)	49,44 (1,61)	49,44 (1,61)
4 Atalaia	40.552	0,4758 (1,35)	89,59 (0,99)	53,10 (0,85)	8,80 (0,94)	56,01 (3,30)	14,75 (0,98)	27,23 (1,73)	17,82 (1,33)	23,08 (1,61)	68,71 (2,46)	68,71 (2,46)
5 Barra de Santo Antônio	11.351	0,4682 (2,00)	89,35 (1,40)	52,40 (1,24)	9,598 (1,25)	53,54 (4,98)	15,62 (1,43)	28,76 (2,01)	14,90 (1,70)	23,91 (1,95)	68,58 (3,46)	68,58 (3,46)
6 Barrinha São Miguel	6.379	0,3718 (4,06)	75,86 (3,29)	49,01 (2,02)	18,01 (12,6)	33,03 (10,1)	16,84 (1,87)	28,01 (3,20)	11,09 (5,43)	18,94 (3,17)	50,99 (6,47)	50,99 (6,47)
7 Batálha	14.799	0,4620 (1,80)	86,61 (1,42)	53,34 (0,95)	11,28 (10,1)	53,61 (3,99)	17,55 (0,93)	28,55 (1,30)	16,80 (1,61)	15,35 (2,16)	66,02 (2,95)	65,54 (2,99)
8 Belém	5.919	0,4872 (2,09)	92,98 (1,56)	52,91 (1,31)	7,074 (19,1)	55,06 (5,66)	15,32 (1,41)	29,42 (2,19)	19,19 (1,78)	15,58 (3,05)	20,46 (2,24)	66,29 (4,34)
9 Belo Monte	6.822	0,5065 (1,88)	93,28 (1,33)	54,29 (1,23)	6,039 (19,1)	64,74 (4,46)	16,36 (1,31)	29,65 (2,02)	19,25 (1,93)	13,00 (2,99)	21,72 (2,02)	76,98 (3,17)
10 Boca da Mata	24.227	0,4163 (2,37)	80,86 (2,00)	51,48 (1,10)	15,87 (9,4)	45,46 (5,35)	16,71 (1,21)	28,22 (1,21)	12,54 (2,82)	18,93 (2,23)	23,58 (1,56)	68,09 (3,07)
11 Branquinha	11.325	0,4933 (1,73)	91,12 (1,31)	54,13 (1,02)	8,358 (13,9)	60,87 (3,97)	14,56 (1,26)	28,95 (2,32)	15,07 (2,33)	18,02 (2,00)	23,37 (1,50)	76,71 (2,61)
12 Cacimbinhas	9.552	0,5229 (1,88)	90,13 (1,45)	58,01 (1,06)	9,565 (13,5)	66,91 (3,33)	15,73 (1,08)	28,04 (1,49)	22,22 (1,16)	14,11 (1,42)	19,87 (1,73)	74,49 (2,76)
13 Cajueiro	18.975	0,4233 (2,86)	81,29 (2,34)	52,07 (1,44)	16,23 (11,1)	45,01 (6,37)	15,45 (1,35)	29,76 (2,44)	12,74 (3,48)	18,76 (2,32)	23,26 (1,92)	70,41 (3,50)
14 Campestre	6.223	0,4484 (3,30)	83,75 (2,59)	53,54 (1,78)	15,15 (14,0)	53,78 (6,70)	14,80 (1,87)	29,12 (2,79)	15,19 (3,92)	18,01 (3,51)	22,84 (2,40)	63,75 (5,31)
15 Campo Alegre	41.028	0,4440 (1,42)	88,59 (1,15)	49,95 (0,77)	10,37 (9,62)	43,70 (4,52)	14,96 (0,98)	28,72 (1,85)	14,48 (1,65)	16,81 (1,63)	25,01 (1,27)	74,73 (2,11)
16 Campo Grande	9.134	0,4971 (1,70)	92,15 (1,30)	53,94 (1,01)	7,840 (15,3)	62,40 (4,22)	16,50 (0,98)	30,53 (1,34)	17,38 (2,03)	14,00 (2,69)	21,56 (1,86)	79,41 (2,57)
17 Canapi	17.334	0,5631 (1,34)	94,20 (1,02)	59,79 (0,81)	5,792 (12,0)	78,30 (2,35)	14,96 (1,03)	29,35 (1,52)	22,82 (1,06)	19,70 (1,85)	83,12 (1,95)	83,12 (1,95)
18 Capela	18.693	0,4532 (2,55)	81,77 (2,23)	55,42 (1,12)	15,25 (11,3)	57,64 (4,38)	16,76 (1,29)	28,14 (1,97)	14,44 (2,55)	16,49 (2,14)	24,15 (1,64)	73,83 (2,92)
19 Carneiros	6.585	0,5392 (2,19)	93,01 (1,40)	57,96 (1,51)	6,644 (19,2)	70,24 (4,03)	16,70 (1,33)	30,48 (1,95)	19,77 (2,11)	12,92 (3,14)	20,11 (2,12)	70,36 (4,06)
20 Chã Preta	7.760	0,5011 (1,99)	89,85 (1,57)	55,77 (1,13)	9,233 (14,6)	62,94 (4,17)	17,28 (1,08)	29,84 (1,63)	15,51 (2,81)	15,84 (2,56)	21,51 (1,70)	79,45 (2,59)
21 Coité do Nóia	11.993	0,5299 (1,22)	94,35 (0,89)	56,17 (0,82)	5,175 (15,4)	67,58 (2,77)	18,17 (0,86)	27,25 (1,26)	21,35 (1,02)	12,70 (1,93)	20,50 (1,29)	74,17 (2,38)
22 Coiônia Leopoldina	17.493	0,4301 (2,82)	82,25 (2,37)	52,10 (1,34)	13,96 (12,3)	48,63 (6,23)	15,30 (1,46)	29,45 (2,77)	15,03 (3,41)	17,17 (2,94)	23,03 (2,20)	65,63 (4,14)
23 Coqueiro Seco	5.134	0,4280 (3,18)	84,50 (2,47)	50,66 (1,70)	12,84 (14,6)	45,48 (4,46)	15,63 (1,81)	27,81 (3,32)	14,42 (3,18)	19,57 (2,88)	22,54 (2,41)	60,50 (5,86)
24 Coruripe	48.784	0,4391 (1,49)	86,14 (1,13)	50,97 (0,87)	11,83 (7,68)	43,06 (4,18)	15,24 (0,88)	28,81 (1,58)	14,24 (1,63)	17,13 (1,62)	24,55 (1,20)	60,61 (2,79)
25 Crailá	20.793	0,4880 (1,55)	92,09 (1,23)	52,99 (0,90)	7,652 (14,6)	60,08 (3,88)	16,14 (0,95)	28,99 (1,37)	20,49 (1,40)	12,99 (1,31)	21,36 (1,59)	71,86 (2,93)
26 Delmiro Gouveia	42.995	0,3667 (2,18)	73,59 (1,89)	49,83 (0,90)	21,85 (5,98)	35,18 (5,02)	17,24 (0,91)	28,14 (1,59)	12,63 (2,71)	17,73 (1,81)	24,24 (1,26)	55,55 (3,06)
27 Dois Riachos	11.066	0,5169 (1,40)	93,77 (0,92)	55,12 (0,98)	6,013 (14,2)	64,82 (3,17)	14,99 (0,82)	20,82 (1,48)	13,41 (2,02)	20,58 (1,52)	67,91 (2,98)	67,91 (2,98)
28 Estrela de Alagoas	16.341	0,5099 (1,53)	94,36 (1,03)	54,04 (1,06)	5,579 (17,5)	64,07 (3,83)	15,65 (1,07)	29,48 (1,63)	13,14 (2,54)	20,23 (2,02)	77,39 (2,60)	77,39 (2,60)
29 Feira Grande	21.270	0,5094 (1,51)	94,54 (0,98)	53,88 (1,08)	5,232 (17,3)	59,53 (4,04)	16,12 (1,04)	20,38 (1,33)	13,17 (2,35)	20,75 (1,79)	72,99 (2,87)	72,99 (2,87)
30 Feliz Deserto	3.836	0,4419 (3,35)	86,21 (2,86)	51,26 (1,15)	13,29 (18,4)	49,87 (8,39)	17,54 (2,02)	30,27 (2,89)	13,58 (3,98)	16,24 (3,67)	22,34 (2,49)	71,75 (4,87)
31 Flexeiras	11.979	0,4648 (1,90)	89,49 (2,46)	51,94 (1,16)	9,402 (12,7)	55,71 (5,02)	15,48 (1,21)	29,67 (2,15)	15,69 (2,15)	16,26 (2,36)	22,87 (1,60)	72,58 (2,88)
32 Girau do Ponciano	29.574	0,5204 (1,17)	93,82 (0,88)	55,47 (0,75)	5,808 (13,8)	64,19 (2,88)	16,39 (0,80)	29,10 (1,18)	19,87 (1,29)	13,55 (2,01)	21,07 (1,28)	78,98 (1,92)
33 Iatéguara	15.105	0,4705 (1,65)	86,90 (1,37)	54,14 (0,85)	12,10 (9,51)	57,85 (3,40)	15,51 (0,91)	29,99 (1,77)	16,04 (1,76)	15,00 (1,72)	23,44 (1,30)	69,37 (2,61)
34 Igaci	25.584	0,5069 (1,20)	93,75 (0,89)	54,07 (0,78)	5,660 (13,8)	63,34 (3,05)	16,48 (0,85)	29,00 (1,14)	21,16 (1,21)	13,37 (1,97)	19,96 (1,48)	78,67 (2,02)
35 Igreja Nova	21.451	0,4951 (1,42)	92,64 (1,04)	53,44 (0,89)	6,787 (13,8)	61,09 (3,69)	15,47 (1,04)	28,85 (1,77)	18,74 (1,40)	14,87 (2,21)	22,05 (1,62)	76,64 (2,40)
36 Inhapi	17.768	0,5421 (1,38)	94,07 (1,00)	57,62 (0,91)	5,170 (16,9)	54,73 (5,02)	15,43 (0,93)	29,71 (1,60)	20,13 (1,38)	12,62 (2,36)	22,10 (1,61)	81,14 (2,34)
37 Jacaré dos Homens	5.730	0,5178 (2,27)	91,42 (1,64)	56,63 (1,43)	8,158 (18,1)	66,48 (4,71)	16,31 (1,35)	28,85 (2,40)	21,94 (2,43)	21,40 (2,43)	71,30 (4,23)	71,30 (4,23)
38 Jacuípe	7.313	0,4870 (2,27)	88,74 (1,81)	54,87 (1,21)	11,00 (14,5)	63,51 (4,72)	14,06 (1,28)	30,46 (2,85)	16,57 (2,17)	16,42 (2,40)	22,46 (2,12)	72,38 (3,86)
39 Japaratuba	6.868	0,4915 (2,32)	91,79 (1,52)	53,54 (1,56)	7,108 (18,7)	54,50 (6,27)	14,71 (1,45)	29,62 (2,66)	16,92 (2,51)	17,30 (3,12)	21,42 (2,29)	68,69 (4,28)
40 Jaramataia	5.788	0,5126 (2,45)	91,85 (1,75)	55,81 (1,56)	7,189 (21,2)	67,03 (4,74)	18,68 (18,1)	27,48 (2,45)	19,24 (2,19)	14,82 (3,27)	75,43 (3,80)	75,43 (3,80)

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2000.

UNSTATS (2014).

Notas: Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo.

Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variação em %, das estimativas calculadas

a Valor ajustado para 2000 a partir do US\$ em Pode de Compra, obtido em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srld=699>

b Renda média domiciliar per capita mensal de R\$140,00 vigente em 2010 deflacionada para 2000 (R\$70,72)

**Tabela C.8 - Índice Multidimensional de Pobreza - Sergipe - 2000**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)				População abaixo do limiar de pobreza (%)	
							Rendimento	Bens de Consumo e Acesso à Informação	Condições de Saneamento e Habitação	Educação	2 USD em PPC por dia <sup>a</sup>	Linha de pobreza <sup>b</sup> nacional <sup>b</sup>
1 Amparo de São Francisco	2.182	0,4260 (4,23)	86,40 (3,43)	49,30 (2,30)	13,29 (2,22)	36,88 (14,8)	14,58 (2,58)	29,33 (4,93)	15,52 (4,85)	18,86 (4,60)	21,68 (3,99)	66,89 (7,10)
2 Aquidabã	18.344	0,4229 (2,55)	82,32 (2,09)	51,37 (1,24)	15,09 (10,7)	45,64 (5,58)	17,19 (1,25)	29,83 (1,71)	15,00 (2,12)	16,07 (2,49)	21,89 (1,80)	62,91 (3,71)
3 Aracaju	461.534	0,4219 (1,21)	43,07 (1,14)	44,97 (0,33)	11,87 (3,21)	18,83 (1,52)	18,83 (0,48)	25,83 (0,71)	8,839 (1,09)	21,19 (0,71)	25,60 (1,47)	26,00 (1,74)
4 Arauá	9.762	0,4585 (2,20)	86,37 (1,73)	53,08 (1,22)	12,83 (11,4)	51,96 (4,90)	19,18 (1,20)	28,34 (1,91)	16,28 (1,20)	14,90 (2,57)	21,27 (1,57)	61,20 (3,97)
5 Areia Branca	14.824	0,4446 (2,50)	86,99 (1,89)	51,11 (1,41)	12,10 (13,1)	46,21 (6,70)	17,09 (1,46)	27,35 (2,27)	16,63 (2,49)	15,62 (2,94)	23,29 (1,82)	63,32 (4,40)
6 Barra dos Coqueiros	17.807	0,3319 (3,91)	68,49 (3,39)	48,46 (1,46)	26,28 (8,30)	28,88 (9,68)	17,60 (1,39)	27,17 (2,54)	13,40 (3,11)	17,90 (2,96)	23,90 (2,13)	48,07 (5,75)
7 Boquim	24.188	0,4318 (2,14)	83,42 (1,76)	51,77 (1,10)	14,93 (9,42)	44,79 (5,19)	17,91 (1,03)	28,19 (1,79)	15,75 (1,92)	15,70 (2,11)	22,43 (1,51)	60,56 (3,64)
8 Brejo Grande	7.102	0,4507 (2,14)	91,35 (1,46)	53,72 (1,40)	8,571 (15,5)	60,06 (5,01)	15,76 (1,67)	29,91 (2,17)	16,63 (2,04)	15,51 (2,97)	22,16 (1,99)	74,68 (3,26)
9 Campo do Brito	15.175	0,3714 (2,84)	77,27 (2,53)	48,07 (1,14)	19,03 (9,51)	30,37 (7,99)	16,81 (1,28)	28,66 (2,15)	16,83 (2,53)	15,98 (2,58)	21,70 (1,92)	52,65 (4,72)
10 Canhoba	7.965	0,4858 (2,33)	93,85 (1,49)	51,76 (1,69)	5,955 (13,2)	53,77 (7,84)	16,17 (1,78)	30,02 (2,45)	17,57 (1,97)	13,82 (3,91)	22,40 (2,43)	70,94 (5,01)
11 Canindé de São Francisco	17.754	0,4649 (2,41)	87,13 (1,96)	53,35 (1,27)	11,94 (1,96)	51,10 (5,48)	16,22 (1,21)	30,52 (2,41)	14,86 (3,35)	15,60 (2,39)	22,77 (1,92)	63,73 (4,15)
12 Capela	26.518	0,4435 (1,81)	86,38 (1,43)	51,34 (0,98)	12,58 (9,44)	48,30 (4,59)	16,32 (1,04)	28,73 (1,73)	16,85 (1,56)	16,47 (2,07)	21,61 (1,47)	66,52 (2,96)
13 Caraíra	17.770	0,4360 (2,14)	85,60 (1,72)	50,93 (1,15)	13,33 (10,6)	44,64 (5,50)	15,48 (1,05)	30,40 (1,76)	17,25 (1,95)	15,14 (2,20)	21,71 (1,67)	55,88 (4,24)
14 Carmópolis	9.352	0,3791 (3,04)	78,15 (2,46)	48,51 (1,46)	18,27 (9,84)	31,88 (9,06)	17,17 (1,35)	27,96 (2,56)	11,50 (3,58)	19,96 (2,46)	23,39 (1,98)	53,77 (5,08)
15 Cedro de São João	5.378	0,3105 (4,83)	66,98 (4,49)	46,36 (1,66)	30,44 (9,62)	20,78 (14,1)	17,52 (1,72)	29,71 (2,91)	13,79 (4,24)	17,42 (3,45)	21,53 (3,24)	49,53 (6,90)
16 Cristinhópolis	14.268	0,5176 (1,37)	91,88 (1,01)	56,34 (0,88)	7,638 (12,0)	65,34 (2,88)	19,17 (0,90)	27,96 (1,19)	17,19 (1,48)	14,38 (1,81)	21,28 (1,28)	70,77 (2,55)
17 Cumbe	3.646	0,4447 (3,01)	87,76 (2,40)	50,67 (1,23)	11,44 (18,0)	50,77 (8,23)	10,67 (2,31)	29,02 (2,91)	15,51 (3,34)	15,30 (4,01)	21,26 (3,20)	72,18 (4,79)
18 Divina Pastora	3.266	0,3781 (5,42)	78,90 (4,83)	48,48 (2,32)	21,51 (17,4)	34,70 (14,6)	16,73 (2,42)	29,95 (3,12)	12,48 (6,44)	16,89 (6,15)	23,92 (3,42)	63,35 (7,67)
19 Estância	59.002	0,3779 (1,75)	75,21 (1,52)	50,25 (0,73)	20,92 (5,16)	36,07 (4,12)	17,50 (0,85)	27,49 (1,29)	14,24 (1,42)	17,32 (1,54)	23,43 (0,96)	53,84 (2,69)
20 Feira Nova	5.068	0,4594 (2,73)	87,44 (2,27)	52,53 (1,35)	12,22 (16,1)	51,63 (6,19)	16,69 (1,19)	30,25 (2,09)	16,32 (2,38)	16,14 (2,62)	20,58 (2,02)	71,49 (3,84)
21 Frei Paulo	11.973	0,4172 (2,36)	82,15 (1,89)	50,78 (1,22)	15,08 (9,46)	41,79 (5,77)	17,22 (1,25)	28,07 (1,75)	16,13 (2,46)	15,85 (2,27)	22,70 (1,58)	57,60 (3,99)
22 Gararu	11.363	0,5057 (1,68)	90,26 (1,29)	56,02 (0,98)	8,742 (12,8)	62,64 (3,33)	16,64 (0,87)	30,87 (1,71)	19,66 (1,38)	13,22 (2,35)	19,59 (1,60)	69,52 (2,88)
23 General Maynard	2.000	0,4080 (5,22)	83,07 (3,97)	46,55 (1,21)	15,76 (21,0)	16,85 (3,21)	27,55 (6,58)	16,84 (4,60)	17,91 (4,19)	20,69 (4,25)	22,75 (10,4)	50,50 (5,29)
24 Gracho Cardoso	5.519	0,4494 (2,84)	87,07 (2,22)	51,61 (1,60)	12,39 (15,4)	48,57 (7,06)	16,70 (1,34)	32,14 (2,40)	16,41 (3,19)	15,28 (3,09)	19,45 (2,68)	63,83 (2,74)
25 Ilha das Flores	8.281	0,4811 (2,08)	89,49 (1,50)	53,76 (13,1)	9,960 (13,1)	53,69 (5,46)	17,57 (1,24)	28,60 (1,89)	17,11 (2,24)	15,42 (2,68)	21,27 (1,99)	72,89 (3,34)
26 Indiaroba	13.152	0,5006 (1,52)	91,26 (1,14)	54,85 (0,95)	16,75 (1,01)	62,34 (3,52)	16,75 (1,01)	29,27 (1,56)	17,41 (1,33)	14,82 (2,29)	21,72 (1,54)	73,08 (2,63)
27 Itabaiana	76.813	0,3123 (1,70)	65,51 (1,56)	47,67 (0,64)	27,30 (3,54)	26,20 (4,17)	17,13 (0,70)	28,05 (1,14)	12,48 (1,80)	17,85 (1,27)	24,46 (0,93)	41,49 (2,82)
28 Itabaianinha	35.454	0,4593 (1,69)	84,34 (1,40)	54,46 (0,87)	12,78 (8,45)	53,41 (3,46)	16,62 (0,80)	28,84 (1,39)	17,59 (1,83)	14,67 (1,89)	22,15 (1,18)	63,83 (2,74)
29 Itabi	5.174	0,4178 (3,13)	82,58 (2,62)	50,59 (1,50)	45,42 (7,52)	17,89 (1,52)	29,97 (2,62)	15,20 (2,99)	17,82 (3,51)	21,33 (2,72)	68,60 (4,23)	68,60 (4,23)
30 Iparanágua d'Ajuda	25.482	0,4523 (1,83)	86,28 (1,49)	52,42 (0,99)	12,28 (9,93)	50,07 (4,46)	17,27 (1,03)	27,23 (1,77)	16,33 (1,97)	16,96 (1,90)	22,18 (1,50)	59,47 (3,64)
31 Japaratuba	14.556	0,3556 (1,94)	84,85 (1,50)	51,33 (1,09)	13,69 (8,98)	45,01 (5,12)	16,72 (1,16)	27,37 (1,77)	17,41 (1,97)	16,92 (2,00)	21,57 (1,51)	58,60 (3,54)
32 Japotá	13.020	0,4696 (1,73)	89,53 (1,20)	52,44 (1,12)	9,716 (10,7)	52,09 (4,46)	15,66 (1,03)	28,90 (1,77)	17,46 (1,50)	16,64 (1,96)	21,32 (1,58)	66,41 (3,10)
33 Lagarto	83.334	0,4107 (1,13)	81,47 (0,95)	50,41 (0,58)	15,93 (4,65)	40,89 (2,86)	16,74 (0,58)	27,94 (0,97)	17,01 (1,05)	16,15 (1,17)	22,14 (0,83)	54,64 (2,10)
34 Laranjeiras	23.560	0,3925 (2,52)	80,22 (2,08)	48,93 (1,17)	16,94 (9,27)	34,32 (7,67)	16,29 (1,39)	27,03 (2,51)	14,80 (3,06)	18,16 (2,39)	23,69 (1,76)	61,52 (4,01)
35 Macambira	5.802	0,4039 (3,02)	80,24 (2,60)	50,33 (1,38)	17,81 (11,2)	38,24 (8,06)	16,75 (1,28)	27,52 (2,56)	18,27 (2,43)	15,94 (2,93)	21,45 (2,04)	57,70 (5,16)
36 Malhada dos Bois	3.208	0,4313 (4,07)	86,04 (2,98)	50,13 (2,33)	12,84 (19,1)	41,45 (12,4)	17,44 (2,78)	28,27 (2,96)	15,05 (3,09)	22,28 (3,89)	68,67 (6,14)	68,67 (6,14)
37 Malhador	11.481	0,4211 (2,11)	83,59 (1,73)	50,38 (1,05)	16,06 (8,94)	40,66 (5,91)	17,58 (1,17)	27,72 (1,64)	16,90 (2,02)	15,42 (2,56)	22,35 (1,61)	60,28 (3,69)
38 Maruim	15.454	0,3846 (2,36)	76,20 (2,07)	50,48 (0,99)	20,98 (6,99)	39,63 (5,38)	17,01 (1,06)	27,36 (2,15)	13,47 (2,61)	18,73 (1,91)	23,40 (1,24)	55,99 (3,61)
39 Moita Bonita	10.758	0,3867 (2,19)	79,07 (1,96)	48,90 (0,90)	19,64 (7,77)	35,11 (5,69)	16,91 (0,95)	28,48 (1,54)	15,30 (2,27)	16,34 (2,04)	22,95 (1,51)	56,65 (3,56)
40 Monte Alegre de Sergipe	11.587	0,4597 (1,90)	86,69 (1,52)	53,02 (1,06)	11,99 (10,6)	52,34 (4,49)	16,21 (1,02)	31,55 (1,80)	16,33 (2,68)	14,61 (2,16)	21,28 (1,73)	69,83 (2,90)

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2000.  
UNSTATS (2014).

Notas:

a Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo.

b Renda domiciliar per capita mensal de R\$140,00 vigente em 2010 deflationada para 2000 (R\$70,72).

**Tabela C.9 - Índice Multidimensional de Pobreza - Bahia - 2000**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)						População abaixo do limiar de pobreza (%) Linha de pobreza nacional <sup>b</sup>	
							Trabalho e Rendimento		Bens de Consumo e Acesso à Informação		Saneamento e Habitação			
							Rendimento	Acesso à Informação	Bens de Consumo	Saneamento e Habitação	Condições Sociais	Educação		
1 Abaira	9.067	0,4210 (2,15)	84,57 (1,77)	49,77 (1,09)	14,03 (10,2)	38,28 (6,67)	16,52 (1,07)	31,56 (1,78)	17,72 (1,63)	14,52 (2,45)	19,67 (1,89)	53,14 (4,67)	53,14 (4,67)	
2 Abaré	13.648	0,5247 (1,37)	92,27 (1,02)	56,86 (0,88)	6,830 (13,0)	67,01 (2,83)	16,13 (0,78)	29,64 (1,43)	18,51 (1,43)	14,74 (1,88)	20,95 (1,30)	64,30 (3,11)	64,30 (3,11)	
3 Acajutiba	14.322	0,4335 (1,88)	84,99 (1,47)	51,01 (1,03)	16,46 (4,82)	16,12 (1,00)	28,72 (1,80)	16,54 (1,51)	16,11 (2,23)	22,49 (1,42)	16,11 (2,23)	65,42 (3,05)	65,42 (3,05)	
4 Adustina	14.302	0,4991 (1,49)	90,86 (1,10)	54,93 (0,91)	7,641 (12,1)	60,21 (3,35)	15,10 (0,82)	29,84 (1,27)	12,87 (1,23)	19,70 (1,63)	12,87 (1,23)	62,31 (3,20)	62,31 (3,20)	
5 Água Fria	14.718	0,5532 (1,12)	94,83 (0,70)	58,33 (0,83)	4,783 (13,5)	69,54 (12,47)	17,59 (0,80)	29,57 (1,41)	19,45 (0,97)	13,84 (1,93)	19,52 (1,22)	74,44 (2,18)	74,44 (2,18)	
6 Érico Cardoso	12.160	0,5108 (1,58)	90,91 (1,15)	56,19 (1,01)	8,774 (11,7)	60,91 (3,30)	17,53 (0,88)	30,08 (1,56)	18,54 (1,13)	13,57 (2,03)	20,25 (1,33)	67,42 (2,89)	67,42 (2,89)	
7 Alquara	5.315	0,4357 (3,03)	83,96 (2,46)	51,89 (1,62)	13,82 (14,1)	45,95 (7,41)	16,90 (1,47)	30,21 (2,85)	13,29 (4,36)	17,43 (3,31)	22,15 (2,21)	62,13 (5,15)	62,13 (5,15)	
8 Alagoainhas	130.095	0,3044 (1,52)	62,20 (1,40)	48,93 (0,56)	26,79 (2,97)	27,29 (3,26)	17,69 (0,60)	27,51 (0,97)	13,15 (1,23)	18,38 (1,08)	23,25 (0,76)	39,82 (2,35)	39,82 (2,35)	
9 Alcobaça	20.900	0,4375 (2,22)	84,94 (1,73)	51,78 (1,21)	12,15 (1,1)	46,40 (5,63)	15,69 (1,14)	30,77 (2,11)	15,51 (2,34)	16,01 (2,53)	21,99 (1,82)	48,33 (5,34)	48,33 (5,34)	
10 Almadina	7.862	0,4398 (2,54)	83,31 (2,05)	52,78 (1,35)	15,41 (10,7)	49,86 (5,57)	19,54 (1,26)	30,30 (2,37)	11,68 (3,52)	16,48 (2,58)	21,97 (1,76)	66,44 (3,70)	66,44 (3,70)	
11 Amargosa	31.108	0,3920 (2,41)	76,60 (1,96)	51,18 (1,10)	20,05 (7,05)	39,96 (5,31)	16,77 (1,16)	30,34 (2,26)	14,88 (2,26)	15,86 (2,24)	22,13 (1,58)	49,44 (4,13)	49,44 (4,13)	
12 Amélia Rodrigues	24.134	0,3926 (2,83)	78,20 (2,30)	50,20 (1,37)	19,02 (8,90)	38,39 (6,83)	16,71 (1,33)	27,47 (2,71)	16,47 (2,67)	17,14 (2,58)	22,18 (1,60)	48,57 (5,24)	48,57 (5,24)	
13 América Dourada	15.959	0,5056 (1,19)	93,54 (0,80)	54,05 (0,82)	6,359 (11,8)	59,85 (3,22)	16,39 (0,73)	29,78 (1,54)	17,25 (1,32)	15,01 (1,88)	21,54 (1,32)	71,49 (2,44)	71,49 (2,44)	
14 Anagé	31.060	0,5274 (1,03)	94,41 (0,74)	55,86 (0,69)	4,931 (13,4)	68,98 (2,38)	15,19 (0,74)	31,33 (1,50)	19,14 (0,98)	12,91 (1,72)	21,40 (1,21)	68,50 (2,43)	68,50 (2,43)	
15 Andarai	13.884	0,5209 (2,17)	82,66 (1,60)	58,10 (1,31)	8,540 (15,4)	69,26 (3,81)	15,35 (1,19)	29,40 (2,22)	19,59 (2,26)	14,00 (3,14)	21,64 (2,14)	71,72 (3,85)	71,72 (3,85)	
16 Andorinha	15.774	0,4929 (2,22)	88,44 (1,72)	55,73 (1,29)	10,33 (14,2)	55,81 (4,66)	13,54 (1,10)	30,99 (2,31)	20,80 (1,69)	14,89 (2,53)	19,76 (1,98)	64,94 (3,78)	64,94 (3,78)	
17 Angical	14.709	0,5129 (1,41)	92,04 (1,06)	55,73 (0,88)	7,318 (12,8)	61,76 (3,24)	16,09 (1,79)	20,21 (1,49)	19,62 (1,14)	13,43 (1,94)	20,62 (1,38)	65,36 (3,02)	65,36 (3,02)	
18 Anguera	8.834	0,4735 (1,95)	89,92 (1,47)	52,65 (1,18)	8,671 (14,2)	52,25 (5,18)	17,32 (1,21)	29,94 (1,77)	17,82 (1,89)	15,02 (2,64)	19,88 (1,78)	67,53 (3,64)	67,53 (3,64)	
19 Antas	14.059	0,4410 (2,10)	81,27 (1,81)	50,57 (0,97)	15,45 (8,85)	42,35 (4,94)	17,90 (0,92)	31,40 (1,54)	15,16 (2,51)	15,15 (2,20)	20,36 (1,61)	54,03 (3,79)	53,86 (3,80)	
20 Antônio Cardoso	11.620	0,5284 (1,37)	95,95 (0,80)	55,59 (1,06)	4,945 (15,4)	63,69 (3,38)	17,83 (1,05)	28,71 (1,57)	18,59 (1,37)	13,43 (2,33)	21,42 (1,33)	65,84 (3,27)	65,84 (3,27)	
21 Antônio Gonçalves	9.716	0,4574 (2,18)	86,42 (1,75)	52,93 (1,19)	12,52 (11,7)	49,25 (5,23)	16,24 (1,02)	30,65 (1,80)	16,30 (2,62)	15,67 (2,43)	21,11 (1,66)	67,36 (3,45)	67,36 (3,45)	
22 Aporá	16.769	0,4775 (1,42)	89,50 (1,05)	53,35 (0,85)	9,438 (9,50)	55,08 (3,40)	15,64 (0,82)	30,79 (1,40)	19,45 (1,13)	13,90 (1,95)	20,19 (1,37)	66,13 (2,59)	66,13 (2,59)	
23 Apurema	7.443	0,4777 (2,34)	89,12 (1,82)	53,60 (1,28)	9,896 (16,0)	55,08 (5,44)	18,38 (1,43)	30,63 (2,28)	15,42 (2,73)	14,23 (2,88)	21,31 (1,66)	71,52 (3,52)	71,52 (3,52)	
24 Aracatu	15.493	0,5286 (1,65)	93,24 (1,29)	56,69 (0,99)	6,048 (18,8)	67,91 (3,41)	14,01 (1,07)	30,94 (1,97)	21,84 (1,35)	12,56 (2,54)	20,62 (1,74)	64,58 (3,76)	64,58 (3,76)	
25 Araças	11.003	0,5267 (1,40)	94,35 (0,83)	55,82 (1,07)	5,042 (13,6)	65,22 (3,46)	16,87 (1,21)	28,37 (1,72)	17,89 (1,47)	14,95 (2,37)	21,89 (1,37)	76,59 (2,44)	76,59 (2,44)	
26 Araci	47.584	0,5426 (1,10)	92,10 (0,80)	58,91 (0,70)	6,396 (10,4)	69,46 (2,05)	17,78 (0,60)	29,33 (1,09)	19,69 (1,08)	13,39 (1,55)	19,79 (1,06)	76,10 (1,71)	76,10 (1,71)	
27 Aramari	9.258	0,4685 (2,22)	87,48 (1,76)	53,56 (1,21)	11,44 (13,0)	54,90 (4,88)	14,89 (1,36)	28,93 (2,41)	18,18 (1,76)	16,57 (2,79)	21,40 (1,90)	61,99 (4,20)	61,99 (4,20)	
28 Arataca	11.218	0,4637 (1,84)	88,20 (1,37)	52,57 (1,09)	10,38 (11,0)	53,15 (4,42)	15,06 (1,07)	31,37 (1,93)	17,69 (1,97)	14,26 (2,30)	21,60 (1,74)	68,56 (3,10)	68,56 (3,10)	
29 Aratuípe	8.381	0,4932 (1,97)	90,14 (1,48)	54,73 (1,17)	8,628 (14,6)	59,60 (4,55)	17,26 (1,25)	29,56 (1,92)	18,65 (1,90)	13,40 (2,86)	21,10 (1,72)	69,79 (3,46)	69,79 (3,46)	
30 Aurelino Leal	17.149	0,4892 (2,27)	89,38 (1,64)	54,73 (1,45)	9,153 (15,1)	56,32 (5,52)	16,96 (1,60)	28,71 (2,51)	15,17 (2,77)	15,82 (2,96)	23,31 (1,80)	75,10 (3,37)	75,10 (3,37)	
31 Baianópolis	12.179	0,5114 (1,64)	90,96 (1,21)	56,21 (1,00)	8,433 (12,7)	67,70 (9,99)	16,04 (0,86)	31,97 (1,62)	18,32 (1,41)	13,91 (2,15)	19,73 (1,60)	72,02 (2,69)	72,02 (2,69)	
32 Baixa Grande	20.441	0,5036 (1,73)	90,71 (1,23)	55,52 (1,09)	7,109 (14,0)	62,52 (3,70)	16,12 (1,14)	30,05 (1,88)	19,90 (1,76)	13,26 (2,80)	20,65 (1,72)	67,02 (3,40)	67,02 (3,40)	
33 Banzaê	11.156	0,4663 (1,81)	90,52 (1,28)	51,51 (1,17)	8,985 (12,7)	52,96 (4,86)	16,83 (1,15)	30,77 (1,67)	16,93 (1,64)	13,95 (2,55)	21,49 (1,79)	68,09 (3,34)	68,09 (3,34)	
34 Barra	44.203	0,5275 (1,15)	91,38 (0,91)	57,72 (0,73)	7,547 (10,5)	70,44 (2,19)	15,33 (0,73)	30,08 (1,40)	18,28 (1,10)	14,05 (1,73)	22,23 (1,14)	76,05 (1,98)	76,05 (1,98)	
35 Barra da Estiva	24.440	0,4506 (1,86)	86,65 (1,60)	53,15 (0,93)	11,49 (11,4)	52,69 (4,02)	15,40 (0,84)	31,13 (1,55)	17,30 (1,97)	13,79 (2,31)	22,35 (1,49)	54,16 (3,91)	54,16 (3,91)	
36 Barra do Choça	8.018	0,4674 (1,79)	89,90 (1,21)	51,99 (1,11)	9,516 (11,2)	50,98 (4,96)	16,28 (1,11)	30,01 (2,01)	15,46 (1,99)	14,11 (2,39)	21,75 (1,45)	61,84 (3,82)	61,84 (3,82)	
37 Barra do Mendes	13.610	0,4325 (1,82)	86,14 (1,47)	50,21 (0,96)	12,93 (9,5)	42,45 (5,24)	16,51 (0,97)	30,77 (1,61)	15,95 (1,69)	15,00 (2,21)	21,75 (1,45)	59,34 (3,53)	59,34 (3,53)	
38 Barra do Rocha	8.074	0,4649 (2,47)	87,10 (1,86)	53,38 (1,46)	11,15 (13,9)	53,61 (5,78)	15,78 (1,41)	30,83 (2,27)	16,77 (2,73)	14,47 (2,56)	22,14 (2,07)	71,77 (3,65)	71,77 (3,65)	
39 Barreiras	131.849	0,3073 (1,56)	64,17 (1,40)	47,88 (0,57)	25,69 (3,13)	25,20 (3,71)	16,03 (0,64)	28,46 (1,15)	13,29 (1,25)	17,42 (1,08)	24,78 (0,76)	33,14 (2,87)	33,14 (2,87)	
40 Barro Alto	12.098	0,4700 (1,43)	91,01 (1,11)	51,65 (0,83)	8,850 (11,4)	50,37 (4,21)	16,82 (0,82)	31,09 (1,64)	17,33 (1,44)	13,86 (2,22)	20,87 (1,36)	62,54 (3,19)	62,54 (3,19)	

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2000.

UNSTATS (2014).

Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo. Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variação, em %, das estimativas calculadas

a Valor ajustado para 2000 a partir do US\$ em Pode de Compra, obtido em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srld=699>

b Renda média domiciliar per capita mensal de R\$140,00 vigente em 2010 deflacionada para 2000 (R\$70,72)

**APÊNDICE D – TABELAS: ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DE POBREZA DOS  
MUNICÍPIOS NORDESTINOS 2010**

**Tabela D.1 - Índice Multidimensional de Pobreza - Maranhão - 2010**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerabilidade pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)				2 USD em PRC por dia <sup>a</sup>	População abaixo do limiar de pobreza (%)	Linha de pobreza nacional <sup>b</sup>
							Rendimento	Bens de Consumo e Acesso à Informação	Condições de Saneamento e Habitação	Condições Sociais	Educação		
1 Acajándia	104.047	0,2403 (2,14)	54,13 (1,96)	44,40 (0,57)	34,47 (2,85)	13,69 (6,43)	22,22 (0,81)	27,18 (1,22)	15,78 (1,30)	19,15 (1,46)	15,65 (1,76)	19,00 (4,91)	27,31 (3,78)
2 Afonso Cunha	5.905	0,4228 (2,13)	86,25 (1,72)	49,02 (1,10)	12,95 (11,1)	41,48 (6,51)	20,50 (1,32)	26,97 (1,94)	19,88 (1,65)	17,47 (2,30)	15,15 (3,30)	56,68 (4,52)	66,75 (3,50)
3 Águia Doce do Maranhão	11.581	0,4156 (1,93)	86,89 (1,51)	47,83 (1,03)	11,66 (10,7)	52,70 (7,61)	19,57 (1,31)	26,96 (2,36)	18,97 (1,81)	17,93 (2,28)	16,55 (2,67)	50,51 (4,86)	59,73 (3,92)
4 Alcântara	21.851	0,3912 (2,62)	79,46 (2,22)	49,23 (1,14)	16,21 (9,72)	37,21 (6,98)	21,14 (1,21)	27,09 (2,32)	21,73 (1,75)	16,69 (3,34)	13,32 (3,68)	47,41 (5,32)	54,85 (4,51)
5 Aldeias Altas	23.952	0,4348 (2,11)	85,60 (1,66)	50,80 (1,15)	13,05 (10,4)	43,74 (5,55)	21,01 (1,22)	27,80 (1,83)	19,09 (1,73)	16,58 (2,45)	15,49 (2,82)	52,45 (4,50)	61,13 (3,67)
6 Altamira do Maranhão	11.063	0,3722 (2,26)	80,83 (1,87)	46,04 (1,03)	17,64 (8,27)	26,48 (8,84)	21,82 (1,18)	27,73 (1,96)	18,98 (1,43)	17,49 (2,30)	13,96 (3,05)	48,28 (4,80)	56,53 (3,98)
7 Alto Alegre do Maranhão	24.599	0,3603 (2,65)	75,61 (2,44)	47,66 (0,94)	20,96 (8,35)	30,79 (6,87)	21,16 (1,09)	27,57 (1,91)	18,41 (1,94)	18,35 (2,36)	14,49 (2,93)	46,37 (4,83)	56,48 (3,88)
8 Alto Alegre do Pindaré	31.057	0,3915 (2,02)	80,80 (1,76)	48,45 (0,90)	15,98 (8,17)	33,55 (6,09)	22,22 (1,02)	27,39 (1,57)	19,49 (1,48)	17,06 (1,99)	13,82 (2,77)	57,25 (3,54)	66,32 (2,83)
9 Alto Parnaíba	10.766	0,3953 (3,00)	74,70 (2,60)	52,91 (1,3)	19,36 (9,05)	43,15 (5,76)	20,37 (1,41)	29,10 (2,24)	19,02 (1,64)	15,90 (2,65)	15,58 (2,94)	59,84 (6,51)	44,67 (5,49)
10 Amapá do Maranhão	6.431	0,4249 (2,29)	82,86 (1,93)	51,27 (1,09)	13,63 (10,6)	46,89 (5,33)	22,58 (1,30)	26,53 (1,55)	19,64 (1,66)	15,63 (2,36)	15,59 (2,72)	51,22 (4,82)	59,21 (4,02)
11 Amarante do Maranhão	37.932	0,4204 (1,75)	83,37 (1,41)	50,42 (0,91)	13,22 (7,99)	39,17 (4,74)	21,61 (1,94)	28,45 (1,36)	19,50 (1,19)	15,68 (1,84)	14,74 (2,32)	40,88 (4,49)	50,56 (3,61)
12 Anajatuba	25.291	0,3990 (2,16)	81,87 (1,89)	48,74 (0,95)	16,25 (9,23)	37,43 (5,81)	23,45 (1,05)	28,33 (1,63)	20,58 (1,33)	15,80 (2,44)	11,81 (3,15)	48,42 (4,53)	56,06 (3,85)
13 Anapurus	13.939	0,3767 (2,33)	79,45 (1,97)	47,41 (1,06)	17,96 (8,27)	30,60 (7,13)	22,90 (1,22)	27,70 (1,73)	18,92 (1,34)	16,17 (2,36)	14,29 (3,03)	47,02 (4,70)	56,02 (3,82)
14 Apicum-Açu	14.959	0,4506 (1,70)	88,48 (1,34)	50,92 (0,93)	10,67 (10,7)	47,95 (4,59)	21,43 (1,03)	27,21 (1,46)	21,38 (1,06)	16,27 (2,17)	13,68 (2,71)	37,46 (5,60)	52,06 (4,18)
15 Araguaianá	13.973	0,3986 (1,98)	83,99 (1,70)	47,45 (0,96)	13,57 (9,93)	33,36 (6,39)	22,12 (1,11)	27,22 (1,61)	18,81 (1,61)	17,36 (2,06)	14,46 (2,98)	48,10 (4,55)	60,47 (3,46)
16 Araioses	42.505	0,3794 (2,00)	78,91 (1,68)	48,09 (0,92)	18,68 (6,78)	30,33 (5,98)	20,22 (1,00)	27,95 (1,63)	20,12 (1,44)	17,29 (1,87)	14,39 (2,53)	59,81 (3,51)	59,44 (2,95)
17 Ataíde	31.702	0,4088 (1,98)	83,59 (1,68)	48,90 (0,90)	13,96 (9,43)	38,39 (5,80)	21,79 (1,22)	26,37 (1,79)	19,26 (1,57)	16,54 (2,17)	16,02 (2,42)	57,35 (5,72)	65,75 (3,02)
18 Atran	28.488	0,3350 (2,98)	69,35 (2,72)	48,31 (1,07)	23,14 (7,47)	30,62 (6,82)	21,77 (1,10)	26,21 (1,87)	20,21 (2,41)	18,08 (2,45)	13,70 (2,85)	33,29 (6,31)	40,31 (5,36)
19 Arixá	11.407	0,4099 (2,38)	83,91 (1,92)	48,84 (1,20)	13,86 (10,9)	35,56 (7,65)	22,46 (1,45)	26,16 (1,92)	20,55 (2,05)	18,45 (2,59)	12,35 (4,12)	37,11 (7,01)	49,56 (5,37)
20 Bacabal	100.014	0,2789 (1,81)	60,37 (1,66)	46,19 (0,60)	26,84 (3,39)	20,20 (4,91)	22,66 (1,05)	26,62 (1,11)	16,66 (1,34)	20,21 (1,35)	13,83 (1,94)	21,69 (4,45)	30,33 (3,51)
21 Bacabeira	14.925	0,3584 (2,78)	72,22 (2,37)	49,63 (1,19)	21,91 (7,15)	31,66 (6,68)	21,52 (1,11)	27,47 (1,91)	20,19 (2,17)	17,22 (2,48)	13,57 (3,16)	34,75 (5,81)	43,94 (4,75)
22 Bacuri	16.604	0,4326 (1,68)	85,78 (1,39)	50,43 (0,83)	12,70 (8,88)	44,81 (4,43)	20,25 (0,95)	27,25 (1,58)	22,77 (1,05)	16,80 (2,00)	12,91 (2,66)	41,53 (4,72)	50,96 (3,83)
23 Bacurituba	5.293	0,4187 (2,12)	86,56 (1,66)	48,36 (1,13)	12,39 (11,1)	46,84 (7,50)	21,32 (1,32)	27,03 (2,07)	22,05 (1,40)	16,59 (2,79)	12,96 (3,60)	51,03 (5,20)	62,14 (3,97)
24 Balas	83.528	0,2499 (2,51)	54,30 (2,24)	46,01 (0,86)	29,09 (3,66)	16,38 (6,60)	20,37 (1,03)	27,76 (1,38)	15,68 (1,69)	19,57 (1,60)	16,60 (2,08)	16,43 (6,14)	22,70 (4,91)
25 Barão de Grajaú	17.841	0,3077 (2,67)	66,53 (2,44)	46,25 (0,87)	21,95 (7,45)	26,64 (5,63)	21,93 (1,03)	28,33 (1,74)	17,79 (1,61)	17,41 (2,20)	14,52 (2,56)	30,41 (5,57)	38,75 (4,62)
26 Barra do Corda	82.830	0,3332 (1,68)	69,68 (1,46)	47,81 (0,67)	24,45 (3,90)	27,52 (4,28)	21,37 (0,72)	27,21 (1,20)	19,70 (1,07)	17,53 (1,39)	14,17 (1,85)	38,51 (3,15)	47,14 (2,59)
27 Barreirinhas	54.930	0,4047 (1,64)	80,40 (1,39)	50,34 (0,76)	16,55 (6,36)	41,29 (4,04)	20,57 (0,83)	27,67 (1,38)	20,46 (1,22)	16,52 (1,76)	14,75 (1,99)	48,84 (3,32)	56,55 (2,80)
28 Belém	6.524	0,5047 (1,50)	94,03 (1,08)	53,67 (0,96)	5,35 (18,2)	65,04 (3,87)	19,70 (1,27)	26,55 (1,79)	22,45 (1,36)	16,61 (2,11)	14,67 (2,98)	67,51 (3,75)	75,09 (2,97)
29 Bela Vista do Maranhão	12.049	0,4004 (2,41)	82,27 (2,07)	48,67 (1,05)	15,94 (10,3)	38,20 (6,81)	22,05 (1,34)	25,47 (1,84)	20,60 (1,38)	17,25 (2,86)	14,60 (3,24)	40,00 (6,37)	52,14 (4,87)
30 Benedito Leite	5.469	0,3720 (3,25)	75,71 (2,64)	49,13 (1,58)	19,77 (9,16)	32,41 (7,87)	22,28 (1,64)	28,95 (2,15)	17,54 (2,32)	16,19 (3,20)	15,02 (2,94)	44,46 (5,79)	52,48 (4,84)
31 Bequimão	20.344	0,3897 (2,46)	81,54 (2,07)	47,80 (1,15)	15,83 (7,65)	31,71 (7,67)	20,57 (1,25)	28,98 (2,18)	21,97 (1,32)	18,16 (2,59)	11,19 (3,90)	45,61 (5,39)	53,29 (4,85)
32 Bernardo do Mearim	5.996	0,3020 (3,51)	67,80 (3,15)	44,54 (1,20)	26,85 (7,46)	18,61 (11,9)	23,68 (1,46)	27,69 (2,13)	18,20 (3,05)	16,22 (3,02)	14,19 (3,46)	32,42 (7,38)	40,27 (6,09)
33 Boa Vista do Gurupi	7.949	0,4099 (2,16)	81,87 (1,80)	50,06 (1,05)	15,28 (8,99)	39,54 (5,79)	21,66 (1,22)	26,58 (1,83)	18,39 (1,68)	17,46 (2,23)	15,89 (2,56)	42,21 (5,41)	54,67 (4,05)
34 Bom Jardim	39.049	0,4015 (1,68)	82,66 (1,45)	48,57 (0,79)	14,93 (7,61)	36,30 (5,22)	21,30 (1,08)	27,80 (1,54)	18,62 (1,38)	17,61 (1,91)	14,65 (2,35)	46,31 (4,04)	56,36 (3,25)
35 Bom Jesus das Selvas	28.459	0,3764 (2,48)	77,47 (2,22)	48,59 (1,06)	18,73 (8,51)	32,10 (6,54)	19,55 (1,18)	28,16 (2,05)	20,06 (1,87)	15,97 (2,42)	16,24 (2,74)	49,62 (4,41)	56,05 (3,85)
36 Bom Lugar	14.818	0,3865 (1,80)	83,39 (1,59)	46,35 (0,77)	15,65 (8,28)	26,16 (6,85)	23,38 (0,91)	27,06 (1,51)	19,62 (1,19)	16,25 (1,97)	13,67 (2,69)	45,34 (4,27)	57,25 (3,30)
37 Brejo	33.359	0,3868 (1,95)	81,48 (1,65)	47,47 (0,90)	20,38 (1,05)	30,72 (6,44)	16,14 (7,89)	27,70 (1,62)	19,93 (1,24)	18,12 (1,85)	13,86 (2,66)	50,90 (3,89)	60,30 (3,14)
38 Brejo de Areia	5.577	0,4477 (1,91)	89,49 (1,45)	50,92 (1,12)	9,767 (12,8)	47,40 (5,61)	20,34 (1,46)	27,20 (1,94)	22,15 (1,46)	15,32 (2,63)	14,97 (3,07)	43,72 (6,03)	52,15 (5,04)
39 Buriti	27.013	0,4377 (1,92)	87,03 (1,53)	50,50 (1,04)	11,11 (11,3)	43,56 (5,42)	21,73 (1,12)	27,74 (1,67)	20,21 (1,39)	17,18 (2,23)	13,11 (2,98)	56,30 (4,04)	65,56 (3,22)
40 Buriti Bravo	22.839	0,3646 (2,90)	75,46 (2,45)	48,31 (1,29)	20,31 (8,42)	31,57 (7,87)	21,51 (1,49)	26,76 (2,01)	19,63 (1,53)	17,47 (2,70)	14,61 (3,58)	40,31 (6,10)	47,30 (5,21)

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2010.

Notas:

Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo.

Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variação, em %, das estimativas calculadas

a Valor ajustado para 2010 a partir do US\$ em Pode de Paridade de Compra, obtido em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srId=699>  
b Renda média domiciliar per capita mensal de R\$140,00 de acordo com o Decreto N° 6.517 de 30 de julho de 2009

**Tabela D.2 - Índice Multidimensional de Pobreza - Piauí - 2010**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)				População abaixo do limiar de pobreza (%)		
							Rendimento	Bens de Consumo e Acesso à Informação	Trabalho e Rendimento	Condições de Saneamento e Condições Sociais	Educação	2 USD em FPC por dia <sup>a</sup>	Linha de pobreza nacional <sup>b</sup>
1 Acauã	6.749	0,3973 (2,05)	82,56 (1,73)	48,13 (0,93)	16,04 (8,59)	35,53 (6,06)	22,67 (0,99)	27,33 (1,66)	21,92 (1,03)	13,52 (2,50)	14,53 (2,68)	41,70 (5,05)	49,86 (4,25)
2 Agricolândia	5.098	0,2665 (4,20)	59,04 (3,87)	43,44 (1,22)	35,47 (14,4)	24,06 (1,52)	28,31 (2,51)	24,06 (1,01)	28,42 (1,68)	12,89 (3,61)	21,30 (2,83)	34,66 (6,77)	42,75 (5,66)
3 Águia Branca	16.451	0,2465 (3,30)	56,67 (3,07)	43,41 (0,98)	35,64 (4,62)	11,83 (1,13)	24,38 (1,01)	14,72 (1,68)	19,16 (1,96)	13,91 (2,31)	13,41 (4,43)	24,45 (5,2)	32,45 (5,34)
4 Alagoa do Piauí	7.341	0,3413 (2,33)	71,30 (2,09)	47,87 (0,90)	26,10 (5,51)	27,08 (5,92)	19,90 (0,97)	30,76 (1,77)	19,50 (1,55)	16,38 (2,24)	13,44 (2,69)	42,62 (3,98)	50,86 (3,35)
5 Alegrete do Piauí	5.153	0,2897 (3,58)	65,51 (3,32)	44,22 (1,11)	29,45 (7,02)	16,17 (12,2)	23,21 (1,38)	28,04 (2,32)	16,40 (2,41)	18,03 (3,03)	14,29 (3,32)	32,53 (7,17)	40,15 (6,02)
6 Alto Longá	13.646	0,3448 (2,57)	72,58 (2,27)	47,50 (1,01)	24,09 (6,50)	28,36 (6,80)	23,33 (1,08)	30,56 (1,66)	15,56 (2,63)	13,14 (2,99)	13,14 (2,99)	37,30 (5,24)	44,35 (4,50)
7 Altos	38.822	0,3113 (2,56)	67,27 (2,30)	46,27 (0,93)	26,07 (5,57)	22,36 (7,44)	22,09 (0,99)	26,99 (1,70)	18,01 (1,30)	18,75 (2,01)	14,14 (2,90)	30,56 (5,47)	38,08 (4,6)
8 Alvorada do Gurguéia	5.050	0,3780 (3,10)	78,19 (2,49)	48,34 (1,52)	18,04 (9,95)	32,91 (8,43)	23,06 (1,43)	28,15 (1,99)	17,41 (1,71)	17,40 (2,55)	13,96 (3,9)	48,23 (5,58)	57,25 (4,56)
9 Amarante	17.135	0,3321 (2,49)	68,57 (2,23)	47,12 (0,89)	25,63 (5,56)	26,03 (6,63)	22,84 (1,05)	27,63 (1,56)	18,36 (1,51)	17,48 (2,07)	13,67 (3,04)	32,45 (5,28)	39,92 (4,43)
10 Anágua do Piauí	6.677	0,2476 (4,05)	55,99 (3,64)	44,23 (1,31)	35,97 (5,33)	13,34 (13,2)	24,77 (1,25)	28,83 (2,08)	15,62 (2,28)	17,75 (2,91)	13,00 (4,08)	29,12 (6,86)	37,35 (5,64)
11 Anísio de Abreu	9.098	0,3548 (2,87)	75,10 (2,50)	47,24 (1,20)	21,22 (8,36)	28,89 (8,16)	23,41 (1,15)	29,31 (1,94)	19,18 (1,89)	15,38 (2,93)	12,69 (3,1)	41,33 (5,05)	49,49 (4,86)
12 Antônio Almeida	3.039	0,2756 (5,53)	61,48 (5,08)	44,82 (2,01)	29,15 (9,70)	14,06 (17,4)	22,26 (1,87)	31,55 (3,56)	15,03 (3,84)	18,11 (4,18)	13,03 (5,91)	28,11 (10,7)	35,62 (9,10)
13 Araozes	5.779	0,3299 (3,01)	71,75 (2,66)	45,98 (1,15)	25,42 (7,22)	23,17 (9,58)	22,74 (1,16)	27,32 (2,35)	17,33 (1,90)	18,50 (2,68)	14,09 (3,36)	35,29 (6,53)	44,70 (5,27)
14 Arcozinho do Itaim	2.440	0,3909 (3,58)	85,65 (2,73)	45,64 (2,17)	13,44 (16,5)	24,37 (14,1)	22,74 (1,75)	29,46 (3,02)	20,48 (2,03)	14,06 (5,08)	13,24 (5,57)	39,67 (9,29)	45,56 (8,25)
15 Arraial	4.688	0,3302 (3,75)	70,32 (3,33)	46,95 (1,31)	25,16 (8,75)	24,67 (11,1)	20,43 (1,79)	29,64 (2,68)	16,73 (2,74)	17,68 (3,37)	15,49 (4,15)	44,96 (6,24)	53,46 (5,15)
16 Assunção do Piauí	7.503	0,3886 (2,77)	81,64 (2,34)	47,63 (1,22)	14,69 (11,8)	21,36 (1,39)	28,24 (2,29)	17,70 (2,17)	15,77 (2,80)	16,90 (2,61)	16,90 (2,61)	56,03 (5,07)	64,16 (4,15)
17 Avelino Lopes	11.397	0,3562 (2,57)	77,04 (2,14)	51,34 (1,21)	19,79 (7,72)	41,16 (5,50)	19,34 (1,11)	31,83 (2,27)	18,62 (1,89)	18,57 (2,27)	14,32 (2,96)	42,28 (5,23)	55,57 (4,19)
18 Baixa Grande do Ribeiro	10.516	0,3665 (3,31)	73,43 (2,77)	49,91 (1,51)	22,11 (8,63)	33,41 (7,40)	20,04 (1,27)	29,32 (2,13)	17,72 (1,87)	16,35 (2,75)	16,54 (2,77)	42,74 (5,80)	50,71 (4,90)
19 Barras	3.852	0,3040 (3,73)	70,53 (3,35)	43,10 (1,29)	27,52 (8,42)	11,16 (18,8)	24,07 (1,46)	29,51 (2,64)	15,46 (2,83)	18,37 (3,68)	12,55 (4,72)	42,41 (6,74)	48,96 (5,82)
20 Barras	44.850	0,3435 (2,05)	73,61 (1,81)	46,67 (0,86)	20,40 (6,00)	26,08 (6,21)	22,22 (0,93)	28,31 (1,47)	17,00 (1,57)	18,27 (1,88)	14,17 (2,58)	30,76 (5,22)	39,56 (4,27)
21 Barreiras do Piauí	3.234	0,3993 (4,02)	79,55 (3,25)	50,19 (1,91)	17,54 (13,8)	36,26 (10,7)	20,55 (1,80)	30,75 (3,23)	17,76 (2,61)	14,88 (4,87)	16,04 (4,17)	33,66 (11,2)	44,05 (8,73)
22 Barro Duro	6.607	0,2369 (4,19)	53,38 (3,94)	44,38 (1,29)	35,34 (5,60)	13,65 (11,6)	22,74 (1,34)	27,94 (2,41)	15,36 (2,93)	18,82 (3,30)	15,08 (3,63)	20,37 (8,59)	30,53 (6,60)
23 Batálha	25.774	0,3539 (2,60)	75,12 (2,30)	47,11 (1,02)	19,95 (7,89)	22,53 (1,16)	29,24 (1,92)	16,70 (1,84)	17,26 (2,36)	14,26 (2,75)	13,86 (5,47)	47,63 (4,54)	53,67 (5,71)
24 Bela Vista do Piauí	3.778	0,3778 (3,63)	75,25 (3,09)	50,20 (1,54)	20,42 (10,5)	35,46 (8,53)	22,61 (1,58)	31,66 (2,55)	16,41 (2,53)	15,90 (3,67)	13,40 (4,32)	47,80 (6,45)	53,87 (5,56)
25 Belém do Piauí	3.284	0,3565 (3,72)	75,52 (3,17)	47,21 (1,61)	19,95 (11,1)	27,92 (11,0)	21,72 (1,40)	31,79 (2,86)	19,07 (2,72)	11,33 (4,16)	11,33 (4,95)	43,80 (6,14)	47,52 (5,22)
26 Beneditinos	9.911	0,3280 (3,52)	68,63 (3,00)	47,79 (1,42)	25,44 (7,45)	26,19 (9,58)	23,69 (1,33)	29,79 (1,74)	15,59 (3,29)	16,13 (3,36)	14,97 (3,56)	40,23 (6,14)	47,52 (5,22)
27 Bertolínia	5.319	0,3406 (3,27)	72,91 (2,73)	46,72 (1,46)	23,27 (8,05)	25,11 (9,70)	22,94 (1,28)	27,85 (1,99)	18,98 (1,61)	15,55 (3,05)	14,66 (3,65)	26,41 (8,80)	33,11 (7,40)
28 Betânia do Piauí	6.015	0,4847 (1,66)	91,68 (1,16)	52,87 (1,09)	7,310 (13,9)	53,54 (4,32)	22,78 (1,03)	29,08 (1,45)	22,06 (0,95)	13,12 (2,36)	12,93 (3,45)	56,12 (4,10)	62,71 (3,52)
29 Boa Hora	6.296	0,4119 (2,25)	83,24 (1,83)	49,47 (1,14)	15,24 (9,62)	38,12 (6,38)	23,41 (1,32)	28,54 (1,60)	18,35 (1,55)	16,35 (2,39)	13,33 (3,54)	39,88 (5,99)	49,10 (4,88)
30 Bocaina	4.369	0,2691 (4,35)	61,54 (3,91)	43,72 (1,41)	29,91 (7,37)	12,93 (16,2)	24,56 (1,75)	29,28 (2,28)	16,36 (2,97)	17,51 (4,39)	12,27 (4,99)	29,75 (8,39)	35,13 (7,30)
31 Bom Jesus	22.629	0,2665 (4,15)	56,81 (4,02)	46,91 (1,61)	28,62 (6,99)	22,95 (11,5)	22,95 (1,32)	24,42 (2,32)	15,08 (3,40)	15,80 (3,81)	18,68 (2,81)	24,42 (8,95)	32,12 (7,25)
32 Bom Príncipe do Piauí	5.304	0,3220 (2,57)	80,04 (2,26)	48,97 (1,11)	17,19 (9,90)	35,67 (6,85)	21,67 (1,29)	28,44 (1,94)	16,78 (2,14)	17,07 (2,47)	16,02 (2,95)	46,37 (5,29)	56,51 (4,28)
33 Bonfim do Piauí	5.393	0,4538 (2,12)	86,50 (1,63)	52,46 (1,20)	11,75 (11,3)	48,00 (5,07)	19,64 (1,09)	30,54 (2,01)	23,08 (1,27)	13,51 (2,78)	13,20 (3,11)	30,42 (7,46)	40,55 (5,98)
34 Boqueirão do Piauí	6.193	0,3659 (2,48)	78,35 (2,18)	46,70 (1,03)	19,73 (8,39)	29,48 (7,78)	21,73 (1,22)	27,59 (2,06)	16,63 (1,93)	18,92 (2,59)	15,10 (2,93)	32,11 (6,80)	40,36 (5,73)
35 Brasileira	7.966	0,3155 (2,82)	68,97 (2,48)	45,74 (1,13)	27,41 (5,97)	19,32 (9,15)	21,55 (1,19)	20,89 (2,00)	16,48 (2,19)	17,15 (2,41)	14,90 (3,16)	26,73 (6,56)	34,35 (5,61)
36 Brejo do Piauí	3.850	0,4010 (3,07)	79,95 (2,43)	50,16 (1,58)	18,31 (10,2)	22,06 (1,67)	22,95 (2,43)	19,49 (2,25)	13,29 (3,60)	15,54 (4,18)	13,11 (4,44)	49,27 (5,93)	53,67 (5,60)
37 Buriti dos Lopes	19.074	0,3521 (2,26)	72,76 (1,98)	48,39 (0,90)	22,48 (5,94)	29,71 (5,96)	22,56 (1,02)	27,60 (1,54)	16,35 (1,90)	18,97 (1,87)	14,00 (2,27)	39,96 (5,51)	49,71 (3,60)
38 Buriti dos Montes	7.974	0,3780 (3,48)	76,55 (2,93)	49,39 (1,53)	19,70 (10,5)	35,89 (8,44)	23,10 (1,38)	30,01 (2,60)	17,24 (2,93)	14,96 (2,85)	14,66 (3,46)	47,46 (6,19)	54,30 (5,30)
39 Caçueiras do Piauí	9.928	0,3668 (2,42)	80,43 (2,09)	45,61 (1,05)	16,21 (9,57)	22,41 (10,4)	22,25 (1,19)	20,95 (2,40)	17,26 (2,03)	18,47 (2,84)	12,94 (4,01)	36,06 (6,76)	46,71 (5,38)
40 Cajazeiras do Piauí	3.343	0,3511 (4,21)	74,01 (3,57)	47,44 (1,94)	22,57 (11,2)	26,68 (11,7)	24,11 (1,69)	30,30 (2,66)	15,95 (3,85)	14,65 (4,45)	14,97 (4,32)	39,41 (8,26)	46,42 (7,10)

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2010.

UNSTATS (2014).

Notas:

a Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo.

b Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variação, em %, das estimativas calculadas

a Valor ajustado para 2010 a partir do US\$ em Tabela de Paridade de Compra, obtido em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?rid=699>

**Tabela D.3 - Índice Multidimensional de Pobreza - Ceará - 2010**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)						População abaixo do limiar de pobreza (%) Linha de pobreza nacional <sup>b</sup>	
							Trabalho e Rendimento		Bens de Consumo e Acesso à Informação		Saneamento e Habitação			
							Rendimento	Acesso à Informação	Bens de Consumo	Saneamento e Habitação	Condições Sociais	Educação		
1 Abaiara	10.496	0,3517 (2,89)	76,02 (2,46)	46,26 (1,25)	20,44 (8,50)	24,67 (9,76)	22,84 (1,22)	28,46 (2,05)	19,53 (2,03)	18,05 (2,52)	11,10 (4,38)	35,64 (6,89)	45,15 (5,51)	
2 Acaraípe	15.338	0,2829 (3,15)	61,88 (2,86)	45,72 (1,04)	31,49 (5,31)	21,70 (1,16)	28,43 (1,97)	16,68 (2,46)	20,36 (2,25)	12,81 (3,12)	13,22 (2,03)	23,61 (7,23)	33,74 (5,53)	
3 Acaraú	57.551	0,3739 (1,91)	77,61 (1,39)	48,08 (0,68)	18,03 (5,44)	23,18 (0,74)	28,19 (1,15)	17,36 (1,29)	18,05 (1,55)	12,12 (1,28)	17,76 (1,83)	41,50 (3,50)	52,08 (2,77)	
4 Acopiara	51.160	0,3278 (1,96)	70,25 (1,69)	46,66 (0,77)	23,92 (4,69)	25,92 (0,87)	27,64 (1,23)	19,30 (1,28)	15,87 (2,21)	13,70 (2,63)	17,21 (2,62)	38,37 (3,86)	45,91 (3,25)	
5 Aluaba	16.203	0,3715 (2,09)	77,40 (1,79)	47,99 (0,88)	19,59 (6,70)	31,55 (6,05)	23,37 (1,01)	28,32 (1,51)	18,70 (1,65)	15,87 (2,21)	13,70 (2,63)	43,15 (4,38)	53,02 (3,53)	
6 Alcântaras	10.771	0,3525 (2,88)	74,93 (2,43)	47,04 (1,31)	20,77 (8,16)	26,70 (8,57)	20,51 (1,18)	27,65 (2,27)	21,18 (2,08)	17,96 (2,70)	12,67 (3,44)	27,62 (7,82)	37,38 (6,20)	
7 Altaneira	6.856	0,2969 (3,31)	64,66 (2,91)	45,91 (1,21)	28,84 (6,05)	19,63 (9,81)	23,76 (1,16)	29,13 (1,93)	15,70 (2,10)	18,86 (2,65)	12,52 (4,28)	39,47 (5,30)	50,15 (4,20)	
8 Alto Santo	16.359	0,3212 (3,60)	70,10 (3,18)	45,82 (1,34)	25,27 (8,30)	20,73 (12,1)	22,55 (1,58)	26,68 (2,34)	20,00 (2,22)	16,86 (3,55)	13,88 (4,17)	27,81 (9,00)	36,97 (7,13)	
9 Amontada	39.232	0,3398 (1,76)	81,39 (1,50)	48,38 (0,80)	15,57 (7,34)	36,58 (5,13)	22,66 (0,95)	28,40 (1,49)	18,90 (1,42)	16,98 (1,97)	13,04 (2,82)	49,37 (3,75)	57,78 (3,07)	
10 Antonina do Norte	6.984	0,3036 (3,38)	64,27 (2,95)	47,24 (1,29)	28,48 (6,20)	21,78 (9,06)	23,58 (1,33)	27,40 (2,08)	16,41 (2,44)	18,67 (2,57)	13,91 (3,85)	44,91 (4,72)	50,51 (3,92)	
11 Apiaípe	13.925	0,3362 (2,48)	72,94 (2,21)	46,09 (0,92)	22,21 (6,77)	27,48 (7,59)	23,69 (1,08)	28,33 (1,63)	17,55 (2,12)	11,87 (3,48)	14,64 (4,76)	41,64 (4,76)	50,51 (3,92)	
12 Aquiraiz	72.628	0,2405 (2,40)	54,15 (2,24)	44,41 (0,68)	35,07 (3,28)	12,95 (7,20)	20,18 (0,77)	27,99 (1,58)	15,88 (1,64)	19,63 (1,50)	16,30 (1,86)	16,08 (5,99)	26,00 (4,35)	
13 Aracati	69.159	0,2612 (2,31)	58,24 (2,08)	44,84 (0,75)	31,86 (3,49)	15,93 (7,03)	22,54 (0,77)	28,11 (1,53)	17,36 (1,46)	19,84 (1,56)	12,12 (2,53)	23,52 (4,94)	32,80 (3,84)	
14 Aracoiaba	25.391	0,3408 (2,79)	72,73 (2,37)	46,86 (1,18)	21,73 (7,21)	25,29 (8,17)	22,43 (1,20)	27,55 (1,78)	19,34 (1,73)	18,11 (2,31)	12,55 (3,54)	34,32 (6,01)	43,82 (4,88)	
15 Ararendá	10.491	0,3304 (3,08)	71,83 (2,60)	46,00 (1,28)	22,44 (7,64)	21,40 (10,2)	24,73 (1,36)	27,39 (1,88)	16,63 (2,18)	17,75 (2,47)	13,47 (4,11)	44,06 (5,27)	51,94 (4,39)	
16 Araripe	20.685	0,3652 (2,80)	75,08 (2,47)	48,64 (1,13)	19,81 (8,29)	34,94 (7,00)	23,41 (1,04)	28,83 (1,84)	17,43 (2,42)	16,57 (2,52)	13,72 (3,10)	48,84 (6,96)	56,59 (4,14)	
17 Aratuba	11.529	0,3621 (2,69)	75,92 (2,41)	47,69 (1,02)	19,67 (8,65)	31,12 (7,32)	22,29 (1,20)	28,46 (1,80)	19,13 (2,00)	17,60 (2,05)	12,51 (3,51)	37,51 (6,11)	46,34 (5,04)	
18 Arneiroz	7.650	0,3128 (2,95)	67,76 (2,72)	46,16 (0,99)	26,12 (6,61)	22,25 (8,17)	23,34 (1,21)	20,28 (2,09)	16,38 (2,68)	12,56 (3,70)	30,71 (6,09)	40,76 (4,96)	47,62 (5,07)	
19 Assaré	22.445	0,3281 (3,09)	65,98 (2,69)	46,88 (1,16)	25,97 (6,86)	25,24 (8,98)	23,29 (1,34)	28,03 (1,90)	17,38 (2,33)	16,42 (2,88)	14,85 (3,59)	38,27 (6,09)	45,99 (4,50)	
20 Aurora	24.566	0,3339 (2,70)	71,91 (2,41)	46,43 (1,02)	23,70 (6,88)	23,88 (7,98)	22,77 (1,10)	26,97 (2,00)	18,74 (2,00)	17,02 (2,62)	14,48 (2,76)	35,80 (5,63)	45,99 (4,50)	
21 Baixio	6.026	0,2904 (3,34)	55,17 (3,11)	44,56 (1,02)	29,71 (6,47)	16,88 (11,2)	24,81 (1,35)	27,30 (2,07)	16,71 (2,10)	18,04 (2,64)	13,12 (3,90)	26,94 (7,72)	36,13 (6,18)	
22 Banabuiú	17.315	0,3431 (2,36)	71,87 (2,05)	47,74 (0,94)	22,41 (6,04)	28,46 (6,36)	23,02 (1,01)	26,76 (1,50)	18,74 (1,65)	17,72 (2,06)	13,74 (2,77)	41,06 (4,49)	50,22 (3,63)	
23 Barbalha	55.323	0,2578 (2,73)	56,45 (2,45)	45,67 (0,91)	29,91 (4,25)	17,44 (7,57)	23,80 (0,94)	27,66 (1,54)	18,42 (1,83)	17,79 (2,02)	13,31 (2,64)	17,97 (6,78)	28,79 (4,91)	
24 Barreira	19.573	0,3268 (2,18)	70,16 (2,95)	46,59 (0,77)	23,65 (5,26)	25,86 (6,06)	21,72 (0,82)	27,54 (1,57)	20,92 (1,55)	17,42 (1,90)	12,38 (2,72)	31,93 (4,88)	42,34 (3,84)	
25 Barro	21.514	0,2885 (3,68)	63,58 (3,30)	45,37 (1,30)	31,40 (6,37)	17,10 (11,15)	23,13 (1,39)	27,35 (1,90)	16,75 (2,31)	18,71 (2,67)	14,04 (3,52)	32,50 (6,78)	42,66 (5,40)	
26 Barroquinha	14.476	0,3492 (2,54)	73,80 (2,18)	47,31 (1,05)	22,18 (6,81)	27,30 (7,54)	22,91 (1,09)	28,74 (1,74)	16,00 (1,94)	19,46 (2,23)	12,86 (3,07)	44,93 (4,62)	56,41 (3,54)	
27 Baturité	33.321	0,2818 (3,06)	61,21 (2,83)	46,03 (0,96)	27,74 (5,64)	21,13 (8,04)	22,23 (1,06)	27,73 (1,98)	16,46 (2,85)	19,82 (2,14)	13,73 (3,10)	25,65 (6,58)	35,20 (5,20)	
28 Beberibe	49.311	0,3001 (2,25)	65,89 (2,01)	45,55 (0,84)	28,23 (4,44)	18,88 (6,94)	23,17 (0,91)	28,01 (1,45)	17,36 (1,45)	18,77 (1,65)	12,67 (2,73)	30,28 (4,61)	38,84 (3,77)	
29 Bela Cruz	30.878	0,3787 (2,21)	77,66 (1,91)	48,76 (0,98)	17,32 (7,68)	33,17 (6,10)	24,46 (1,04)	28,06 (1,40)	19,07 (1,79)	16,65 (2,28)	11,74 (3,23)	42,40 (4,75)	52,24 (3,86)	
30 Boa Viagem	52.498	0,3281 (2,00)	70,45 (1,73)	46,57 (0,78)	21,32 (5,05)	24,07 (6,07)	23,58 (0,85)	28,08 (1,27)	16,66 (1,83)	17,61 (1,85)	14,04 (2,57)	42,18 (3,57)	49,52 (3,04)	
31 Brumado	45.193	0,2427 (2,93)	54,64 (2,79)	44,41 (0,81)	32,97 (4,29)	14,00 (8,50)	23,29 (0,98)	28,62 (1,72)	15,60 (2,56)	18,81 (2,99)	13,65 (2,99)	34,06 (4,56)	40,56 (3,63)	
32 Camocim	60.158	0,3005 (2,11)	62,09 (1,90)	46,17 (0,78)	24,90 (4,52)	21,40 (6,16)	24,03 (0,84)	28,31 (1,26)	14,71 (1,91)	19,47 (1,72)	13,45 (2,53)	38,49 (3,67)	47,03 (3,00)	
33 Campos Sales	26.506	0,2836 (3,45)	62,13 (3,11)	45,66 (1,05)	28,23 (6,16)	18,09 (10,6)	25,59 (1,14)	28,81 (1,84)	16,35 (2,32)	17,13 (2,81)	12,10 (3,96)	36,63 (5,78)	47,22 (4,45)	
34 Canindé	74.473	0,3258 (1,66)	69,69 (1,48)	46,76 (0,64)	22,83 (4,12)	24,56 (4,88)	22,32 (0,73)	27,80 (1,14)	17,34 (1,47)	18,05 (1,46)	14,47 (1,81)	38,31 (3,26)	47,27 (2,66)	
35 Capistrano	17.062	0,3336 (1,90)	80,05 (1,59)	47,91 (0,91)	17,22 (6,89)	33,18 (5,51)	21,12 (0,95)	27,05 (1,63)	21,99 (1,42)	18,50 (1,90)	11,32 (3,18)	45,56 (4,01)	53,65 (3,36)	
36 Caridade	20.020	0,3542 (2,24)	73,92 (1,89)	47,92 (0,93)	22,89 (5,83)	31,52 (5,97)	21,45 (1,04)	27,78 (1,64)	17,49 (1,82)	18,27 (2,04)	14,99 (2,41)	39,37 (4,60)	49,94 (3,64)	
37 Carié	18.347	0,3284 (2,28)	71,30 (1,99)	46,05 (0,86)	22,80 (5,65)	22,50 (7,45)	24,33 (0,92)	27,86 (1,44)	17,98 (1,59)	18,37 (3,05)	15,38 (4,45)	39,94 (4,45)	40,38 (3,45)	
38 Caririçau	26.393	0,3486 (2,61)	75,10 (2,27)	46,41 (1,05)	21,10 (7,64)	23,74 (7,92)	23,74 (1,21)	27,28 (1,72)	16,70 (1,94)	17,57 (2,34)	14,69 (2,96)	36,00 (5,95)	45,47 (4,79)	
39 Cariús	18.567	0,3151 (2,19)	69,98 (1,95)	45,03 (0,82)	25,88 (5,00)	19,73 (7,39)	23,59 (0,85)	27,89 (1,46)	17,77 (1,54)	17,80 (1,84)	12,93 (2,51)	36,72 (4,38)	45,40 (3,61)	
40 Carnaubal	16.746	0,3306 (2,39)	71,32 (2,13)	46,36 (0,90)	23,68 (5,89)	24,94 (6,89)	24,13 (0,94)	28,11 (1,40)	16,77 (1,70)	17,65 (1,96)	13,30 (2,77)	41,20 (4,41)	50,46 (3,57)	

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2010.

UNSTATS (2014).

Notas:  
Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo.

Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variação, em %, das estimativas calculadas

a Valor ajustado para 2010 a partir do US\$ em Pode de Compra, obtido em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srld=699>

b Renda média domiciliar per capita mensal de R\$140,00 de acordo com o Decreto N° 6.917 de 30 de julho de 2009

**Tabela D.4 - Índice Multidimensional de Pobreza - Rio Grande do Norte - 2010**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)				População abaixo do limiar de pobreza (%)		
							Rendimento	Bens de Consumo e Acesso à Informação	Saneamento e Habitação	Condições de Condicionais Sociais	Educação	2 USD em PPC por dia <sup>a</sup>	Linha de pobreza nacional <sup>b</sup>
1 Acaí	11.035	0.1452 (7,36)	34,21 (6,96)	42,44 (1,37)	40,59 (5,34)	4,803 (30,3)	23,19 (2,00)	27,60 (3,37)	8,375 (8,17)	23,72 (3,40)	17,10 (4,87)	13,27 (14,1)	21,41 (9,90)
2 Açu	53.227	0,2217 (2,99)	50,59 (2,77)	43,83 (0,87)	35,03 (3,75)	10,95 (9,74)	22,75 (1,11)	27,39 (1,73)	14,24 (1,95)	14,75 (2,79)	19,47 (1,95)	14,75 (2,79)	23,34 (5,58)
3 Alfonso Bezerra	10.844	0,2844 (3,91)	51,10 (3,53)	45,80 (1,29)	29,46 (6,87)	19,80 (10,9)	24,03 (1,53)	26,85 (2,32)	14,81 (3,50)	19,47 (2,89)	14,81 (3,50)	13,24 (7,01)	40,75 (5,84)
4 Águia Nova	2.980	0,2979 (4,61)	70,27 (4,21)	42,39 (1,50)	25,16 (11,0)	9,868 (25,7)	26,64 (1,94)	28,13 (3,09)	14,44 (3,75)	18,11 (4,70)	12,66 (7,11)	30,24 (11,4)	45,37 (7,94)
5 Alexandria	13.507	0,2518 (3,62)	56,25 (3,36)	44,75 (1,06)	31,87 (5,42)	13,50 (11,4)	24,75 (1,15)	27,67 (2,09)	14,90 (3,26)	19,06 (2,58)	13,59 (3,84)	29,83 (6,11)	39,84 (8,44)
6 Almino Afonso	4.871	0,2761 (4,32)	61,46 (3,80)	44,92 (1,15)	31,65 (6,87)	15,31 (14,2)	23,56 (1,73)	27,24 (2,63)	17,09 (3,24)	18,79 (3,01)	13,29 (5,16)	25,89 (8,58)	35,21 (6,99)
7 Alto do Rodrigues	12.305	0,1540 (5,85)	36,67 (5,56)	42,01 (1,28)	46,99 (4,34)	6,401 (19,2)	22,76 (1,61)	27,79 (2,76)	14,58 (3,19)	19,44 (3,50)	15,40 (4,62)	12,76 (11,3)	18,61 (8,93)
8 Angicos	11.549	0,2269 (4,63)	51,10 (4,28)	44,41 (1,34)	34,95 (5,72)	12,45 (14,1)	23,55 (1,53)	27,94 (2,48)	12,86 (4,13)	21,19 (3,25)	14,43 (4,25)	23,45 (8,43)	32,60 (6,62)
9 Antônio Martins	6.907	0,2881 (3,17)	53,44 (2,96)	45,42 (0,95)	27,13 (6,27)	18,09 (9,35)	23,96 (1,04)	27,52 (2,01)	16,20 (2,04)	17,55 (2,58)	14,74 (3,13)	33,51 (5,76)	43,22 (4,66)
10 Apodi	34.763	0,2557 (3,05)	57,97 (2,86)	44,12 (0,89)	32,91 (4,81)	12,30 (10,5)	23,97 (1,12)	27,01 (1,79)	16,50 (2,02)	18,78 (2,19)	13,71 (3,10)	31,14 (6,40)	51,25 (7,25)
11 Areia Branca	25.315	0,1741 (5,65)	40,39 (5,30)	43,10 (1,38)	39,37 (5,12)	7,711 (18,1)	23,27 (1,69)	27,24 (3,13)	13,28 (3,61)	22,34 (3,28)	13,85 (4,63)	12,78 (11,20)	20,16 (9,16)
12 Arêas	12.924	0,2744 (3,44)	61,31 (3,11)	44,75 (1,11)	30,62 (5,77)	15,67 (11,2)	22,72 (1,32)	27,49 (2,14)	13,35 (2,83)	20,93 (2,53)	15,48 (3,22)	27,05 (7,11)	37,58 (5,49)
13 Augusto Severo	9.289	0,3280 (3,28)	70,72 (2,96)	46,38 (1,15)	23,39 (8,24)	25,38 (9,42)	21,21 (1,34)	27,27 (2,53)	21,14 (2,37)	16,58 (3,18)	13,78 (3,57)	34,89 (6,96)	42,35 (5,88)
14 Baía Formosa	8.573	0,2138 (6,28)	48,30 (5,87)	44,26 (1,57)	40,38 (6,62)	10,81 (19,0)	20,73 (2,25)	26,85 (3,82)	14,01 (3,67)	22,18 (3,82)	16,21 (4,56)	21,35 (11,1)	29,51 (8,96)
15 Baraúna	24.182	0,2834 (3,35)	64,51 (3,07)	43,94 (1,08)	30,37 (6,21)	13,80 (12,5)	21,40 (1,54)	27,05 (2,40)	15,72 (2,32)	20,23 (2,58)	15,57 (3,15)	20,79 (9,05)	29,81 (6,96)
16 Barcelona	3.950	0,3050 (4,44)	65,38 (3,95)	46,34 (1,15)	25,54 (8,93)	24,32 (12,2)	24,09 (1,73)	26,91 (2,59)	15,47 (3,72)	17,73 (3,65)	15,78 (4,07)	30,09 (9,64)	37,88 (7,87)
17 Barreiro Fernandes	5.113	0,3223 (3,97)	58,05 (3,45)	47,37 (1,43)	26,59 (8,12)	26,63 (10,6)	23,76 (1,78)	26,33 (2,26)	16,28 (2,85)	17,73 (3,60)	15,78 (3,60)	32,34 (8,27)	42,35 (5,88)
18 Bodó	2.425	0,2565 (6,67)	57,83 (6,34)	44,35 (1,65)	29,68 (11,2)	15,63 (19,1)	26,31 (2,32)	28,08 (3,27)	15,29 (5,56)	16,56 (4,64)	13,74 (7,64)	31,27 (11,2)	40,75 (9,13)
19 Bom Jesus	9.440	0,2996 (4,02)	55,27 (3,53)	45,90 (1,39)	26,86 (7,57)	19,30 (13,4)	23,25 (1,54)	27,04 (2,25)	15,60 (4,03)	19,82 (3,17)	14,26 (3,88)	28,63 (8,84)	38,99 (6,76)
20 Brejinho	11.577	0,2657 (3,89)	59,29 (3,48)	44,82 (1,23)	33,32 (5,77)	14,45 (13,5)	23,15 (1,28)	27,94 (2,21)	12,72 (3,66)	19,12 (2,75)	17,05 (3,79)	25,61 (8,17)	35,24 (6,28)
21 Caicara do Norte	6.016	0,2787 (4,04)	61,58 (3,66)	45,26 (1,26)	32,66 (6,46)	18,59 (12,9)	24,83 (1,45)	28,23 (2,18)	10,52 (4,13)	20,30 (2,85)	16,09 (3,47)	34,76 (7,38)	44,22 (5,76)
22 Caíçara do Rio do Vento	3.308	0,2407 (6,71)	54,10 (6,03)	44,49 (1,13)	31,62 (9,46)	13,06 (21,0)	23,74 (2,63)	25,81 (3,24)	12,40 (6,68)	19,89 (4,14)	18,13 (4,86)	32,05 (10,4)	44,14 (7,71)
23 Calicó	62.709	0,1273 (4,46)	30,21 (4,20)	42,15 (1,05)	38,55 (3,32)	5,15 (14,9)	24,34 (1,36)	26,76 (1,86)	11,19 (4,11)	21,47 (2,25)	16,23 (3,28)	8,678 (9,36)	13,25 (5,17)
24 Campo Redondo	10.266	0,2947 (3,72)	53,87 (3,37)	46,14 (1,27)	25,68 (7,43)	20,10 (10,8)	21,76 (1,39)	28,19 (2,86)	18,71 (3,06)	12,03 (4,86)	35,57 (6,58)	44,23 (5,45)	44,23 (5,45)
25 Canguaretama	30.916	0,3086 (3,22)	65,73 (2,83)	46,95 (1,16)	27,78 (6,19)	21,80 (19,25)	22,78 (1,39)	27,15 (2,25)	14,00 (2,25)	19,99 (2,31)	16,05 (3,35)	30,09 (6,81)	41,36 (5,13)
26 Caraúbas	19.576	0,2731 (3,96)	60,39 (3,66)	45,22 (1,15)	28,22 (6,88)	17,98 (11,3)	23,95 (1,55)	26,66 (2,33)	17,74 (2,86)	18,57 (3,06)	13,05 (4,36)	27,67 (7,82)	35,34 (6,56)
27 Carnaúba dos Dantas	7.429	0,1655 (5,21)	39,29 (4,84)	42,11 (1,37)	46,69 (4,03)	6,714 (17,1)	23,01 (1,48)	28,52 (2,27)	14,02 (2,71)	20,05 (2,65)	14,38 (4,63)	8,849 (12,4)	16,10 (8,85)
28 Carnaubais	9.762	0,2490 (4,42)	56,54 (4,08)	44,05 (1,30)	34,76 (6,27)	11,32 (15,4)	24,47 (1,53)	27,80 (2,53)	14,05 (3,70)	18,27 (3,35)	15,39 (3,83)	24,95 (8,35)	34,19 (6,68)
29 Ceará-Mirim	68.141	0,2618 (2,44)	57,55 (2,19)	45,49 (0,83)	28,59 (4,04)	17,27 (7,22)	21,09 (1,04)	26,12 (1,78)	15,17 (2,02)	20,42 (1,63)	17,18 (1,98)	24,39 (5,06)	34,37 (3,98)
30 Cerro Corá	10.916	0,3144 (3,28)	68,44 (2,87)	45,95 (1,20)	24,54 (7,31)	23,52 (9,26)	24,61 (1,25)	27,40 (1,77)	19,04 (2,32)	16,97 (2,94)	11,95 (4,36)	34,05 (6,46)	41,45 (5,49)
31 Coronel Ezequiel	5.405	0,3401 (2,92)	72,56 (2,66)	46,86 (1,05)	23,01 (7,90)	27,25 (17,9)	23,09 (1,13)	28,23 (2,07)	18,47 (2,50)	17,05 (2,55)	13,14 (3,47)	39,04 (5,76)	46,80 (4,90)
32 Coronel João Pessoa	4.772	0,3506 (3,10)	74,42 (2,82)	47,11 (1,11)	22,81 (8,86)	27,96 (8,94)	23,89 (1,19)	25,97 (1,87)	16,56 (1,95)	18,31 (2,83)	15,25 (3,40)	33,08 (7,58)	43,22 (6,04)
33 Cruzeta	7.967	0,1797 (6,26)	42,92 (6,03)	41,87 (1,37)	38,51 (6,23)	6,732 (22,0)	24,30 (1,79)	29,92 (3,04)	11,72 (6,00)	20,57 (3,77)	13,46 (5,36)	21,00 (10,3)	21,00 (10,3)
34 Currais Novos	42.652	0,1403 (5,29)	31,28 (4,94)	44,85 (1,39)	37,70 (4,11)	8,991 (12,2)	24,98 (1,61)	27,12 (2,04)	11,21 (1,55)	21,71 (2,51)	14,96 (3,76)	16,88 (7,63)	24,00 (6,04)
35 Doutor Severiano	6.492	0,2995 (3,08)	68,30 (2,84)	43,86 (0,97)	24,47 (7,22)	14,80 (11,9)	24,87 (1,27)	27,77 (1,86)	17,02 (2,63)	17,75 (2,59)	12,55 (3,59)	31,16 (6,73)	37,99 (5,81)
36 Parnamirim	202.456	0,0881 (3,16)	20,77 (3,03)	42,43 (0,65)	31,95 (2,11)	3,474 (9,37)	23,62 (0,94)	26,50 (1,47)	11,36 (1,62)	21,31 (1,57)	17,18 (2,01)	7,807 (5,37)	12,47 (4,15)
37 Encanto	5.231	0,2721 (4,25)	61,72 (3,71)	44,08 (1,60)	29,30 (7,09)	13,94 (15,1)	24,39 (1,57)	26,53 (2,39)	16,81 (2,96)	18,41 (2,96)	12,40 (4,09)	22,40 (9,69)	31,82 (7,63)
38 Eusébio	5.822	0,2605 (3,83)	58,64 (3,56)	44,42 (1,13)	32,49 (6,01)	13,19 (12,6)	23,76 (1,22)	29,40 (2,29)	13,72 (3,74)	18,32 (2,78)	14,78 (3,49)	25,35 (7,68)	34,94 (6,07)
39 Espírito Santo	10.475	0,3013 (3,41)	55,67 (3,04)	45,88 (1,25)	28,95 (6,47)	19,29 (10,2)	22,87 (1,25)	27,64 (2,21)	15,21 (2,72)	18,02 (2,67)	16,24 (3,25)	39,11 (5,72)	48,01 (4,71)
40 Extremoz	24.569	0,2202 (4,79)	48,93 (4,48)	45,01 (1,26)	35,33 (5,74)	13,41 (13,0)	20,90 (1,52)	26,49 (2,59)	13,45 (3,05)	21,30 (2,97)	17,84 (3,48)	18,72 (9,26)	26,63 (7,53)

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2010.

UNSTATS (2014).

Notas:  
Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo.

Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variação, em %, das estimativas calculadas

a Valor ajustado para 2010 a partir do US\$ em Pode de Compra, obtido em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srnid=699> a Renda média domiciliar per capita mensal de R\$140,00 de acordo com o Decreto N° 6.917 de 30 de julho de 2009

**Tabela D.5 - Índice Multidimensional de Pobreza - Paraíba - 2010**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)						População abaixo do limiar de pobreza (%)	
							Trabalho e Rendimento		Bens de Consumo e Acesso à Informação		Saneamento e Habitação		Condições de Condições Sociais	
							22,43 (1,37)	27,85 (2,55)	28,17 (2,14)	27,62 (2,68)	16,81 (3,02)	15,25 (4,06)	38,42 (6,40)	47,19 (5,34)
1 Água Branca	9.449	0,3300 (3,41)	59,39 (3,02)	47,56 (1,26)	23,25 (8,19)	28,53 (8,87)	22,43 (1,37)	27,85 (2,55)	28,17 (2,14)	27,62 (2,68)	16,81 (3,02)	15,25 (4,06)	38,42 (6,40)	47,19 (5,34)
2 Aguiar	5.530	0,3331 (3,07)	70,28 (2,77)	45,97 (1,09)	25,00 (7,33)	23,90 (8,99)	23,17 (1,24)	27,33 (1,96)	14,88 (3,16)	19,00 (2,06)	16,05 (2,87)	13,59 (3,61)	29,35 (7,37)	38,51 (5,99)
3 Alagoa Grande	28.479	0,3222 (3,22)	62,67 (2,89)	47,03 (1,12)	25,23 (6,17)	21,42 (1,13)	23,42 (1,33)	27,33 (1,96)	14,88 (3,16)	19,00 (2,06)	16,05 (2,87)	13,59 (3,61)	29,35 (7,37)	38,51 (5,99)
4 Alagoa Nova	19.681	0,3168 (2,48)	66,42 (2,22)	47,69 (0,87)	23,46 (5,53)	26,53 (6,03)	22,51 (0,98)	26,90 (1,51)	18,47 (1,91)	17,00 (2,13)	16,34 (2,79)	16,34 (2,79)	20,79 (6,27)	44,19 (3,76)
5 Alagoinha	13.576	0,3158 (2,95)	58,03 (2,63)	46,42 (1,09)	25,68 (6,38)	22,87 (8,36)	22,33 (1,22)	27,82 (1,77)	16,85 (2,54)	18,30 (2,41)	14,68 (2,81)	14,68 (2,81)	28,93 (6,64)	43,11 (4,81)
6 Alcantil	5.239	0,3598 (2,80)	75,88 (2,42)	47,41 (1,14)	22,15 (7,99)	30,46 (7,88)	20,55 (1,37)	27,36 (2,24)	21,35 (1,42)	16,38 (2,85)	14,34 (3,31)	14,34 (3,31)	32,38 (7,18)	42,39 (5,65)
7 Algodão de Landaíra	2.366	0,3674 (3,51)	76,55 (3,14)	47,99 (1,29)	21,01 (10,9)	31,73 (9,47)	21,20 (1,46)	28,03 (3,02)	20,64 (2,42)	16,27 (3,23)	13,85 (3,90)	13,85 (3,90)	34,50 (8,51)	45,10 (6,74)
8 Alhandra	18.007	0,2844 (2,81)	62,53 (2,54)	45,49 (0,92)	30,98 (4,82)	16,63 (8,98)	22,35 (1,03)	28,16 (1,78)	14,90 (2,09)	18,75 (2,18)	15,81 (2,71)	15,81 (2,71)	30,18 (5,53)	41,04 (4,25)
9 São João do Rio do Peixe	18.201	0,2776 (2,63)	62,60 (2,46)	44,34 (0,79)	25,90 (5,22)	15,04 (8,61)	24,79 (0,87)	27,31 (1,43)	17,74 (2,04)	16,90 (2,26)	13,24 (3,02)	13,24 (3,02)	28,67 (5,37)	38,67 (4,26)
10 Amparoá	2.088	0,3143 (4,56)	67,69 (3,87)	46,42 (1,89)	27,79 (5,92)	20,56 (13,7)	25,68 (2,12)	27,24 (2,26)	18,04 (2,69)	15,75 (3,50)	13,26 (4,97)	13,26 (4,97)	35,63 (8,37)	48,17 (6,33)
11 Aparecida	7.676	0,2950 (2,80)	66,56 (2,59)	44,31 (0,92)	28,29 (5,72)	15,88 (10,0)	22,88 (0,99)	27,75 (1,96)	17,30 (1,87)	18,21 (2,35)	13,83 (3,01)	13,83 (3,01)	30,67 (5,93)	38,57 (4,97)
12 Araçagi	17.224	0,3300 (2,65)	68,77 (2,25)	47,98 (1,07)	25,85 (5,61)	27,31 (6,74)	21,77 (1,10)	26,47 (1,57)	20,57 (1,89)	17,20 (2,24)	13,97 (2,69)	13,97 (2,69)	37,39 (4,87)	47,94 (3,81)
13 Arara	12.653	0,2933 (3,35)	62,46 (2,94)	47,03 (1,17)	26,73 (5,95)	23,39 (8,49)	24,55 (1,25)	28,12 (1,65)	15,62 (3,08)	16,90 (2,87)	14,78 (3,30)	14,78 (3,30)	36,45 (5,60)	43,33 (4,73)
14 Araruna	18.879	0,3296 (3,53)	68,51 (3,11)	48,11 (1,28)	22,15 (8,43)	27,94 (9,17)	23,59 (1,35)	27,84 (1,97)	17,88 (3,19)	16,86 (3,09)	13,80 (3,85)	13,80 (3,85)	35,72 (6,95)	45,93 (5,54)
15 Areia	23.829	0,2810 (3,83)	59,83 (3,53)	46,96 (1,17)	26,26 (6,94)	22,96 (9,07)	22,63 (1,35)	27,94 (2,17)	16,60 (3,08)	17,92 (3,06)	14,89 (3,50)	14,89 (3,50)	28,11 (7,44)	37,44 (5,90)
16 Área de Baraúnas	1.927	0,3413 (4,41)	73,46 (3,82)	46,45 (1,66)	23,18 (11,5)	27,15 (13,3)	23,76 (1,77)	27,32 (2,85)	18,11 (4,21)	16,28 (4,00)	14,51 (2,25)	14,51 (2,25)	22,42 (3,1)	37,48 (9,37)
17 Areial	6.470	0,2611 (4,03)	57,17 (3,58)	46,67 (1,35)	29,77 (6,08)	17,70 (10,8)	25,79 (1,45)	28,09 (1,84)	16,47 (3,70)	15,83 (3,39)	13,79 (4,06)	13,79 (4,06)	37,76 (7,12)	47,76 (5,71)
18 Areópolis	19.082	0,3665 (2,06)	75,13 (1,74)	48,78 (1,28)	20,44 (5,88)	33,15 (5,17)	21,80 (0,91)	20,59 (1,52)	15,86 (2,01)	14,66 (2,30)	14,66 (2,30)	14,66 (2,30)	45,77 (3,72)	51,80 (3,23)
19 Assunção	3.522	0,3182 (4,31)	68,04 (3,80)	46,77 (1,59)	27,59 (8,81)	22,54 (12,8)	22,66 (1,89)	27,74 (2,73)	19,18 (2,60)	16,27 (3,91)	14,13 (4,16)	14,13 (4,16)	25,29 (11,13)	35,27 (8,55)
20 Baía da Traição	8.012	0,3544 (2,56)	75,54 (2,10)	46,91 (1,16)	19,22 (7,41)	28,41 (7,61)	25,02 (1,24)	28,03 (1,71)	16,37 (1,57)	17,09 (2,39)	13,47 (3,51)	13,47 (3,51)	44,62 (4,79)	52,37 (4,00)
21 Bananeiras	21.851	0,2869 (3,96)	50,66 (3,56)	47,29 (1,30)	29,20 (6,74)	22,64 (9,42)	22,04 (1,38)	27,34 (2,06)	19,96 (2,64)	16,43 (2,83)	14,21 (3,75)	14,21 (3,75)	44,24 (5,18)	51,49 (4,41)
22 Baraúna	24.182	0,3166 (3,55)	70,37 (3,17)	44,99 (1,32)	26,72 (8,05)	20,05 (11,9)	19,98 (1,18)	29,44 (2,55)	19,40 (2,50)	17,52 (3,01)	13,63 (4,50)	13,63 (4,50)	42,89 (6,18)	50,29 (5,25)
23 Barra de Santana	8.206	0,3767 (2,65)	79,34 (2,23)	47,47 (1,26)	19,15 (9,04)	31,29 (8,10)	21,47 (1,37)	27,53 (2,15)	23,57 (1,41)	15,17 (2,99)	12,23 (3,85)	12,23 (3,85)	39,14 (6,52)	49,70 (5,12)
24 Barra de São Rosa	14.157	0,3041 (2,97)	64,41 (2,69)	47,21 (1,02)	26,14 (5,94)	24,57 (7,38)	24,39 (1,18)	28,01 (1,62)	17,00 (2,72)	16,52 (2,57)	14,07 (2,96)	14,07 (2,96)	38,52 (4,98)	47,66 (4,04)
25 Barra de São Miguel	5.611	0,3000 (3,48)	67,28 (2,99)	44,59 (1,37)	28,86 (6,69)	15,30 (13,2)	22,04 (1,45)	28,71 (2,07)	17,03 (2,60)	16,30 (2,94)	15,90 (3,80)	15,90 (3,80)	22,00 (9,33)	32,73 (6,93)
26 Bayeux	99.716	0,1726 (2,86)	40,02 (2,70)	43,12 (0,68)	38,13 (2,65)	7,387 (8,97)	23,03 (0,92)	27,39 (1,46)	10,56 (1,88)	22,44 (1,53)	16,55 (2,09)	16,55 (2,09)	15,47 (5,15)	22,76 (4,09)
27 Belém	17.093	0,2364 (3,52)	52,06 (3,24)	45,41 (0,99)	34,05 (4,49)	15,99 (9,47)	24,20 (1,10)	28,53 (1,88)	11,64 (4,66)	19,33 (2,51)	16,22 (2,72)	16,22 (2,72)	30,99 (5,41)	41,30 (4,20)
28 Belém do Brejo do Cruz	7.143	0,2562 (3,85)	57,07 (3,55)	44,89 (1,14)	35,61 (5,44)	15,37 (11,4)	23,83 (1,25)	27,97 (2,08)	15,05 (3,66)	18,78 (2,80)	14,34 (3,53)	14,34 (3,53)	29,25 (6,55)	40,15 (5,17)
29 Bernardino Batista	3.075	0,3715 (3,53)	77,92 (3,02)	47,68 (1,54)	20,46 (11,1)	32,67 (10,1)	21,26 (1,42)	26,97 (2,72)	21,03 (1,91)	16,69 (3,36)	14,03 (4,27)	14,03 (4,27)	44,44 (7,39)	51,48 (6,28)
30 Boa Vista	5.751	0,3193 (3,61)	67,43 (3,16)	47,35 (1,38)	26,78 (7,29)	25,27 (9,46)	23,04 (1,51)	26,71 (2,17)	17,59 (2,40)	17,71 (2,85)	14,92 (3,34)	14,92 (3,34)	26,86 (8,37)	34,60 (6,84)
31 Boa Vista	6.227	0,2415 (4,48)	53,63 (4,15)	45,04 (1,29)	37,63 (5,67)	16,04 (11,5)	20,87 (1,45)	27,49 (2,69)	20,58 (2,48)	17,53 (2,85)	13,51 (4,74)	13,51 (4,74)	24,50 (8,03)	34,33 (8,54)
32 Bom Jesus	9.440	0,3119 (4,17)	68,01 (3,56)	45,85 (1,58)	26,92 (8,33)	22,54 (13,0)	24,19 (1,67)	26,84 (2,47)	17,55 (3,09)	17,03 (3,35)	14,37 (5,07)	14,37 (5,07)	22,25 (11,8)	34,33 (8,54)
33 Bom Sucesso	5.035	0,2765 (3,80)	63,14 (3,49)	43,80 (1,23)	31,19 (6,70)	13,85 (13,7)	24,54 (1,35)	27,96 (2,27)	17,37 (2,29)	17,47 (3,10)	12,64 (4,62)	12,64 (4,62)	27,64 (7,97)	37,53 (6,30)
34 Bonito de Santa Fé	10.804	0,2984 (3,99)	63,45 (3,50)	47,03 (1,44)	24,95 (7,61)	22,96 (10,6)	23,64 (1,61)	26,66 (2,00)	15,43 (3,47)	17,47 (2,93)	16,77 (3,23)	16,77 (3,23)	35,76 (6,93)	41,46 (6,06)
35 Boqueirão	16.888	0,2493 (3,31)	55,12 (3,11)	45,23 (0,94)	33,41 (4,77)	16,25 (8,72)	23,35 (1,13)	28,80 (1,88)	14,99 (3,06)	17,47 (2,50)	15,36 (2,70)	15,36 (2,70)	22,23 (6,80)	31,06 (5,37)
36 Igaracy	6.156	0,2787 (3,73)	60,58 (3,40)	45,94 (1,24)	31,64 (6,10)	21,65 (9,38)	24,51 (4,41)	27,06 (1,96)	15,46 (3,20)	17,55 (3,25)	15,85 (3,36)	15,85 (3,36)	31,77 (6,66)	39,33 (5,59)
37 Brejó do Brejo da Serra	5.111	0,2866 (4,08)	62,54 (3,75)	45,83 (1,19)	26,02 (7,78)	18,92 (12,5)	25,75 (1,44)	27,38 (2,37)	12,25 (4,44)	17,01 (3,30)	14,19 (3,44)	14,19 (3,44)	34,81 (7,44)	46,93 (5,60)
38 Brejo do Cruz	13.123	0,2621 (3,57)	58,50 (3,29)	44,81 (1,11)	31,48 (5,67)	16,87 (9,99)	24,46 (1,14)	27,36 (1,89)	14,49 (3,77)	18,93 (2,70)	14,74 (3,47)	14,74 (3,47)	24,58 (7,10)	33,96 (5,66)
39 Brejo dos Santos	6.198	0,2680 (3,67)	61,09 (3,38)	43,87 (1,18)	31,82 (6,01)	13,50 (12,6)	23,74 (1,16)	27,95 (2,39)	16,25 (2,67)	18,53 (2,85)	13,49 (3,97)	13,49 (3,97)	28,67 (7,21)	34,50 (6,25)
40 Caaporã	20.362	0,2714 (4,07)	60,66 (3,73)	44,74 (1,27)	31,25 (6,66)	15,96 (12,8)	21,47 (1,74)	28,37 (2,88)	20,48 (2,88)	15,79 (3,45)	15,79 (3,45)	15,79 (3,45)	26,51 (8,43)	37,53 (6,41)

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2010.

Notas:

Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo.

Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variação, em %, das estimativas calculadas

a Valor ajustado para 2010 a partir do US\$ em Pode de Compra, obtido em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srld=699>

b Renda média domiciliar per capita mensal de R\$140,00 de acordo com o Decreto Nº 6.917 de 30 de julho de 2009

**Tabela D.6 - Índice Multidimensional de Pobreza - Pernambuco - 2010**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)						População abaixo do limiar de pobreza (%)	Linha de pobreza nacional <sup>b</sup>
							Rendimento	Bens de Consumo e Acesso à Informação	Habitação	Condições de Saneamento e Condições Sociais	Educação	2 USD em PPC por dia <sup>a</sup>		
1 Abreu e Lima	94.429	0,1402 (3,49)	32,71 (3,28)	42,85 (0,84)	37,45 (2,73)	5,331 (11,6)	24,16 (1,14)	26,41 (1,74)	12,05 (2,30)	22,08 (1,87)	15,27 (2,62)	15,23 (5,53)	22,62 (4,28)	
2 Afogados da Ingazeira	35.088	0,1581 (4,02)	44,70 (3,81)	44,33 (0,94)	34,64 (4,51)	9,833 (11,9)	25,43 (1,15)	29,03 (1,86)	12,78 (3,76)	19,51 (2,51)	13,22 (3,85)	25,50 (6,05)	33,60 (4,93)	
3 Afrânio	17.586	0,3439 (2,19)	72,57 (2,00)	47,38 (0,76)	20,62 (6,24)	0,899 (2,99)	22,62 (1,24)	27,82 (1,49)	20,47 (1,39)	13,56 (2,27)	13,50 (2,44)	36,98 (4,68)	47,40 (3,72)	
4 Agrestina	22.679	0,2289 (4,16)	52,62 (3,98)	43,50 (1,01)	35,83 (5,45)	11,98 (13,1)	24,53 (1,31)	28,46 (2,17)	10,87 (4,90)	19,80 (2,66)	16,31 (3,86)	28,38 (6,96)	37,64 (5,62)	
5 Água Preta	33.095	0,3209 (2,65)	69,13 (2,46)	46,41 (0,90)	25,18 (6,34)	22,58 (7,69)	20,44 (1,08)	27,88 (1,89)	16,05 (2,23)	19,77 (2,18)	15,85 (2,69)	40,33 (4,85)	49,84 (3,94)	
6 Águas Belas	40.235	0,3550 (2,30)	71,91 (2,02)	49,09 (0,91)	21,63 (6,03)	31,63 (5,74)	23,16 (1,06)	27,68 (1,42)	16,69 (1,92)	16,70 (2,09)	15,73 (2,36)	43,51 (4,16)	52,09 (3,42)	
7 Alagoainha	13.759	0,2953 (3,19)	63,38 (2,78)	46,60 (1,17)	27,75 (5,81)	21,82 (8,35)	22,83 (1,31)	27,62 (1,80)	17,22 (2,13)	17,25 (2,28)	15,06 (3,14)	28,22 (6,47)	37,96 (5,06)	
8 Aliança	37.415	0,2380 (3,50)	53,87 (3,24)	44,18 (0,96)	35,83 (4,49)	14,30 (10,6)	21,88 (1,17)	28,70 (2,27)	12,92 (3,47)	19,81 (2,48)	16,67 (2,94)	26,95 (6,25)	38,67 (4,62)	
9 Altinho	22.353	0,2794 (3,65)	61,60 (3,25)	45,35 (1,22)	30,50 (6,69)	19,09 (10,9)	23,42 (1,43)	28,51 (2,18)	16,83 (3,21)	17,46 (2,88)	13,75 (4,04)	34,18 (6,48)	43,42 (5,15)	
10 Amaraji	21.939	0,2741 (4,03)	59,84 (3,25)	45,80 (1,31)	30,25 (6,54)	16,31 (11,6)	23,41 (1,36)	28,37 (2,00)	14,86 (3,67)	17,01 (3,36)	16,32 (3,09)	24,07 (8,92)	37,80 (6,29)	
11 Angelim	10.202	0,2935 (3,76)	62,13 (3,40)	47,23 (1,18)	25,26 (9,83)	24,09 (3,11)	28,25 (2,01)	15,37 (3,39)	17,35 (2,97)	14,91 (3,32)	41,30 (5,71)	50,09 (4,60)		
12 Aracióia	18.156	0,3009 (2,80)	65,83 (2,45)	45,72 (1,04)	20,37 (8,42)	21,08 (1,10)	27,25 (1,93)	17,16 (2,01)	19,53 (2,03)	14,96 (2,74)	28,54 (6,14)	38,05 (4,84)		
13 Arariipina	77.302	0,3080 (1,89)	63,61 (1,69)	48,42 (0,68)	25,83 (3,90)	27,30 (4,37)	22,13 (0,77)	27,89 (1,09)	18,02 (1,45)	16,73 (1,53)	15,21 (1,88)	29,55 (3,97)	39,01 (3,15)	
14 Arcos	68.793	0,1809 (3,42)	39,46 (3,21)	45,85 (0,96)	32,18 (3,57)	11,32 (8,29)	24,99 (1,08)	28,03 (1,51)	10,50 (3,38)	20,24 (1,86)	16,21 (2,65)	24,79 (4,65)	31,80 (3,82)	
15 Barra de Guabiraba	12.776	0,2468 (4,00)	55,79 (3,74)	44,24 (1,23)	34,54 (5,59)	12,61 (12,9)	24,54 (1,19)	29,52 (1,94)	19,53 (2,43)	17,50 (3,17)	32,65 (6,47)	43,06 (5,05)		
16 Barreiros	40.732	0,2782 (2,98)	61,39 (2,64)	45,41 (1,06)	27,18 (5,40)	17,90 (9,12)	20,65 (1,27)	27,47 (2,11)	14,70 (2,67)	21,09 (2,05)	16,07 (2,76)	35,35 (5,03)	47,19 (3,85)	
17 Belém de Maria	11.353	0,3161 (3,31)	67,75 (2,88)	46,66 (1,23)	24,97 (7,06)	23,38 (1,27)	27,86 (1,85)	15,39 (3,09)	16,58 (2,82)	14,47 (3,35)	15,35 (5,57)	48,65 (5,77)		
18 Belém do São Francisco	20.253	0,3174 (3,83)	56,48 (3,53)	47,74 (1,21)	22,48 (9,11)	29,11 (8,69)	23,14 (1,52)	28,32 (2,16)	17,44 (3,22)	16,88 (3,30)	14,19 (4,02)	32,21 (7,71)	41,00 (6,32)	
19 Belo Jardim	72.432	0,1876 (3,07)	41,92 (2,85)	44,75 (0,86)	36,86 (3,10)	10,85 (8,59)	23,75 (0,99)	28,98 (1,55)	11,78 (3,16)	18,92 (2,04)	16,54 (2,17)	22,11 (4,89)	29,11 (3,97)	
20 Betânia	12.003	0,3299 (2,82)	71,31 (2,49)	46,27 (1,09)	23,29 (6,97)	24,30 (8,44)	21,57 (1,22)	28,65 (2,14)	17,59 (1,98)	17,71 (2,42)	14,45 (3,31)	43,45 (4,97)	49,62 (4,34)	
21 Bezerros	58.668	0,1977 (3,12)	44,99 (2,9)	43,93 (0,88)	38,03 (3,22)	9,826 (9,37)	24,45 (0,91)	29,14 (1,51)	12,75 (3,17)	13,97 (2,19)	14,66 (2,64)	24,35 (4,73)	32,09 (3,89)	
22 Bodocó	35.158	0,3334 (2,08)	76,95 (1,78)	49,82 (0,95)	16,74 (7,33)	38,60 (4,97)	21,91 (1,02)	27,62 (1,51)	20,02 (1,46)	15,92 (2,22)	14,51 (2,52)	40,18 (4,58)	50,14 (3,76)	
23 Bom Conselho	45.503	0,3099 (2,51)	64,43 (2,26)	48,10 (0,84)	24,76 (5,15)	27,04 (5,96)	24,75 (1,51)	27,57 (1,35)	14,93 (2,48)	17,03 (2,03)	15,69 (2,31)	40,32 (4,12)	49,72 (3,32)	
24 Bom Jardim	37.826	0,2982 (2,58)	66,44 (2,31)	44,89 (0,87)	26,58 (5,33)	16,89 (9,30)	22,86 (0,95)	27,54 (1,55)	18,89 (1,79)	17,17 (2,20)	13,50 (2,68)	31,41 (5,36)	41,39 (4,24)	
25 Bonito	37.566	0,2802 (2,88)	59,63 (2,62)	46,99 (0,96)	28,78 (4,94)	22,48 (7,32)	23,82 (1,05)	28,75 (1,65)	11,71 (3,42)	18,90 (2,22)	16,80 (2,50)	38,50 (4,53)	46,91 (3,70)	
26 Brejão	8.844	0,3384 (2,94)	74,08 (2,59)	45,67 (1,21)	22,44 (8,14)	22,28 (9,78)	23,88 (1,34)	28,76 (1,99)	15,95 (2,85)	17,37 (3,02)	14,01 (3,65)	34,46 (6,67)	45,49 (5,25)	
27 Brejinho	7.307	0,2766 (3,29)	50,47 (3,07)	45,74 (1,01)	30,37 (5,60)	17,98 (9,24)	22,59 (1,11)	28,16 (2,05)	17,83 (2,49)	16,86 (2,59)	14,53 (3,27)	32,27 (5,73)		
28 Brejo da Madre de Deus	45.180	0,2746 (2,73)	60,18 (2,47)	45,62 (0,92)	29,93 (4,58)	18,24 (7,70)	22,88 (1,03)	27,97 (1,60)	15,83 (2,61)	17,21 (2,11)	16,08 (2,52)	24,03 (5,92)	32,57 (4,73)	
29 Buenos Aires	12.537	0,2976 (3,31)	65,02 (2,50)	45,78 (1,24)	29,72 (6,00)	19,23 (9,96)	22,04 (1,34)	28,47 (1,97)	17,45 (2,44)	18,27 (2,58)	13,76 (3,62)	26,58 (7,46)		
30 Buique	52.105	0,3859 (1,60)	77,73 (1,41)	49,64 (0,74)	17,06 (6,00)	39,32 (3,91)	22,91 (0,78)	27,83 (1,25)	18,23 (1,38)	15,95 (1,66)	15,04 (1,98)	53,81 (2,87)	63,22 (2,29)	
31 Cabo de Santo Agostinho	195.029	0,1455 (2,55)	33,70 (2,32)	43,20 (0,67)	38,52 (1,92)	7,057 (7,70)	21,80 (0,80)	27,22 (1,36)	12,31 (1,85)	21,82 (1,29)	16,83 (1,68)	17,08 (3,70)	24,59 (2,89)	
32 Cabrobó	30.873	0,3098 (3,02)	67,23 (2,60)	46,08 (1,25)	24,43 (6,41)	19,90 (9,16)	24,09 (1,10)	28,58 (2,03)	13,95 (3,46)	19,09 (2,51)	14,27 (3,30)	34,69 (5,73)	44,66 (4,54)	
33 Cachoeirinha	18.819	0,2179 (3,64)	48,54 (3,35)	44,88 (1,07)	37,87 (4,02)	13,53 (5,59)	23,87 (1,17)	28,20 (1,80)	14,61 (3,27)	18,51 (2,29)	14,78 (3,26)	27,46 (5,48)	35,67 (4,49)	
34 Caetés	26.577	0,4013 (2,10)	81,20 (1,79)	49,42 (0,93)	14,89 (8,96)	37,65 (5,65)	21,39 (1,00)	27,29 (1,78)	21,91 (1,58)	15,62 (2,07)	13,77 (2,95)	52,74 (3,91)	59,80 (3,31)	
35 Calçado	11.125	0,3420 (2,54)	74,54 (2,26)	45,89 (1,00)	20,41 (7,61)	23,16 (8,38)	25,24 (1,08)	27,83 (1,40)	18,25 (2,26)	15,41 (2,48)	13,24 (3,42)	42,87 (4,95)	51,89 (4,07)	
36 Calumbi	5.648	0,3170 (3,43)	67,54 (3,00)	46,94 (1,34)	25,95 (7,13)	23,73 (9,23)	23,77 (1,52)	27,76 (2,11)	16,31 (2,24)	17,93 (2,76)	14,20 (3,83)	34,01 (6,69)	40,53 (5,72)	
37 Camaragibe	144.466	0,1220 (3,04)	29,17 (2,88)	41,83 (0,67)	40,43 (2,07)	3,742 (10,9)	23,35 (0,96)	26,82 (1,37)	21,55 (1,48)	14,43 (4,30)	21,35 (3,46)	41,33 (4,15)		
38 Camocim de São Félix	17.104	0,2174 (3,72)	49,20 (3,48)	44,19 (1,01)	37,40 (4,28)	10,32 (11,7)	26,00 (1,13)	29,17 (1,58)	20,01 (2,30)	15,67 (2,97)	32,30 (5,16)	41,33 (4,15)		
39 Cumuruxatiba	8.156	0,2609 (4,69)	58,62 (4,30)	44,51 (1,51)	32,59 (7,20)	16,75 (13,3)	23,38 (1,70)	28,77 (2,63)	15,78 (3,27)	19,00 (3,44)	13,05 (4,88)	26,00 (9,35)	36,22 (7,18)	
40 Canhotinho	24.521	0,3018 (3,35)	55,18 (3,01)	46,30 (1,16)	25,35 (6,88)	22,02 (9,31)	22,19 (1,35)	28,73 (2,16)	14,58 (3,23)	18,33 (2,68)	16,14 (3,17)	38,57 (5,66)	50,72 (4,31)	

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2010.

UNSTATS (2014).

Notas:  
Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo.

Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variação, em %, das estimativas calculadas

a Valor ajustado para 2010 a partir do US\$ em Pode de Compra, obtido em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srld=699>  
b Renda média domiciliar per capita mensal de R\$140,00 de acordo com o Decreto N° 6.917 de 30 de julho de 2009

**Tabela D.7 - Índice Multidimensional de Pobreza - Alagoas - 2010**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)				População abaixo do limiar de pobreza (%)		
							Rendimento	Bens de Consumo e Acesso à Informação	Trabalho e Saneamento e Condições Sociais	Habitação	Educação	2 USD em PPC por dia <sup>a</sup>	Linha de pobreza nacional <sup>b</sup>
1 Água Branca	19.377	0,3779 (2,10)	75,40 (1,83)	50,12 (0,86)	18,88 (6,58)	37,69 (4,87)	23,36 (0,90)	26,77 (1,27)	18,29 (1,48)	15,59 (1,97)	15,95 (2,08)	42,32 (4,26)	53,23 (3,33)
2 Anadia	17.424	0,3108 (2,70)	66,41 (2,34)	46,79 (1,07)	23,17 (5,44)	21,51 (1,14)	23,08 (0,54)	27,39 (1,80)	16,86 (1,82)	19,15 (1,93)	15,06 (2,75)	34,76 (5,08)	48,29 (3,71)
3 Arapiraca	214.006	0,2267 (1,53)	50,78 (1,40)	44,63 (0,45)	33,17 (1,98)	12,24 (4,64)	23,08 (1,70)	27,82 (0,79)	13,20 (1,03)	20,05 (0,97)	15,82 (1,25)	20,20 (3,07)	28,40 (2,42)
4 Atalaia	44.322	0,3340 (2,44)	70,13 (2,05)	47,63 (1,03)	24,86 (5,44)	25,99 (6,70)	20,62 (1,10)	26,84 (1,66)	15,80 (1,81)	19,75 (1,79)	16,92 (2,22)	32,92 (5,11)	44,57 (3,90)
5 Barra de Santo Antônio	14.230	0,3148 (2,92)	68,87 (2,55)	45,72 (1,13)	24,85 (6,50)	19,53 (9,66)	20,59 (1,15)	27,95 (2,29)	13,03 (2,79)	20,65 (2,15)	17,75 (2,59)	34,60 (6,09)	46,92 (4,52)
6 Barra de São Miguel	7.574	0,2360 (4,63)	52,02 (4,11)	45,37 (1,53)	31,84 (5,96)	16,01 (12,1)	21,43 (1,49)	27,50 (2,60)	12,11 (3,97)	20,45 (2,56)	18,48 (3,20)	17,22 (10,9)	24,37 (8,42)
7 Batálha	17.076	0,3301 (2,55)	69,29 (2,28)	47,64 (0,95)	23,83 (6,02)	27,06 (6,72)	23,75 (1,07)	26,99 (1,48)	17,49 (1,86)	17,94 (1,93)	13,81 (2,83)	27,66 (6,27)	40,08 (4,65)
8 Belém	4.551	0,3384 (3,49)	73,14 (2,86)	46,27 (1,60)	22,46 (8,51)	22,38 (10,8)	22,95 (1,72)	27,81 (2,32)	17,86 (2,36)	17,41 (2,77)	13,94 (4,20)	29,22 (7,97)	37,31 (6,62)
9 Belo Monte	7.030	0,3559 (2,38)	80,70 (1,91)	49,06 (1,11)	16,50 (8,61)	38,95 (6,32)	21,68 (1,24)	19,51 (1,76)	15,96 (2,44)	14,96 (2,48)	13,28 (3,46)	61,69 (3,56)	53,28 (4,36)
10 Boca da Mata	25.776	0,2531 (4,46)	55,26 (4,02)	45,81 (1,35)	31,65 (6,31)	17,13 (12,4)	23,60 (1,46)	28,15 (2,65)	12,27 (2,45)	21,19 (2,75)	14,77 (4,27)	41,17 (5,27)	44,77 (6,08)
11 Branquinha	10.583	0,3253 (3,47)	70,19 (3,04)	46,35 (1,32)	22,88 (8,41)	21,84 (10,8)	20,46 (1,50)	27,68 (2,55)	15,21 (2,93)	19,77 (2,54)	16,86 (3,58)	27,43 (8,69)	34,74 (4,10)
12 Cadiómbinhas	10.195	0,4123 (2,44)	82,75 (1,93)	49,83 (1,27)	13,00 (10,5)	41,19 (6,14)	21,10 (1,43)	26,97 (2,22)	21,80 (1,34)	16,63 (2,39)	13,48 (3,32)	38,61 (6,35)	48,34 (5,10)
13 Cajueiro	20.409	0,3415 (3,15)	73,40 (2,81)	46,53 (1,20)	21,78 (8,78)	24,79 (10,1)	20,10 (1,41)	27,84 (2,46)	14,25 (2,66)	21,50 (2,73)	16,29 (3,25)	33,32 (7,66)	44,43 (5,97)
14 Campestre	6.598	0,2865 (4,33)	61,18 (3,87)	46,82 (1,35)	29,44 (7,20)	23,96 (11,0)	21,43 (1,49)	28,02 (2,15)	12,38 (3,40)	19,72 (2,90)	18,42 (3,39)	31,00 (8,43)	40,75 (6,53)
15 Campo Alegre	50.816	0,2983 (2,39)	66,97 (2,21)	44,55 (0,79)	27,52 (5,12)	15,75 (8,25)	20,03 (0,96)	28,35 (1,88)	14,32 (1,59)	19,52 (1,68)	17,76 (2,12)	34,78 (4,63)	46,47 (3,57)
16 Campo Grande	9.032	0,3797 (2,74)	77,98 (2,44)	48,69 (1,10)	20,03 (9,10)	34,38 (7,25)	23,34 (1,25)	28,44 (1,99)	16,30 (2,35)	16,56 (2,75)	15,75 (3,06)	50,00 (5,01)	58,09 (4,15)
17 Canapi	17.250	0,4372 (1,65)	84,86 (1,32)	51,51 (0,84)	13,07 (1,33)	46,88 (4,13)	22,43 (0,93)	26,97 (1,25)	20,84 (1,09)	15,61 (1,86)	14,13 (3,45)	54,25 (3,45)	61,09 (2,91)
18 Capela	17.077	0,2944 (3,36)	63,02 (2,91)	46,72 (1,24)	27,28 (5,99)	22,73 (8,95)	22,61 (1,29)	27,76 (1,93)	12,79 (3,08)	19,64 (2,27)	17,17 (2,76)	30,18 (6,58)	44,87 (4,60)
19 Carneiros	8.290	0,4277 (2,81)	83,87 (2,08)	50,99 (1,54)	13,78 (11,4)	46,13 (6,76)	22,54 (1,35)	27,59 (1,96)	18,05 (2,20)	16,54 (2,81)	15,26 (4,09)	44,70 (6,92)	54,78 (5,43)
20 Chã Preta	7.146	0,3397 (2,88)	72,10 (2,49)	47,12 (1,19)	23,31 (7,16)	24,64 (8,75)	21,84 (1,24)	28,36 (2,05)	15,65 (2,30)	18,56 (2,51)	15,56 (3,05)	40,01 (5,63)	50,96 (4,40)
21 Coité do Nóia	10.926	0,3918 (2,35)	79,36 (2,02)	49,36 (1,01)	17,88 (8,43)	38,02 (5,94)	21,75 (1,08)	26,62 (1,73)	21,74 (1,49)	15,69 (2,53)	14,17 (2,92)	42,12 (5,26)	49,52 (4,48)
22 Colônia Leopoldina	20.019	0,3211 (3,83)	66,57 (3,32)	48,23 (1,54)	20,07 (9,64)	21,36 (1,49)	20,29 (2,25)	28,63 (2,25)	12,04 (4,29)	18,96 (2,59)	18,98 (3,39)	35,93 (7,14)	46,94 (5,51)
23 Coqueiro Seco	5.526	0,2512 (4,82)	55,47 (4,34)	45,30 (1,61)	34,27 (6,55)	16,33 (13,1)	21,77 (1,82)	27,81 (2,74)	14,34 (3,15)	19,63 (2,90)	16,25 (3,33)	24,14 (9,44)	33,00 (7,44)
24 Coruripe	52.130	0,2617 (2,85)	57,67 (2,59)	45,38 (0,92)	33,26 (4,19)	15,27 (8,64)	22,61 (1,08)	28,18 (1,71)	13,72 (1,83)	20,86 (1,83)	14,61 (2,63)	26,45 (5,49)	35,69 (4,34)
25 Crailbas	22.641	0,3829 (2,52)	78,36 (2,12)	48,87 (1,12)	19,57 (8,31)	35,11 (6,54)	22,14 (1,13)	27,19 (1,78)	20,16 (1,95)	16,61 (2,50)	13,88 (3,63)	42,27 (5,41)	52,37 (4,34)
26 Delmiro Gouveia	48.096	0,2297 (3,35)	50,10 (3,08)	45,84 (1,00)	32,57 (4,31)	14,82 (8,82)	23,78 (1,09)	27,36 (1,73)	11,33 (3,32)	19,94 (2,20)	17,56 (2,37)	26,70 (5,33)	34,99 (4,37)
27 Dois Riachos	10.880	0,3891 (2,36)	78,95 (2,02)	49,28 (1,02)	17,76 (8,26)	39,40 (5,94)	22,88 (1,26)	27,54 (1,54)	20,11 (1,60)	14,58 (2,55)	14,86 (3,01)	44,92 (5,10)	58,25 (3,75)
28 Estrela de Alagoas	17.251	0,4076 (1,74)	82,92 (1,45)	49,16 (0,80)	15,43 (7,25)	39,38 (4,82)	23,06 (0,89)	27,18 (1,20)	22,08 (1,22)	14,77 (2,06)	12,90 (2,78)	41,57 (4,44)	52,61 (3,48)
29 Feira Grande	21.321	0,3662 (2,47)	77,88 (2,17)	47,02 (1,08)	18,87 (8,37)	27,48 (7,44)	23,20 (1,19)	27,61 (1,72)	17,76 (1,68)	16,75 (2,48)	14,65 (2,91)	43,75 (4,95)	56,37 (3,81)
30 Feliz Deserto	4.345	0,3514 (3,59)	75,25 (2,87)	46,69 (1,67)	20,84 (9,57)	23,67 (12,4)	22,90 (1,55)	27,71 (2,24)	17,11 (2,57)	18,54 (3,14)	13,72 (4,51)	32,07 (8,64)	42,40 (6,89)
31 Flexeiras	12.325	0,3404 (2,91)	71,43 (2,60)	47,65 (1,15)	20,99 (7,84)	21,64 (1,27)	28,43 (1,28)	14,93 (3,28)	18,88 (2,51)	16,10 (2,95)	13,68 (3,51)	33,68 (6,51)	43,98 (5,13)
32 Giraúdo Ronciano	36.600	0,4010 (1,81)	81,12 (1,54)	49,43 (0,82)	16,54 (7,18)	39,57 (4,75)	23,01 (0,92)	27,98 (1,26)	19,31 (1,35)	15,44 (2,02)	14,23 (2,49)	50,80 (3,62)	59,82 (2,97)
33 Iatéguara	15.149	0,3110 (2,96)	65,06 (2,66)	47,81 (1,06)	27,38 (5,82)	24,59 (7,78)	21,45 (1,03)	29,06 (1,68)	11,99 (3,45)	20,06 (2,21)	17,41 (2,55)	43,76 (4,53)	56,53 (3,38)
34 Igaci	25.188	0,3695 (2,29)	76,96 (2,01)	48,02 (0,99)	18,92 (7,51)	30,03 (6,35)	22,22 (1,07)	27,53 (1,70)	20,55 (1,49)	16,08 (2,04)	13,60 (2,87)	39,63 (4,98)	48,14 (4,13)
35 Igreja Nova	23.292	0,3419 (2,92)	73,13 (2,50)	46,74 (1,19)	22,43 (7,51)	27,38 (8,55)	21,91 (1,37)	27,37 (2,02)	18,11 (2,07)	18,46 (2,61)	14,13 (3,25)	44,28 (5,31)	53,26 (4,30)
36 Inhapi	17.898	0,4197 (2,19)	80,77 (1,72)	51,96 (1,05)	15,29 (8,20)	46,04 (4,87)	20,58 (1,15)	27,60 (1,91)	21,03 (1,53)	27,60 (2,24)	15,42 (2,75)	57,80 (3,61)	65,98 (2,91)
37 Jacaré dos Homens	5.413	0,3655 (2,93)	76,22 (2,56)	47,95 (1,25)	19,04 (9,32)	30,46 (8,20)	24,25 (1,39)	28,59 (1,73)	14,78 (2,39)	17,20 (2,72)	15,17 (3,29)	34,10 (7,40)	48,18 (5,30)
38 Jacuípe	6.997	0,3466 (2,97)	72,15 (2,66)	48,03 (1,06)	22,99 (7,84)	29,27 (7,94)	21,40 (1,31)	27,77 (1,98)	16,84 (2,45)	17,51 (2,52)	16,46 (2,73)	32,06 (6,92)	45,09 (5,19)
39 Japaratininga	7.754	0,3384 (2,87)	70,44 (2,51)	48,05 (1,13)	23,28 (6,85)	28,22 (7,55)	20,86 (1,29)	27,74 (1,97)	17,45 (1,73)	18,44 (2,38)	15,49 (2,93)	29,88 (6,85)	42,03 (5,16)
40 Jaramataia	5.558	0,3386 (3,27)	75,30 (2,66)	48,94 (1,50)	21,88 (8,68)	33,52 (8,18)	23,99 (1,47)	27,63 (1,76)	18,90 (2,23)	16,10 (3,00)	13,35 (4,49)	35,42 (7,38)	50,36 (5,23)

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2010.

UNSTATS (2014).

Notas: Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo.

Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variação em %, das estimativas calculadas

a Valor ajustado para 2010 a partir do US\$ em Pode de Paridade de Compra, obtido em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srld=699>

b Renda média domiciliar per capita mensal de R\$140,00 de acordo com o Decreto N° 6.917 de 30 de julho de 2009

**Tabela D.8 - Índice Multidimensional de Pobreza - Sergipe - 2010**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)				População abaixo do limiar de pobreza (%)			
							Rendimento	Trabalho e Rendimento	Bens de Consumo e Acesso à Informação	Condições de Saneamento e Condições Sociais	Educação	2 USD em PPC por dia <sup>a</sup>	Linha de pobreza nacional <sup>b</sup>	
1 Amparo de São Francisco	2.275	0,2558 (5,58)	55,90 (5,08)	45,76 (1,56)	34,55 (7,65)	17,74 (15,1)	25,94 (1,69)	27,92 (2,29)	14,33 (4,42)	19,71 (4,20)	12,08 (5,67)	29,17 (9,77)	37,73 (7,83)	
2 Aquidabá	20.056	0,2765 (2,73)	60,66 (2,48)	45,58 (0,85)	29,07 (2,80)	29,00 (0,59)	28,85 (4,68)	24,50 (1,00)	28,19 (1,52)	13,16 (2,15)	17,99 (2,06)	16,14 (2,38)	34,62 (4,71)	44,45 (3,70)
3 Aracaju	57.149	0,0848 (2,92)	39,07 (2,95)	45,58 (0,85)	29,00 (1,19)	3,394 (8,67)	29,00 (1,98)	23,80 (1,94)	25,89 (1,28)	8,469 (2,27)	23,24 (1,33)	18,58 (1,64)	9,834 (4,05)	14,01 (3,31)
4 Arauá	10.878	0,3164 (3,32)	67,32 (2,95)	47,00 (1,19)	27,28 (6,85)	24,41 (9,02)	23,82 (1,20)	28,21 (0,97)	15,96 (2,41)	16,93 (2,73)	15,05 (3,33)	32,20 (6,91)	44,12 (5,23)	44,12 (5,23)
5 Areia Branca	16.857	0,2773 (3,26)	61,19 (2,89)	45,32 (1,14)	32,88 (5,05)	15,81 (10,7)	23,33 (1,20)	27,16 (1,85)	14,14 (2,37)	18,25 (2,54)	17,09 (2,58)	20,82 (8,25)	34,17 (5,64)	34,17 (5,64)
6 Barra dos Coqueiros	24.976	0,1754 (3,94)	39,72 (3,71)	44,17 (1,04)	34,63 (3,92)	8,949 (10,7)	23,38 (1,32)	26,73 (1,92)	10,76 (3,06)	21,32 (2,21)	17,79 (2,73)	27,10 (5,01)	34,73 (4,15)	34,73 (4,15)
7 Boquim	25.533	0,2837 (3,47)	61,01 (3,11)	46,50 (1,14)	29,75 (5,82)	21,11 (9,03)	24,87 (1,21)	27,23 (1,74)	15,51 (2,28)	17,01 (2,51)	15,05 (2,83)	29,19 (6,71)	39,75 (5,16)	39,75 (5,16)
8 Brejo Grande	7.742	0,3805 (3,01)	78,94 (2,56)	48,21 (1,40)	18,11 (9,94)	30,91 (9,16)	23,73 (1,51)	27,94 (2,17)	16,00 (2,50)	17,69 (2,68)	14,61 (3,94)	43,81 (6,57)	56,54 (5,00)	56,54 (5,00)
9 Campo do Brito	16.749	0,2369 (3,49)	54,14 (3,21)	43,76 (0,96)	35,50 (4,54)	10,79 (12,5)	25,01 (1,15)	28,02 (1,75)	13,48 (2,53)	17,72 (2,32)	15,74 (2,76)	20,60 (7,61)	29,27 (5,89)	29,27 (5,89)
10 Canhoba de São Francisco	3.956	0,3503 (3,90)	73,26 (3,28)	47,82 (1,58)	21,74 (10,0)	32,02 (10,7)	23,25 (1,67)	28,31 (2,79)	17,30 (2,65)	16,29 (3,68)	14,82 (4,80)	36,53 (9,00)	47,57 (6,89)	47,57 (6,89)
11 Canindé de São Francisco	24.686	0,3151 (3,52)	66,17 (3,09)	46,62 (1,28)	24,76 (7,35)	26,00 (8,94)	23,21 (1,41)	27,66 (2,06)	13,75 (3,39)	18,10 (2,73)	16,26 (2,88)	34,65 (6,53)	47,97 (4,90)	47,97 (4,90)
12 Capela	30.761	0,2803 (3,28)	62,18 (2,91)	45,07 (1,09)	28,11 (5,76)	18,34 (9,84)	21,69 (1,22)	27,71 (2,22)	15,44 (2,11)	19,78 (2,25)	15,35 (3,19)	28,26 (6,58)	39,24 (5,04)	39,24 (5,04)
13 Cárira	20.007	0,3227 (2,58)	63,67 (2,24)	47,54 (0,98)	29,92 (4,47)	24,18 (6,35)	22,65 (0,91)	27,48 (1,46)	17,98 (1,81)	16,82 (1,90)	15,06 (2,16)	25,78 (5,74)	36,36 (4,35)	36,36 (4,35)
14 Carmópolis	13.503	0,1667 (5,80)	38,92 (5,53)	42,84 (1,20)	38,53 (5,07)	7,498 (18,3)	24,71 (1,79)	27,98 (2,53)	7,403 (4,78)	20,34 (3,12)	19,55 (3,26)	21,65 (9,01)	32,05 (6,59)	32,05 (6,59)
15 Cedro de São João	5.633	0,2054 (5,33)	47,38 (4,96)	43,36 (1,41)	38,00 (5,75)	9,730 (17,5)	25,32 (1,53)	28,26 (2,49)	10,51 (3,96)	20,84 (2,90)	15,04 (4,28)	21,79 (9,41)	33,29 (6,90)	33,29 (6,90)
16 Cristinhópolis	16.519	0,3854 (2,21)	75,99 (1,88)	48,08 (0,98)	20,08 (6,53)	28,78 (6,59)	25,58 (0,97)	28,18 (1,47)	15,93 (1,68)	17,12 (1,99)	16,16 (2,26)	33,08 (5,60)	44,29 (4,33)	44,29 (4,33)
17 Cumbe	3.813	0,2717 (4,62)	61,25 (4,29)	44,36 (1,28)	33,79 (7,51)	12,51 (17,5)	24,47 (1,45)	28,29 (2,36)	12,08 (3,36)	19,06 (3,76)	21,82 (15,1)	37,33 (9,15)	44,29 (4,33)	44,29 (4,33)
18 Divina Pastora	4.326	0,2692 (4,93)	59,66 (4,51)	45,12 (1,68)	32,17 (9,03)	21,32 (2,03)	23,33 (2,71)	26,33 (2,71)	15,41 (3,03)	21,16 (3,24)	17,38 (4,20)	22,38 (15,0)	29,31 (9,34)	29,31 (9,34)
19 Estância	64.409	0,2376 (2,85)	52,34 (2,58)	45,39 (0,87)	31,41 (3,78)	15,07 (7,99)	23,40 (1,07)	26,86 (1,47)	13,70 (1,90)	20,24 (1,88)	15,78 (2,13)	20,48 (5,94)	29,56 (4,58)	29,56 (4,58)
20 Feira Nova	5.324	0,3010 (3,61)	65,39 (3,29)	46,04 (1,23)	30,02 (6,82)	19,30 (11,2)	24,76 (1,32)	27,18 (2,22)	14,38 (2,88)	18,25 (3,29)	15,40 (3,40)	32,91 (7,17)	43,94 (5,56)	43,94 (5,56)
21 Frei Paulo	13.874	0,2369 (4,08)	52,88 (3,70)	44,81 (1,35)	36,90 (4,96)	14,70 (11,2)	21,54 (1,35)	27,85 (2,03)	15,01 (2,94)	17,64 (2,73)	17,94 (2,74)	14,85 (10,1)	23,24 (7,76)	23,24 (7,76)
22 Gararu	11.405	0,3394 (2,67)	72,65 (2,42)	46,71 (0,94)	20,88 (7,55)	23,40 (1,08)	28,02 (1,78)	17,32 (2,03)	16,72 (2,62)	14,52 (2,83)	14,52 (4,51)	47,66 (5,15)	56,36 (3,72)	56,36 (3,72)
23 General Maynard	2.929	0,1850 (8,04)	43,21 (7,64)	42,81 (2,06)	40,85 (7,68)	7,519 (27,1)	24,85 (2,23)	28,54 (4,12)	20,44 (4,14)	13,89 (7,01)	25,79 (11,5)	33,40 (9,47)	33,40 (9,47)	33,40 (9,47)
24 Graccho Cardoso	5.645	0,2569 (3,56)	64,95 (3,21)	47,30 (1,21)	28,03 (6,83)	19,58 (10,8)	23,53 (1,34)	28,43 (2,20)	15,08 (2,34)	17,35 (3,04)	15,59 (3,31)	39,01 (6,03)	47,95 (4,93)	47,95 (4,93)
25 Ilha das Flores	8.348	0,3374 (3,41)	70,95 (3,01)	47,55 (1,33)	23,91 (8,26)	25,57 (9,74)	22,58 (1,25)	28,22 (2,42)	13,66 (2,42)	19,88 (2,92)	15,63 (3,65)	51,36 (5,05)	60,90 (4,04)	60,90 (4,04)
26 Indiaroba	15.831	0,3221 (2,49)	75,16 (2,07)	49,51 (1,07)	21,46 (6,81)	35,59 (6,02)	22,66 (1,20)	27,09 (1,59)	17,81 (1,83)	17,10 (2,39)	15,32 (2,48)	40,03 (5,22)	50,93 (4,03)	50,93 (4,03)
27 Itabaiana	86.967	0,1758 (2,77)	41,08 (2,67)	42,80 (0,62)	36,68 (2,81)	7,667 (8,55)	24,52 (0,73)	28,20 (1,26)	11,45 (2,48)	18,79 (1,72)	17,02 (1,83)	15,75 (5,26)	23,98 (4,04)	23,98 (4,04)
28 Itabaianinha	38.910	0,3310 (2,62)	66,21 (2,33)	48,48 (0,99)	24,33 (5,70)	28,82 (6,11)	23,37 (0,91)	27,42 (1,53)	16,30 (2,38)	16,84 (2,06)	16,04 (2,22)	34,00 (5,24)	44,89 (4,03)	44,89 (4,03)
29 Itabi	4.972	0,2526 (4,60)	56,04 (4,26)	45,08 (1,37)	33,15 (6,57)	15,44 (13,4)	24,67 (1,62)	27,53 (2,48)	14,42 (3,04)	17,33 (3,25)	16,02 (3,82)	28,00 (8,41)	37,82 (6,54)	37,82 (6,54)
30 Igarapó-d'Ajuda	30.419	0,3012 (3,35)	63,56 (2,96)	47,38 (1,16)	27,23 (6,24)	24,84 (8,36)	21,33 (1,32)	26,95 (2,22)	16,90 (2,47)	18,44 (2,51)	16,35 (2,60)	33,34 (6,22)	44,55 (4,76)	44,55 (4,76)
31 Igarapó das Boas	16.864	0,2636 (3,53)	58,36 (3,16)	45,18 (1,11)	32,75 (5,21)	17,40 (10,3)	22,89 (1,29)	27,49 (2,37)	15,75 (2,37)	19,31 (2,53)	14,53 (3,43)	36,46 (5,35)	46,36 (4,04)	46,36 (4,04)
32 Japoatã	12.938	0,3194 (3,00)	68,86 (2,62)	46,39 (1,13)	28,58 (6,09)	24,78 (8,82)	22,99 (1,38)	27,37 (1,98)	16,76 (2,05)	17,41 (2,67)	15,46 (3,36)	29,20 (7,25)	43,17 (5,20)	43,17 (5,20)
33 Lagarto	94.861	0,2448 (2,17)	54,13 (1,97)	45,23 (0,68)	31,82 (3,05)	14,73 (6,17)	23,84 (0,77)	27,50 (1,09)	15,06 (1,57)	17,98 (1,47)	15,59 (1,71)	21,27 (4,44)	29,07 (3,56)	29,07 (3,56)
34 Laranjeiras	26.902	0,2211 (4,09)	52,16 (3,94)	42,38 (1,06)	34,57 (5,56)	8,415 (13,9)	21,18 (1,31)	27,90 (2,84)	14,03 (2,63)	21,44 (2,59)	15,43 (3,27)	27,60 (6,83)	38,11 (5,35)	38,11 (5,35)
35 Macambira	6.401	0,2634 (4,05)	56,76 (3,67)	46,40 (1,30)	31,18 (5,97)	18,21 (10,7)	23,96 (1,34)	27,72 (1,83)	17,84 (2,95)	16,07 (2,72)	14,38 (3,49)	20,97 (9,07)	33,70 (6,35)	33,70 (6,35)
36 Malhada dos Bois	3.456	0,2664 (5,38)	60,82 (5,00)	43,80 (1,41)	32,00 (8,80)	9,144 (25,3)	23,11 (1,97)	27,86 (3,24)	12,73 (2,97)	16,49 (4,96)	26,82 (11,7)	37,84 (8,74)	46,36 (4,04)	46,36 (4,04)
37 Malhador	12.043	0,2288 (3,18)	62,77 (2,95)	45,21 (1,01)	31,85 (5,54)	15,80 (10,0)	24,57 (1,38)	27,63 (3,57)	14,53 (2,41)	18,10 (2,56)	15,14 (2,82)	21,23 (5,02)	31,87 (6,06)	31,87 (6,06)
38 Maruim	16.343	0,2197 (4,22)	48,82 (3,92)	45,00 (1,18)	32,82 (5,31)	12,72 (11,5)	23,01 (1,29)	27,44 (2,26)	13,72 (3,38)	19,77 (2,30)	16,04 (3,35)	23,06 (7,30)	34,15 (5,51)	34,15 (5,51)
39 Moita Bonita	11.001	0,2559 (3,82)	57,43 (3,54)	44,55 (1,07)	32,18 (5,72)	14,50 (11,9)	24,23 (1,13)	27,53 (1,85)	17,20 (3,00)	15,63 (2,97)	15,39 (2,99)	17,70 (9,76)	29,64 (6,99)	29,64 (6,99)
40 Monte Alegre de Sergipe	13.627	0,3205 (2,87)	67,94 (2,59)	47,17 (1,00)	24,61 (6,54)	25,53 (7,60)	24,24 (1,13)	28,04 (1,66)	14,40 (3,04)	16,62 (2,59)	16,67 (2,50)	43,92 (4,64)	53,70 (3,70)	53,70 (3,70)

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2010.

UNSTATS (2014).

Notas: Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo.

Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variação, em %, das estimativas calculadas

a Valor ajustado para 2010 a partir do US\$ em Pode de Compra, obtido em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?rid=699>

b Renda média domiciliar per capita mensal de R\$140,00 de acordo com o Decreto N° 6.917 de 30 de julho de 2009

**Tabela D.9 - Índice Multidimensional de Pobreza - Bahia - 2010**

Município	População	IMP	Incidência - H (%)	Intensidade - A (%)	Vulnerável à pobreza (%)	Pobreza grave (%)	Contribuição das dimensões para a pobreza multidimensional (%)						População abaixo do limiar de pobreza (%)			
							Trabalho e Rendimento		Bens de Consumo e Acesso à Informação		Saneamento e Habitação		Condições de Condições Sociais	Educação	2 USD em PPC por dia <sup>a</sup>	Linha de pobreza nacional <sup>b</sup>
							35,04 (6,45)	24,96 (1,44)	30,38 (2,59)	15,23 (3,09)	17,05 (3,67)	12,36 (4,57)	27,67 (8,24)	33,59 (7,06)		
1 Abaira	8.316	0,2442 (4,49)	56,17 (4,27)	43,47 (1,19)	35,04 (6,45)	10,89 (15,3)	21,78 (0,97)	30,53 (1,85)	16,09 (2,45)	17,58 (2,18)	13,99 (2,58)	41,12 (4,55)	49,13 (4,55)	33,59 (7,06)		
2 Abraé	17.064	0,3395 (2,45)	70,73 (2,22)	48,00 (0,89)	23,17 (6,30)	29,94 (6,10)	24,02 (1,17)	27,52 (1,69)	15,70 (2,02)	18,04 (2,43)	15,03 (2,86)	40,86 (4,98)	50,36 (4,00)	33,59 (7,06)		
3 Acajutiba	14.653	0,3306 (2,84)	68,38 (2,47)	48,34 (1,11)	24,34 (6,19)	23,34 (7,00)	21,33 (6,34)	27,11 (0,94)	29,41 (1,52)	19,16 (1,66)	16,01 (1,92)	13,47 (2,35)	43,64 (3,91)	51,21 (3,35)	33,59 (7,06)	
4 Adustina	15.703	0,3511 (2,23)	73,38 (1,99)	47,85 (0,86)	21,33 (0,86)	33,90 (5,96)	21,95 (0,98)	28,94 (1,68)	19,51 (1,53)	16,07 (2,34)	13,51 (2,60)	40,74 (4,82)	50,88 (3,81)	33,59 (7,06)		
5 Água Fria	15.731	0,3748 (2,18)	76,89 (1,82)	48,74 (0,94)	19,13 (6,70)	21,43 (8,27)	28,03 (8,58)	22,46 (1,10)	29,82 (2,28)	18,03 (1,98)	15,37 (3,01)	14,30 (3,37)	28,48 (7,97)	36,66 (6,55)	33,59 (7,06)	
6 Érico Cardoso	10.859	0,3500 (2,95)	74,69 (2,56)	46,86 (1,23)	35,91 (6,77)	17,91 (12,8)	22,74 (1,86)	30,85 (2,64)	14,04 (5,07)	18,21 (3,44)	14,13 (4,44)	19,84 (11,3)	27,11 (9,06)	33,59 (7,06)		
7 Alquara	4.602	0,2410 (5,47)	52,46 (4,93)	45,94 (1,77)	35,91 (6,77)	17,91 (12,8)	22,74 (1,86)	30,85 (2,64)	14,04 (5,07)	18,21 (3,44)	14,13 (4,44)	19,84 (11,3)	27,11 (9,06)	33,59 (7,06)		
8 Alagoainhas	141.949	0,1585 (2,68)	35,55 (2,49)	44,60 (0,69)	32,40 (2,51)	9,583 (6,85)	23,25 (0,95)	27,14 (1,25)	12,89 (1,82)	20,14 (1,48)	16,55 (1,86)	15,95 (4,45)	22,46 (3,51)	33,59 (7,06)		
9 Alcobaça	21.271	0,2739 (4,16)	59,59 (3,73)	45,90 (1,44)	30,76 (6,66)	19,58 (10,9)	21,83 (1,41)	28,07 (2,34)	17,16 (2,90)	18,26 (3,01)	14,65 (4,01)	25,22 (8,73)	33,61 (6,94)	33,59 (7,06)		
10 Almadina	6.357	0,2631 (3,92)	57,58 (3,60)	45,69 (1,25)	31,49 (6,01)	16,80 (10,9)	23,68 (1,64)	30,71 (2,05)	10,70 (3,50)	19,52 (2,93)	15,36 (3,50)	23,44 (8,23)	39,12 (5,56)	33,59 (7,06)		
11 Amargosa	34.351	0,2604 (3,37)	56,41 (3,00)	46,16 (1,28)	31,65 (4,96)	24,25 (1,23)	28,85 (2,03)	14,03 (2,69)	18,36 (2,71)	14,58 (3,57)	23,23 (7,10)	34,58 (5,25)	33,59 (7,06)			
12 Amélia Rodrigues	25.190	0,2327 (4,15)	52,53 (3,90)	44,30 (1,13)	35,95 (5,38)	12,16 (12,4)	24,28 (1,58)	27,57 (2,19)	15,37 (2,61)	20,00 (2,65)	12,77 (4,09)	20,72 (8,00)	29,61 (6,44)	33,59 (7,06)		
13 América Dourada	15.961	0,3543 (2,25)	75,80 (1,93)	46,74 (0,94)	22,25 (6,40)	25,74 (7,32)	25,09 (1,06)	29,42 (1,57)	14,22 (2,11)	17,06 (2,18)	14,19 (2,93)	45,30 (4,27)	53,96 (3,52)	33,59 (7,06)		
14 Anagé	25.516	0,3675 (2,48)	76,85 (2,15)	47,81 (1,00)	19,65 (7,95)	30,27 (7,15)	20,31 (1,18)	29,02 (1,39)	20,30 (1,39)	15,69 (2,61)	14,66 (2,95)	30,43 (6,76)	39,01 (5,53)	33,59 (7,06)		
15 Andarai	13.960	0,3828 (2,33)	77,00 (1,95)	49,71 (1,08)	18,78 (7,33)	35,92 (5,85)	23,41 (1,05)	28,96 (1,72)	16,15 (2,35)	14,23 (2,58)	14,23 (2,58)	44,30 (4,67)	55,02 (3,66)	33,59 (7,06)		
16 Andorinha	14.414	0,3073 (2,92)	64,53 (2,64)	47,61 (0,99)	25,76 (5,95)	25,22 (7,20)	22,47 (1,07)	31,03 (1,71)	15,93 (2,68)	15,93 (3,24)	31,15 (5,72)	40,47 (4,64)	53,96 (3,52)	33,59 (7,06)		
17 Angical	14.073	0,3131 (2,87)	68,37 (2,54)	47,85 (1,26)	26,07 (6,08)	18,34 (6,62)	26,47 (1,28)	27,67 (1,77)	19,95 (1,76)	17,45 (2,54)	13,34 (3,27)	37,77 (5,31)	44,83 (4,34)	33,59 (7,06)		
18 Anguera	10.242	0,3279 (4,06)	67,93 (3,57)	48,28 (1,54)	26,16 (8,50)	28,58 (10,1)	21,87 (2,13)	26,82 (2,88)	19,85 (3,61)	17,41 (3,37)	14,03 (4,21)	23,52 (10,4)	38,82 (7,34)	33,59 (7,06)		
19 Antas	17.072	0,2630 (3,66)	56,92 (3,31)	46,21 (1,22)	32,91 (5,29)	17,65 (9,95)	22,02 (1,41)	31,43 (2,28)	15,70 (3,14)	16,78 (2,73)	14,05 (3,38)	36,40 (5,24)	43,01 (4,54)	33,59 (7,06)		
20 Antônio Cardoso	11.554	0,3569 (2,98)	74,93 (2,51)	48,21 (1,27)	22,34 (7,75)	29,07 (8,38)	22,38 (1,43)	27,25 (1,92)	19,59 (1,76)	14,63 (2,75)	16,13 (3,47)	29,80 (7,62)	38,11 (6,36)	33,59 (7,06)		
21 Antônio Gonçalves	11.015	0,3020 (3,24)	56,80 (2,95)	45,21 (1,12)	25,84 (6,92)	19,47 (10,1)	23,45 (1,29)	29,82 (2,05)	16,37 (2,48)	16,73 (2,92)	13,60 (3,31)	27,46 (7,67)	36,59 (6,07)	33,59 (7,06)		
22 Aporá	17.731	0,3560 (2,20)	74,73 (1,83)	47,63 (1,00)	20,56 (6,05)	25,69 (6,79)	24,24 (0,93)	29,23 (1,23)	15,92 (1,39)	16,03 (1,98)	14,56 (2,35)	48,66 (3,66)	56,22 (3,06)	33,59 (7,06)		
23 Apuarema	7.459	0,3274 (3,08)	68,11 (2,66)	48,08 (1,23)	25,75 (6,47)	26,28 (7,98)	23,87 (1,29)	29,66 (1,81)	14,38 (3,05)	16,58 (2,52)	15,49 (3,08)	29,90 (6,84)	40,30 (5,35)	33,59 (7,06)		
24 Aracatu	13.743	0,3788 (2,26)	79,51 (1,88)	47,64 (1,07)	17,57 (7,98)	29,32 (7,02)	20,64 (1,12)	31,39 (1,92)	21,08 (1,43)	14,51 (2,70)	12,36 (2,95)	20,13 (8,80)	28,59 (5,90)	33,59 (7,06)		
25 Aragás	11.561	0,3385 (3,11)	70,91 (2,66)	47,74 (1,28)	23,62 (7,24)	22,80 (1,37)	27,28 (2,14)	16,53 (2,15)	16,85 (2,72)	16,53 (2,90)	16,53 (2,90)	38,96 (5,93)	47,95 (4,81)	33,59 (7,06)		
26 Araci	51.651	0,3959 (1,63)	76,90 (1,41)	51,48 (0,75)	15,86 (5,97)	42,38 (3,59)	22,09 (0,79)	28,60 (1,19)	18,46 (1,41)	15,77 (1,80)	15,05 (1,93)	43,27 (3,51)	53,86 (2,75)	33,59 (7,06)		
27 Aramari	10.036	0,2960 (3,85)	64,96 (3,50)	45,57 (1,41)	26,66 (7,65)	22,46 (10,6)	20,28 (1,48)	27,72 (2,87)	18,78 (2,30)	18,71 (4,02)	14,49 (4,27)	29,30 (8,40)	40,42 (6,41)	33,59 (7,06)		
28 Arataca	10.392	0,3453 (2,98)	72,33 (2,55)	47,73 (1,22)	23,20 (7,38)	28,30 (8,03)	21,32 (1,51)	29,64 (2,15)	16,90 (2,49)	16,92 (2,63)	15,21 (3,49)	24,08 (8,76)	39,25 (5,90)	33,59 (7,06)		
29 Aratuípe	8.599	0,3245 (3,55)	68,29 (3,25)	47,51 (1,23)	23,89 (8,44)	27,60 (8,93)	23,21 (1,48)	27,96 (1,95)	15,41 (3,13)	16,57 (3,22)	16,82 (3,32)	28,67 (8,22)	40,54 (6,31)	33,59 (7,06)		
30 Aurelino Leal	13.595	0,3052 (3,20)	65,60 (2,79)	46,66 (1,20)	27,95 (6,11)	21,16 (9,23)	22,73 (1,32)	29,16 (1,65)	13,35 (3,32)	18,17 (2,62)	16,56 (2,80)	24,93 (7,58)	37,55 (5,53)	33,59 (7,06)		
31 Baitocá	13.850	0,3310 (2,47)	73,69 (2,20)	44,92 (0,91)	23,42 (6,55)	16,61 (10,4)	24,36 (1,00)	29,22 (1,57)	16,39 (1,44)	16,00 (2,55)	14,01 (3,02)	41,90 (4,89)	49,76 (4,11)	33,59 (7,06)		
32 Baixa Grande	20.060	0,3418 (3,59)	71,17 (2,92)	48,02 (1,65)	21,46 (8,64)	27,80 (9,24)	23,22 (1,40)	29,14 (1,98)	18,46 (2,35)	15,94 (2,82)	13,20 (3,79)	36,29 (7,00)	47,29 (5,39)	33,59 (7,06)		
33 Banzaê	11.814	0,3013 (3,22)	66,49 (2,94)	45,32 (1,13)	28,57 (6,46)	18,40 (10,3)	25,34 (1,30)	28,76 (1,70)	12,67 (2,70)	17,58 (2,62)	15,62 (3,04)	33,60 (6,29)	41,76 (5,27)	33,59 (7,06)		
34 Barra	49.325	0,4063 (1,74)	79,02 (1,48)	51,41 (0,82)	16,21 (6,67)	41,68 (4,14)	22,69 (0,85)	28,79 (1,30)	16,35 (1,53)	16,00 (1,87)	16,15 (1,90)	52,69 (3,20)	60,30 (2,69)	33,59 (7,06)		
35 Barra da Estiva	21.187	0,2911 (3,58)	64,24 (3,35)	45,31 (1,13)	24,26 (7,77)	18,36 (10,4)	24,31 (1,30)	30,05 (1,96)	15,00 (3,14)	16,34 (2,83)	14,28 (3,43)	32,98 (6,83)	42,97 (5,46)	33,59 (7,06)		
36 Barra do Choça	34.788	0,2893 (2,96)	63,79 (2,65)	45,35 (1,05)	29,85 (5,39)	17,50 (9,30)	21,95 (1,13)	31,01 (1,58)	12,83 (2,71)	16,79 (2,19)	16,79 (2,31)	22,93 (7,15)	33,46 (5,49)	33,59 (7,06)		
37 Barra do Mendes	13.987	0,3035 (2,91)	66,48 (2,59)	45,64 (1,04)	27,53 (5,85)	21,31 (8,62)	23,92 (1,28)	29,23 (1,90)	16,14 (1,87)	16,77 (2,87)	13,93 (3,07)	33,63 (5,67)	42,75 (4,63)	33,59 (7,06)		
38 Barra do Rocha	6.313	0,2859 (3,70)	61,54 (3,40)	46,45 (1,19)	26,81 (6,83)	21,07 (9,65)	22,26 (1,67)	28,32 (2,13)	14,28 (3,52)	18,39 (2,75)	16,21 (3,32)	27,53 (7,42)	37,37 (5,88)	33,59 (7,06)		
39 Barreiras	137.427	0,1554 (2,63)	36,00 (2,46)	43,17 (0,71)	36,96 (2,36)	7,453 (7,62)	22,82 (0,85)	27,88 (1,32)	13,37 (1,68)	20,25 (1,44)	15,65 (1,92)	11,61 (5,42)	17,71 (4,16)	33,59 (7,06)		
40 Barro Alto	13.612	0,3080 (2,95)	66,89 (2,64)	46,05 (1,06)	27,60 (5,91)	21,15 (8,81)	25,08 (1,17)	30,37 (1,68)	14,96 (1,92)	16,75 (2,74)	12,82 (3,60)	37,26 (5,29)	44,28 (4,55)	33,59 (7,06)		

Fonte: IBGE, processamento dos microdados do Censo Demográfico 2010.  
UNSTATS (2014).

Notas:  
Esta tabela apresenta os 40 primeiros municípios classificados alfabeticamente, as estimativas de todos os municípios podem ser visualizadas no CD-Rom em Anexo.  
Valores entre parênteses representam o Coeficiente de Variação, em %, das estimativas calculadas  
a Valor ajustado para 2010 a partir do US\$ em Pode de Compra, obtido em <http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srld=699>

**APÊNDICE E – GRÁFICOS: ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DE POBREZA,  
ESTIMATIVAS E INTERVALO DE CONFIANÇA DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS  
2000**

## Gráfico F.1 – Índice Multidimensional de Pobreza – Maranhão – 2000

Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )

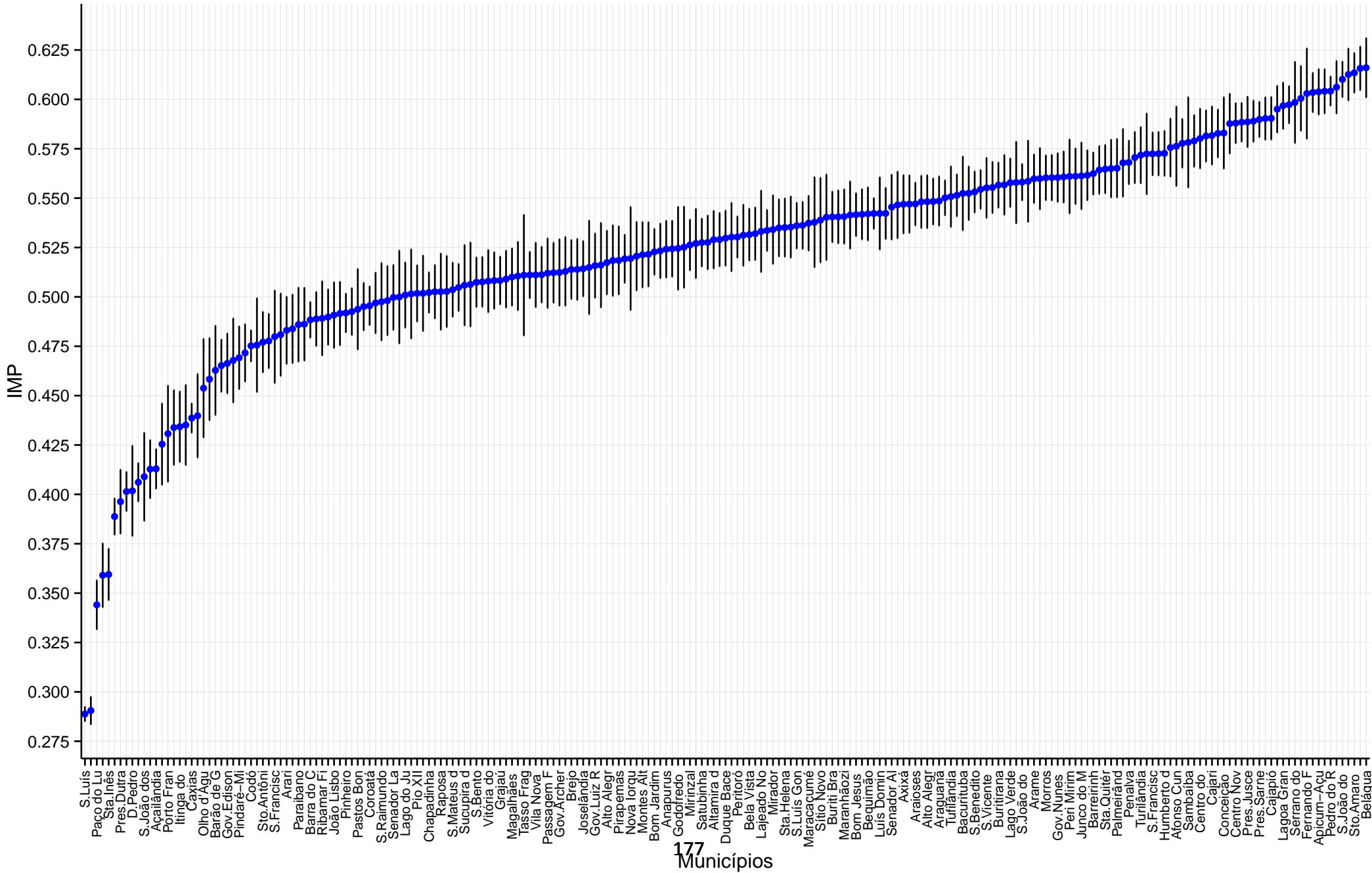


Gráfico E.2 – Índice Multidimensional de Pobreza – Piauí – 2000

Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )

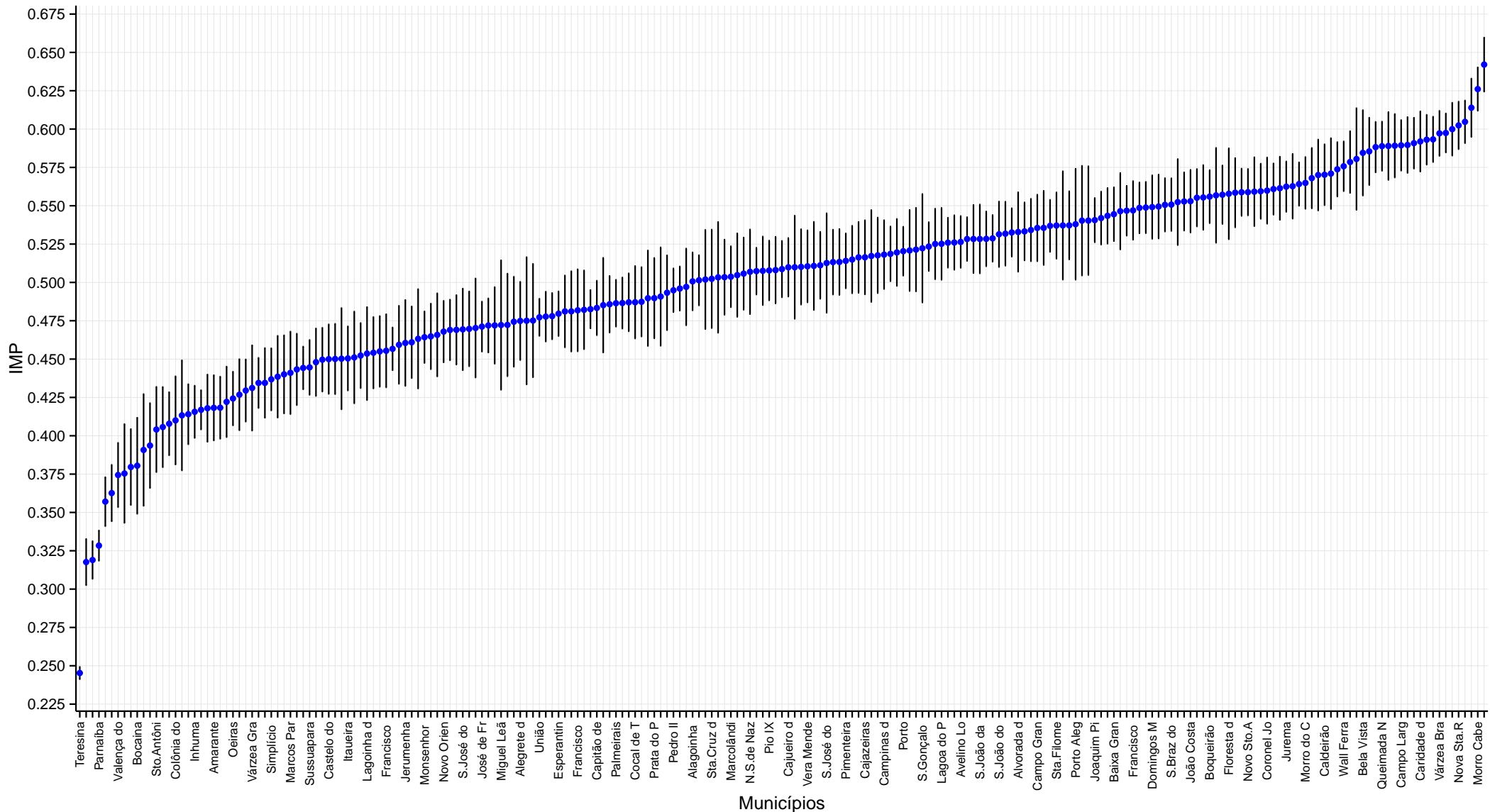


Gráfico E.3 – Índice Multidimensional de Pobreza – Ceará – 2000

Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )

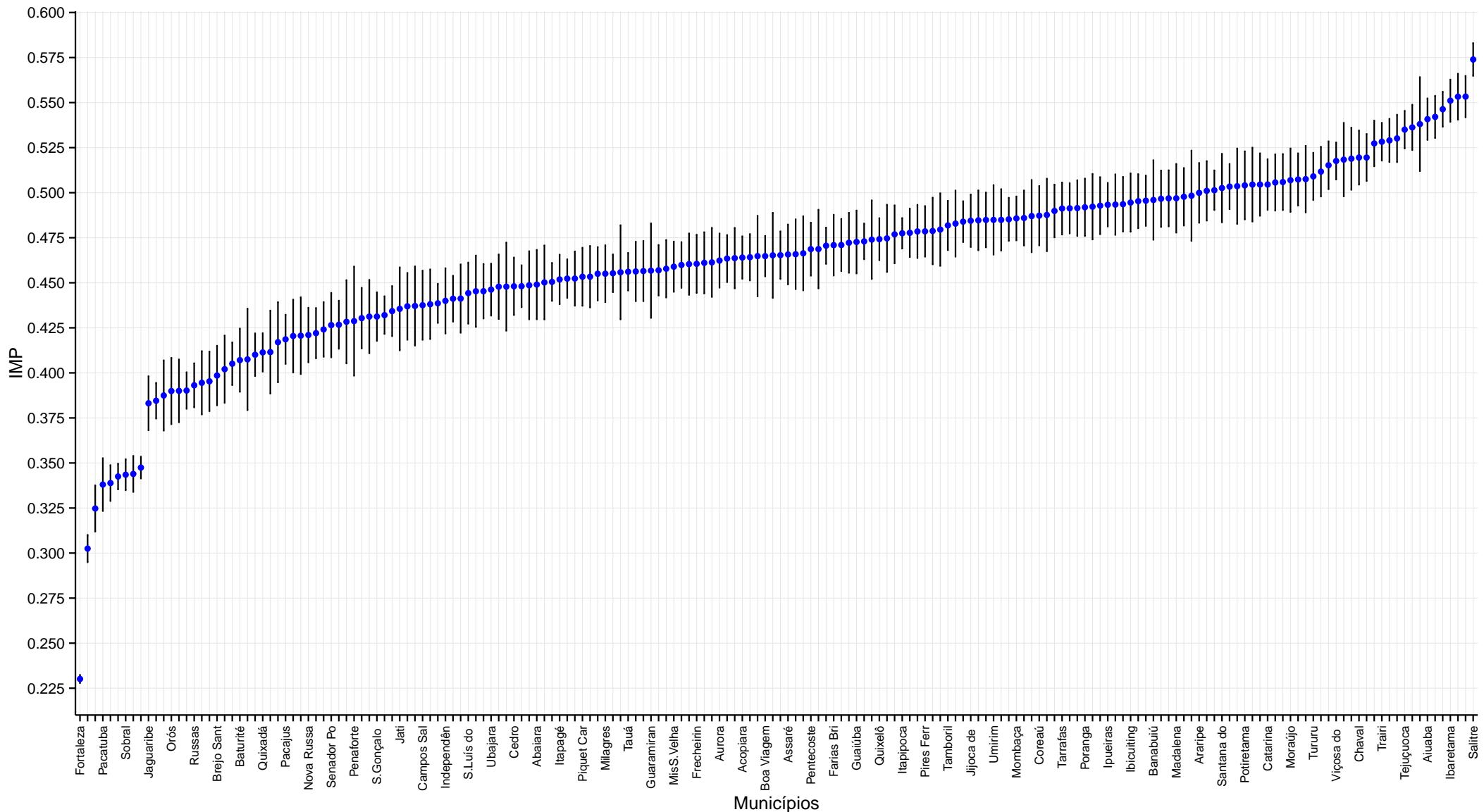
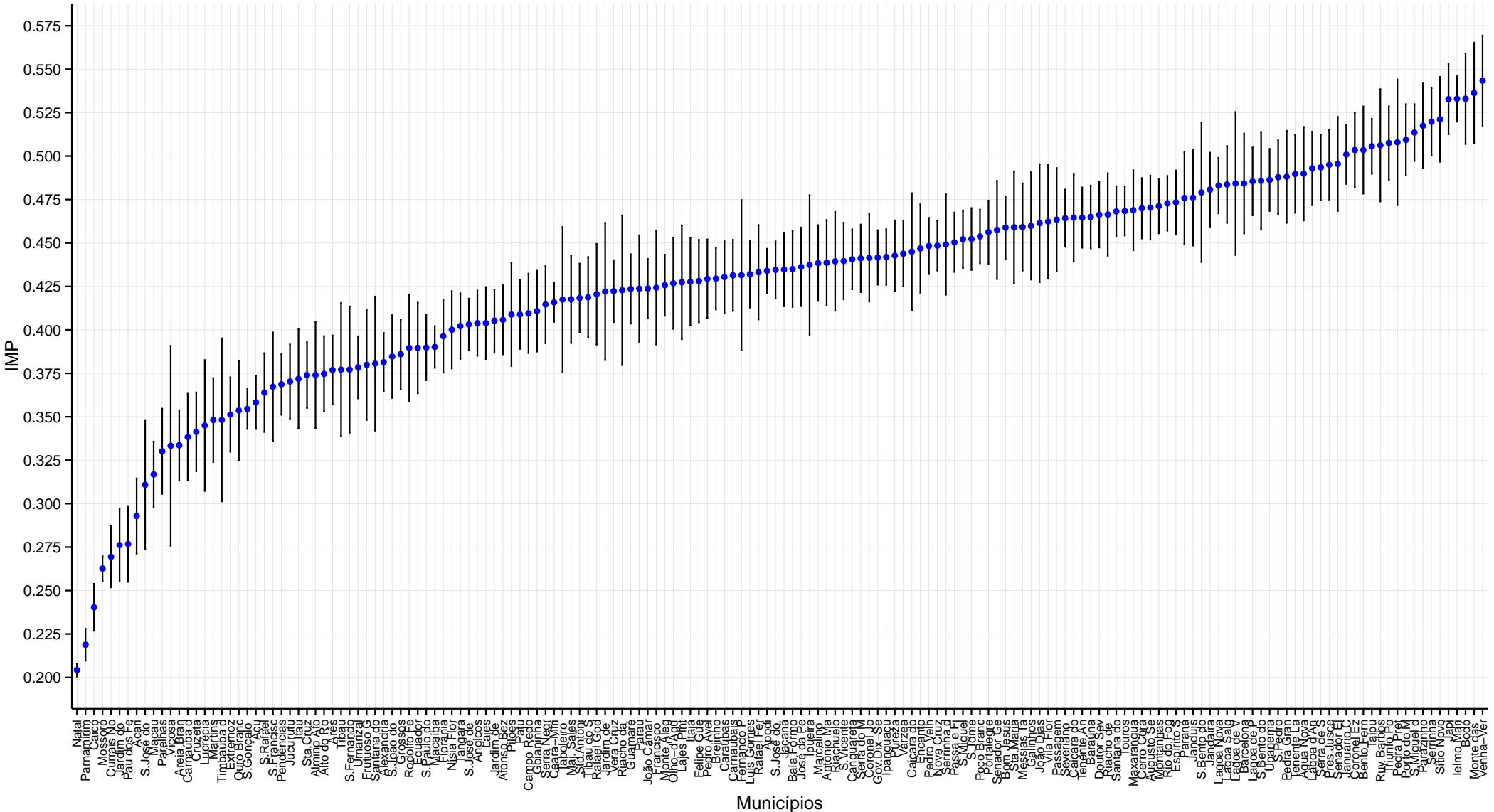


Gráfico E.4 – Índice Multidimensional de Pobreza – Rio Grande do Norte – 2000

Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )



## Gráfico E.5 – Índice Multidimensional de Pobreza – Paraíba – 2000

Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )

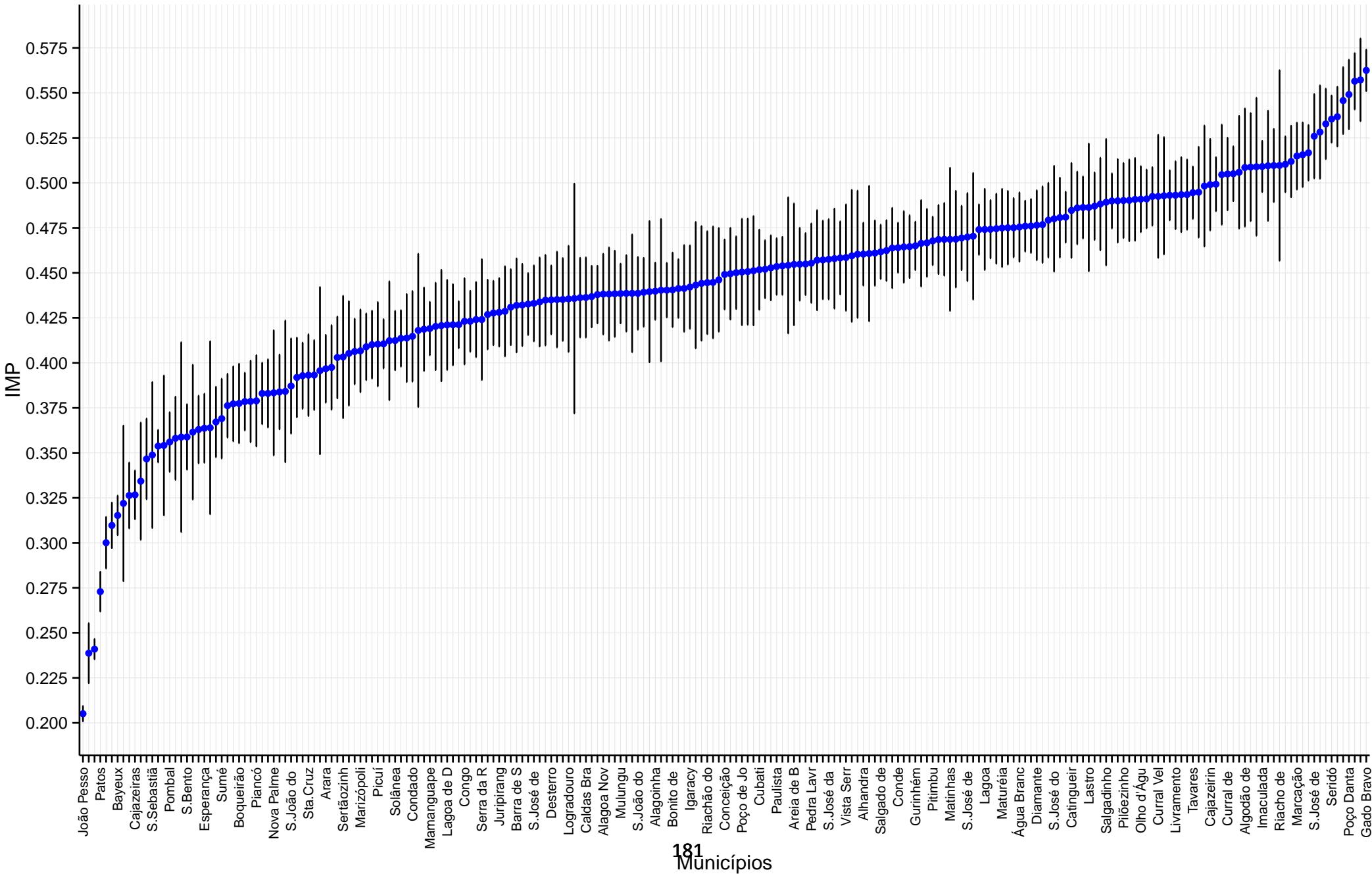


Gráfico E.6 – Índice Multidimensional de Pobreza – Pernambuco – 2000

Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )

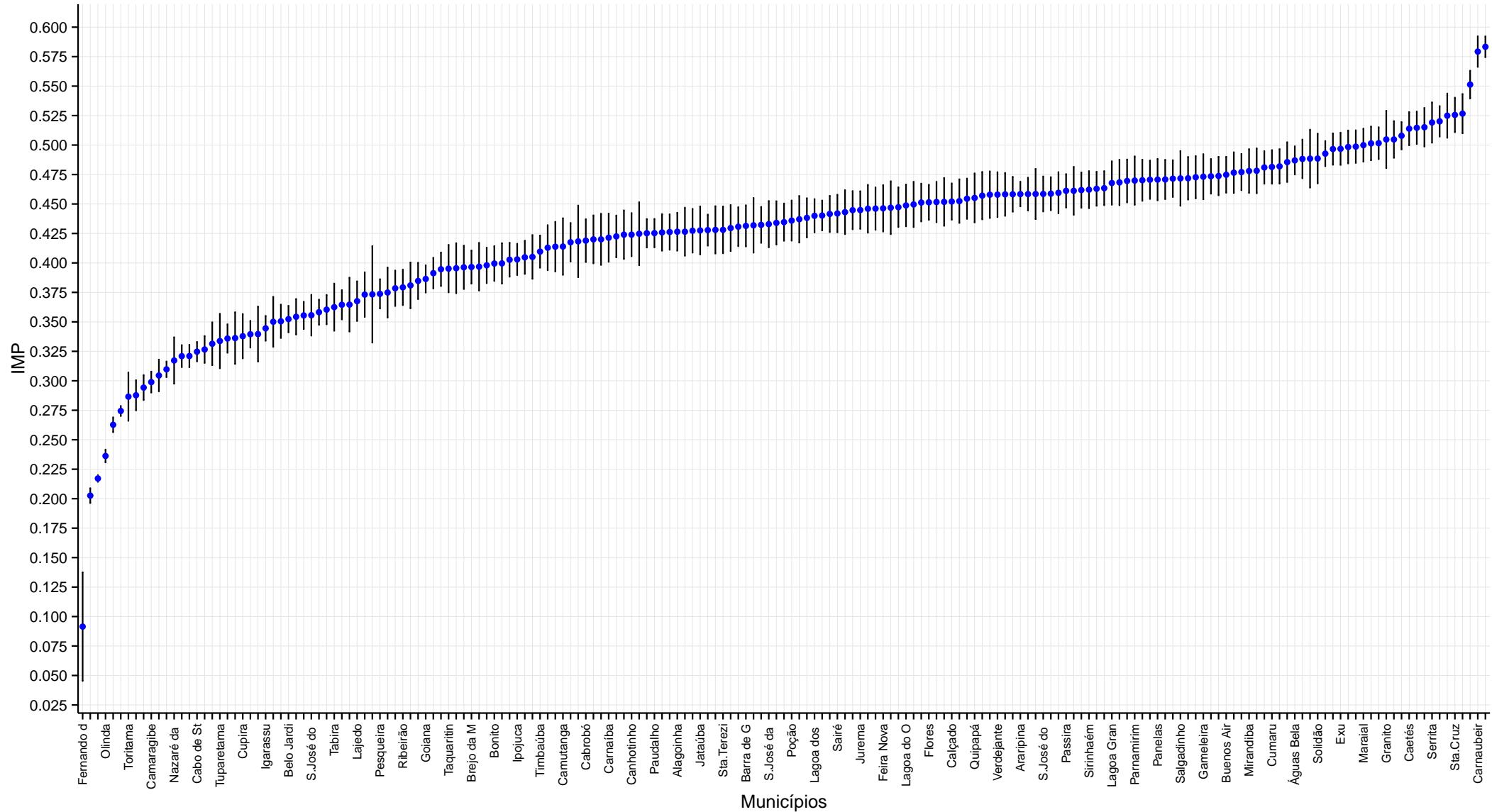


Gráfico E.7 – Índice Multidimensional de Pobreza – Alagoas – 2000

Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )

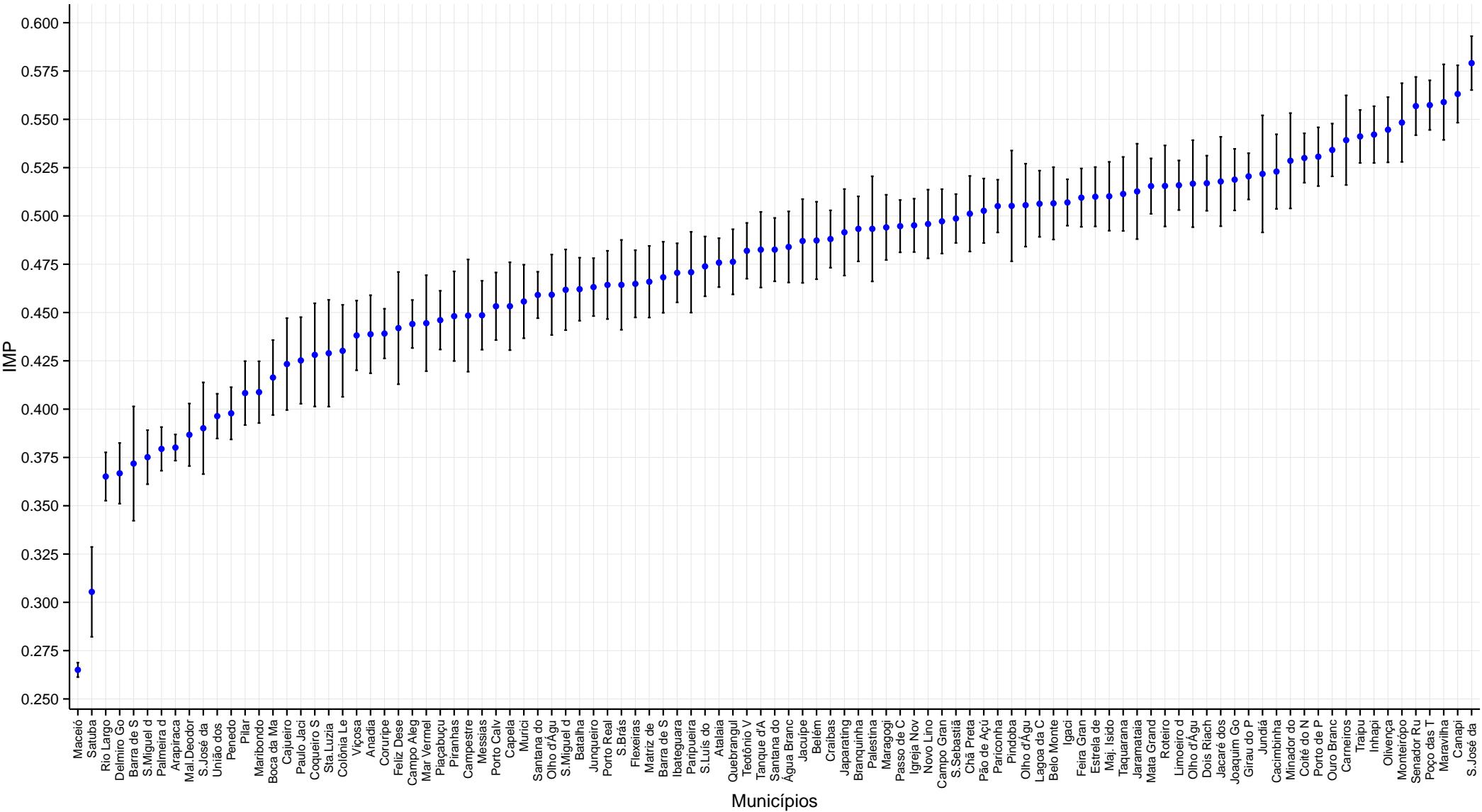


Gráfico E.8 – Índice Multidimensional de Pobreza – Sergipe – 2000

Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )

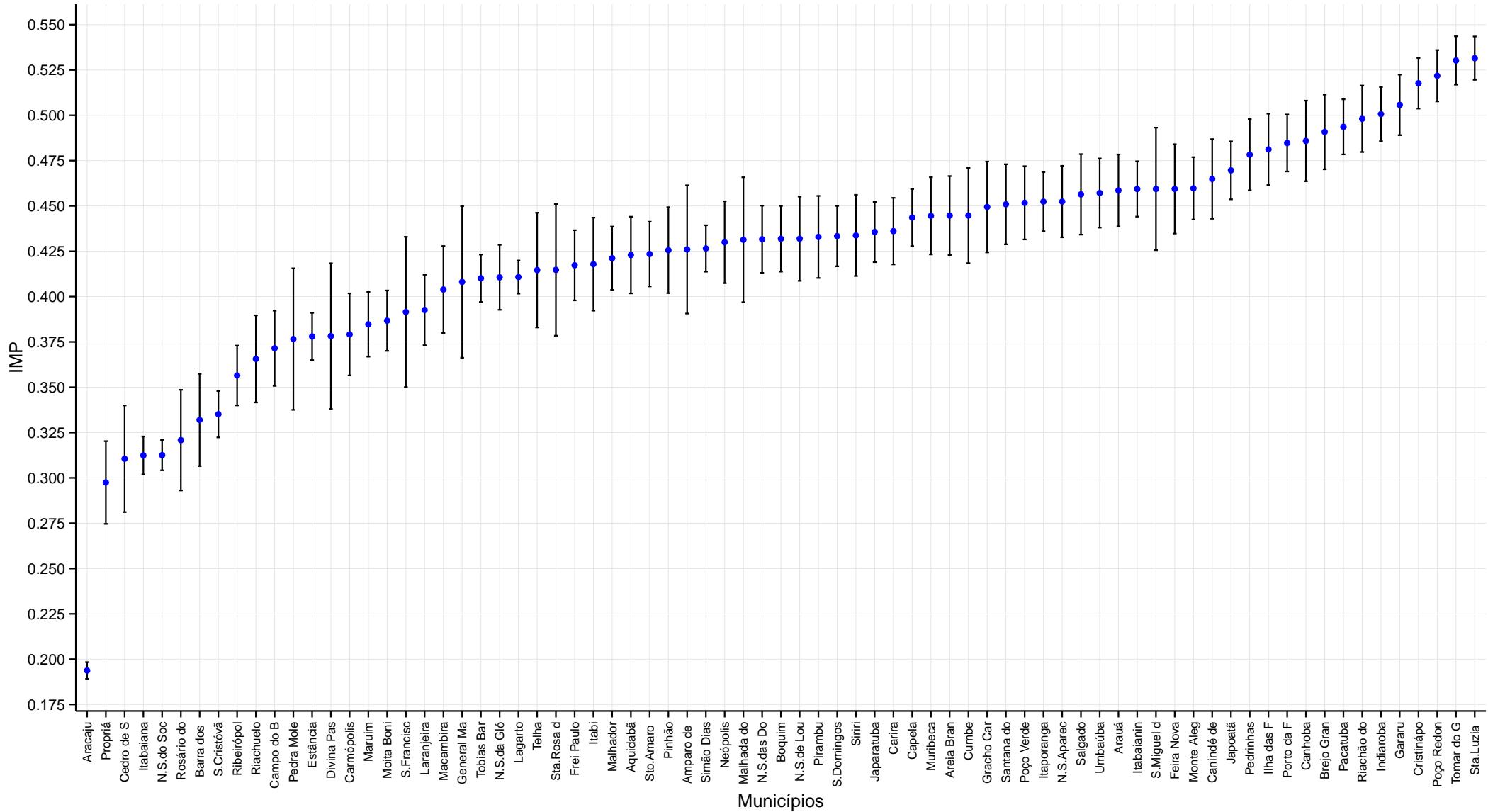
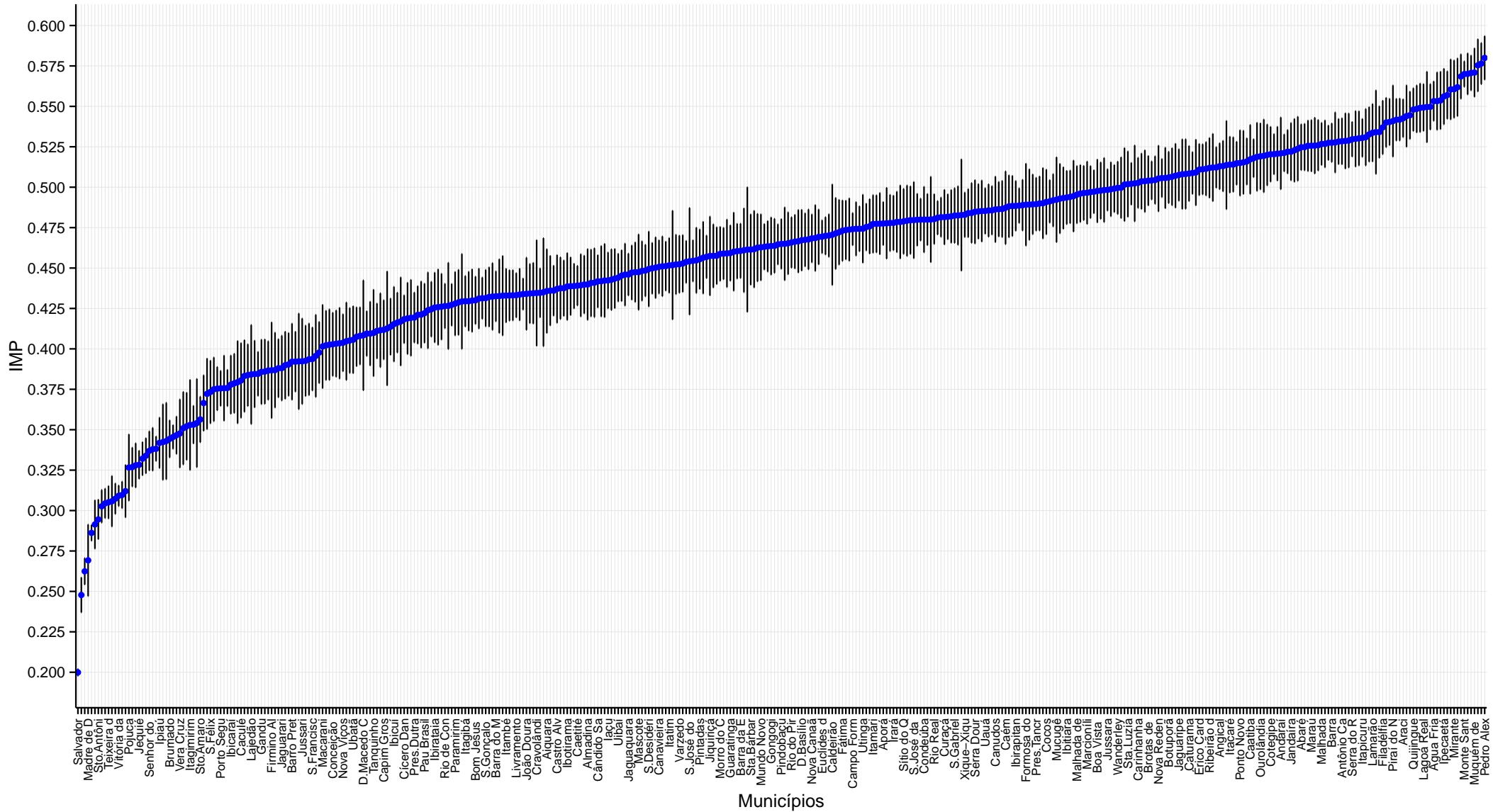


Gráfico E.9 – Índice Multidimensional de Pobreza – Bahia – 2000

Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )



**APÊNDICE F – GRÁFICOS: ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DE POBREZA,  
ESTIMATIVAS E INTERVALO DE CONFIANÇA DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS  
2010**

Gráfico F.1 – Índice Multidimensional de Pobreza – Maranhão – 2010

Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )

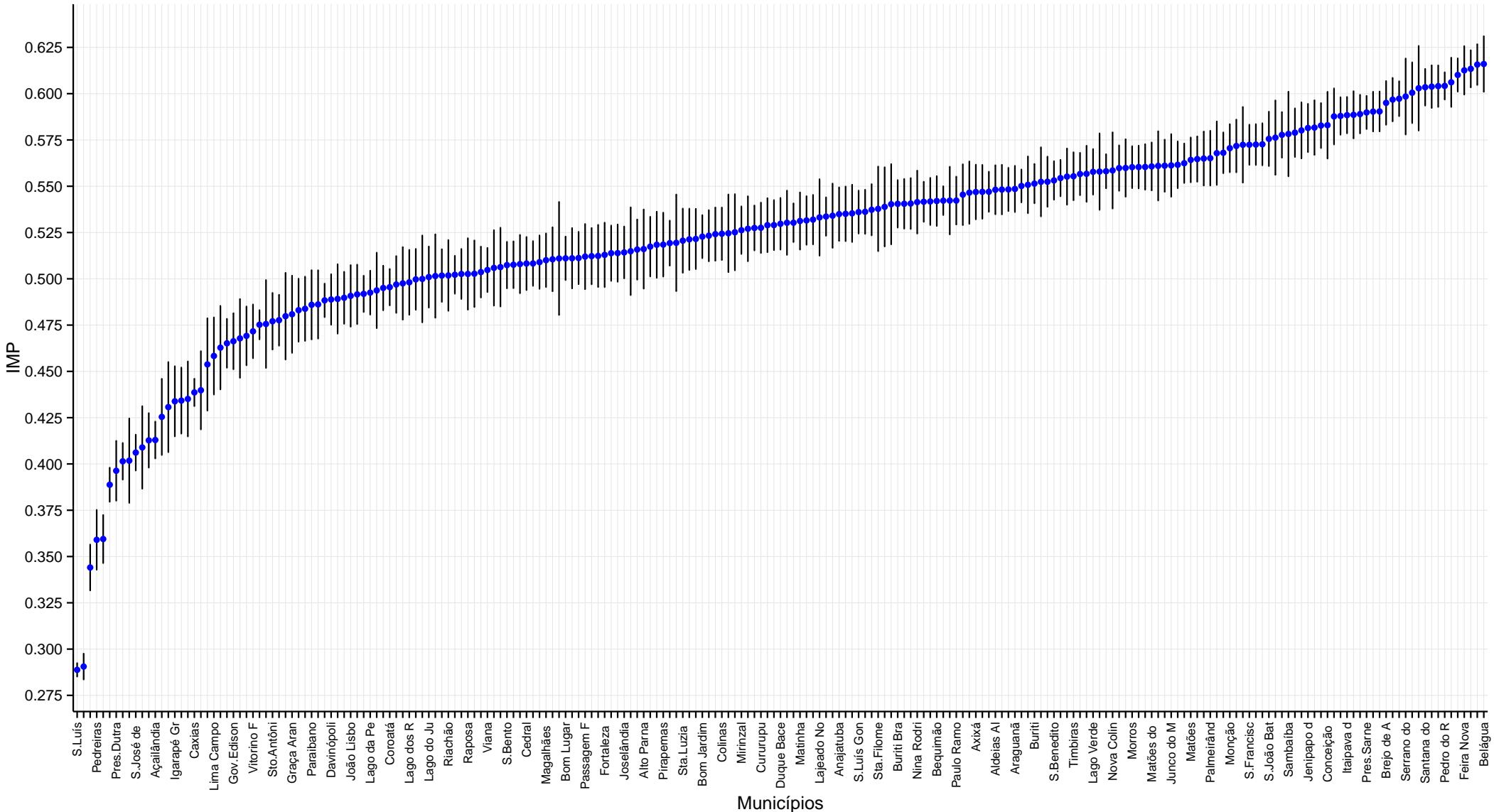


Gráfico F.2 – Índice Multidimensional de Pobreza – Piauí – 2010

Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )

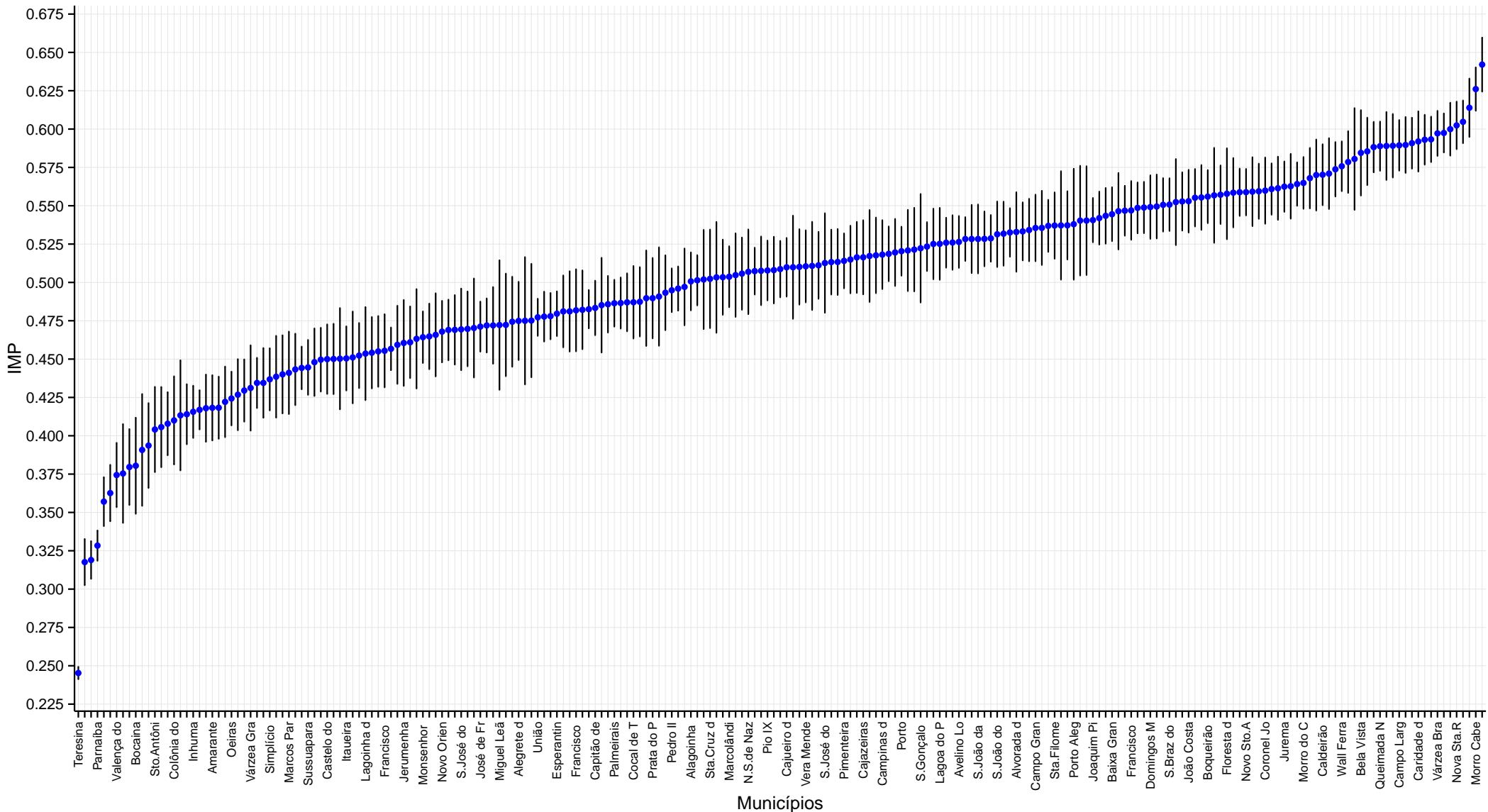


Gráfico F.3 – Índice Multidimensional de Pobreza – Ceará – 2010

Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )

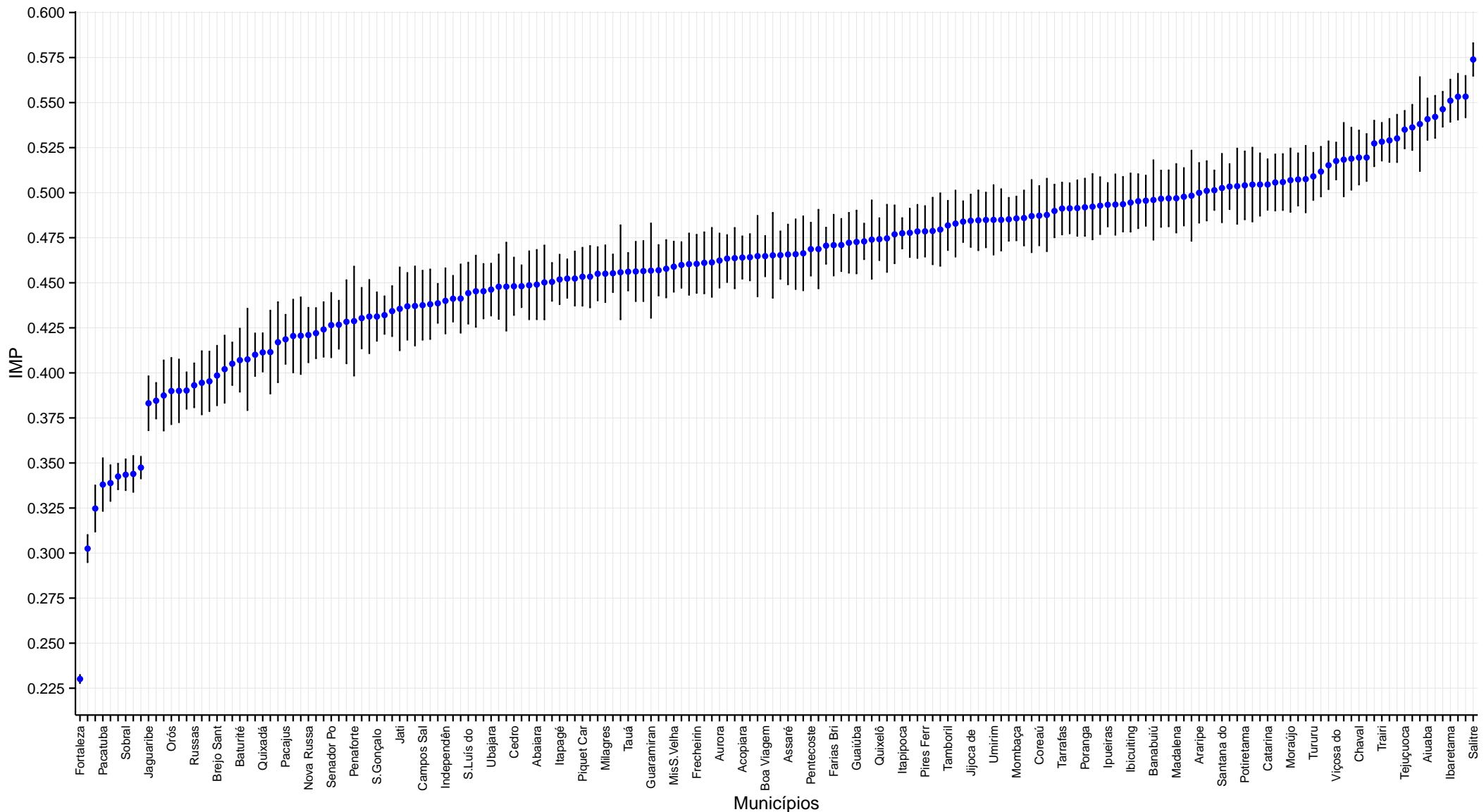


Gráfico F.4 – Índice Multidimensional de Pobreza – Rio Grande do Norte – 2010

Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )

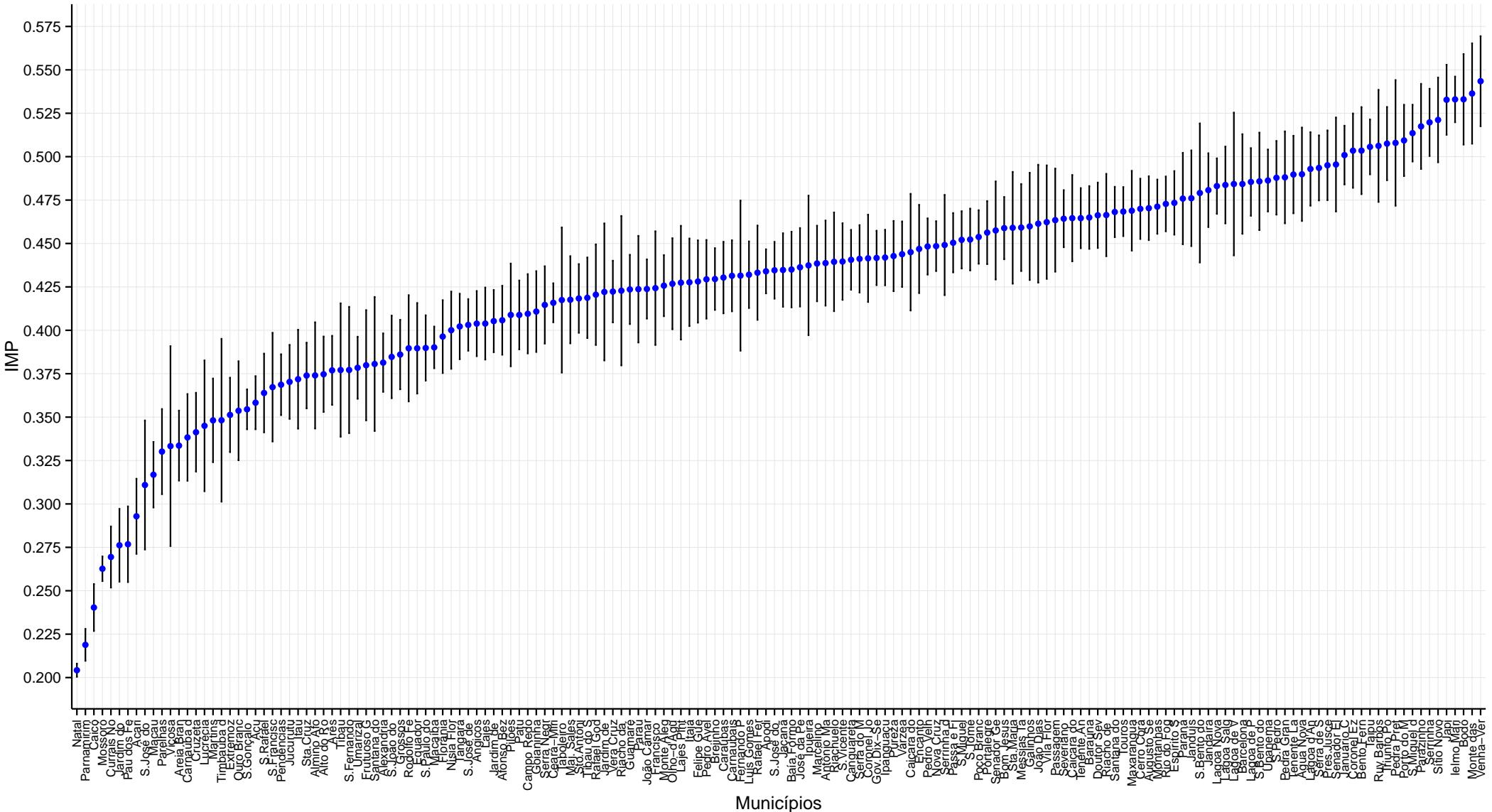


Gráfico F.5 – Índice Multidimensional de Pobreza – Paraíba – 2010

Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )

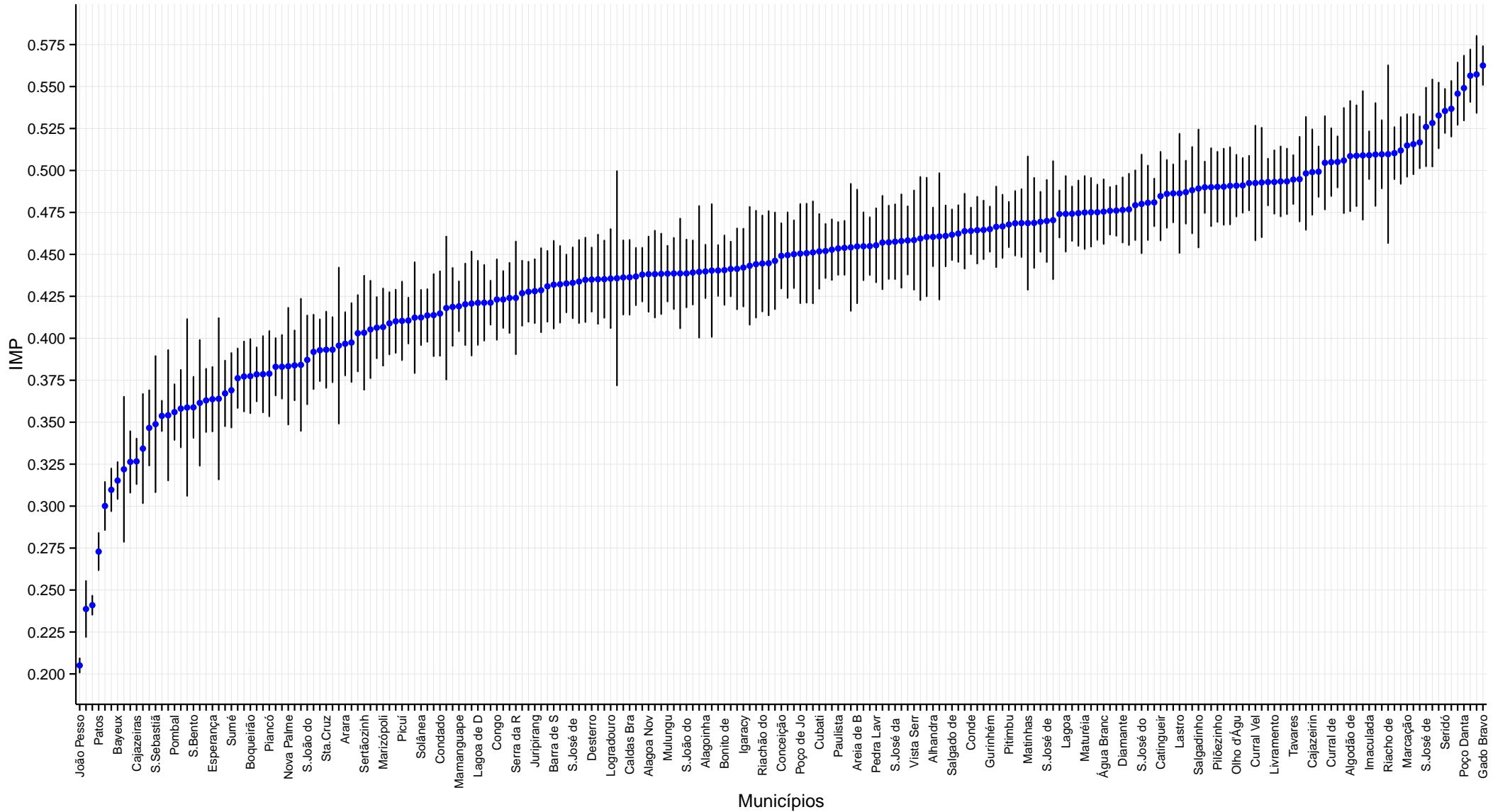


Gráfico F.6 – Índice Multidimensional de Pobreza – Pernambuco – 2010

*Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )*

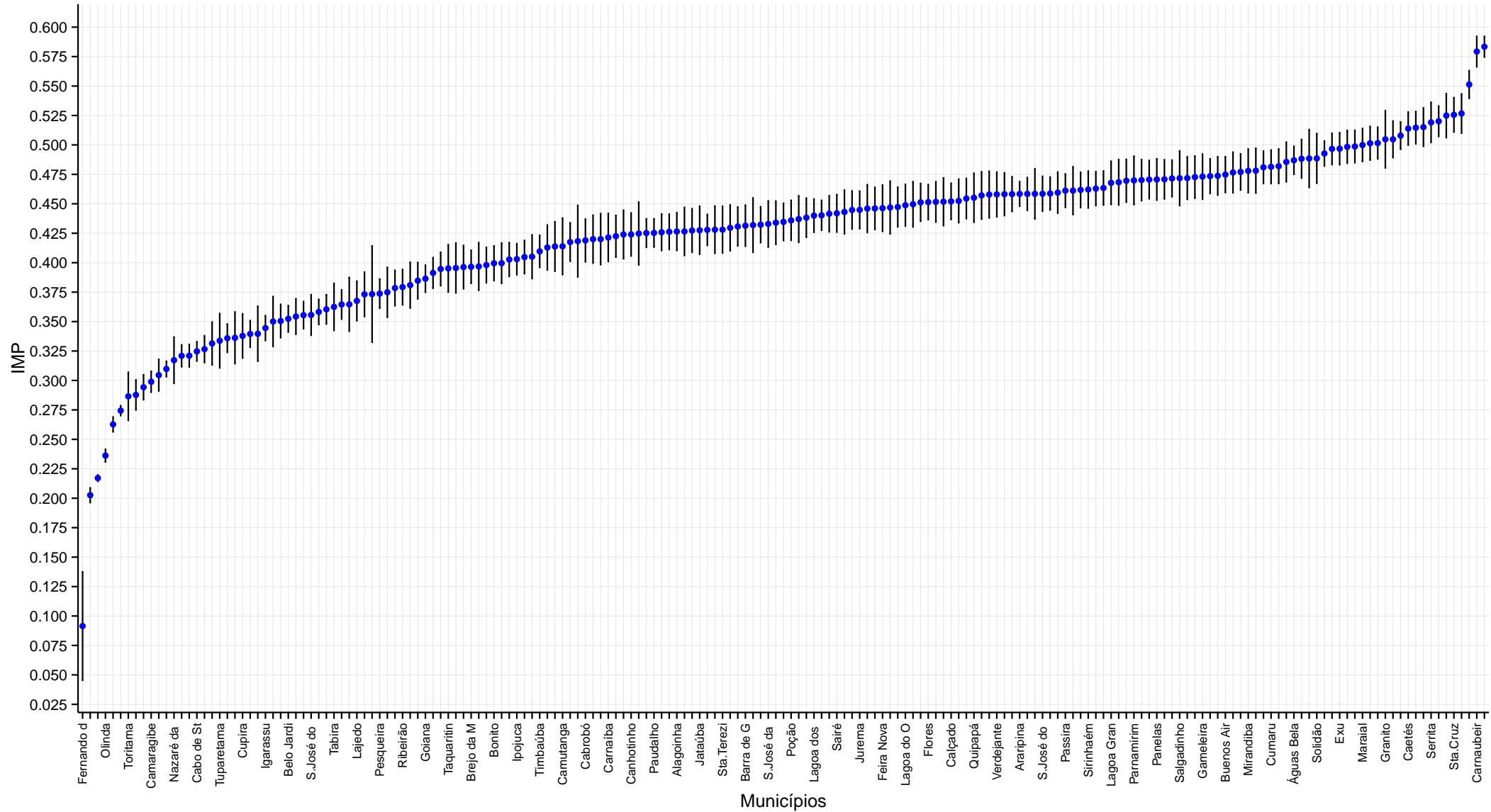


Gráfico F.7 – Índice Multidimensional de Pobreza – Alagoas – 2010

Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )

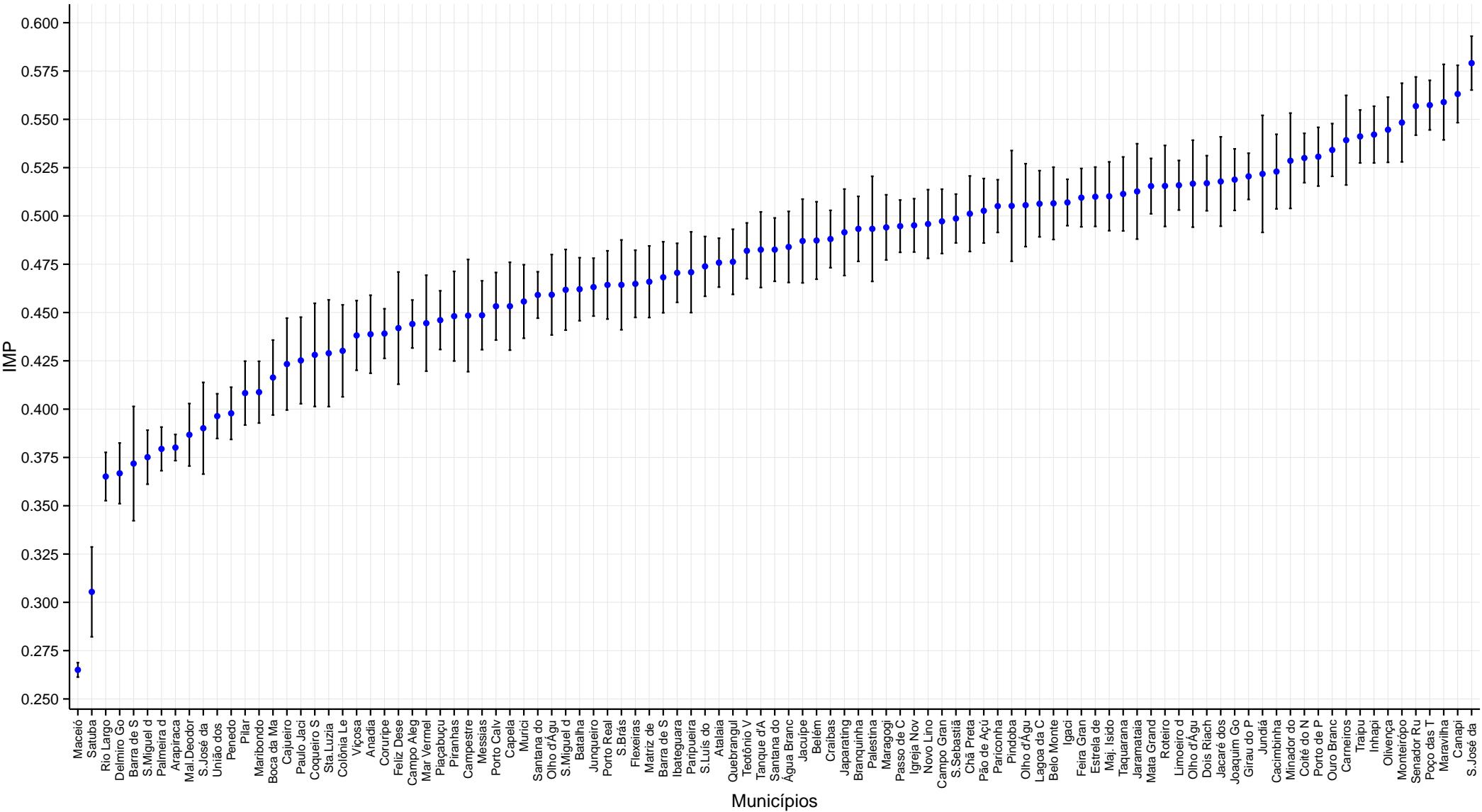


Gráfico F.8 – Índice Multidimensional de Pobreza – Sergipe – 2010

Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )

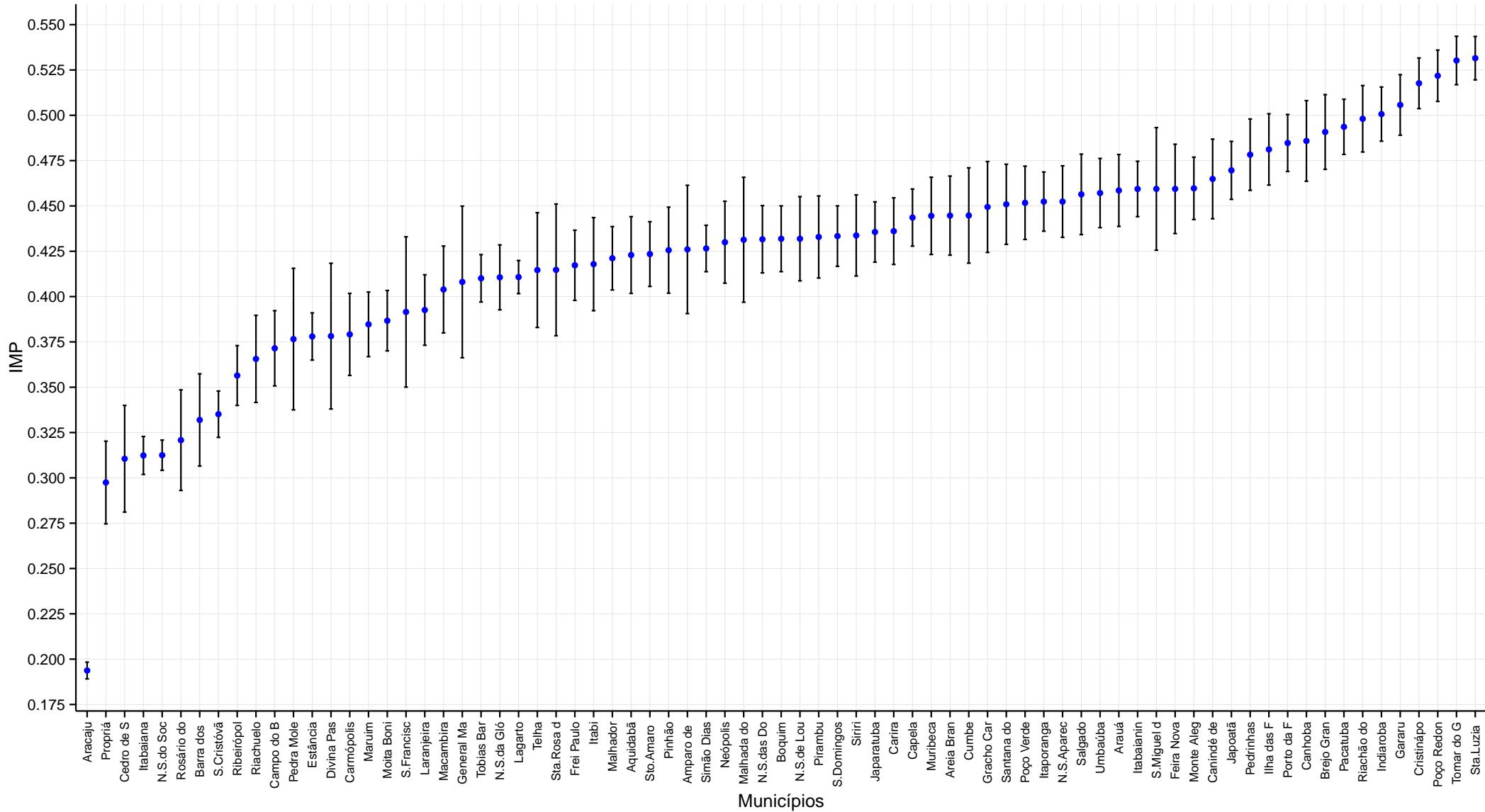
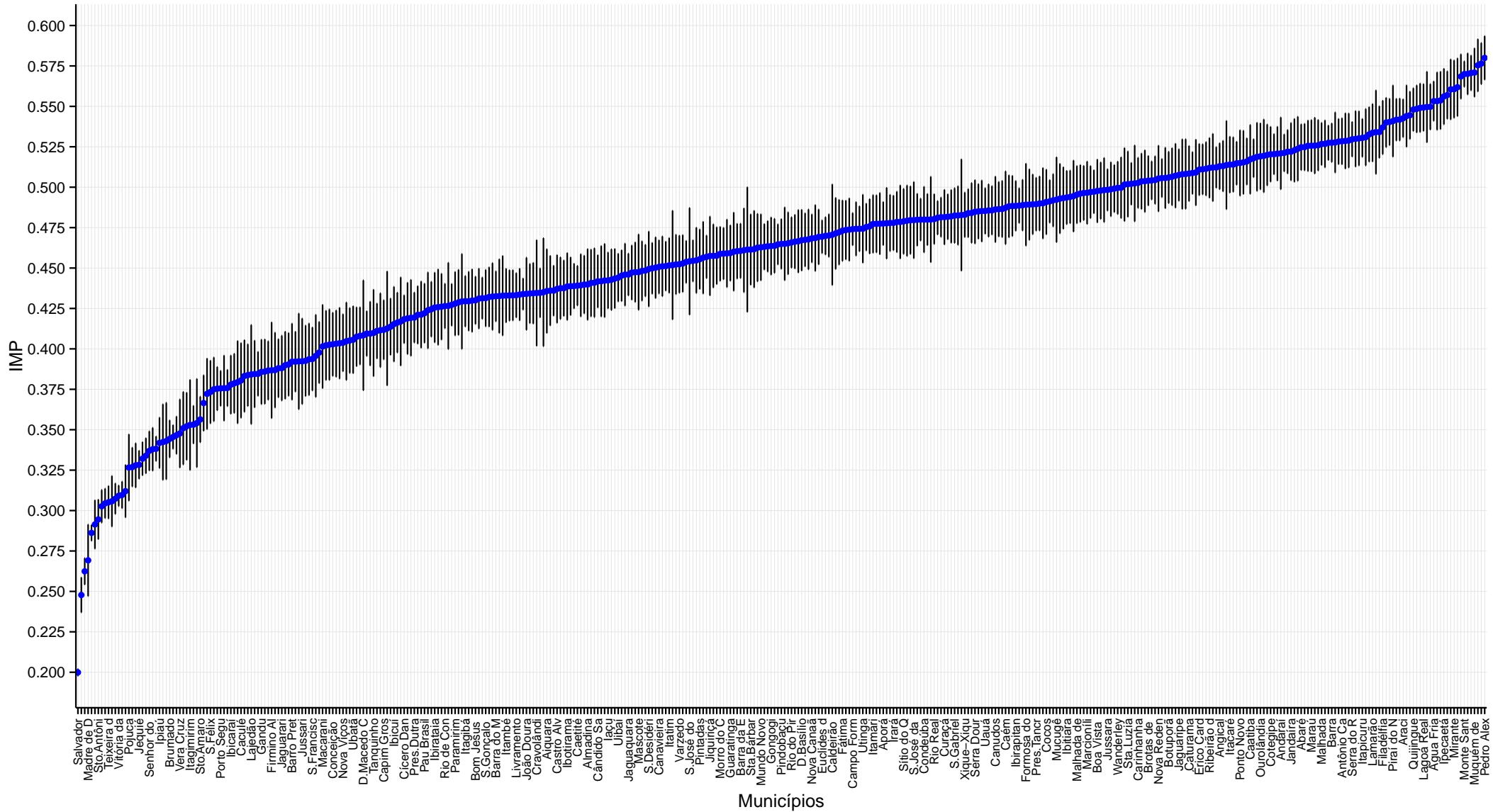


Gráfico F.9 – Índice Multidimensional de Pobreza – Bahia – 2010

Estimativas pontuais e intervalares ( $1-\alpha=0.95$ )



## APÊNDICE G – PROGRAMAÇÃO: CÓDIGO FONTE R

### G.1 Indicadores Simples - 2000

D:/Mestrado-ENCE.2012/Dropbox/00.Dissertacao/07.Programa.R/02.1-Indicadores-2000.R

```
1 ## ****#
# POBREZA NO NORDESTE BRASILEIRO #
# Aluno MARCEL DANTAS DE QUINTELA      Mat. 2012303131-27 #
# Programa: Indicadores  CENSO 2000 #
## ****#
6
# ----- VARIÁVEIS TOTAIS PARA AJUSTE DO PLANO AMOSTRAL-----
dados$N_Dom.UF <- sum(dados$P001) #Total de Domicílio por UF

#Total de Domicílios por Município
11 N_Dom.Mun <- tapply(dados$P001, dados$V0103, sum)
dados$N_Dom.Mun <- N_Dom.Mun[dados$V0103]
attributes(dados$N_Dom.Mun) <- NULL
rm(N_Dom.Mun)

16 #Total de Domicílios por estrato usando a Área de Ponderação
N_Dom.AP <- tapply(dados$P001, dados$AREAP, sum)
dados$N_Dom.AP <- N_Dom.AP[dados$AREAP]
attributes(dados$N_Dom.AP) <- NULL
rm(N_Dom.AP)
21
# ----- Indicadores da Dimensão 1 - Trabalho e Rendimento -----
# ***** D11 - Renda percapita domiciliar *****
dados <- transform(dados,
                     cont = 1,
26                     D11 = ifelse((V7616/V7100)<=70.72,1,0))

# ***** D12 - Emprego Informal *****
dados <- transform(dados,V0447.1 = as.numeric(V0447)-1,
                     V0450.1 = as.numeric(V0450)-1)
31
dados <- transform(dados,Aux1 = ifelse(V4752<15," ",
                                         ifelse(V0447.1==0," ",
```

```

        ifelse((V0447.1==1|V0447.1==3),0,1)))))

36 dados <- transform(dados,Aux2 = ifelse(V4752<15," ",
                                         ifelse(V0450.1==0," ",
                                         ifelse(V0450.1==2 ,1,0)))))

dados <- transform(dados, D12 = ifelse(Aux1==" " & Aux2==" ",NA,
41                               ifelse(Aux1==" " & Aux2== 1,1,
                               ifelse(Aux1== 1 & Aux2==" ",1,
                               ifelse(Aux1== 1 & Aux2== 1,1,0)))))

dados <- dados[,-c(48:51)]

46 # ***** D13 - Auxílio Social *****
dados <- transform(dados,D13 = ifelse(V4603>0,1,0))

# ***** D14 - Desocupação *****
dados <- transform(dados,D14 = ifelse(V4752>=15,
51                               ifelse((V0439==2 & V0440==2 &
                               V0441==2 & V0442==2 &
                               V0443==2 & V0455==1),1,0),NA))

# ---- Indicadores da Dimensão 2 - Bens de Consumo e Acesso à Informação-----
56 dados <- transform(dados, D21 = ifelse(V0215==2,1,0), # Geladeira
                      D22 = ifelse(V0217==2,1,0), # Maquina de Lavar Roupas
                      D23 = ifelse(V0221==0,1,0), # TV
                      D24 = ifelse(V0220==2,1,0), # Computador
                      D25 = ifelse(V0219==2,1,0)) # Acesso a telefone

61 # ----- Indicadores da Dimensão 3 - Condições de Saneamento e Habitação -----
dados <- transform(dados,V0211.1 = as.numeric(V0211)-1,
                   V0212.1 = as.numeric(V0212)-1)

66 dados <- transform(dados, D31 = ifelse(V0207 == 3,1,0), # Abastecimento de Água
                      D32 = ifelse(V0213 == 2,1,0), # Existência de Energia
                      Elétrica
                      D33 = ifelse(V0209 == 0,1,0), # Banheiro de Uso
                      Exclusivo
                      D34 = ifelse(V0211.1 > 2,1,0), # Rede de Esgoto
                      D35 = ifelse(V0212.1 > 2,1,0), # Destino do Lixo
71                      D36 = ifelse(V7204 > 2,1,0)) # Déficit Habitacional

dados <- dados[,-c(56:57)]

```

```

# ----- Indicadores da Dimensão 4 - Vulnerabilidade -----
76 # ***** D41 - Deficiência *****
dados <- transform(dados,D41 = ifelse((as.numeric(V0411)<3|           # Enxergar
                                         as.numeric(V0412)<3|           # Ouvir
                                         as.numeric(V0413)<3|           # Caminhar
                                         as.numeric(V0410)<2),1,0)) # Mental/
                                         Intelectual

81
# ***** D42 - Presença de crianças ou Idosos no Domicílio *****
dados <- transform(dados,D42 = ifelse((V4752<15 | V4752>=65),1,0))

# * D43 - Mulheres responsáveis por Domicílio sem conjugue e com menores de 15
86 dados <- transform(dados, D43 = ifelse(((V0401==2 & V0402=="01")&
                                         (V0436==2 | V0436== 3 ),1,0))

# ***** D44 - Jovens que não trabalha nem estuda *****
dados <- transform(dados, V0429.1 = as.numeric(V0429))

91
dados <- transform(dados, Aux1 = ifelse((V4752<15 | V4752>29),NA,
                                         ifelse(V0429.1 > 2,1,0)))

dados <- transform(dados, Aux2 = ifelse((V4752<15 | V4752>29),NA,
96
                                         ifelse(V0439 == 1,0,
                                         ifelse(V0440 == 1,0,
                                         ifelse(V0441 == 1,0,
                                         ifelse(V0442 == 1,0,
                                         ifelse(V0443 == 1,0,1))))))

101
#06.07.2014 - ver a condição de substituir V0442 por V0455 - Providência para
conseguir trabalho

dados <- transform(dados, D44 = ifelse(Aux1==1&Aux2==1,1,0))

106 dados <- dados[,-c(65:67)]

# ----- Indicadores da Dimensão 5 - Educação -----
# *** D51 - Presença de pessoas em idade ativa que não sabe ler e escrever
dados <- transform(dados, D51 = ifelse(V4752>15,NA,
111
                                         ifelse(V0428==2,1,0)))

# ***** D52 - Presença escolar *****

```

```

dados <- transform(dados, D52 = ifelse(V4752>=5 & V4752<=15,
                                         ifelse(V0429==3|V0429==4,1,0),NA))
116
# ***** D53 - Escolarização *****
dados <- transform(dados, D53 = ifelse(V4752<15,NA,
                                         ifelse(V0428==2,NA,
                                         ifelse(V0429==4|V4300<=6,1,0))))
121 #
# ***** D54 - Defasagem escolar *****
dados <- transform(dados,V0429.1=as.numeric(V0429),
                  V0430.1=as.numeric(V0430)-1,
126
                  V0431.1=as.numeric(V0431)-1)

dados <- transform(dados, Aux1 = ifelse((V4752 < 7 | V4752>18),NA,
                                         ifelse(V0429.1 > 2,NA,
                                         ifelse((V0430.1<5) |
131
                                         (V4752>=15&V0430.1==7) |
                                         (V4752==18&V0430.1==9),1,0)))
136

dados <- transform(dados, Aux2 = ifelse((V4752 < 7 | V4752>18),NA,
                                         ifelse(V0429.1 > 2,NA,
                                         ifelse((V0430.1==5|V0430.1==6) ,
141
                                         ifelse((V4752 == 7 & V0431.1 < 1),1,
                                         ifelse((V4752 == 8 & V0431.1 < 2),1,
                                         ifelse((V4752 == 9 & V0431.1 < 3),1,
                                         ifelse((V4752 ==10 & V0431.1 < 4),1,
                                         ifelse((V4752 ==11 & V0431.1 < 5),1,
                                         ifelse((V4752 ==12 & V0431.1 < 6),1,
                                         ifelse((V4752 ==13 & V0431.1 < 7),1,
                                         ifelse((V4752 ==14 & V0431.1 < 8),1,
                                         ifelse((V4752 > 14 & V0431.1 < 9),1,
146
                                         0))))))),0))))
146

dados <- transform(dados, Aux3 = ifelse((V4752 < 7 | V4752>18),NA,
                                         ifelse(V0429.1 > 2,NA,
                                         ifelse((V0430.1==8|V0430.1==9) ,
151
                                         ifelse((V4752 == 15 & V0431.1 < 1),1,
                                         ifelse((V4752 == 16 & V0431.1< 2),1,
                                         ifelse((V4752 == 17 & V0431.1 < 3),1,
                                         ifelse( V4752 == 18,1,
                                         0))),0))))

```

```

156
dados <- transform(dados, D54 = ifelse((Aux1==1|Aux2==1|Aux3==1),1,0))

dados <- dados[,-c(69:74)]
161
# ----- Apêndice Linha de pobreza ONU-----
# D11.1 relativos a linha do 2U$PPC/dia equivale a R$2,36/dia
# conforme http://unstats.un.org/unsd/mdg/Data.aspx
dados <- transform(dados, D11a = ifelse((V7616/V7100)<=70.8,1,0))
166
# ----- AGREGAÇÃO -----
dados <- transform(dados, Aux1 = ifelse(V4752<15,1,0))
dados.Dom <- subset(dados,V0400=='01')

171 aggreg <- c("D12","D13","D14","D41","D42","D44","D51","D52","D53","D54","Aux1") #
      pessoas
pos <-rep(0,length(aggreg))
for(i in 1:length(aggreg)){pos[i] <- which(names(dados.Dom)==aggreg[i])}

a <- data.frame(rowsum(dados[,pos], dados$V0300, na.rm=T))
176 for(i in 1:length(aggreg)){a[,aggreg[i]] <- ifelse(a[,aggreg[i]]>0,1,0)}
names(a) <- paste0(aggreg,".1")
a <- cbind(a,V0300=rownames(a))

dados.Dom <- merge(dados.Dom, a, by="V0300")
181
dados.Dom <- transform(dados.Dom, D43.1 = ifelse(D43==1 & Aux1.1==1,1,0))

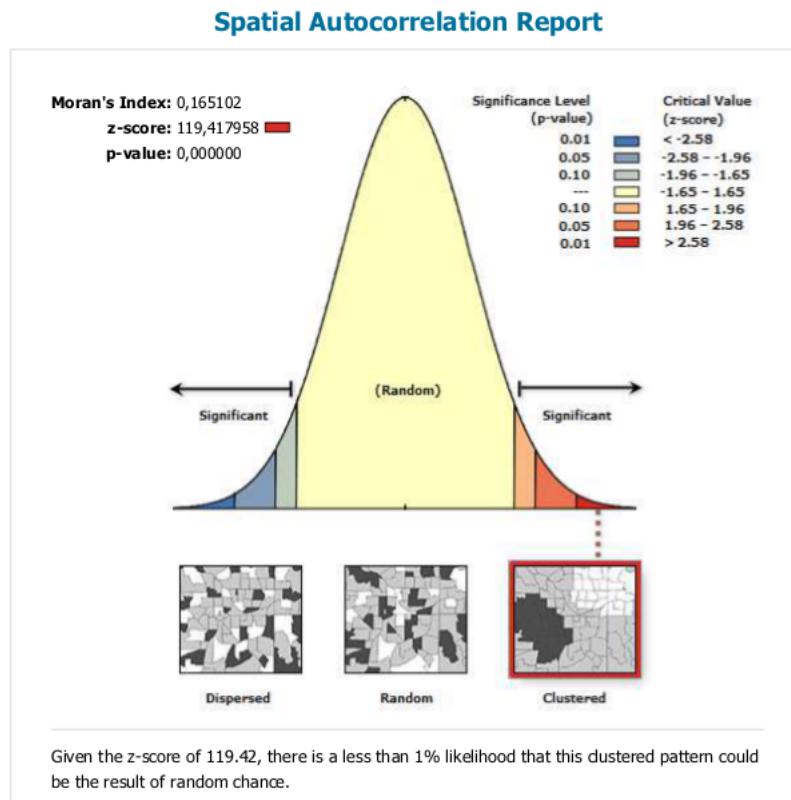
dados.Dom <- subset(dados.Dom,V0201==1)
dados.Dom <-dados.Dom[,c(1:47,72:74,51:61,75:76,83,77:81,70)]
186
aggreg <- aggreg[-11];pos<-pos[-11]
names(dados.Dom)[pos] <- aggreg
names(dados.Dom)[64] <- "D43"

191 rm(aggreg,i,pos,a)

```

**Obs.: Os demais programas estão no CD-Rom em Anexo**

## APÊNDICE H – RELATÓRIO AUTOCORRELAÇÃO ESPACIAL



### Global Moran's I Summary

<b>Moran's Index:</b>	0,165102
<b>Expected Index:</b>	-0,000558
<b>Variance:</b>	0,000002
<b>z-score:</b>	119,417958
<b>p-value:</b>	0,000000

### Dataset Information

<b>Input Feature Class:</b>	NE_Municípios_ClustersOutlie3
<b>Input Field:</b>	SHEET1__MPI
<b>Conceptualization:</b>	INVERSE_DISTANCE
<b>Distance Method:</b>	EUCLIDEAN
<b>Row Standardization:</b>	False
<b>Distance Threshold:</b>	3.33435212104
<b>Weights Matrix File:</b>	None